



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 189 - SEXTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI) ⁷
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE) ⁶
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Sliessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 19 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 10 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 3 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaleo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 226ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão que será dedicada a homenagear o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no transcurso do cinqüentenário de sua criação, dia 30 de dezembro, de acordo com o Requerimento nº 308, de 2009, do Senador Cris-tovam Buarque e outros Senhores Senadores.....

62686

1.2.2 – Oradores

Senador Cristovam Buarque

62687

Senador Eduardo Suplicy

62693

Senador Roberto Cavalcanti (art. 233, do Re-gimento Interno)

62695

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa)

1.2.4 – Suspensa às 15 horas e 21 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 26 minutos

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Elogios ao Ministro Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que negou *habeas corpus* para pedófilo, e à revista *Veja* desta semana, pela matéria “Injus-tiças em Série”.

62697

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Análise de Nota do Ministério da Fazenda que redefine as relações com FMI. Registro de carta do presidente da Associação Brasileira da Associtrus, enviada ao Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

62699

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Preocupação com a violência no país e, em espe-cial, com os altos índices de violência registrados no Estado do Pará.

62704

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Preocupação com a falta de política de segurança pública nacional. Homenagem à Polícia Militar do Estado de Roraima, que completa hoje 34 anos de existência.....

62706

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Apelo Presidente Lula para que interceda junto ao governo

iraniano, pela suspensão da condenação à morte do acadêmico Kian Tajbakhsh, cientista de nacio-nalidade iraniana-americana, preso no Irã, acusado de espionagem.....

62710

1.2.6 – Comunicações

Da Liderança do PR no Senado Federal, re-ferente à indicação do Senador Magno Malta para compor, como membro do PR, o Conselho do Di-ploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. *Designação do Senador Magno Malta, para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. (Ofício nº 111, de 2009, de 26 do corrente)*

62711

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nº 58, de 2007; Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2008, e do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2009.

62711

1.2.8 – Discursos do Expediente (conti-nuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Protesto con-tra a vinda do Presidente do Irã ao Brasil. Análise das conclusões do estudo realizado pelo Dr. Luís Stuhlberger, divulgado no relatório “A angústia de um gestor/Brasil: deterioração de fundamento x Market Timing”.

62712

SENADOR RENAN CALHEIROS – Análise dos indicadores socioeconômicos que têm contri-buído para o desenvolvimento econômico do país. Apelo para que sejam efetivadas mudanças nas regras de precatórios no Brasil. Solicitação ao pre-sidente Lula no sentido de apoiar os pleitos dos aposentados e pensionistas. Comunicação aos militares de todos os Estados da Federação que foi solicitada ao Senador Demóstenes Torres a inclu-são dos investigadores e peritos criminais na PEC nº 12/2009.

62715

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Apelo em favor da inclusão dos agentes penitenciários na PEC 41. Apelo pela modificação do Código Florestal Brasileiro.....

62718

SENADOR MÃO SANTA, como Líder – Apoio a proposta que institui um piso salarial

nacional para policiais civis e militares, inclusive bombeiros. Preocupação com os baixos salários dos médicos, servidores da saúde e professores, no Piauí.	62721	Projeto de Resolução nº 79, de 2009, lido anteriormente.	62750
1.3 – ORDEM DO DIA		1.4.6 – Comunicações	
1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.		Do Senador Geraldo Mesquita Júnior, comunicando que, embora tenha registrado a presença na Sessão Deliberativa do dia 25 de novembro corrente, por motivo de saúde não lhe foi possível estar presente no momento da votação nominal realizada, conforme cópia de Concessão de Licença para Tratamento de Saúde já entregue na Secretaria-Geral da Mesa. (Ofício nº 146/2009, de 26 do corrente)	62751
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		Do Senador Fernando Collor, solicitando que seja consignada sua presença no dia de hoje, pelas razões apresentadas.	62752
1.4.1 – Discursos		1.4.7 – Comunicação da Presidência	
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Considerações sobre os altos índices de mortalidade provocados pelo câncer, conforme dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde	62739	Recebimento do Requerimento nº 1.573, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 1.565, de 2009, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no dia 2 de dezembro, quando permanecerá em Montevidéu para proferir palestra no seminário “União Europeia – MERCOSUL, em acordo estratégico?”. Aprovado.	62756
1.4.2 – Comunicação	62744	1.4.8 – Comunicações	
Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, esclarecendo que esta Presidência se manifesta no sentido de que o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, seja incluído em Ordem do Dia, tendo em vista o término do prazo naquela Comissão. (Ofício nº 439/2009, de 26 do corrente)	62744	Do Senador Romeu Tuma, informando, que estará impossibilitado de participar das Sessões do Parlamento do MERCOSUL; e solicitando seja cancelado o Requerimento de Licença para Ausentarse dos Trabalhos da Casa. (Ofício nº 491, de 2009, de 26 do corrente)	62756
1.4.3 – Comunicações da Presidência	62744	Do Senador José Nery, comunicando que estará impossibilitado de participar da Sessão do Parlamento do MERCOSUL. (Ofício nº 575, de 2009, de 26 do corrente)	62756
Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2009 (nº 4.686/2001, na Casa de origem, do Deputado Luiz Bittencourt) e do Projeto de Lei da Câmara nº 190, de 2009 (nº 2.896/2008, na Casa de origem).	62744	Do Senador Sérgio Guerra, informando que não poderá participar da viagem à cidade de Guangdong, República Popular da China, no período de 29 de novembro a 07 de dezembro do corrente ano.	62756
Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2009 (nº 867/2008, na Câmara dos Deputados).	62744	Da Liderança do PP do Senado Federal, informando ser o único representante do Partido Progressista nesta Casa, tendo em vista satisfazer a exigência contida no Ofício nº 2.728/2009-SF. (Ofício nº 007/2009, de 26 do corrente)	62757
1.4.4 – Leitura de projetos	62744	1.4.9 – Comunicação da Presidência	
Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.	62744	Designação do Senador Francisco Dornelles para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nos termos do expediente encaminhado pela liderança do Partido Progressista. (Ofício nº 007/2009, de 26 do corrente)	62757
Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta parágrafo ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar que a notificação de gravidez interrompe o decurso do prazo de aviso prévio já concedido ou indenizado.	62745	1.4.10 – Discursos (continuação)	
Projeto de Resolução nº 79, de 2009, de autoria Fernando Collor, que altera o art. 107, I, b, do Regimento Interno do Senado Federal, para modificar o dia da semana e o horário em que se realizam as reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura.	62746	SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Apelo em favor da aprovação do projeto de combate às organizações criminosas e o de estímulo às oportunidades de escolarização do trabalhador brasileiro. Comentários sobre visita feita a Portugal, onde estão	62757
1.4.5 – Comunicação da Presidência			
Abertura do prazo de cinco dias úteis perante a Mesa para recebimento de emendas ao			

promovendo a inclusão digital e preparando a sociedade para o futuro. Apresentação dos indicadores escolares em Portugal, do Programa denominado Novas Oportunidades.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Manifestação de apoio ao Senador Mão Santa em defesa dos aposentados. Registro da preocupação dos gaúchos com os desastres climáticos que vêm ocorrendo no Rio Grande do Sul. Referência à aprovação, ontem, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Comemoração pela medida de isenção total do IPI para a linha de móveis e pela perspectiva de isenção de IPI para o material escolar.

1.4.11 – Comunicação

Do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, comunicando a substituições de membros na delegação que representará esta Comissão na 15ª Conferência das Partes sobre o nº 72, de 2009-CMA. (Ofício nº 102/2009, de 26 do corrente)

1.4.12 – Comunicação da Presidência

A não utilização do número de Parecer nº 2.143, de 2009.

1.4.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Lula descarta o fim do fator previdenciário”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 21 de novembro corrente.

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre a medida tomada pelo governo de redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados, para automóveis, eletrodomésticos, material de construção e bens de capital, uma saída real e de efeitos rápidos para a crise econômica.

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – DOCUMENTOS DO SENADOR EDUARDO SUPLICY

Tradução de documentos do Senador Eduardo Suplicy, em pronunciamento do dia 24 do corrente.

3 – PARECER

Nº 87, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 90, de 2009-CN, que altera o caput do art. 3º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

4 – ATAS

4.1 – CPI da Petrobrás

Ata da 12ª Reunião, realizada em 10.11.2009.

4.2 – CPI da Pedofilia

62757

Ata da 58ª Reunião, realizada em 14.10.2009.

62793

4.3 – Comissão Temporária Acompanhamento de Metas Fixadas pelo ONU

Ata da 1ª Reunião.

62795

5 – MESA DO SENADO FEDERAL

Ata da 14ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29 de outubro de 2009.

62797

6 – ATOS ADMINISTRATIVOS

6.1 – Atos do Presidente

Nºs 471 a 503, de 2009.

62810

6.2 – Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Nº 23, de 2009.

62827

7 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 26-11-2009

SENADO FEDERAL

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

62764

62763

62763

62764

62765

62766

62774

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha
Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº
8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do
Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Ativi-
dades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de
1999)

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Ata da 226^a Sessão Deliberativa Ordinária em 26 de novembro de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa, Gerson Camata, Augusto Botelho
e Mozarildo Cavalcanti.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 15 minutos e encerra-se às 19 horas e 26 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/11/2009 07:05:32 até 26/11/2009 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	
DEM	PB	ERRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PIP	RJ	FRANCISCO DORNEILLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELINER	X	
PTB	DF	GIL ARGEIRO	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PDT	BA	JOÃO IDURVAL	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ INÉRY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KATIA ABREU	X	
PMDB	MA	LOIBÃO FILHO	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PSC	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO ORMELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	PA	MÁRCIO COUTO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUCHE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CAVALCANTI	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	X	
Bloco-PT	MT	SIERRA SUESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIAGO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUAPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 52 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar o cinquentenário de criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nos termos do **Requerimento nº 308, de 2009**, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores.

Convidado para que componha a Mesa, primeiramente, o Senador Cristovam Buarque, primeiro signatário do requerimento que dedica esta parte da sessão às comemorações dos 50 anos do BID. (Pausa.)

Convidado, também, o Sr. Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Sr. Jaime Mano, para que tome assento à Mesa. (Pausa.)

Sr's Senadoras, Srs. Senadores, representantes e funcionários do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Senado da República homenageia, no período do Expediente desta sessão deliberativa de hoje, uma das mais importantes instituições mundiais da atualidade. Trata-se do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, cujo cinquentenário é celebrado no próximo dia 30 de dezembro.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar o nobre Senador Cristovam Buarque, eminente educador e Parlamentar, por ter sido o idealizador desta comemoração, de cujo requerimento foi o primeiro subscritor.

O Brasil possui uma profunda ligação com a história do BID, afinal, sua criação, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, nasceu de uma proposta do Presidente Juscelino Kubitschek, homem reconhecidamente à frente de seu tempo.

Esta homenagem que hoje prestamos ganha relevância quando nos lembramos que a criação do BID, em 1959, deveu-se à necessidade de apoiar o processo de desenvolvimento socioeconômico da América Latina e do Caribe, região historicamente rica em promessas vindas das nações desenvolvidas, porém carentes da ajuda internacional concreta.

Hoje, a instituição é a principal fonte de financiamento multilateral em 26 países da região em que atua, emprestando a taxas extremamente competitivas e atuando em parceria com empresas, governos e organizações da sociedade civil. O BID oferece ainda assessoria e assistência técnica em áreas tais como educação, agricultura e redução da pobreza.

Em suma, a atuação do Banco é totalmente voltada para a obtenção do crescimento econômico sustentável por meio do aumento da competitividade das economias locais, da modernização das instituições pú-

blicas e da promoção do livre comércio e da integração regional. Ao cabo, o próprio crescimento sustentável promove a redução da pobreza e das desigualdades, consequência benéfica da geração de empregos e renda para a população.

Em todo o Brasil, o Banco Interamericano de Desenvolvimento atua fortemente no financiamento de projetos de infraestrutura, saneamento básico e urbanização de áreas carentes, entre muitas outras áreas. Merece destaque a presença da instituição no fomento à atividade turística brasileira, especialmente no Nordeste, região que encontra no turismo uma vocação natural e uma alternativa sólida para a geração de emprego e renda e para a diminuição da pobreza e da desigualdade.

Outra área de atuação do BID que merece destaque, não só no Brasil mas em toda a América Latina e Caribe, é a concessão de empréstimos contingenciais para as regiões atingidas por calamidades naturais. Com o aumento da incidência desses fenômenos nos últimos anos, devido, em grande parte, às alterações climáticas que já estamos vivendo, cresce, e muito, a importância do Banco para as populações latino-americanas e caribenhais.

Em suma, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, nos seus cinquenta anos de história, ajudou a transformar o panorama econômico e social da América Latina e do Caribe. Sabemos que ainda há muito o que fazer, mas tudo o que doravante for feito, com toda a certeza, contará com a participação decisiva do BID.

A Mesa também convida para compor a Mesa o Professor Heitor Gurgulino de Souza, Vice-Presidente do Clube de Roma, que nos honra com sua presença. O Prof. Heitor Gurgulino foi Reitor da Universidade do Legislativo e da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio, durante dez anos, como esclarece aqui o Professor Cristovam Buarque.

É muita honra tê-lo aqui, Professor Heitor Gurgulino.

Dando prosseguimento à sessão em sua parte mais efetiva, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque, primeiro signatário do requerimento que marca esta homenagem.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na próxima parte da sessão, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável – desculpe-me, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a será inscrito no momento oportuno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Uma boa-tarde a cada uma e a cada um.

Senador Gerson Camata, que preside esta sessão; Exmº Embaixador Glanzer, da Áustria, que nos prestigia; prezado amigo, que representa o representante do Banco Interamericano, Sr. Jaime Mano; meu caro amigo Heitor Gurgulino, que comparece aqui a esta homenagem; cumprimento também uma figura que me liga profundamente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que mora aqui em Brasília, o Engenheiro Fernando Caldas, funcionário por muito anos do Banco, e que me apresentou ao Banco décadas atrás, que, contudo, não pôde estar presente aqui. Seria uma pessoa que eu teria o maior prazer também de cumprimentar especialmente. Saúdo os senhores e as senhoras que trabalham no Banco, e que aqui vieram; saúdo também o meu prezado Eduardo Gutierrez, representante do Pnud; e todos os demais aqui presentes.

Senador Gerson Camata, fui o primeiro signatário, e teria diversas razões para sê-lo. Como Governador que fui de um Estado brasileiro, é óbvio que tenho de prestar uma homenagem ao Banco Interamericano pela colaboração que este Banco deu a diversos projetos que estão em andamento no Distrito Federal; como brasileiro, é claro que tenho de agradecer o que o Banco fez pelo desenvolvimento do nosso País; como economista, agradeço tudo o que fez o Banco para ajudar a formar uma geração inteira de brasileiros e latino-americanos, que passaram a entender o processo de desenvolvimento de uma maneira que antes não víamos; como amigo pessoal do Enrique Iglesias, é claro que eu também teria a justificativa de convidá-lo para esta homenagem, pela vinculação dele, tanto quanto os outros Presidentes do Banco. Porém, na verdade, o que de mais importante me levou a fazer isso foi uma razão sentimental: foi a minha relação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento durante seis anos, nos quais eu, de certa forma, constrangido a morar fora do meu País, fui absorvido pela comunidade latino-americana em Washington, em Tegucigalpa e em Quito, os lugares onde servi.

Essa é uma razão que toca sentimentalmente, mas não é talvez a mais importante numa solenidade como esta. A mais importante é lembrarmos que, nesses 50 anos, o Banco Interamericano, como outras instituições, mudaram a face do Continente. Mudaram a face transformando um Continente, que, naquela época, era subalterno completamente nas relações comerciais internacionais, que era, de certa maneira, um Continente quase que primitivo na sua estrutura econômica – agrícola, rural –, em um Continente que,

podemos dizer, do ponto de vista econômico, hoje, é completamente diferente – e, ao final, eu vou dizer como acho que deveriam ser os próximos 50 anos do Banco.

Lembro, quando voltei – não faz muito tempo – a Quito, onde estive no começo dos anos 70, como funcionário do Banco, que pude perceber como aquele país havia mudado radicalmente, assim como o Brasil mudou e como todos os países mudaram. Isso, graças a uma longa história, razão por que, numa solenidade como esta, que tem a ver não apenas com os que estão presentes, mas com os que nos estão assistindo agora e outras vezes se repetirão ao longo da semana, pela TV Senado, vale a pena fazer um pequeno histórico.

Desde que houve, em 1890, a primeira Conferência Interamericana, realizada em Washington, foi aprovada uma resolução pedindo a criação de um banco que funcionasse como instituição de desenvolvimento concentrada nos prementes problemas da região. Ou seja: esses 50 anos seriam multiplicados por mais de duas vezes se a gente for lá à raiz da ideia de uma entidade financeira do Continente.

Em 1954, a Conferência Econômica Interamericana, realizada em Petrópolis, no Brasil, elaborou as propostas que viriam a ser a base do convênio constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em 1958, o mesmo Presidente que fundou Brasília, Juscelino Kubitschek, escreveu ao então Presidente Norte Americano Eisenhower, sugerindo que os países do hemisfério ocidental lancem um decidido esforço de cooperação para promover o desenvolvimento econômico social da América Latina. A proposta encontrou grande receptividade e, pouco depois, uma comissão especial da Organização dos Estados Americanos redigiu o convênio que serviu de base para o Banco Interamericano. Ou seja: Juscelino, nosso Presidente, teve papel fundamental na constituição do BID.

Então, em 1959, o convênio foi ratificado por 18 países, sendo concedida a autorização inicial de US\$1 bilhão para o capital ordinário e fundo para Operações Especiais.

Em 1960, foi realizada a Primeira reunião anual, em El Salvador.

Em 1961, o BID concedeu o seu primeiro empréstimo, destinado a melhoramento do sistema de água e esgoto de Arequipa, no Peru. Ou seja, o primeiro empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento foi para o setor social, apesar de o Banco ter-se caracterizado tanto como financiador da infraestrutura econômica.

Em 1964 é aprovado o primeiro aumento dos recursos no capital ordinário para US\$1,3 bilhão, com linhas de crédito para as exportações, que beneficia-

riam Argentina, Brasil, Chile e México, os principais países que tínhamos à época.

É claro que não está escrito, na cronologia histórica do BID, que, em 1973 eu ingresssei no Banco – no histórico, obviamente, isso não aparece. Isto mostra como aquilo que é tão importante para uma pessoa é absolutamente irrelevante para as instituições às quais pertencemos. Passa-se aqui para o ano de 1974, quando é assinada a Declaração de Madri, que formalizou o ingresso de diversos países industrializados. Deixa, pois, o BID de ser uma instituição apenas latino-americana e norte-americana e passa a ser também europeia, asiática, servindo a todos os países.

Em 1976, o primeiro grupo de países europeus, além de Israel e Japão, filia-se ao Banco.

Logo depois, entre 1976 e 1993, 18 países extrarregionais ingressaram no BID.

Em 1978, a Assembleia de Governadores, autoridade máxima na qual estão representados todos os países-membros, geralmente nas pessoas dos Ministros de Fazenda, presidentes de bancos centrais e autoridades, estipulou que 50% das operações deveriam beneficiar os grupos de baixa renda. Outro dado que a gente esquece na estrutura e na política do Banco Interamericano: esse compromisso com a baixa renda. E aí entrou um programa de pequenos projetos de ajuda para agricultores e pequenos negócios.

Em 1985, é concluído o convênio constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, voltada para o desenvolvimento do setor privado e mercado de capital.

Em 1988, é criado o Fundo Especial do Japão para assistência técnica.

Em 1990, são aprovados os primeiros empréstimos setoriais e para microempresas. E é também criada a rede regional de pesquisas sobre política econômica.

Em 1993, começam as operações do Fundo Multilateral de Investimentos, para promover o crescimento abrangente por meio do desenvolvimento do setor privado.

Em 1988, é criado o mecanismo para empréstimos de emergência com aprovações anuais de créditos que chegam a alcançar US\$10 bilhões.

Em 2005, é lançado o mecanismo de moeda local.

Em 2009, em 12 de janeiro, a República Popular da China é admitida como membro do banco, da Corporação Interamericana de Investimentos e do Fundo Multilateral de Investimentos.

Por conseguinte, posso dizer hoje que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, apesar do nome interamericano e da finalidade interamericana, con-

ta com 26 países-membros mutuários e 22 países-membros não mutuários. Conta com 46 países na sua grande associação.

E, neste momento, apesar da crise econômica mundial, pode-se dizer que, com um volume recorde de empréstimos, os governadores comemoram o 50º aniversário em Medellín, na Colômbia.

O Banco Interamericano é o maior e mais antigo dos bancos regionais do mundo. Pouca gente lembra e percebe isso. É um banco anterior ao Banco Asiático de Desenvolvimento; é anterior ao Banco Africano de Desenvolvimento. Portanto, é um banco que tem servido de padrão para muitos outros que tenham a característica de regional e de desenvolvimentista.

Sua fundação resultou de um conceito ousado e original, pois, contrariando a tendência da época, criou-se um banco de devedores. Os que iam tomar empréstimos eram os donos do banco. Essa é uma visão radicalmente diferente da tradição em que o banco tem como dono os que emprestam e não os que tomam o dinheiro emprestado.

Os fundadores, sobretudo o seu primeiro Presidente, Felipe Herrera, um grande economista latino-americano, percebiam que as necessidades da América Latina eram muito diferentes daquelas referentes à reconstrução das infraestruturas do Japão e dos países europeus, que motivaram a criação do Banco Mundial depois da Segunda Guerra Mundial.

Ele, Felipe Herrera, percebeu, com seus trabalhos, com a assessoria do grande economista brasileiro Celso Furtado, que as características eram diferentes, que não servia um banco que repetisse o Banco Mundial, porque senão nem seria necessário. Era preciso um banco que falasse a língua do Continente latino-americano. Não a língua do ponto de vista do espanhol, do português e de outras línguas de países do Caribe, mas que falasse a língua do ponto de vista da concepção de desenvolvimento.

É claro que, de lá para cá, algumas mudanças forçam que o Banco Interamericano se readapte, dê um salto adiante. Na América Latina, a população era predominantemente rural, como disse; precisava ter acesso a educação e serviços sanitários essenciais; precisava desenvolver a ciência e a tecnologia, criar e fortalecer instituições públicas e privadas. Diferente do Banco Mundial, diferente do Plano Marshall para recuperar a Europa, onde as escolas já existiam, água e esgoto já estavam em todas as casas e o que precisava era apenas recuperar a infraestrutura destruída pela guerra. Aqui, a infraestrutura não havia sido destruída pela guerra, a infraestrutura ainda não havia sido criada, pelo obscurantismo dos dirigentes do nosso Continente ao longo dos quatro séculos anteriores. A

nossa guerra não foi uma guerra de bombas, foi uma guerra de omissões.

Urgia, portanto, melhorar as políticas econômicas e utilizar o planejamento, técnica que ninguém conhecia na época – e foi para isso que eu ingressei no banco como professor de elaboração e avaliação de projetos e de planejamento; estimular a industrialização e fortalecer o setor privado e a pequena empresa. Era preciso construir infraestrutura, incentivar núcleos agrícolas e promover reformas. Era preciso, portanto, fazer uma revolução, uma revolução pela economia. Na mesma época em que se falava numa revolução pelo social do ponto de vista político, o banco falava numa revolução social do ponto de vista dos investimentos.

Os empréstimos, garantias e doações disponibilizados pelo BID ajudaram a financiar projetos de desenvolvimento e, até hoje, respaldam estratégias para reduzir a pobreza, expandir o crescimento, ampliar o comércio e o investimento, além de promover a integração regional, o desenvolvimento do setor privado e a modernização do Estado.

Na presidência de Antonio Ortiz Mena, mexicano eminentes que ficou dezoito anos na presidência, o Banco aumentou sua contribuição ao fortalecimento da infraestrutura da região. Sob a liderança de Enrique Iglesias, de 1988 a 2005, apoiou os processos de reestruturação das economias regionais.

Enrique Iglesias, que ficou menos tempo do que Ortiz Mena, foi, entretanto, o presidente que deu o norte a esse novo tempo, que deu a linha para esse mundo que mudou completamente a partir do começo da década de 80.

Ao longo dos anos, o Banco se transformou em importante catalisador da mobilização de recursos para o desenvolvimento da região. As principais funções são utilizar capital próprio, fundos captados nos mercados financeiros e outros recursos disponíveis para financiar o desenvolvimento dos países-membros mutuários; suplementar investimentos privados na falta de capital privado, em termos e condições razoáveis, e proporcionar assistência técnica para a preparação, financiamento e execução de projetos de desenvolvimento.

E aqui eu quero dizer que, quando se inaugura uma estrada, todo mundo vê; quando se inaugura um porto, uma hidrelétrica financiada por um banco, como o Banco Interamericano, todos vêem; mesmo quando se inaugura uma universidade as pessoas percebem. Todavia, uma contribuição dada pelo banco, que ninguém sabe, ninguém vê, é porque foi dentro da massa cinzenta dos técnicos brasileiros, graças à assistência técnica, ensinando os jovens brasileiros que havia uma racionalidade na maneira como nós devemos investir os recursos públicos, que o investimento público não

deve ser o resultado apenas de uma opção pura e simplesmente da vontade política do dirigente, mas que o dirigente político tem que combinar isso com a racionalidade. Racionalidade que significa avaliação de benefício-custo, que significa planejamento no uso dos recursos, que significa um cronograma que permita que os investimentos sejam feitos de maneira que venham os resultados e não apenas que sumam os recursos como muitas vezes aconteceu em investimentos feitos nos nossos países.

Essa assistência técnica, Sr. Representante, é uma contribuição invisível que o Banco deu a uma geração inteira de brasileiros e de latino-americanos da qual eu faço parte. Fui trabalhar, mas fui um aluno. Fui trabalhar, mas aprendi, graças a uma filosofia que foi surgindo no Continente, graças aos que dirigiram o banco, o Felipe Herrera, ao Ortiz Mena, ao Enrique Iglesias e a outros economistas do calibre de Celso Furtado.

No desempenho de sua missão, o Banco mobilizou financiamento para projetos que representam um investimento total de US\$377 bilhões. De US\$294 milhões em 1961, que foi quando começou, o volume anual de empréstimos cresceu exponencialmente, hoje chegou a US\$377 bilhões, ou seja, mais de mil vezes do que o seu começo.

As operações do Banco abrangem o espectro completo das atividades de desenvolvimento econômico e social. No passado, os empréstimos deram ênfase mais aos setores produtivos da agricultura e da indústria, aos setores de infraestrutura de energia e transporte e aos setores sociais de saúde pública e ambiental, educação e desenvolvimento urbano. Entre as prioridades atuais, estão a redução da pobreza e a equidade social, a modernização e a integração, e o meio ambiente.

O Banco está empenhado em garantir que suas operações de empréstimo beneficiem diretamente as populações de baixa renda. O inovador Programa de Financiamento de Pequenos Projetos procura proporcionar pequenos financiamentos a microempresários e a pequenos agricultores e, desde 1990, o BID ampliou seu apoio ao setor informal. Na última década do século passado, o Banco financiou empréstimos para reforma setorial e programas de redução da dívida financeira. Em 1995, começou a emprestar até 5% dos recursos do capital ordinário diretamente ao setor privado, sem necessidade de garantia dos governos, como uma forma de aliviar a dívida pública que nossos países sempre tiveram.

O Banco também conta com o Fundo para Operações Especiais, que dá empréstimos concessionais a países classificados como economicamente menos

desenvolvidos no cenário do Continente, os países ditos mais pobres.

O Banco levanta fundos para as suas operações nos mercados de capital da Europa, do Japão, da própria América Latina e do Caribe e dos Estados Unidos. Os seus títulos de dívida recebem, desde a sua fundação, das primeiras agências de classificação de crédito, a classificação mais alta que existe, que é a AAA, a triple A, graças à solidez do apoio de seus acionistas, a seus coeficientes financeiros e à prudência de suas políticas.

Embora a Assembleia de Governadores seja a autoridade máxima do Banco, ela delega muitas de suas atribuições operacionais à Diretoria Executiva, composta de 14 membros titulares e 14 suplentes, nos quais o Brasil tem estado sempre presente.

No fim de 2008 – começo a concluir esta parte da história –, o Banco tinha aprovado US\$169 bilhões em empréstimos e garantias, para financiar projetos com investimentos que somam, como já disse, US\$377 bilhões.

Em 2008, o grupo do BID executou um programa operacional de empréstimos, garantias, operações não reembolsáveis e investimentos de US\$12 bilhões. Essa cifra inclui as duas primeiras operações do novo Programa de Liquidez para Sustentabilidade do Crescimento, aprovadas no fim do ano. Cresceu o número de projetos coerentes com as prioridades estratégicas definidas em anos anteriores – as iniciativas de Água Potável e Saneamento, Energia Sustentável e Mudança Climática e Oportunidades para a Maioria.

O BID preocupou-se, por fim, em ajustar a sua estrutura às necessidades da região, a curto e a longo prazo. Para enfrentar a crise imediata, o Banco sabe que precisará continuar a usar os recursos disponíveis no quadro de suas políticas financeiras e definir um programa de empréstimos compatível tanto com as necessidades da economia da região como com a capacidade do próprio Banco e de todo o Continente.

Era isso, Sr. Presidente da Mesa, senhores convidados, que gostaria de colocar como uma pequena lembrança do que foi o Banco do ponto de vista de seus números financeiros.

No que se refere às áreas prioritárias, na redução da pobreza, que é uma das metas fundamentais, do montante total em financiamento aprovado em 2008, US\$3,9 bilhões – 34,8% do total – destinaram-se a projetos que incluíram componentes para reduzir a pobreza e fortalecer a equidade social – um número próximo à meta recomendada, que é de 40% do volume total, dirigido ao enfrentamento do problema da pobreza.

Na energia sustentável em mudança climática, o Banco participa dos objetivos fundamentais da iniciativa de energia sustentável em mudança climática, visando a expandir o desenvolvimento e o uso de fontes de energia renovável, promover tecnologias e práticas de eficiência energética e fortalecer o financiamento de carbono na América Latina e no Caribe, além de fomentar e financiar a adaptação de estratégias para reduzir a vulnerabilidade da região à mudança climática que vamos ter adiante. Por isso, o Banco é uma presença fundamental, pessoal ou não, naquilo que vamos discutir daqui a 15 dias em Copenhague.

O BID gera valor agregado por meio de empréstimos programáticos, com base em políticas para ajudar os governos da região a implementar suas agendas relacionadas à mudança climática. E é um grande fato estarmos fazendo esta homenagem no dia seguinte à aprovação, nesta Casa – ontem à noite –, da lei que vai cuidar da maneira como o Brasil participará das mudanças climáticas, lutando contra elas.

Na infraestrutura hídrica e outras, para corrigir as deficiências em serviços de água e saneamento no futuro próximo, o BID lançou, em 2007, a Iniciativa da Água Potável e Saneamento, com produtos financeiros especiais para apoiar as soluções às necessidades de cada país. No fim de 2008, o Banco havia aprovado projetos em 70 cidades, incluídas em um programa chamado 100 Cidades, criado para proporcionar água e saneamento a comunidades pobres em cidades com mais de 50 mil habitantes, e em 720 das três mil comunidades rurais que administram seus próprios sistemas de água e saneamento.

O Banco aprovou também, em 2008, quase US\$1,2 bilhão em empréstimos e US\$11,2 milhões em operações de cooperação técnica para projetos de água e esgoto.

Na infraestrutura vinculada ao meio ambiente, o Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente é um departamento do Banco que procura o uso eficiente dos recursos hídricos. Talvez, o mais grave dos problemas que vamos ter no futuro, muito mais do que como aproveitar a riqueza do petróleo, será como evitar o desperdício de água. Se a gente fica sem petróleo, readapta-se; se fica sem água, morre. Nesse sentido, o Banco tem tido a preocupação da busca de uso de recursos hídricos de maneira eficiente, reorientando uma tendência de décadas atrás de ver a água apenas como geração de energia elétrica ou como fluxo de transporte de mercadorias nos rios. Água também é para beber. E é incrível que, durante décadas, esquecemos que a água era também para beber, imaginando que água era apenas para iluminar, que água era apenas uma via de transporte.

Ao todo, em 2008, o banco aprovou US\$3,9 bilhões em empréstimos para outras infraestruturas, além de água e saneamento: US\$2,5 bilhões com garantias de governos e US\$1,4 para investimentos sem essas garantias.

Faço questão, apesar do tempo que estou tomando nesta fala, Sr. Presidente, de falar de educação e inovação.

Na área da educação, em 2008, o BID aprovou cinco empréstimos, além de 15 operações não reembolsáveis para países e outras três para projetos regionais, no total de US\$890 milhões. Ou seja, quase US\$1 bilhão na área da educação. Aprovou dois empréstimos para ciência e tecnologia no valor de US\$63 milhões. Em 2008, ainda, lançou uma iniciativa para inovação na área de inclusão social, ajudando grupos desfavorecidos a usarem tecnologia de telefonia celular para melhorar o acesso a informações sobre saúde e serviços públicos.

Por meio desses investimentos, pode-se dizer que o Banco tem dado uma contribuição para garantir aquilo que ele chama de Oportunidades para a Maioria. Com a iniciativa Oportunidades para a Maioria, o BID tinha em mente os 360 milhões de habitantes, quase 70% da população que vive com menos de US\$300 por mês.

Com esta iniciativa, Oportunidades para a Maioria, o BID procura envolver comunidades de baixa renda e o setor privado na criação de empregos e no desenvolvimento de produtos e serviços de qualidade, bem como incorporar a maioria da população ao circuito econômico do setor produtivo.

Foram aprovados os quatro primeiros projetos no âmbito desta iniciativa, Oportunidades para a Maioria, no total de US\$49 milhões.

Para o Brasil, para não dizer que não falamos nele:

- a)** BNDES: em 2008, é o terceiro programa para o apoio a micro, pequenas e médias empresas, no montante de US\$1 bilhão;
- b)** Programa de consolidação da estabilidade fiscal para desenvolvimento do Estado da Bahia, no valor de US\$409 milhões;
- c)** Programa de recuperação de rodovias no Estado de São Paulo, que está na fase III, no montante de US\$194 milhões;
- d)** Programa de transporte urbano para o Distrito Federal, no montante de US\$176,8 milhões.

Em 2009, o Banco Interamericano está comprometido com a promoção da igualdade de gênero e a inclusão étnica como princípios para melhorar as condições de vida e com o fundo não reembolsável para

apoiar medidas sanitárias destinadas ao controle e à eliminação de doenças infecciosas negligenciadas na América Latina e no Caribe. Para isso, em colaboração com a Organização Pan-Americana de Saúde e a Rede Global para Doenças Tropicais Negligenciadas, o Banco está planejando uma ação vigorosa, para combater as chamadas doenças negligenciadas, que afetam as populações mais pobres da região, em particular os nossos indígenas e afrodescendentes.

É por isso, Sr. Presidente, senhores e senhoras, que não via a possibilidade de passarmos os 50 anos do Banco Interamericano sem uma homenagem. Não por razões pessoais, pelo meu vínculo, pela minha dívida pessoal. Há bancos aos quais devemos dinheiro; há bancos aos quais devemos o abrigo que recebemos, quando precisamos ficar fora do Brasil. E recebermos aí a chance de trabalhar, de desenvolver o Continente e de aprender muito. Por isso esta homenagem, que não pode ser feita sem a fala do Senador que olha o futuro, e não os 50 anos passados; que olha os próximos 10, 20 anos; e, quem sabe, com sorte, se atravessarmos os próximos 10, 20 anos, os próximos 50 também.

É como Senador que quero dizer que gostaria de ver o Banco dando uma contribuição do tipo que falei aqui, que era mais importante, que era invisível da assistência técnica, dando uma contribuição na assistência técnica para mudar, senhor representante, a mentalidade que temos no nosso Continente e no mundo; para mudar a mentalidade dos nossos dirigentes, dos nossos técnicos e da nossa população em geral.

O que está em jogo a partir de agora, na realização, na continuação, na complementação do desenvolvimento, não será realizado se nós mantivermos a ideia de que medimos a **performance**, o desempenho de um país, com base no índice de seu crescimento econômico. Não basta! O crescimento econômico, levando ao aquecimento global, é como caminhar rápido para saltar de um abismo – não é muito recomendável. Lamentavelmente, a mentalidade que ainda prevalece hoje é a mentalidade de correr depressa, não importando em que direção, mesmo sendo para um desastre.

Nós precisamos incutir na opinião pública, nos dirigentes, nos técnicos, os custos que nós temos adiante, custos invisíveis, apesar de já perceptíveis, da crise ecológica. Nós precisamos também mudar a mentalidade de que a igualdade de oportunidades vem do aumento da renda. Não! A igualdade de oportunidades vem do aumento da educação para todos. Esse é o objetivo central.

Fico feliz de ver aqui o Heitor Gurgulino, que tem sido um defensor da ideia da educação como caminho para a igualdade, como Reitor da Universidade das Nações Unidas e como participante fundamental

do Clube de Roma. Aqui a gente precisa, Gurgulino, prestar uma homenagem ao Clube de Roma, no momento em que você achar certo.

Quando o Clube de Roma, em 68 e, depois, em 72, reafirmou as projeções catastróficas para o mundo em função do desenvolvimento, foi tido como um grupo de profetas do absurdo. Precisaram de algumas décadas para dar razão àqueles que, lá em 68, previram que haveria limites ao crescimento – **Os Limites do Crescimento**, aliás, é o título do livro que foi publicado naquele momento. O Clube de Roma foi a primeira instituição que, de fato, deu o grito do malthusianismo com base científica, o malthusianismo usando os computadores e não a intuição do velho Malthus, quase duzentos anos atrás.

Nós não teremos futuro se não fizermos uma revolução educacional, e por duas razões. A primeira é porque a revolução educacional – escola igual para todos – é o que vai dar igualdade de oportunidades. Mais fábricas não trarão igualdade de oportunidades, porque só haverá emprego para aqueles que tiverem um mínimo de educação. Então, é preciso educação para termos igualdade de oportunidades. A segunda, porque cada cérebro que não educamos é menos um na busca de alternativas para a felicidade, para o bem-estar e até para o progresso sem poluição, sem destruição. Só educando todos é que vamos ter uma elite de cientistas que serão capazes de inventar transportes não poluentes, energias permanentes.

Este é o Banco que eu gostaria de ver daqui para frente: o Banco da revolução pela educação, o Banco que conseguiu fazer a revolução da industrialização no Continente, que já foi feita. Quando a gente compara a situação de hoje com a de 50 anos atrás do ponto de vista da industrialização, vemos um País que fez uma revolução, vemos um Continente que fez uma revolução.

Agora a gente precisa de um banco que ajude a fazer a revolução do século XXI, a revolução do conhecimento, a revolução que é do conhecimento para todos igualmente e a revolução do conhecimento da mais alta qualidade para aqueles que tiverem talento, que tiverem persistência, que tiverem vocação, mas escolhidos entre todos, não apenas escolhidos entre uma pequena minoria que, no nosso Continente, consegue aprender a ler, faz o ensino fundamental, termina o ensino médio, entra numa universidade, faz um bom curso. Pouquíssimos conseguem isso. É lá embaixo que está hoje a crise.

A saída para nós não está, embora ela seja necessária, na indústria. A saída para nós não está, embora ela seja necessária, na agricultura de exportação. A saída para nós está na revolução educacional. E a

outra razão para essa revolução educacional é a necessidade de colocar dentro da cabeça das pessoas – e isso é educação – a ideia de que o progresso não está no crescimento necessariamente. O progresso pode estar até no decrescimento, um decrescimento que aumente o bem-estar. Este é o desafio: passar a ideia de que é possível decrescer a economia, crescendo o bem-estar – uma idéia tão revolucionária, hoje defendida por alguns no mundo, que parece até loucura. Nós nos viciamos tanto em identificar crescimento com progresso e com bem-estar que dizer que a gente pode decrescer aumentando o bem-estar parece estupidez. E a gente esquece que maior estupidez ainda é essa ideia de reduzir as emissões de carbono, aumentando a venda de produtos industriais poluentes.

Todos os dias a gente houve isso: “Vamos reduzir as emissões de dióxido de carbono e vamos aumentar a taxa de crescimento”. Não tem como, a não ser que mude o tipo de crescimento radicalmente. Ou a não ser que agente diga: “Vamos, sim, reduzir as emissões de dióxido de carbono para aumentar o bem-estar”. O bem-estar implica em um meio ambiente sustentável; implica em um bom transporte, implica em uma boa saúde, implica em bom consumo, mas não necessariamente em muito consumo. Essa é a nova mentalidade, e a gente precisa que alguém ajude a fazer.

O Banco Interamericano mudou a mentalidade do Continente ao trazer a ideia de industrialização, da racionalidade, do benefício-custo. Eu fui parte dessa revolução na mentalidade como professor. Durante os dois primeiros anos no Banco, dos seis, eu fui professor. Fiz assistência técnica até ir para a sede e ficar como analista de projetos.

Nós fizemos uma revolução, a revolução da racionalidade. Mas essa racionalidade mostrou uma alta dose de irracionalidade do ponto de vista social, do ponto de vista ecológico e até do ponto de vista financeiro – a prova dessa irracionalidade financeira foi a bolha do ano passado, que explodiu, porque a gente tinha de emprestar tanto para o consumo, para poder vender mais, que as pessoas deixaram de pagar e a crise financeira estourou.

Deixo aqui, Sr. Presidente, além dos meus agradecimentos como brasileiro, como funcionário e como Governador, deixo aqui também uma sugestão – não usei a palavra “cobrança”, porque no dia que a gente faz homenagem não cobra. Deixo aqui esta sugestão: ajudem a mudar a mentalidade absurda associada à idéia de que progresso equivale a mais consumo e de que mais consumo equivale a crescimento.

Ajudem a trazer a ideia de que é possível até mesmo decrescer melhorando a qualidade de vida, aumentando o bem-estar da população. Ajudem e, aí,

o Banco estará cumprindo a sua função, de tal maneira que, daqui a mais cinquenta anos, outros Senadores aqui se lembrem de prestar uma homenagem pelo primeiro centenário do Banco, lembrando tudo que ele fez nos primeiros cinquenta e tudo que terá feito nos cinquenta anos subsequentes.

Neste momento, eu espero que nós todos, seres humanos – não nós aqui presentes; daqui, talvez, poucos, ainda possamos comemorar o bem-estar. Mas se não fizermos essa revolução, talvez o primeiro centenário não seja comemorado, porque as condições de vida poderão ter tido tal decadência, degradação por força da desigualdade social brutal e por força da degradação ambiental que, talvez, nem haja o que comemorar. Para haver o que comemorar daqui a cinquenta anos é preciso mudarmos hoje a mentalidade como nós vemos, como nós definimos, como nós buscamos o progresso.

A ideia que o BID teve foi correta, e o BID foi eficiente nos primeiros cinquenta anos. Para ser nos próximos cinquenta, é preciso ajudar a mudar a mentalidade de todos nós.

Parabéns a todos que fazem o Banco Interamericano aqui e em todo o Continente, e até no mundo inteiro, porque hoje ele tem representações em diversos países fora do Continente. Parabéns e muito obrigado.

Fica aqui a minha gratidão pelo passado e a minha esperança no futuro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em atendimento ao Regimento, passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Gerson Camata, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Augusto Botelho, que preside os nossos trabalhos; caro Senador Cristovam Buarque, requerente desta sessão em homenagem aos cinquenta anos do Banco Interamericano de Desenvolvimento; prezado Sr. Jaime Mano, que aqui representa a direção do BID; prezado Sr. Embaixador da Áustria, Sr. Hans-Peter Glanzer, eu gostaria de externar minha solidariedade à manifestação do Senador Cristovam Buarque, ele que trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde desenvolveu muito da sua atividade como professor, pesquisador e contínuo apaixonado pelo desenvolvimento econômico e social, que,

conforme ressalta, terá sentido na medida em que pudermos prover boas oportunidades de educação para todas as pessoas.

Gostaria, como fez o Professor Cristovam, de saudar os esforços de todos aqueles que presidiram o BID, mas, em especial, o Presidente Enrique Iglesias, que por muitos anos conduziu o Banco, e o atual Presidente Luís Alberto Moreno, que, no prefácio de **Celebrar o Passado, Construir o Futuro, 50 Anos de Desenvolvimento na América Latina e Caribe**, começa com uma bonita citação de Pablo Neruda: **Hay que mirar al mapa de América, enfrentarse a la grandiosa diversidad, a la generosidad cósmica del espacio que nos rodea.** Diz muito do espírito que inspirou o BID durante esses cinquenta anos, o BID que, ao final de 2008, havia aprovado 169 bilhões e 300 mil reais em empréstimos e garantias para financiar projetos, com investimentos no total de mais de R\$377 bilhões e mais US\$2,5 bilhões de dólares em doações e financiamento de cooperação técnica para a recuperação contingente.

E conforme ressaltou o Senador Cristovam Buarque, hoje o BID conta não apenas com os 26 países-membros da América Latina e do Caribe, mas com um total de 48 países-membros, que incluem os países desenvolvidos e, mais recentemente, a República Popular da China, que veio também colaborar e trazer um sentido maior para o BID, que tem muitas de suas ações em coordenação com o Banco Mundial e com instituições tais como o Fundo Monetário Internacional, que, aliás, vem tomando iniciativas importantes.

Hoje, inclusive, na minha inscrição normal, falarei de inovadora realização do Fundo Monetário Internacional a partir da colaboração dos BRICs, ou seja, da cooperação do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, que passaram a ter um papel importante nesta semana, pois tomaram uma decisão muito significativa para proporcionar mais oportunidades de financiamento e desenvolvimento aos países em desenvolvimento.

Eu gostaria de ressaltar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem apoiado muito as diversas iniciativas de transferência de renda na América Latina e no Caribe. Por exemplo, a pesquisadora da Unicamp e da FAO Ana Maria Medeiros da Fonseca, que foi a primeira coordenadora e primeira Secretária-Executiva do Programa Bolsa-Família, realizou um trabalho recentemente em que mostra que, desde o início dos programas de transferência de renda, já há um número muito significativo de programas, sendo que muitos deles têm o apoio do BID.

Dentre os programas de transferência de renda, vou aqui citar os seguintes. No México, **Progresat-Oportunidades**, iniciado em 1997; no Brasil, progra-

mas locais, como o iniciado pelo então Governador e hoje Senador Cristovam Buarque, o Bolsa-Escola, aqui no Distrito Federal, em 1995; também o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado às oportunidades de educação do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, em Campinas. Esses programas resultaram, em 1997, na instituição dos programas de renda mínima associados à educação, o Bolsa-Escola, e, depois o Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás, o Cartão Alimentação, transformados e unificados no Bolsa-Família, desde outubro de 2003.

Em Honduras, desde 98, há o **Programa de Asignación Familiar**, já com diversas revisões; na Nicarágua, desde 2000, o **Programa Mi Familia**, da Red de Protección Social; na Colômbia, desde 2001, Famílias en Acción; no Equador, desde 2001, Bono Solidaredad-Bono de Desarrollo Solidário; na Jamaica, desde 2001, o **Programme of Advancement through Health and Education**; na Argentina, desde 2002, **Jefes y Jefas de Familia, Famílias para la Inclusión** (2005) e, agora, desde o mês passado, a **Asignación Familiar**, que guarda relação com o Programa Bolsa-Família; no Chile, desde 2002, o Puente del Sistema Chile Solidário; em El Salvador, desde 2005, **Red Solidaria**; no Uruguai, desde 2005, Ingreso Ciudadano; no Paraguai, desde 2005, **Tekoporá/Nopytyvo/Abrazo**; na República Dominicana, desde 2005, o **Solidaridad**; no Peru, desde 2005, o Programa Juntos; no Panamá, desde 2006, a **Red de Oportunidades/Bono Familiar para Alimentos**; na Costa Rica, desde 2006, o Avancemos; na Bolívia, desde 2006, o **Juancito Pinto**; na Guatemala, desde 2008, **Mi Familia Progresa**.

O BID tem apoiado praticamente todos esses programas, tem estimulado, inclusive, o diálogo a esse respeito.

Eu gostaria de transmitir ao Embaixador da Áustria, Hans-Peter Glanzer, que, justamente em Viena, em 2006, tive oportunidade de participar do 6º Congresso Internacional da **Basic Income European Network**, que agora já está em seu 13º Congresso Internacional, que vai ser realizado em São Paulo, na Universidade de São Paulo, no próximo ano.

Desde 2004, a **Basic Income European Network** se transformou na **Basic Income Earth Network**, na Rede Europeia de Renda Básica. Todos esses programas de transferência de renda têm sido estudados por esse fórum.

Um de seus principais fundadores foi o Professor Philippe Van Parijs. Quando aqui esteve em 1996, conversou com o Governador Cristovam Buarque, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o Ministro da Educação e com toda a sua equipe. Ele, que é um entusiasta da renda básica incondicional,

transmitiu ao Presidente Lula que avaliava importante chegarmos um dia à renda básica incondicional, mas era um excelente começo iniciarmos relacionando-a às oportunidades de educação, como faziam aqui o programa do Distrito Federal, do Governador Cristovam Buarque, e o programa de Campinas, do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira.

E, graças àquele diálogo, o Presidente deu a luz verde para que o Congresso votasse a Lei nº 9.533, que possibilitaria à União financiar gradualmente os Municípios que adotassem programas de renda mínima associados à educação, também denominados Bolsa-Escola.

O Programa Bolsa-Família tem contribuído muito para transformação de um País como o Brasil, um dos mais desiguais, pois, desde o início da década de 2000, especialmente de 2002 para cá, ano a ano, sempre tem havido uma diminuição no coeficiente de desigualdade, na diminuição da pobreza absoluta. O Brasil passou de um dos países mais desiguais do mundo para uma posição melhor – não tão boa, ainda –, pois estamos agora em 10º lugar entre os países de maior desigualdade. No entanto, é preciso avançar muito mais.

E eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para solicitar ao Sr. Jaime Mano que possa o BID se interessar em dar o apoio concreto a experiências locais, aquilo que já é lei nacional, da Renda Básica de Cidadania. Não sei se o Sr. Jaime Mano conhece, mas, há duas quintas-feiras, o prefeito de um pequeno Município de Santo Antônio do Pinhal, de sete mil habitantes, ali na serra da Mantiqueira, no caminho para Campos do Jordão, sancionou a primeira lei municipal da Renda Básica de Cidadania.

E eu gostaria de transmitir a cópia desse projeto, assim como a cópia do boletim da **News Flash**, da **Basic Income Earth Network**, e a **US Big News Letter**, pois em ambos está a chamada para trabalho, assim chamada **Call for Papers**, de um lado da conferência que se realizará em Quebec, reunindo a rede da renda básica dos Estados Unidos e do Canadá. Será um congresso internacional. Eu próprio estou convidado para ali expor os passos na direção da instituição da renda básica nas comunidades, nas vilas, nos municípios e em diversos países.

Os senhores poderão aqui notar as notícias que falam de como, por exemplo, na Nigéria começa a haver experiências locais de renda básica de cidadania.

Na Namíbia, iniciou-se em janeiro de 2008, em uma vila rural de mil habitantes chamada Otjiviero/Omitara, a 100km da capital Windhoeck, onde as mil pessoas ali estão recebendo NAD100 dólares por mês da Namíbia, ou o equivalente a US\$12,00 ou

US\$13,00, norte-americanos por mês, igual para todos. E os efeitos, até agora, são relatados no **Der Spiegel**, de agosto último.

Há uma matéria que diz como é que a renda básica salvou uma vila da Namíbia.

O **Der Spiegel** interessou-se muito porque os fundos vieram de diversas pessoas do mundo, inclusive de sindicatos da Alemanha, que resolveram prover recursos para que essa experiência seja realizada. Então, Senador Cristovam Buarque, o **Der Spiegel** informa que, graças à instituição dessa renda básica para todos os seus habitantes, aumentou a frequência das crianças na escola, aumentou a autoestima, aumentou o nível de atividade econômica, o nível de pequenos empreendimentos que as próprias famílias começaram a fazer, o que possibilitou experiências de micro créditos e outras. Portanto, quase todos os indicadores econômicos estão sendo positivos.

Há, aqui, notícias – e os senhores irão ver também – de que, em outros países da Ásia, está se considerando a possibilidade de seguir um exemplo tal como o que existe no Alasca.

Qual é o país da Ásia que está para introduzir uma renda básica nacional, semelhante ao que acontece no estado do Alasca? É a Mongólia. Então, a **US Big Newsletter**, de outono de 2009, informa que o governo da Mongólia tomou os primeiros passos para criar uma renda básica no estilo daquilo que acontece já no Alasca, onde se paga aos seus quase setecentos mil habitantes uma renda igual para todos.

Enfim, quero convidar o BID para abraçar, estudar e estimular essas iniciativas. E aqui lhe darei uma cópia do exemplar do Renda Básica de Cidadania, em espanhol, além dessas publicações que mencionei.

Meus cumprimentos ao BID pelos seus cinquenta anos e ao Senador Cristovam Buarque por sua iniciativa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que a pediu para emitir uma pequena opinião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero complementar a fala do Senador Suplicy, dizendo que fico muito feliz que S. Ex^a tenha trazido esse assunto para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entre 1995 até por volta do ano 2000, o BID deu uma imensa contribuição na divulgação da ideia do Bolsa Escola. O Henrique Iglesias foi o primeiro dos dirigentes que agarrou essa ideia. Fiz diversas viagens, depois que terminei meu governo e antes de ser Senador, a Washington e a outros lugares para promover a ideia do Bolsa Escola. Inclusive, criou-se um grupo no Ban-

co que trabalhou muito essa ideia. O representante lembra que foi daí, desse esforço feito entre 1999 e 2002, que derivou o empréstimo de US\$1 bilhão para o Bolsa Família. Depois é que veio a Unicef, a Unesco, o Banco Mundial e outras entidades. O BID esteve na divulgação da ideia no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O Sr. Senador Roberto Cavalcanti enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ao longo dos últimos 50 anos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem atuado como um dos principais propulsores do desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe.

Sua criação dependeu, de modo decisivo, do espírito arrojado e lúcido de Juscelino Kubitscheck. O ideal do pan-americanismo, nascido no século XIX, foi retomado por JK em pelo menos duas iniciativas das mais significativas. Se o lançamento da Operação Pan-americana, em 1958, teve antes de tudo uma importância conscientizadora e simbólica, outra idéia encampada pelo grande estadista brasileiro, para a qual obteve o apoio do Presidente norte-americano Dwight Eisenhower, acabou por resultar na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em dezembro de 1959.

Embora tenha surgido no seio da Organização dos Estados Americanos (OEA), o BID não se manteve vinculado a ela. Tampouco pertence ao âmbito da ONU, ao contrário de um importante organismo internacional de financiamento como o Banco Mundial. O BID é, sem dúvida, o maior banco regional de desenvolvimento do mundo, tendo servido de modelo para instituições similares, em nível regional e sub-regional.

Os 48 países membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento se dividem em 26 países membros mutuários, todos da América Latina e do Caribe, e 22 não-mutuários. Os países membros não-mutuários carreiam recursos para os financiamentos do BID. Ao fazê-lo, podem beneficiar-se dos processos de aquisições e contratações, pois é uma condição para fornecimento de bens e serviços aos projetos financiados pelo BID que as empresas pertençam aos países membros. Além disso, tais países reforçam, de modo geral, seus vínculos e aumentam as oportunidades de negócios com os países latino-americanos e caribenhos. No ano passado, foi formalizado o ingresso do 22º país membro não-mutuário, a República Popular da China.

Desde sua fundação, o BID tem sua sede na capital norte-americana, Washington. É lá que trabalha a Diretoria Executiva, que supervisiona as operações do Banco. O órgão máximo do BID é, no entanto, a Assembleia de Governadores, formada por representantes indicados por cada um dos países membros. Cada representante, ou Governador, tem um poder de voto proporcional ao capital da instituição subscrito por seu país. O BID mantém, também, representações sediadas nos 26 países membros da América Latina e Caribe.

Sr. Presidente, uma singularidade do modelo do Banco Interamericano de Desenvolvimento é que os países mutuários, recebedores dos empréstimos, detêm a maioria do poder de voto, equivalente a exatos 50,02%. O país que individualmente tem maior poder de decisão, entretanto, é os Estados Unidos, em correspondência ao seu maior aporte de recursos como acionista. Vêm, em seguida, o Brasil e a Argentina, com o mesmo poder de voto.

O objetivo enfatizado pelo BID, em suas primeiras décadas, era essencialmente o desenvolvimento econômico, que traria, por consequência, a melhoria das condições de vida das populações sujeitas à pobreza e à miséria. A instituição, contudo, tem mudado seu enfoque nos últimos tempos.

Hoje, as diretrizes do BID ressaltam que, para alcançar os objetivos de “promover o crescimento e a integração regional na América Latina e no Caribe”, é imprescindível fazê-lo por meio de “formas sustentáveis do ponto de vista social e ambiental, a fim de obter uma redução da pobreza duradoura e maior equidade social”.

Esse viés se reflete, do modo mais nítido, nas cinco áreas atualmente definidas como prioritárias pelo Banco, em consonância com as demandas dos países membros. São elas redução da pobreza, com reforço às redes de segurança social; energia e mudança climática, buscando-se estimular o uso de fontes de energia renovável e responder aos desafios trazidos pela mudança climática; infraestrutura, com ênfase no setor de água e saneamento; educação e inovação, promovendo-se políticas e programas eficazes para a universalização e a qualidade do ensino, bem como para o desenvolvimento científico e tecnológico; e, por fim, a rubrica oportunidades para a maioria, mobilizando-se o setor privado, por meio de incentivos de mercado e parcerias, em projetos sociais e de desenvolvimento.

Podemos constatar, Sr. Presidente, que essas áreas prioritárias – que não excluem, aliás, vários outras metas importantes – mostram um raio de abrangência bastante significativo. Não há dúvida de que o desen-

volvimento implica, necessariamente, uma abordagem ampla e diversificada de fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais. A ênfase tradicional no desenvolvimento da infraestrutura e do setor de exportações foi, com certeza, importante para os países que receberam, em décadas passadas, os correspondentes recursos; mas uma abordagem mais abrangente dos fatores que conduzem ao desenvolvimento, ao mesmo tempo que o traduzem, é muito bem-vinda e necessária.

Esses novos tempos do Banco Interamericano de Desenvolvimento já foram notados nos vários mandatos do Presidente Henrique Iglesias, exercidos no período de 1988 a 2005. Na atual gestão, do Presidente colombiano Luis Alberto Moreno, ocorreram também notórios avanços, entre eles o aporte de recursos de financiamento, que contemplam, além dos governos, empresas públicas e entidades não-governamentais, empresas privadas com mercado potencial de promoção do desenvolvimento. Se a média histórica de financiamento do Banco situava-se em US\$7 bilhões anuais, o montante elevou-se para US\$10 bilhões em 2007 e em 2008. A previsão do Presidente Alberto Moreno é de que, no presente ano e no próximo, o financiamento concedido pelo BID chegue a nada menos que US\$18 bilhões! Desnecessário ressaltar que esse aumento de recursos para nossos países, em período de crise econômica global, é extremamente bem-vindo e salutar.

Por todas essas razões, mesmo que abordadas sumariamente, queremos saudar o Banco Interamericano de Desenvolvimento em seus 50 anos, nos quais cumpriu, com eficiência sempre renovada e ampliada, seu papel de promover o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e do Caribe!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Agrademos a presença ao Exmº Sr. Embaixador da Áustria, Sr. Hans-Peter Glanzer; ao representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Sr. Jaime Mano; ao ex-Reitor da Universidade da Organização das Nações Unidas (ONU), Professor Heitor Gurgulino de Souza; às senhoras e aos senhores funcionários do BID e aos convidados.

Declaro suspensa a sessão, para que seja reaberta daqui a cinco minutos.

(Suspensa às 15 horas e 21 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 26 minutos.)

O Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está reaberta a sessão.

Brasília, 26 de novembro de 2009.

Estamos no Senado da República do Brasil, participando da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Esta sessão iniciou-se às 14 horas, mas a primeira parte do Expediente foi destinada à comemoração do cinquentenário da criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São três Senadores que pedem a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inscreva-me para que eu fale pela Liderança da Minoria, por obséquio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Mário Couto, V. Ex^a vai falar pela Liderança da Minoria.

Quero aproveitar para dar uma explicação. Ontem, foi possível aquela reunião graças à paciência, à tolerância e à inteligência do Presidente Sarney, que tem de fazer um contato. Somei quantos Líderes existem na Casa: são mais de dez. Então, é aquele atraso que queremos justificar para V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Estou admirando-o muito, Sr. Presidente. Sou seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Se houve sessão e aquele avançar no Legislativo, isso se deu por que votamos muito projetos em benefício do País. Avançamos graças à paciência, à tolerância e à inteligência do Presidente Sarney.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço para que me inscreva pela Liderança do PSDB. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é o terceiro Líder aqui inscrito. V. Ex^a é do PSDB.

O Arthur Virgílio está na Casa?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, V. Ex^a o substitui. É dispensável qualquer documento.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como V. Ex^a bem falou, são muitas as Lideranças, e aqui há mais uma, a Liderança da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é da Maioria.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Se V. Ex^a puder me inscrever como Líder da Maioria e se eu tiver a oportunidade de falar agora como orador inscrito, estarei à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O primeiro orador inscrito na lista é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedindo que já me inscreva como Líder do meu Partido, quero fazer dois registros que vão agradar muito...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a já está inscrito, e quero informar que já chegou a documentação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro que vai agradar a V. Ex^a, ao Piauí e ao Brasil.

Uma das primeiras decisões do Ministro Toffoli, que foi ouvido nesta Casa, que é um jovem advogado e que hoje é Ministro de Tribunal Superior, foi a de negar um **habeas corpus** para um pedófilo que abusou de duas crianças com Síndrome de Down. Já venho denunciando que há um tipo de abusador na sociedade que só quer abusar de criança com lesão mental, na cadeira de rodas; de criança desnutrida, com aspecto doente; de criança obesa; de criança oriental ou negra e de criança com Síndrome de Down. Este aqui abusou de duas crianças. A família percebeu que a criança de tenra idade sangrava e chorava, e ele foi preso. O advogado, então, tenta desqualificar.

Por não ter tempo agora, quando eu for à tribuna, Sr. Presidente, vou mostrar o argumento colocado pelo Ministro Toffoli. Aqui, além do saber jurídico que ele tem, quero elogiar a sensibilidade humana, porque quem tem alma e opera o Direito não tem o direito de colocar na rua quem pratica crime contra criança.

Do lado do Piauí, no Maranhão – V. Ex^a se lembra? –, foram praticados crimes pelo **serial killer** chamado Francisco. Os crimes aconteceram no Pará. Eram os chamados emasculados de Altamira. Quarenta meninos foram emasculados, ou seja, tiveram seu órgão genital tirado na base, e o **modus operandi** era o mesmo. Quando Francisco estava no Maranhão, os crimes cessavam em Altamira. Quando ele estava em Altamira, os crimes cessavam no Maranhão.

Sr. Presidente, quero elogiar matéria da revista *Veja* desta semana, intitulada “Injustiças em Série”, cometidas pela Justiça. Aqui, estão o maníaco do parque, alguns outros maníacos e o Francisco, o **serial killer**, que está preso no Maranhão.

Na minha ida com a CPI agora ao Maranhão, ouvi o Francisco, o **serial killer**. Ele havia sido condenado, mais uma vez, pela promotoria e pelo juiz com brilhantismo, por mais um crime cometido. Fui ouvi-lo, com uma psicóloga que está servindo à CPI. Pude perceber a frieza com que trata seus crimes. E sabe o que acontece? Sabe o que é grave nisso? Por que a CPI entrou nessa questão? Porque foram crimes praticados contra crianças, e, no princípio, dizia-se que envolviam seita religiosa. Há inocentes presos no Pará, inocentes que não cometem crime. E Francisco assume os quarenta crimes.

Quero elogiar o Ministério Público e a Polícia Federal, o grupo que fez a investigação no Maranhão. Não quero desmerecer o grupo de promotores do Pará – digo isto com todo respeito –, mas eles cometem um erro, pois inocentes estão presos. Há um médico do meu Estado que está preso sem ter cometido crime; ele é a cara do **serial killer**, do Francisco, que está preso.

Por isso, Sr. Presidente, estou indo ao Conselho Nacional do Ministério Público (Conamp), para pedir ao Conselho que tire um grupo de promotores do Brasil, de Estados diferentes, para que ouça o grupo que fez a investigação no Maranhão, onde o Francisco está preso, e ouça o grupo que fez a investigação no Pará. Num processo comparativo, está absolutamente clara a autoria dos crimes, pois ele disse onde estavam os corpos, ele acompanhou a retirada de corpos indicados por ele – inclusive, três deles estavam debaixo do piso da casa do próprio Francisco. Então, não se justifica que inocentes estejam presos, com penas tão altas, por pura vaidade.

Estamos entrando nesse caso dos emasculados de Altamira porque é preciso que o culpado pague pelos crimes e que os inocentes sejam colocados em liberdade. Dizia-se que eram crimes por seita, que havia coisa de seita no meio. A investigação não aponta para isso. Há um médico de Imperatriz preso, e não aponta a investigação para isso. Isso é importante.

A especialista em **serial killers** Ilana Casoy, os psicólogos forenses Antonio de Pádua Serafim e Ma-

ria Adelaide de Freitas Caíres, o legista André Ribeiro Morrone e o sociólogo Túlio Kahn ouviram o **serial killer**, escreveram sobre ele, sobre sua periculosidade e frieza ao assumir quarenta crimes.

Eu também estive com ele. Houve momentos de choro, momentos de arrependimento e momentos em que ele disse que não cometeu os crimes. “Senador, vejo o senhor na televisão, o senhor é minha única esperança”, disse-me, chorando, o **serial killer**. Se eu não tivesse conhecimento, eu teria até pena dele.

Os corpos encontrados foram todos indicados. Sr. Presidente, há uma investigação perfeita feita pelo Ministério Público do Maranhão, e há inocentes presos no Pará. Falei, por telefone, com o Procurador-Geral em Belém. Precisamos, na verdade, tomar providências em relação a isso.

Então, eu já tratava desse assunto. A revista *Veja* desta semana, que está aqui – quero parabenizá-la –, traz uma matéria sobre o assunto.

Sr. Presidente, V. Ex^a ressalta muito bem o trabalho do Senado, é admirado pelo Brasil inteiro e tem fãs. Na minha cidade, no interior da Bahia, V. Ex^a tem um fã clube em que as pessoas são escaladas para gravar seus discursos e repassá-los para os outros. Veja, Sr. Presidente, o trabalho do Senado: o bem que faz na luta da defesa da criança, tomando na mão a luta da justiça pela verdade.

Nesse caso de abuso de criança, não é possível que quem comete crime de abuso... Crianças foram violentadas sexualmente e, depois, mortas e queimadas. Após terem seus órgãos genitais tirados, essas crianças foram queimadas. Os órgãos genitais foram tirados da mesma forma, com o mesmo **modus operandi**, nos quarenta crimes. E não se justifica que inocentes estejam presos, Sr. Presidente. Foram crimes bárbaros, os dos emasculados, conhecidos no Brasil inteiro, que tomaram as capas de revistas, os jornais e a televisão.

Eu queria pedir à imprensa que voltasse a tratar desses crimes, com as imagens antigas. Eu queria pedir isso à mídia e aos militantes pelos direitos humanos, ao Senador Suplicy, que milita tanto pelos direitos humanos! Foram mortas quarenta crianças. São os emasculados de Altamira. Pessoas que não cometem os crimes estão presas de forma injusta. O **serial killer**, que está preso no Maranhão, é Francisco das Chagas. Aqui está a foto. O médico que eu disse estar preso, Sr. Presidente – não sei se alguém pode mostrar esta foto do Francisco –, é a cara do Francisco, é a cara do Francisco. O médico está preso também, pagando pelo mesmo crime do Francisco.

Eu agradeço a V. Ex^a pela paciência. Seu apelido de Mão Santa não se deve ao fato de V. Ex^a ter sido Governador, mas, sim, por V. Ex^a fazer o bem, por ter

sido e continuar sendo um médico humanitário a vida inteira. V. Ex^a já pagou o preço por isso, até por injustiça judicial, por ter misericórdia dos mais pobres, e sabe que injustiça dói muito.

São crianças mortas que não podemos trazer mais à vida, mas o que as famílias querem é a verdade sobre isso. É verdade que os crimes não aconteceram agora, mas há injustiça, há pessoas injustiçadas presas, e temos de tomar isso na mão. Sei que é por isso que V. Ex^a está tendo compreensão para comigo.

Mais uma vez, parabenizo o Ministro Toffoli por ter negado o **habeas corpus** a esses pedófilos que abusaram de duas crianças com Síndrome de Down. Não falamos disso por serem crianças com Síndrome de Down, com lesão mental, ou crianças que estão em cadeira de rodas. Isso não deve acontecer a qualquer criança. Veja a criança lá do seu Piauí, a filha do Gutão, com câncer na medula, fazendo quimioterapia e sendo abusada pelo Prefeito de Sebastião Rocha. Foi investigação nossa, perfeita. Não há como correr disso. Temos de proteger as crianças do nosso Brasil, as que são doentes, portadoras de deficiências e aquelas que não o são, porque as crianças não são só o futuro; na verdade, elas são o alicerce mesmo. Ou cuidamos delas, ou não há parede boa neste País, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Magno Malta, V. Ex^a tem o meu apoio e os aplausos de todo o Brasil na Liderança da CPI da Pedofilia.

Eu queria manifestar, ó Magno Malta, as minhas palavras como Líder, nesta Casa, do Partido Social Cristão. Eu acho que esse é o caminho e a verdade. Está escrito no Livro de Deus, vamos dizer, a nossa Constituição principal: ai daquele que escandalizar uma criança. É melhor amarrar uma pedra no seu pescoço e ser lançado ao fundo do mar. Vinde a mim as criancinhas.

Continuando, como orador inscrito, convidado para usar da palavra o Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, que representa o grandioso Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, eu gostaria de falar sobre uma boa nova: as novas relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

O incremento de 1,9% no Produto Interno Bruto, no segundo semestre de 2009, e a volta dos fluxos de capital doméstico e do exterior confirmaram que a economia brasileira conseguiu reagir aos impactos da maior turbulência financeira já vista desde a grande queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929.

A inflação sob controle, a solidez dos fundamentos macroeconômicos expressa em reservas internacionais de US\$236,8 bilhões, posição em 24 de novembro de 2009, contas públicas equilibradas e um sistema financeiro regulado e estável permitiram suportar a crise que abalou o mundo. A força do mercado interno, resultado de uma melhor distribuição de renda e de diversos programas de política econômica e de política social adotados pelo Governo do Presidente Lula, foi um dos fatores que deram à economia brasileira a capacidade de superar rapidamente as dificuldades.

Com bases sólidas e um mercado vigoroso, o País mostrou capacidade de promover, com sucesso, um conjunto de medidas anticrise. De um lado, adotou uma política monetária expansionista, de outro, desenvolveu uma ação fiscal pró-ativa. Juntas, estimularam o consumo, mantiveram empregos e deram dinamismo aos negócios, o que permitiu que o Brasil fosse um dos primeiros países a suplantar a crise internacional.

Nesse quadro, o Brasil –, após meses de intensas e tensas negociações no âmbito do Fundo Monetário Internacional –, redefiniu suas relações com o FMI, no sentido de ampliar a sua participação nas decisões dessa importante instituição do sistema financeiro internacional. Dada a importância do fato para o futuro da economia nacional e dos países em desenvolvimento, registro a Nota do Ministério da Fazenda, divulgada ontem em seu sítio eletrônico. Diz a nota:

Brasil participará dos novos acordos de empréstimos (NAB) do FMI.

Após reunião realizada na última terça-feira, em Washington, o Brasil decidiu integrar os Novos Acordos de Empréstimo (NAB – New Arrangements to Borrow) do Fundo Monetário Internacional (FMI), com uma contribuição de até US\$14 bilhões.

O Brasil já havia se comprometido a proporcionar até US\$10 bilhões para o Fundo por meio da compra de notas (ou bônus) de sua emissão. Essa contribuição, acrescida de US\$4 bilhões, formará o limite da participação brasileira nos novos acordos de empréstimos (NAB).

A reunião concluiu uma etapa decisiva de um processo de negociação, iniciado há cerca de nove meses. Nesse processo, o Brasil atuou em estreita cooperação com os demais integrantes do BRICs (Rússia, Índia e China). O resultado dessa cooperação foi uma vitória política importante, de caráter inédito. Pela primeira vez na história do FMI, os quatro países em conjunto terão efetiva capacidade de voto na instituição. Nos novos acordos de empréstimos, somente os BRICs, os Estados

Unidos, o Japão e o conjunto de países da União Europeia terão poder de vetos sobre as principais decisões.

O NAB é um pool de reservas cuja finalidade é reforçar a capacidade financeira do Fundo e complementar as quotas, que são instrumento primordial por meio do qual o Fundo financia as suas operações de empréstimo. Criado em 1998, o NAB (Novos Acordos de Empréstimos) conta atualmente com 26 participantes e uma disponibilidade de recursos da ordem de US\$54,5 bilhões.

Na reunião de ontem, estiveram presentes representantes dos atuais participantes do NAB e de 13 potenciais participantes. O novo NAB, cujas linhas gerais foram acordadas ontem [digo, anteontem], será finalizado na reunião da Diretoria Executiva do FMI em dezembro.

O novo NAB será cerca de 11 vezes maior do que o atual. Ficou estabelecido que seu valor total não ultrapassará US\$600 bilhões. É provável que o valor final fique próximo desse teto. Desse modo, o NAB será quase US\$50 bilhões maior do que a meta original de cerca de US\$550 bilhões, anunciada na cúpula dos Líderes do G-20 em abril, em Londres.

O Brasil vinha buscando três objetivos na negociação do NAB. Primeiro, que o NAB tivesse caráter temporário, servindo de ponte para a reforma de quotas, que deve ser concluída até janeiro de 2011, e permitiría reequilibrar o poder decisório do FMI em favor dos países em desenvolvimento. Segundo, que o aporte de recursos ao NAB pudesse ser feito mediante a aquisição de notas ou bônus. Terceiro, que o Brasil, conjuntamente com os outros BRICs, tivesse influência real sobre a reforma do NAB, a sua governança e, especificamente, como esse vasto volume de reserva será utilizado.

Os três objetivos foram alcançados. Quanto ao primeiro, decidiu-se que o novo NAB vigorará até dezembro de 2012. Uma nova negociação das regras deverá ocorrer até novembro de 2011. Nesta data, o Brasil já saberá os resultados da reforma de quotas (em termos de redistribuição de quotas e votos entre os países membros e, também, de aumento no valor total das quotas do FMI).

À luz disso, poderá decidir se mantém ou não sua participação no financiamento do

Fundo. Se o resultado da reforma de quotas for satisfatório,

o Brasil poderá manter uma participação no NAB, ou ainda converter a sua contribuição ao NAB em aumento da sua quota no FMI. Caso contrário, o Brasil poderá decidir encerrar a sua participação no NAB.

Quanto ao segundo objetivo, decidiu-se que os participantes poderão optar entre contribuir por meio de empréstimos ou pela aquisição de notas emitidas no âmbito do NAB.

Quanto ao terceiro, ficou estabelecido de que os BRICs passarão a deter em conjunto mais de 15% de participação no acordo. Este percentual lhes dá poder de voto sobre as principais decisões que serão tomadas pelo NAB.

As seguintes decisões, entre outras, exigirão a aprovação de participantes com o percentual de pelo menos 85% do total dos recursos do NAB.

1. Ativação do NAB, ou seja, a decisão de colocar à disposição do FMI, por períodos de seis meses, o montante máximo de recursos para financiar as suas operações de empréstimo. Essa ativação se fará sempre que for necessário suplementar os recursos de quotas para prevenir ou combater crises internacionais de natureza sistemática.

2. Inclusão de novos participantes.

3. Aumento das contribuições dos participantes.

4. Emendas ao NAB fora do período de renovação.

5. Mudanças dos termos e condições das notas emitidas no âmbito do NAB.

6. Cobrança, pelos participantes, de uma taxa de juros superior à taxa do Direito Especial de Saque (DES).

A participação do Brasil no NAB não significa, necessariamente, aporte de recursos, o qual estará condicionado à efetiva necessidade do Fundo Monetário Internacional e à decisão dos participantes de ativar o mecanismo.

Aportes ao NAB, após a sua ativação, vão continuar fazendo parte das reservas internacionais do País, pois o acordo prevê que esses aportes poderão ser resgatados prontamente em moedas de liquidez internacional em caso de necessidade de balanço de pagamentos. Por serem denominados Direitos Especiais de Saques (DES), os aportes ao FMI decorrentes

da ativação do NAB favorecerão a diversificação monetária das reservas.

Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar o Diretor brasileiro, professor Paulo Nogueira Batista Júnior, que, sendo Diretor Executivo do FMI, onde representa o Brasil, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Haiti, o Panamá, a República Dominicana, o Suriname, e Trinidad e Tobago, foi um dos que mais colaborou para que haja esse novo entendimento, pelo qual os BRICs passam a ter direito de voto no "FMI do B".

Gostaria também, Sr. Presidente, de registrar hoje uma carta do presidente da Associação...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – ...Brasileira de Citicultures, ASSOCITRUS, em que o Sr. José Viegas, diz que:

Tendo em vista a enorme dificuldade que estamos tendo em avançar na busca de solução para o enorme problema que vive a citicultura brasileira em decorrência das distorções causadas pelo cartel que a domina, e o entendimento de alguns membros da Câmara Setorial de que a minha presença como presidente inibia a participação da indústria, concordei em abrir mão da presidência diante do compromisso do Ministério da Agricultura em priorizar a solução do conflito entre produtores e indústria, e outros pontos que assinalei na carta, anexa, que enviei ao Ministro da Agricultura [Reinhold Stephanes], em priorizar a solução do conflito entre produtores e indústria e outros pontos que assinalei na carta que enviei ao Ministro.

A confiança no interesse das autoridades em resolver o problema de maneira satisfatória para os agricultores ficou seriamente abalada ao ser informado, em reunião com o relator do processo de cartel das esmagadoras de citros, Dr. Olavo Chinaglia, de que o Cade está impedido de julgar esse processo nos próximos três anos e meio. Esse prazo é decorrente do fato de que, além do Presidente do Cade, dois outros conselheiros estão impedidos de atuar o processo, todos eles em primeiro mandato. Assim, além do ano e meio do atual mandato, teríamos que esperar mais dois anos do segundo mandato, pois a regra tem sido a recondução dos conselheiros ao fim do primeiro mandato.

A investigação do cartel, em decorrência de impedimentos do Cade é suspensa e só se reiniciará quando e se for restabelecido o quorum no órgão jul-

gador. Tendo em vista a morosidade com que as investigações vêm ocorrendo na SDE, pois nestes quatro anos, desde a Operação Fanta, menos da metade dos documentos foi analisada, diz o Sr. José Viegas que não está havendo qualquer empenho na continuidade da investigação.

Portanto, ele diz que precisa saber por que o problema do impedimento dos conselheiros não foi detectado no momento da indicação, pois não podemos sequer imaginar que isso decorreu de manobra intencional para garantir a impunidade do cartel.

Assim, é importante que possa a Secretaria de Direito Econômico e o próprio Cade tomar providências para que não se delongue para sempre a investigação que cabe efetivamente realizar.

Eu anexo aqui, Sr. Presidente, a reportagem da **Folha de S.Paulo**, de 23 de novembro, da jornalista Fátima Fernandes, "Cade não tem quorum para julgar suspeita de cartel da laranja", em que assinala mais detalhes dessa controvérsia.

Sr. Presidente, espero que o Ministério da Justiça, o Ministério da Fazenda e os responsáveis pelo Cade possam...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – ...tomar atitudes condizentes com o propósito de se evitar abuso de poder econômico em nosso País e abusos da concorrência, para que se possa efetivamente levar adiante os princípios da lei, que, inclusive, está por ser concluída na votação da regulamentação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que tramita atualmente no Senado.

O próprio Presidente do Cade, Arthur Badin, veio a nós e conversou com os Senadores em audiências públicas, dizendo da sua intenção de bem fazer funcionar o Cade.

Então é preciso que também na área da laranja isso possa ser efetivamente realizado e que possa, inclusive, ser formalizado...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – ... e colocado em funcionamento o Consecitrus, que será uma câmara de entendimento entre produtores de laranja, produtores de sucos de laranja e trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.¹**Brics com direito de voto no "FMI do B"**

EM REUNIÃO realizada anteontem no FMI, aqui em Washington, o Brasil -- atuando em conjunto com os outros Brics (Rússia, Índia e China) -- obteve um resultado sem precedentes na história da instituição: o direito de voto sobre as principais decisões dos Novos Acordos de Empréstimo (NAB, New Arrangements to Borrow). O NAB é uma massa gigantesca de recursos, em fase final de negociação.

É a primeira vez na história das negociações relacionadas ao Fundo que os quatro países alcançaram, em conjunto, capacidade de vetar decisões. Nada de importante poderá ser feito no âmbito do NAB sem a concordância dos Brics.

Bem. Os resquícios do meu complexo de vira-lata deram arrancos triunfais de cachorro atropelado, como diria Nelson Rodrigues. Recentemente, escrevi nesta página uma crônica intitulada "Reflexões de um ex-vira-lata". Chamei a atenção para o fato de que o crescimento da influência internacional do Brasil se apoava, em parte, na aliança Bric. Foi exatamente o que aconteceu na negociação do NAB.

O NAB é um pool de reservas, criado em 1998, cuja finalidade é suplementar as cotas do FMI. As cotas são o instrumento básico de financiamento do Fundo. O NAB é, por assim dizer, uma segunda linha de defesa, que pode ser acionada em situações especiais, quando as cotas são insuficientes para atender a demanda por empréstimos do FMI. É o que costuma ocorrer em momentos de crise ou quando o montante das cotas se torna pequeno em relação ao fluxo de comércio e de capital (para mais informações, ver nota do Ministério da Fazenda, em www.fazenda.gov.br).

Quando a crise internacional se agravou, o G20 resolveu aumentar substancialmente os recursos à disposição do FMI. Os EUA e outros países defenderam a ampliação do NAB dos atuais cerca de US\$ 55 bilhões para US\$ 550 bilhões. No final das contas, o NAB deverá ficar próximo de US\$ 600 bilhões, possivelmente o maior mecanismo de financiamento da história.

Dai a importância de ter uma influência sobre a governança do NAB. Na verdade, existe uma anomalia: o NAB, um mecanismo complementar, será muito maior do que as cotas do FMI. O "FMI do B", para usar a expressão do ministro Mantega, equivalerá a mais de duas vezes o tamanho do FMI propriamente dito.

Na reunião de anteontem, estabeleceu-se que o novo NAB não poderá ultrapassar US\$ 600 bilhões. Esse ponto era fundamental para os Brics. Sem um teto, não seria possível estabelecer com segurança a contribuição que os quatro países teriam de aportar para obter um poder de voto compatível com o poder de voto das principais decisões do NAB (para uma breve descrição dessas decisões, ver a referida nota da Fazenda).

Outro ponto básico era garantir um percentual mínimo elevado para as principais decisões do NAB. No final, conseguimos que esse percentual fosse fixado em 85%, ou seja, as decisões ficarão condicionadas à aprovação de participantes com pelo menos 85% do total dos recursos do NAB.

Como os Brics terão mais de 15%, nenhuma decisão importante poderá ser tomada sem a nossa concordância.

Veja, bem, leitor: só os Brics, os Estados Unidos, o Japão e o conjunto dos países da União Europeia terão direito de voto no novo NAB. Se os Brics continuarem coesos nos próximos anos, formaremos um dos quatro blocos de efetiva influência sobre o principal mecanismo de financiamento do FMI.

¹ PAULO NOGUEIRA BATISTA JR., 54, escreve às quintas-feiras nesta coluna. É diretor-executivo no FMI, onde representa um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Equador, Guiné, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trindade e Tobago), mas expressa seus pontos de vista em caráter pessoal.

Cade não tem quorum para julgar suspeita de cartel da laranja

23/11

Presidente do órgão e outros dois conselheiros estão impedidos de votar no caso porque já tiveram envolvimento com o setor. Cade diz que problema não atrasa apreciação porque ainda nem recebeu processo da SDE; secretaria afirma que Justiça protela investigação

FÁTIMA FERNANDES

A suposta prática de cartel da indústria de suco de laranja, que está sendo investigada pela SDE (Secretaria de Direito Econômico) desde 2006, não poderá ser julgada pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), ao menos até agosto do ano que vem.

Isso porque o presidente do Cade, Arthur Badin, e dois dos cinco conselheiros da instituição (Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo e César Costa Alves de Mattos) estão impedidos de votar nesse caso por já terem tido algum envolvimento com o setor de citricultura. Isso quer dizer que não há quorum para o julgamento -três do total de seis pessoas não poderão votar.

Em agosto de 2010, termina o primeiro mandato de Ragazzo. Três meses depois, acaba o primeiro mandato de Badin e o de Mattos. Eles podem ficar nos cargos por mais dois anos.

Flávio Viegas, presidente da Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores), diz que os produtores ficaram decepcionados quando souberam, na última quarta-feira, da falta de quorum para julgamento do processo, que pode se estender até 2012, se os mandatos dos conselheiros e do presidente do Cade forem renovados.

"Essa situação é absurda. A informação que temos é que, se não pode haver julgamento, a investigação, uma das mais importantes da SDE, para."

Badin confirma a falta de quorum, mas diz que essa situação não afeta o andamento da investigação na SDE. "Esse processo, muito provavelmente, não seria julgado antes de agosto do ano que vem", afirma.

Para Mariana Tavares de Araújo, secretária de Direito Econômico, o que está atrasando o andamento das investigações é o fato de os fabricantes de suco de laranja terem conseguido na Justiça o impedimento do deslacre de documentos apreendidos em seus escritórios em janeiro de 2006.

Na época, foram cumpridos pela SDE seis mandados de busca e apreensão de documentos na Coimbra-Frutesp, na Cutrale, na Montecitrus, na Citrovita, na sede da Abecitrus (associação dos exportadores de suco) e na residência de diretor de uma das empresas.

A SDE conseguiu autorização judicial para o deslacre de boa parte da documentação apreendida -na semana passada, foi a vez da Citrovita. Procurada, a Citrovita não quis comentar o assunto. Mas há outras pendências judiciais. No caso de documentos da Cutrale, há dúvidas se os papéis podem ou não ser mostrados a outras empresas, o que, na avaliação da SDE, trava o prosseguimento das investigações.

"Desde que passamos a construir nossas investigações de cartel com base em provas diretas, como as obtidas por meio de buscas e apreensões e acordos de leniência, as discussões deixaram de ser objetivas. As empresas não vêm mais à SDE alegar que não praticaram cartel. A discussão é se extrapolamos o escopo dos mandados de busca e apreensão e se garantimos ampla defesa às empresas", diz Mariana Araújo.

Viegas, da Associtrus, insiste em dizer que os fabricantes de suco de laranja mantêm a prática de cartel. O custo de produção de uma caixa de 40,8 kg de laranja está na faixa de R\$ 15 a R\$ 17, e a indústria paga de R\$ 3,5 a R\$ 6,5. "Esse preço é todo combinado entre eles."

Christian Lohbauer, presidente da Citrus Br, associação de quatro exportadores de suco de laranja, diz que o caso está nas mãos da Justiça.

"Qualquer processo desse tipo não se avalia em três meses e tem de cumprir o ritual jurídico. Por isso a investigação é mais demorada."

Folha de São Paulo

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Convidamos, agora, para usar da palavra, como Líder, o Senador Mário Couto, Líder da Minoria. Está aqui o documento de Raimundo Colombo cedendo o seu direito de falar a Mário Couto.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O Pará e o País estão atentos para ouvi-lo e segui-lo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela liderança, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero dizer a V. Ex^a que fiquei muito feliz em ler um jornal que me parece que é do Piauí. O Jornalista Zózimo – não é isso, Presidente? – faz um comentário da capacidade deste nosso amigo que hoje preside esta sessão, Mão Santa, e mostra as características de sua capacidade, destacando a viabilidade de uma candidatura a Vice-Presidente da República.

Eu fiquei muito feliz. Sou testemunha da sua popularidade porque em quase 80% das correspondências que recebo, cartas, e-mails, enfim, o nome do Mão Santa está lá citado, todo o mundo parabenizando o seu trabalho, a sua postura, a sua dignidade, o seu saber, a sua inteligência, a sua cabeça com facilidade de gravar, de ler. Enfim, é hoje um homem realmente dos mais populares deste Brasil.

Por isso, eu quero dizer que eu fiquei muito feliz porque tenho uma profunda admiração por V. Ex^a e me considero um amigo seu. Parabéns, Senador Mão Santa! Parabenize, se porventura V. Ex^a o encontrar, o jornalista e diga a ele que eu comungo com tudo o que ele disse naquela reportagem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje vou falar sobre a violência; violência que tomou conta do País; violência que se transformou num pesadelo no meu Estado. A violência no meu Estado, Senador Mozarildo, é incomparável. Dizem que o Rio e Pernambuco são Estados violentos. É verdade. Mas nem de perto podem ser comparados com o meu Estado. Nem de perto!

Vou mostrar hoje, aqui, o absurdo do absurdo. Vou mostrar aqui e tenho certeza de que aqueles que me veem pela TV Senado, aqueles que me ouvem através da rádio Senado só vão acreditar porque vou mostrar provas, porque é algo inacreditável.

A Governadora do Pará ainda inflama. Ao invés de combater a violência, ainda inflama, ainda procura que a violência possa aumentar no nosso Estado. Dá carta branca para que quem quiser, no Estado do Pará, invadir fazendas, mesmo que elas sejam produtivas. Porque quem entra nas fazendas toma conta, queima trator, bate em gente, mata se quiser matar, fica lá, porque ela não reintegra.

E agora o Tribunal de Justiça do meu Estado pediu a intervenção no meu Estado por vinte votos a um.

Mão Santa, tu ouvistes eu falar aqui que carteiro, aquele cidadão que entrega cartas nas casas, para entrar numa rua em Belém do Pará, Mozarildo, acredite se quiser, tem que pagar pedágio aos bandidos. Aquele cidadão que marca a conta de luz nos postes, para entrar na rua, para marcar a conta de luz nos postes, tem que pagar pedágio. O oficial de justiça que tem que entrar numa rua tem que pagar pedágio.

Já mostrei aqui que os bandidos entram nas cidades do interior do meu Estado e tomam a cidade. Eu vou dar apenas alguns nomes de cidades que foram tomadas: Urará, Nova Ipixuna, Jacundá, São Francisco. Município de Viseu, fevereiro de 2008, maio de 2008, junho de 2008; Viseu, junho de 2008; Santana do Araguaia, junho de 2008; Monte Dourado... E por aí vai.

Eu cansei de dizer aqui que na grande Belém morrem três pessoas assassinadas a bala por dia. E aqui eu duvidei que tivesse proporcionalmente algum Estado em que morresse tanta gente assassinada igual ao Estado do Pará.

E agora, para minha surpresa, Srs. Senadores – para minha surpresa –, o jornal de ontem mostra que esse recorde foi batido. Não são mais três pessoas. TV Senado mostre à Nação, pode ser que o Ministro da Justiça saiba deste meu pronunciamento e tome alguma providência: isto aqui é uma guerra, não são mais três pessoas assassinadas a bala por dia, são 11 agora.

Qual é a guerra atual que mata 11 pessoas por dia? Citem-me, Senadores, se existe alguma guerra em que morrem 11 pessoas por dia assassinadas dentro de uma cidade chamada Belém do Pará.

Diz o jornal: onze mortes em 24 horas na Grande Belém. A média de assassinatos por dia, na região metropolitana, acabou indo para o espaço ontem. Agora são 11 execuções por dia.

Onde acontece isso? Onde se vê isso? Onde há isso? Onde há essa brutalidade, essa imoralidade? Ô Governadorazinha ruim! Esta Governadora é ruim!

Quando falo aqui que ela gosta de dançar carimbó, quando falo aqui que ela gosta de beber em bar: "O, você está falando das mulheres deste Brasil. Não faça isso, Senador. Não fale das mulheres do Brasil." Não é da mulher Ana Júlia, mas da Governadora Ana Júlia, da postura de uma Governadora que vê o seu povo tombar nas ruas assassinado. Ora, senhores, isto que vou mostrar agora é inacreditável.

Paraenses, olhem o ponto a que chegamos senhores e senhoras do meu querido Estado do Pará, da minha terra querida de Nazaré! Senador Mão San-

ta, Senador Mozarildo, V. Ex^as já viram comentários em jornais de que o ladrão assaltou uma casa, isso é comum. "Casa de amigo meu foi assaltada", isso é comum. Agora, o que vou mostrar aqui, Senador Mozarildo, é algo inacreditável.

V. Ex^a só vai acreditar, porque vou mostrar o jornal. Vou mostrar fotos, vou mostrar a matéria. Hoje, Senador, o defunto tem de contratar segurança, antes de morrer. Sabe por quê? Porque os ladrões vão lá assaltar. Já li, em jornais aqui, que assaltaram defunto, padre. Estão assaltando padre, na igreja, rezando a missa. Na cidade de Viseu, o padre foi assaltado dentro da igreja.

Falar em roubo... Já roubaram uma casa, é normal. Agora, V. Ex^a nunca ouviu na sua vida um negócio como este aqui. Eu duvido, Senador, que V. Ex^a já tenha visto o que vou falar agora, o que vou mostrar agora, neste jornal. V. Ex^a já percebeu... V. Ex^a conhece Salinas? Salinas é uma cidade, Brasil, a 270 quilômetros da capital Belém, uma cidade turística, praiana, uma bela cidade. Lá o paraense constrói as suas casas, para passar férias, final de semana.

Calcule V. Ex^a: ir de carro para Salinas, com sua família, para passar o final de semana, dobrar a esquina, chegar a sua casa e não encontrá-la. "Cadê a minha casa? Eu estou errado?" Aí bate na criança do lado, de 14 anos: "Filha, eu estou bem, estou normal, a minha aparência está normal? "Está, papai, por quê?" "Porque não estou vendo a nossa casa." Olha para a mulher e diz assim: "Mulher, acho que estou tendo alguma coisa, mulher. Estou sonhando, estou acordado? Bate em mim e vê se estou acordado: cadê a nossa casa?" Não estava lá a casa. Levaram a casa toda. Levaram a casa toda. Pegaram a casa, arrancaram a casa toda. Fizeram um consórcio de ladrões.

Pará, chegamos ao absurdo, Pará? Está aqui. Mostre, TV Senado! Olhe a casa do homem. O homem fez uma casa de dois andares: aqui embaixo deixou uma área de estar e a parte de cômodos em cima. Olhe o que deixaram da casa, só o terreno. Em uma semana em que o homem não foi lá, levaram a casa inteira. Eu nunca vi isso na minha vida. O cara pensou que tinha morrido, depois pensou que estava sonhando. Olhe a sensação desse cidadão! Olhe a sensação desse cidadão! Sabe por que os vizinhos não denunciaram, enquanto os ladrões arrancavam a casa do homem? Porque quem denuncia morre. Ninguém denuncia ninguém no Estado do Pará: quem denuncia morre.

Senhores e senhoras, chegamos ao cúmulo da estupidez no meu Estado. Mozarildo, aqui clamei, clamei, clamei pela segurança. V. Ex^a sabe que são dois assuntos em que venho sistematicamente batendo: é a raiva do Lula dos aposentados, de que vou falar

para a semana, estou só esperando uma decisão, e a violência no meu Estado.

Aí o Ministro me ouviu, Senador Mozarildo, e remeteu para o meu Estado uma verba de R\$21 milhões para a Governadora aplicar em segurança pública. Fiquei muito satisfeito, porque toda espécie de bandidagem acontece no meu Estado.

Se morrem 11 por dia, neste momento em que estou falando aqui, um paraense deve estar caindo morto na rua, assassinado à bala. Uma guerra aberta.

E pensei que essa senhora que foi aos palanques dizer que ia acabar com a violência no meu Estado ia aplicar esses R\$20 milhões, comprando carros, armas, pagando melhor ao policial. Sabe o que ela fez, Mozarildo? Tu não vais acreditar. Sabe o que ela fez? A farda da Polícia Militar era azul; ela pegou o dinheiro e mudou a cor da farda dos policiais, passou para amarelo, só! Gastou R\$1,7 milhão, mudou a farda da Polícia. E o resto do dinheiro, Mozarildo? Pergunte para mim o que ela fez do resto de dinheiro. Devolveu para o Ministério da Justiça. É, com certeza absoluta, uma desmiolada, uma incapaz, uma incompetente! Devolveu, Mozarildo. Trocou a cor da farda da Polícia Militar e devolveu o resto. E a bandidagem toma conta da minha terra.

Meu querido Mão Santa, sei que há muitos oradores para falar, não gosto de abusar dos meus Pares, mas preciso aqui externar, Senador Mão Santa, mais uma vez, a minha indignação com o que acontece na minha querida terra, o Estado do Pará. Paraenses, nunca imaginei na minha vida que pudéssemos passar um momento tão difícil como este. A Polícia não dá conta! É uma Polícia mal preparada, uma Polícia que ganha pouco, uma Polícia que não quer colocar o seu peito para receber uma bala por R\$ 800 por mês! Oitocentos reais por mês é quanto ganha um policial no Estado do Pará! Delegacias do interior viraram casa de morcegos, não têm a mínima condição estrutural para combater a violência.

Agora, paraenses, agora que todos nós erramos, só existe uma coisa a fazer, paraenses queridos: pedir à Nossa Senhora de Nazaré que amanhã morram menos, que amanhã não morram 11, que amanhã não morra nenhum. Temos de pedir para o tempo passar rápido, para que essa senhora saia logo e esses ladrões sejam banidos, punidos, saiam do Estado do Pará, uma vez que 90% vieram de outros Estados – eles sabem que, no Pará, é fácil fazer as coisas. No Pará, não pega nada com nada! No Pará, tudo pode: pode-se matar, pode-se invadir terra, pode-se roubar, pode-se assaltar. É assim que está o Estado do Pará. É lamentável, população! É lamentável!

Vamos pedir a nossa padroeira, a nossa querida Nazaré, para que nossos irmãos sejam protegidos, para que amanhã não caiam mortos nas ruas, como todos os dias está acontecendo; para que não morram mais bebês nos hospitais – 111 bebês, em um mês, morreram na Santa Casa de Misericórdia, uma verdadeira agressão ao povo. Vamos orar, pedir, rezar para que ela nos proteja, para que ela proteja os paraenses, para o Ministro da Justiça dar uma volta em minha terra; para que ele mesmo mande alguém para lá tratar desse assunto, porque a Governadora é incompetente. Ela não faz de jeito nenhum! Pedimos que o Presidente da República, minha Nazaré, perceba essa angústia dos paraenses neste momento.

Senador Mão Santa, muito obrigado. Mais uma vez, meus parabéns pela reportagem do jornalista Zózimo, da sua terra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Como sempre, foi brilhante e contundente o pronunciamento do nosso Senador Mário Couto, que adverte sobre a violência insuportável no seu Estado do Pará, violência que se alastra pelo Brasil todo. Eu agradeço os comentários que ele fez sobre minha pessoa, sei que é generosidade e bondade de S. Ex^a.

Agora ouviremos um orador inscrito. Houve uma permuta entre Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti.

Senador Cristovam, V. Ex^a conseguiu com o Senador Augusto Botelho. V. Ex^a tem uma comunicação inadiável a fazer, e eu o encaixei aqui, com a aquiescência e a sensibilidade do Senador Augusto Botelho.

Senador Mozarildo, V. Ex^a está como orador inscrito. V. Ex^a representa, com muita grandeza, o Estado de Roraima, o PTB, a classe médica e a Maçonaria. V. Ex^a é um dos maiores líderes da Maçonaria moderna brasileira e é uma grande esperança do povo do Pará...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– De Roraima...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – (...) que quervê-lo governar...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– De Roraima!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Do povo de Roraima. V. Ex^a é tão grande que representa a Amazônia toda; V. Ex^a simboliza a grandeza de toda daquela região. E eu, por onde ando, vejo essa expectativa, não é? A esperança tem de existir. O povo sofrido de lá esperavê-lo Governador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, V. Ex^a falou no Pará. Eu, amanhã, terei a honra de estar no sul do Pará, lá no

Município de Marabá, na grande cidade de Marabá, para fazer uma palestra na Maçonaria sobre a Amazônia, para falar sobre suas verdades e seus mitos. Será uma grande honra para mim estar lá.

O meu pronunciamento de hoje, Sr. Presidente, vem bem a calhar após o pronunciamento do Senador Mário Couto, no qual S. Ex^a frisou o quadro de insegurança que reina em Belém, mas que é também realidade em muitas capitais do Brasil, no Rio de Janeiro e em tantas outras, nas quais o número de crimes cometidos contra a pessoa humana é cada vez maior, sejam homicídios ou latrocínios.

O que isso reflete? Reflete a falta de uma política de segurança nacional. É preciso, portanto, dar atenção a uma questão básica. Quando se fala no cidadão e nos direitos dos seres humanos, nós pensamos em vários, mas qual será o mais importante? A saúde? A educação? A segurança? A moradia? Todos eles, mas é evidente que não adianta ter saúde, educação e moradia se nós não tivermos segurança. Hoje, nós ouvimos falar muito que os cidadãos de bem estão prisioneiros em suas próprias casas, com grades, com sistemas de alarme, para realmente terem alguma segurança, uma vez que o Estado – Estado entendido como o Governo Federal e os Governos Estaduais – não garante aos cidadãos a segurança que eles querem.

E digo que o meu pronunciamento de hoje vem bem a calhar, Sr. Presidente, porque hoje eu quero homenagear a Polícia Militar do meu Estado, o Estado de Roraima, que hoje comemora 34 anos de existência – 34 anos de existência enquanto Polícia Militar, porque, na verdade, se computarmos o tempo da época de Território Federal, desde a Guarda Territorial, aí ela vai para 65 anos de idade. Como Polícia Militar, como instituição militar, ela hoje completa 34 anos de existência.

E quero, portanto, cumprimentar todos os policiais e todas as policiais militares da Polícia Militar de Roraima e suas famílias nas pessoas do seu Comandante, o Cel. Gerson Chagas, e do seu Subcomandante Gleison Vitória da Silva.

Quero dizer que, realmente, a nossa Polícia Militar merece todos os elogios, Presidente Mão Santa – e V. Ex^a, que foi Governador de um Estado importante como o Piauí sabe disso. Para a Polícia de Roraima prevê-se, por lei, um contingente de três mil policiais, mas temos somente 1.500 policiais. Portanto, na Polícia Militar, cada homem e cada mulher está trabalhando dobrado.

É oportuno, a propósito, dizer aos nossos policiais militares de Roraima que o Congresso Nacional está preparando um presente para todas as policiais militares e para todos os policiais militares: a PEC nº

41, que ontem discutimos aqui e que deverá ser votada na semana que vem, e a PEC nº 300, que teve início na Câmara – e elas vão se fundir finalmente na Câmara. O objetivo dessas medidas é unificar o salário do policial militar em todo o País, e unificar por cima, unificar de acordo com o salário do policial militar do Distrito Federal.

Ora, muita gente vai dizer: "Mas não é possível, há Estados muito pobres que não vão poder pagar". É questão de estabelecer prioridades. Os Governadores terão de estabelecer prioridades, e o Governo Federal terá de, justamente, auxiliar os Estados, porque isso é uma política nacional. Não adianta querer ter uma segurança perfeita no País se deixarmos os Estados à mercê de polícias pouco equipadas, de policiais mal pagos.

Eu quero, portanto, ao registrar esses 34 anos da Polícia Militar de Roraima – e já parabenizei o Comandante e o Subcomandante –, fazer algumas considerações sobre a história dessa instituição. Senador Augusto Botelho, em seguida, lhe darei, com muito prazer, o aparte.

A nossa Polícia Militar teve origem na Guarda Territorial do então Território do Rio Branco, no dia 21 de novembro de 1944.

É bom que a gente diga para o Brasil que o Estado de Roraima, inicialmente, foi um Território Federal, criado por Getúlio Vargas em 1943, instalado em 1944, que depois teve seu nome mudado para Território Federal de Roraima e que, na Constituição de 1988 – e tive a honra, como Constituinte, de lutar por isto –, foi transformado em Estado.

A origem da Polícia Militar foi essa, mas, com o desenvolvimento da região, na década de 70, com a emancipação política de Roraima do Estado do Amazonas, fez-se necessário criar uma instituição dedicada permanentemente ao policiamento ostensivo. Dessa forma, em novembro de 75, foi criada a Polícia Militar do Território Federal de Roraima.

Hoje, com seus 34 anos, a Polícia Militar, buscando sobretudo a proteção da sociedade, obteve muitas conquistas. É importante frisar que, como eu disse, embora tenhamos apenas 1.500 policiais, são policiais compromissados com a população por meio de uma filosofia de policiamento comunitário.

A instituição está presente em 26 localidades do interior. Parece pouco, mas em Roraima há apenas 15 Municípios – 14 só no interior. Portanto, quando se fala em 26 localidades, significa que a Polícia Militar está relativamente presente em todos os lugares.

É importante frisar isso, porque, embora estejamos com esse déficit de pessoal, que espero seja corrigido nos próximos anos, a Polícia Militar de Ro-

raima faz realmente um trabalho produtivo, eficiente. Dou esse testemunho da tribuna do Senado com muito orgulho.

Com muito prazer, ouço o aparte do Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo, pedi um aparte a V. Ex^a para dizer que comungo desse sentimento de V. Ex^a sobre a Polícia Militar de Roraima. Acho que somos um dos poucos Estados cujos Parlamentares podem dizer que se orgulham da sua Polícia Militar, porque a PM de Roraima é cumpridora dos seus deveres e não é uma polícia que tem histórias de muitas violências, de envolvimento em crimes. Temos uma Academia de Polícia que é um instituto de educação, onde os policiais são formados e estudam. E vi no jornal de ontem ou de hoje que está planejado um concurso público para a Polícia Militar no ano que vem, o que será uma coisa muito boa para aumentar o contingente, pois eles realmente trabalham em regime de sacrifício. Os plantões são muito próximos uns dos outros para os policiais poderem dar cobertura a toda a cidade. Gostaria de parabenizar V. Ex^a por trazer esse assunto para cá e dizer que tenho certeza de que eu e V. Ex^a nos orgulhamos da nossa corporação: a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Não tenha dúvida, Senador Augusto Botelho.

Tive a oportunidade também, no aniversário do Corpo de Bombeiros, de homenagear aquela instituição e, hoje, fazemos uma homenagem aos 34 anos da Polícia Militar de Roraima.

Quero deixar patente que essas duas propostas de emenda à Constituição que nós estamos votando aqui no Congresso, na Câmara e no Senado, farão justiça e, como são emendas constitucionais, não vão depender de sanção do Presidente da República. Portanto, estará garantido um direito constitucional. E eu espero que haja sensibilidade para, caso exista necessidade de leis complementares ou leis ordinárias ou mesmo leis estaduais, que elas não fiquem na gaveta e se transformem rapidamente em realidade, de forma que nós possamos dar essa justiça... Aliás, dar não, esse não é um presente: é uma questão de justiça que fazemos com as polícias militares.

E aqui eu quero, como médico – e esta a formação do Senador Augusto também –, dizer o seguinte. Não se corrigem doenças tratando os sintomas. Corrigem-se doenças tratando as causas. E, no caso da criminalidade no Brasil, não adianta ficar com conversa fiada, com jogo de empurra-empurra, o Governo Federal querendo dizer que a culpa é do Governo Estadual ou vice-versa. O que tem de haver é um grande es-

forço conjunto, em nível nacional, para, efetivamente, dar ao policial o que ele merece. O policial é aquele homem que arrisca a vida diariamente no combate à criminalidade, corre risco de vida todos os dias. Que ele tenha a tranquilidade, com sua família, de ter uma remuneração condigna e, portanto, criar seus filhos e ter a oportunidade de, emocionalmente, dispor de condições de trabalho adequadas. Muitas vezes nós vemos na televisão casos em que policiais cometem alguns deslizes porque vivem sob tensão permanente, além de serem mal remunerados.

Então, ao finalizar, eu quero pedir a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que autorize a transcrição, como parte integrante do meu pronunciamento, de documentos relativos à história da Polícia Militar de Roraima, bem como do material publicado no jornal *Folha de Boa Vista* do meu Estado, para que realmente esta data fique marcada, aqui no Senado, como uma data de suma importância para o meu Estado, que é o aniversário da Polícia Militar de Roraima.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do regimento Interno.)

FOLHA DE BOA VISTA

ANIVERSÁRIO

PM ANUNCIA CONCURSO PARA 2010

A Polícia Militar (RR) de Roraima comemora hoje 34 anos de criação. Com um efetivo de pouco mais de 1.500 militares atuando em 26 localidades do Estado, o comandante da instituição, coronel Gerson Chagas, anunciou que um novo concurso deve ser feito ainda no primeiro semestre de 2010.

A instituição, segundo o comandante, teve origem na Guarda Territorial do Rio Branco na década de 40 do século passado. "Foram 31 anos de dedicação com o compromisso de servir e proteger o cidadão. Então, hoje comemoramos 65 anos, pois somos a continuação da guarda territorial, uma herança daqueles que cumpriram seu dever", recordou o comandante.

O coronel ressaltou ainda que a PM, uma instituição importante do sistema de segurança pública composta por diversos órgãos, tem a missão de realizar policiamento ostensivo, visando à prevenção de delitos. "É a instituição de maior alcance na área geográfica", explicou.

"Para mim é uma honra integrar esta família. Quero agradecer e parabenizar a todos que fazem parte da PM, do soldado ao oficial, por ser uma instituição integrada por excelentes profissionais de segurança, que prestam um bom serviço à sociedade, e também agradecer aos cidadãos roraimenses assim como as instituições civis que também contribuem, de forma direta e indireta com a PM", disse o coronel.

O comandante explicou que durante esses 34 anos de serviços dedicados à proteção da sociedade a PMRR obteve muitas conquistas. Atualmente a PM conta com um efetivo de 1.563 policiais compromissados com a população através da filosofia de policiamento comunitário, garantindo uma proteção, além da realização de diversas operações como Trânsito Tranquilo, Impacto e Fecha Quartel.

CONCURSO – O comandante anunciou ainda que está previsto para o primeiro semestre do ano que vem a realização de um novo concurso público de efetivação para o quadro da instituição. "Até o final deste ano estaremos encaminhando uma proposta ao governador. Atualmente temos pouco mais de 50% do efetivo necessário de três mil homens, mas o número de vagas depende da limitação orçamentária e financeira do Estado", concluiu.

HONRA – Muitos dos homens e mulheres que integram a corporação transformaram a atividade policial em suas próprias vidas. É o caso do aluno do curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), o 2º sargento Amauri Araújo de Lima, que há 30 faz parte da corporação. "A PM é a minha vida. É de onde eu tiro o sustento da minha família e com o meu esforço e trabalho, contribuo com a melhoria de vida da sociedade, aplicando, junto aos cidadãos, tudo o que aprendi durante todos esses anos, de acordo com os direitos do ser humano", disse Amauri.

Comemorações encerram no domingo

Para comemorar os 34 anos de criação da Polícia Militar em Roraima, a instituição deve realizar até o dia 28 uma extensa programação. Várias outras instituições militares devem fazer parte, entre elas a Base Aérea de Boa Vista (BABV), a Guarda Municipal (GM) e o Exército Brasileiro (EB).

Segundo o responsável pelas atividades esportivas, coronel Amaro de Lima Silva Júnior, a programação teve início na Academia de Polícia Integrada (API), com jogos de futebol society, de salão e cabo de guerra.

Para finalizar as comemorações, a PM realiza no dia 28, sábado, no espaço Cenarium Recepções, o tradicional Baile Branco dos Oficiais da PMRR a partir das 22h.

DEFINIÇÃO E FUNÇÃO

Criada através da Lei nº 6.270, de 20 de novembro de 1975, a POLÍCIA MILITAR do ESTADO de RORAIMA tem sua origem na POLÍCIA MILITAR DO TERRITÓRIO FEDERAL DA RORAIMA que é oriunda da Guarda Territorial do Território Federal do Rio Branco, instituída em 1944 pelo Presidente Getúlio Vargas.

Hoje, com mais de 33 anos de serviços prestados à sociedade roraimense, a PMRR é uma instituição permanente e regular, baseada na hierarquia e disciplina militares, força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, subordinada diretamente ao Governador do Estado (art. 175, CE/91). Considerando a data de criação da Guarda Territorial, a PMRR tem 65 anos de existência.

Nos termos dos § 5º do art. 144 da CF/88, sua missão é:

- ❖ Executar o Policiamento Ostensivo; e
- ❖ Preservar a Ordem Pública.

Policia Militar de Roraima

EFETIVO

O efetivo previsto em lei é de 3.000 PM

O efetivo existente é de 1.563 PM, sendo 590 do Quadro da União e 973 do Quadro Estadual, destes 312 são mulheres, incluídas duas oficiais.

O efetivo existente corresponde a 52,1% do efetivo previsto

O efetivo pronto para o serviço é apenas 1.203 PM, correspondendo a 40,1 % do efetivo previsto.

Encontram-se em formação na API-RR 23 Cadetes PM, com conclusão de curso prevista para o mês de junho de 2012.

Policia Militar de Roraima

EFETIVO

1004 PM estão na atividade fim da Corporação

728 PM servem na Capital (CPC)

239.115 Habitantes – média de 1/328 hab.

276 servem no Interior (CPI)

153.689 Habitantes – média de 1/556 hab.

O efetivo previsto para o CPC é de

e para o CPI de

Fonte de dados populacionais: Prefeitura Municipal de Boa Vista e IBGE

Policia Militar de Roraima

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Mozarildo Cavalcanti, que representa, com muita grandeza, o Estado de Roraima e faz uma homenagem à valorosa Polícia Militar daquele Estado.

Se V Ex^a for Governador do Estado, V. Ex^a será o Comandante-em-Chefe da Polícia. Aí estará garantida a valorização que tão bem V. Ex^a defende: a PEC nº 41, a PEC nº 300, a condição salarial dos policiais.

Agora está inscrito para uma comunicação inadiável, por cessão do Senador Augusto Botelho, que seria o primeiro, o Senador Cristovam Buarque.

O Senador Cristovam Buarque pertence ao Partido Democrático Trabalhista e representa o Distrito Federal; sua bandeira maior é a educação.

Rui Barbosa disse que só há uma salvação: a lei e a justiça. Cristovam disse que a salvação está é na educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Quero agradecer ao Senador Augusto Botelho, que me permitiu fazer esta comunicação de urgência

antes mesmo dele, comunicação que, de fato, pode vir a ser de muita urgência.

Trata-se de um pedido, de um pedido que recebi hoje para ser transmitido ao Presidente Lula – o que acabo de fazer por meio do Ministério de Relações Exteriores, Senador Pedro Simon –, para que ele tente, com o capital que ele adquiriu ao receber aqui o Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, impedir a morte de um cientista de nacionalidade iraniana e nacionalidade americana que está preso no Irã, condenado a quinze anos de prisão por ter participado dos movimentos que ocorreram depois das eleições. O mais grave é que essa acusação está sendo transformada agora em acusação de espionagem, o que significa uma alta probabilidade de condenação à morte.

Nós não somos, neste País, a favor da pena de morte. Nós chegamos a ter na Constituição, como uma regra constitucional, a não aceitação da pena de morte.

Nesta semana, o Presidente iraniano esteve aqui, veio aqui ao Senado. Eu fui um dos raríssimos Senadores que esteve presente na recepção – era um Chefe de Estado que estava vindo, e não havia razão para não estar ali. Creio que só estavam, além do Presi-

dente Sarney, o Senador Suplicy e eu. Eu creio que, com a credibilidade que o Presidente Lula adquiriu ao recebê-lo, ao conversar com ele, ao manifestar apoio à política nuclear pacífica, como o governo iraniano tem insistido, eu creio que o Presidente Lula é uma das figuras hoje no mundo que tem autoridade para ligar para o Presidente do Irã e pedir que seja suspensa qualquer possibilidade de condenação à morte desse cientista.

Eu leio o nome dele porque não são nomes fáceis de serem lidos. É o Dr. Kian Tajbakhsh, dependendo de como vamos soletrar. É um respeitado e renomado cientista político e planejamento urbano. Ele tem a cidadania dupla dos Estados Unidos e do Irã e vive atualmente com a sua filha em Teerã, e deveria se deslocar outra vez à Universidade de Columbia, onde é professor.

Durante as manifestações de massa, depois das eleições presidenciais, o Dr. Tajbakhsh foi preso em casa, no dia 9 de julho. Ele não tem nenhuma filiação política e nenhuma forma de mostrar que ele estava envolvido nas campanhas de protestos nas eleições presidenciais. Ele não foi preso nas ruas em manifestações, foi preso em sua casa, e a única testemunha da sua prisão naquele momento foi a própria esposa. A casa dele foi vasculhada, os computadores foram tomados e ele foi levado a uma prisão, onde, segundo se informa, estaria em confinamento solitário.

Depois de condenado a 15 anos de prisão, ele foi considerado como espião. E sem ter feito qualquer apelo, ele, de repente, foi submetido a uma corte especial de inteligência militar e foi considerado espião. Se condenado – o que está se esperando –, ele pode ser condenado à morte. Em função disso, Sr. Presidente, que se criou uma rede de cientistas, intelectuais, pessoas amantes da paz, defensores da vida, contra a pena de morte, que estão tentando apelar, em seus países, para que isso não aconteça.

Eu recebi um pedido para que uma carta, nesse sentido, fosse transmitida ao Presidente Lula. Tentei falar há pouco com o Ministro das Relações Exteriores, que está em Manaus com o Presidente Lula. Falei com a chefe de gabinete dele. Já enviei essa carta por e-mail. E, aqui, eu transmito ao Presidente Lula o meu apelo em nome dessa comunidade internacional que está criada, para que ele faça um telefonema ao Presidente do Irã, relembrando a maneira como ele foi recebido aqui pelas autoridades brasileiras. Com a autoridade que ele adquiriu ao receber o Presidente do Irã, ele faça um apelo que não haja possibilidade de que esse senhor, esse professor, esse intelectual, seja condenado à morte.

Por mim, ele faria um pedido maior: que acabe a pena de morte no Irã. A pena de morte não é uma forma humana de condenar nenhum tipo de criminoso e, nesse caso, se trata de alguém que não tem nenhum crime de sangue nas mãos. Se tivesse um crime, seria um crime político que, mesmo assim, pelas informações que existem, nem isso poderia pesar sobre o Dr. Kian, seu primeiro nome.

Fica aqui o meu apelo da tribuna do Senado ao Presidente Lula para que intervenha. Ele hoje, pagando até um alto preço nas reações contrárias à visita do Presidente do Irã, adquiriu um capital que permite isso. E eu espero que ele faça.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Cristovam Buarque, solicitando que o Presidente da República intervenha junto ao Presidente do Irã, que recebemos com toda atenção, para que dedique atenção especial ao caso do preso político, professor brasileiro no Irã.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 111/2009-GLDPR

Brasília, 25 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senador
Senador José Sarney
Presidente do Senador Federal
Nesta

Senhor Presidente:

Em atenção ao Of. nº 2.727/2009-SF, de 24 de novembro de 2009, dessa Presidência, indico o Senador Magno Malta para compor, como membro do Partido da República, o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Ao ensejo, aproveito para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **João Ribeiro**, Líder do Partido da República no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência designa o Senador Magno Malta para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; nos termos do expediente encaminhado pela liderança do Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que dispõe sobre o uso exclusivo de brasões e nomes dos

órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridades e servidores;

- **Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2008**, de autoria do Senador Sibá Machado, que altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação da composição e da quantidade de poluentes emitidos pelos veículos comercializados no País; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2009**, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que altera as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.457, de 16 de março de 2007, para estender o direito a crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da Contribuição para o PIS/Pasep à aquisição dos bens que especifica, e para permitir que a pessoa jurídica exportadora compense créditos dessas contribuições com a Contribuição para a Seguridade Social a seu cargo.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, vamos ouvir o Líder.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, foi feita uma breve comunicação. Agora, é a vez de um orador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, é a vez de um orador. E o orador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Muito bem, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a está atento às inscrições.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Rui Barbosa disse que um homem que não luta pelo seu direito não merece viver. É por isso que Rui Barbosa está ali acima.

Este é o Senado da República. Eis um quadro. Um quadro vale por dez mil palavras, disse Confúcio. Os chineses que aqui andaram seguem isso. Então, aí a história do Senado.

Esse jovem que está aí, ainda jovem, quarenta anos atrás, foi Vereador de Londrina, liderado pelo Piauí, Dalton Paranaguá, que foi um Prefeito e médico

brilhante e, depois, Secretário de Saúde. Há quarenta anos, ele já despertava a influência e a esperança do povo do Paraná. São quarenta anos na política!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – São quarenta anos sem uma nódoa, sem uma mágoa. É um exemplo por onde anda. Fui lá e o conheço. Sou membro da Boca Maldita, instituição criada como uma rebeldia do paranaense contra a ditadura militar, que se reúne no dia 13 de dezembro. Queremos estar juntos. Anualmente, eles fazem essa reunião. Essa foi a primeira instituição libertária que reagiu contra o poder militar no Paraná, e V. Ex^a é um dos líderes.

Quero lhe dizer que tenho recebido muitos *e-mails*. Muitos deles eu não entendia, porque neles estava escrito “Senador AD”. Aí é que fui entender que AD significa Alvaro Dias. Então, V. Ex^a conseguiu entrar na categoria de políticos influentes: JK, ACM. Agora, há o Senador AD.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Use a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

Está ali também na galeria um líder do Partido Social Cristão, Jonas. Ele é da diretoria regional, da qual sou presidente, e representa com grandeza essa instituição de Deus, que é a Assembleia de Deus no Estado do Piauí.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr^ss e Srs. Senadores, antes do tema que me traz à tribuna, eu gostaria de fazer referência à denúncia do Sr. Senador Cristovam Buarque, que é apenas mais um fato entre muitos, entre milhares que justificam a indignação de muitos brasileiros com a recepção oferecida ao Presidente do Irã, que exerce um mandato de despotismo que não podemos, de forma alguma, aceitar. Não há como admitir isso. Até discordo do Senador Cristovam, que diz que tinha de recebê-lo. Não penso assim. Penso que o Senado Federal deveria fechar suas portas para o ditador. Ditador não gosta de Parlamento livre, eu já disse isso aqui. Portanto, não há razão alguma para um parlamento receber um ditador que faz isso que está fazendo agora.

Não creio que o Presidente Lula, pelo fato de tê-lo recebido aqui com pompa e circunstância, tenha autoridade política para fazer com que ele atenda aos seus apelos. O Presidente Lula cometeu um grande equívoco e ofendeu os democratas deste País ao homenagear alguém que chega ao poder fraudando eleição e utilizando-se de todos os instrumentos da re-

pressão para impor um regime autoritário, implacável, cruel e desumano.

Portanto, expresso nosso repúdio, mais uma vez, ao Presidente do Irã, que esteve no Brasil, e nossos protestos em relação à postura do Presidente Lula, que, além do mais, acaba por apoiar a política nuclear, sob a alegação de se tratar de política nuclear para fins pacíficos. Quando todo mundo repudia isso, quando todo mundo se preocupa com isso, o Presidente Lula compactua com isso, acredita tratar-se de uma empreitada para fins pacíficos, quando não há indício de que isso possa ser verdadeiro. Não há razão para se admitir que lá, realmente, há ideais de que esses avanços da tecnologia nuclear possam ser utilizados para a paz. Ao contrário, os indícios que existem sinalizam em outra direção. Portanto, mais uma vez, nossos protestos!

Sr. Presidente, há poucos dias, desta tribuna, manifestei a preocupação, que deve ser de todo o País, sobre o crescimento da dívida pública interna, que já chega a R\$1,5 trilhão e que chegará, até o final deste ano, a R\$1,6 trilhão. É uma dívida que se constitui uma verdadeira bomba-relógio com efeito retardado, que vai exigir do próximo Presidente da República providências drásticas para desarmá-la, sob pena de assistirmos à sua explosão. Enfim, há uma preocupação daqueles que analisam minimamente os reflexos da atual política econômica adotada pelo Governo Lula, com uma irresponsabilidade fiscal sem precedentes, fazendo crescer de forma assustadora as despesas correntes, sem conter esse processo de endividamento interno do País.

Mas, hoje, trago a palavra de alguém que tem autoridade para abordar esse tema. Trata-se de um estudo realizado, um relatório divulgado por Luís Stuhlberger, considerado um dos mais competentes gestores de recursos do Brasil. Esse senhor diz o seguinte: "Há uma preocupação sobre os rumos da política econômica brasileira". Nesse documento, o gestor alerta que o Brasil está num quadro de "contínua deterioração fiscal, populismo, assistencialismo e perda de competitividade".

Desfrutando de enorme prestígio e influência no mercado financeiro nacional, ele chama atenção: "A crise internacional serviu como justificativa para o Governo cometer vários retrocessos que afetam a consistência da nossa política macro". Ele critica duramente o expansionismo fiscal, notadamente nos gastos correntes, e a tendência de maior intervencionismo na economia. Vale destacar que esse relatório é amplamente conhecido no Ministério da Fazenda e também no Banco Central.

Ele afirma que "os mercados teimam em ignorar todos esses sinais [deterioração fiscal, populismo, assistencialismo e perda de competitividade], concedendo um perdão gigante para as decisões equivocadas do Governo".

O mercado aplaude o Presidente da República, não é? É mais fácil o aplauso. Poucos ousam criticar o Governo, porque "o Governo é bom demais, tem alta popularidade". É uma irresponsabilidade não criticar o Governo, porque o Presidente tem alta popularidade. É uma covardia não criticar o Presidente simplesmente por que ele ostenta alta popularidade. Ou concordamos com o que está ocorrendo ou criticamos.

Esse especialista diz: "A abundância da liquidez internacional e o elevado grau de confiança que o Brasil conquistou nos últimos anos contribuem para essa atitude leniente dos investidores em relação aos últimos passos da política econômica". É claro que os investidores poderosos sempre adotam uma postura de egoísmo visível. Mas é preciso que olhemos o futuro, pensando no Brasil.

Um ponto destacado pelo especialista de recursos do Brasil, que considero de suma importância na sua análise, diz respeito ao que ele denomina de "política parafiscal", ou seja, a expansão de crédito do BNDES e dos demais bancos públicos, empurrada por empréstimos do Tesouro. Para ele, o Ministério da Fazenda "descobriu uma estratégia para repassar os recursos para os bancos públicos sem afetar a dívida líquida."

Essa estratégia vem sendo articulada da seguinte forma: a operação entre duas partes do setor público é neutra em termos de endividamento líquido, mas aumenta a dívida bruta. Portanto, há aí uma mágica para esconder endividamento. Essa é exatamente a estratégia para não escancarar, diante dos olhos da Nação, a realidade do endividamento público no País.

Vou, daqui a pouco, conceder um aparte a V. Ex^a, Senador Mozarildo, mas quero continuar abordando esta questão.

Segundo dados mencionados no seu relatório, os repasses do Tesouro para o BNDES somavam R\$137 bilhões até setembro último. A dívida bruta, por sua vez, aumentou 54,8% do Produto Interno Bruto em junho de 2008 para 66,5% do PIB em setembro de 2009. Vejam que a nossa dívida já chega a 66,5% do Produto Interno Bruto.

Ouço aqui, constantemente – e vou citar o Líder Mercadante como um dos arautos do ufanismo moderno –, este discurso ufanista como se nós estivéssemos aí plantando um futuro confortável para o País. Não é essa a realidade. A nossa dívida, em setembro de 2009, chega a 66,5%. Ele explica que esse aumento é causado pelos repasses excessivos do Tesouro so-

mado ao enxugamento de reais usados na compra de dólares pelo Banco Central e a absorção de depósitos compulsórios.

O gestor considera preocupante que o Governo venha sinalizando uma enxurrada de novos repasses para o BNDES e para Petrobras – inclusive para a Petrobras. Segundo ele, os repasses totalizariam mais de R\$200 bilhões.

Segundo seus cálculos, essas capitalizações futuras (ainda por vir) elevarão a dívida bruta do setor público para 70% do Produto Interno Bruto; portanto nós chegaremos já, logo à frente, a 77% do Produto Interno Bruto, (a média dos países emergentes é de 43%).

No tocante aos reajustes concedidos ao funcionalismo público na Era Lula, os quais ele considera “totalmente fora da realidade”. Pasmem com os números trazidos no relatório. O aumento real do funcionalismo federal variou de 12,1% a 61,8%, de 2002 a 2009, ao tempo em que o salário médio da economia, segundo o IBGE, registrou ganho de 0,4%.

A pergunta que se faz: nós queremos trabalhadores de classe “a” e de classe “b” no Brasil? O trabalhador do setor público tem um reajuste que chega a 61%, uma recuperação de salário que chega a 61,8% enquanto o setor privado chega a 0,4%. É justo isso? Essa é a política correta do Governo?

Ele demonstrou preocupação, ainda, quanto ao baixo nível de investimentos no setor público (atingiu apenas 5% dos gastos totais em 2008). Ratificando diagnóstico amplamente divulgado: “A falta de investimentos em infraestrutura é um dos principais fatores que afetam a margem de nossas empresas, reduzindo a sua competitividade”. Esse é um assunto recorrente aqui. Eu próprio já compareci a esta tribuna inúmeras vezes para alertar o Governo. Os que conhecem dizem que o País necessita de US\$30 bilhões de investimentos em infraestrutura por ano. E nós estamos verificando que apenas 5% do total dos gastos do Governo foram gastos com obras de infraestrutura.

Há poucos dias, disse aqui que apenas cerca de R\$10 bilhões por ano – estou me referindo a reais e não a dólares – estariam sendo aplicados, em média, pelo Governo Lula, em infraestrutura, quando a realidade exige US\$30 bilhões por ano.

E aqui está o especialista relatando que apenas 5% dos gastos totais do Governo ocorrem com infraestrutura, porque os gastos majoritariamente se dão na área do supérfluo, na área secundária, como despesa de custeio, com despesas correntes, porque é um Governo perdulário, que aumenta exageradamente a máquina pública em detrimento dos investimentos produtivos.

Vou conceder o aparte ao Senador Mozarildo para depois partir para a conclusão do meu pronunciamento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Álvaro Dias, ouvi bem o pronunciamento de V. Ex^a e alguns pontos me chamaram muito a atenção. Um deles foi quando V. Ex^a falou que realmente está se criando um clima e que não se pode mais criticar o Presidente Lula. Na verdade, é preciso que o Presidente entenda que criticar não significa falar mal. Criticar significa analisar uma coisa e mostrar o que está errado e o que não está errado. Será que ele, em vez do que diz o filme, que diz filho do Brasil, ele quer virar o Deus do Brasil? Porque só Deus não tem erros e não deve ser criticado. Fiquei muito alarmado quando vi, por exemplo, um artista – já que não é nem um político –, um artista, como é o caso de Caetano Veloso porque fez uma crítica ao Presidente está sendo até hostilizado por determinadas claques, porque fez críticas ao Presidente, como se não pudesse fazer. E V. Ex^a coloca muito bem, quando faz essa análise, que o que está acontecendo é muito gasto com itens supérfluos. Vamos traduzir isso para uma família. Uma família que não gasta, por exemplo, em infraestrutura para manter a sua casa, com itens fundamentais como alimentação, saúde, educação, e fica gastando com festa, com luxo, vai terminar tendo realmente complicações. O Presidente Lula inchou a máquina administrativa deste País, criando 37 Ministérios e 26 mil cargos de confiança – não são cargos de carreira, e sim cargos de confiança. Lamentavelmente, eles estão aí para empregar pessoas que fazem parte do esquema político dele. Então, essa aprovação está muito calcada nisto: em gastos supérfluos, em muito auê, em muita propaganda e emprego exagerado de cargos comissionados. Quero parabenizar V. Ex^a pela análise e dizer ao Presidente Lula que ele deveria ouvir mais as pessoas que o criticam e menos as que o bajulam!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Foi Santo Agostinho quem disse: “Prefiro aqueles que me criticam, porque me corrigem, àqueles que me bajulam, porque evidentemente me fazem persistir no erro”.

Sei que o Presidente Lula não gosta de crítica. Ele demonstra muitas vezes uma vocação autoritária. Talvez por isso se dê tão bem com determinados líderes despotas, como o que esteve há poucos dias aqui e foi recebido com honras de chefe de Estado, com pompa e circunstância, pelo Presidente, tendo recebido inclusive apoio para o seu programa nuclear.

Portanto, que me desculpem aqueles... Até um Deputado do PT do Paraná disse que eu estava “muito raivoso”. Não se trata de explodir sentimento de raiva. Não é isso. Estamos é indignados!

E quem perde a capacidade de indignar-se não tem o direito de representar ninguém. A capacidade de indignação é fundamental para quem quer exercitar o mandato popular. Acho que deveria ir para casa quem perdeu a capacidade de se indignar.

Indignação não é raiva; indignação é amor à justiça, à correção, à honestidade. Indignação é a forma de repelir as falcatrusas, os desmandos, o despotismo. Indignação é a melhor forma de propor mudanças para a realidade. Indignação é a maior manifestação de respeito ao povo que nos elege.

Mas eu vou concluir, Sr. Presidente.

O Brasil – é o Banco Mundial, agora, que revela – aparece em último lugar em termos de investimentos como proporção do gasto público, atrás de países emergentes, como a Turquia, Chile, África do Sul, Estônia, todos com cifras acima de 10%. Portanto, o Brasil está em último lugar na relação investimento e gasto público. Uma relação negativa para o Brasil, uma relação que implica irresponsabilidade pública, incompetência de gerenciamento, má aplicação do dinheiro, do imposto pago com tanto sacrifício pelo povo do País. A combinação de aumentos de gastos correntes permanentes e o baixo nível de investimento público reduz consideravelmente a nossa perspectiva de crescimento. O Brasil cresceria mais, é evidente. Quando o governo investe, produtivamente, o País cresce mais, porque estimula o setor privado a investir.

O relatório faz críticas também ao marco regulatório do pré-sal, bem como os projetos de fortalecer a Eletrobrás e a Telebrás e as investidas constantes do Governo contra a Vale do Rio Doce.

O Luís Stulhberger não é um analista qualquer. É considerado o melhor gestor de recurso do Brasil. Suas advertências devem ser consideradas. E, certamente, ele não faz essas advertências com raiva. Ele as faz com responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora vamos chamar um Senador para fazer uma comunicação inadiável.

Está inscrito Renan Calheiros. Ele é Líder do PMDB, mas usa da palavra, porque já havia feito anteriormente a sua inscrição para uma comunicação inadiável.

Renan Calheiros, eu ontem recebi muitos aplausos e muitos e-mails pela PEC que, com muita sensibilidade, combate a violência, concluindo que tem que haver melhoria de salário com dignidade. Existe a PEC 300. A sua foi anterior. Vão se juntar. Despertou o País e o Congresso para a melhoria salarial e igualdade no Brasil todo, pois o País é um só. V. Ex^a,

quando Ministro da Justiça, com muita dedicação e sabedoria, enfrentou o problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

V. Ex^a – antes de mais nada é importante que se diga –, Senador Mão Santa, foi fundamental para que, no dia de ontem, nós pudéssemos realizar as sessões necessárias, quebrando inclusive os interstícios, os prazos para que, se Deus quiser, na próxima terça-feira possamos votar essa importante emenda constitucional.

Agradeço muito a V. Ex^a e, com certeza, os policiais militares, civis e os bombeiros militares também agradecerão muito mais.

Senador Mão Santa, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inegável que o Brasil, depois de surpreender o mundo e contornar a crise econômica com um desconforto menor que outras nações, vive um extraordinário momento econômico e as perspectivas que justificam o otimismo.

A boa sequência dos indicadores socioeconômicos, Sr. Presidente, ampara a certeza de que teremos um dos melhores finais de ano de nossa história e um ano novo excepcional para os brasileiros. A euforia econômica até aqui gerada, Sr. Presidente, tem proporcionado resultados estimulantes, entre eles, podemos citar:

I – até outubro, conseguimos gerar 1,1 milhão novos empregos com carteira assinada; .

II – saímos da recessão técnica à frente de países desenvolvidos, graças à provisão maciça de crédito e ao mercado interno, cujo crescimento foi de 20%. Esse mercado foi fortalecido pelo aumento real do salário mínimo, o incremento da massa salarial e do Bolsa Família, responsável pela injeção de 43 bilhões na economia e por uma arrecadação extra de R\$12 bilhões.

III – o mesmo tripé salário mínimo, crescimento da massa salarial e os programas sociais foi responsável pela exclusão de 19,4 milhões de pessoas da linha da pobreza desde 2003, segundo a Fundação Getúlio Vargas;

IV – houve uma revolução silenciosa; a partir da redução expressiva da pobreza aconteceu uma mobilidade social, nos últimos três anos, segundo a Fundação Getúlio Vargas, envolvendo 18 milhões de pessoas que mudaram de faixa salarial;

V – As previsões do PIB para 2010 vão de 4,5% para 6,5%;

VI – o crescimento industrial já se sustenta há nove meses e o varejo ignorou a crise aumentando a sua venda mensalmente;

VII – os bancos privados estão aumentando suas provisões de crédito para 2010, especialmente para imóveis e os índices de inadimplência caem mês a mês;

VIII – de outro lado, registrou a Fecomércio de São Paulo que 97% das empresas se preparam para investir mais em 2010;

IX – e agora, mais recentemente, o Governo encontrou espaço tributário para novas desonerações para o setor de móveis e de automóveis menos poluentes.

Os bons resultados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, têm gerado reconhecimentos, elogios e melhoria da imagem do Brasil no exterior. São prêmios dados ao Presidente Lula, publicações e estudos diversos tratando do fenômeno brasileiro que alguns já apelidaram de milagre brasileiro. Mais do que popularidade e aprovação interna, o Presidente Lula agregou outro conceito muito caro aos homens públicos, o da confiabilidade por ter conseguido atravessar uma gravíssima crise econômica.

É com muita satisfação que eu concedo um aparte a esse querido amigo Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Renan, Líder do nosso Partido, quero parabenizá-lo pelas conquistas e pelos projetos que V. Ex^a tem apresentado nesta Casa.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – A PEC nº 12 acabou de ser aprovada na Câmara dos Deputados. Depois de longa discussão aqui no Senado Federal com todas as instituições, ela foi aprovada aqui e me parece que foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados, dando flexibilidade aos Estados e Municípios para pagarem suas dívidas de precatórios e também dando possibilidade de os credores receberem, porque ali era um faz de conta. As Prefeituras e os Estados não pagavam e os credores esperavam ansiosamente a vida inteira. Muitos morreram inclusive na ansiedade, esperando que essas dívidas fossem pagas. Então de nada adiantava ter uma dívida volumosa para receber e o crédito nunca ter sido pago. Agora acho que abre essa possibilidade de pagamento dessas dívidas, desses precatórios. A outra é a PEC nº 41. Ela começou a ser discutida, já aprovada na CCJ e já está em discussão para votação aqui no plenário. Ela vai possibilitar um piso nacional salarial para os policiais civis, militares e bombeiros. E, com esses dados, com esses indicadores econômicos que V. Ex^a acaba de citar, eu fico

mais otimista quanto à aprovação dessa matéria e o cumprimento dela pelo Governo, criando um fundo de segurança nacional para compensar os Estados no pagamento desse piso nacional. Então, eu acho que com o crescimento do PIB, com o crescimento da receita do País e dos Estados, vai haver a possibilidade de melhorar o salário dos nossos policiais com base na PEC nº 41. O mesmo vai acontecer com os profissionais da educação e da saúde. Eu acho que é muito importante o crescimento da economia brasileira; isso reflete no Orçamento da União e dos Estados para fazer frente a todas essas demandas. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a. Incorporo, com muita satisfação, seu aparte a meu discurso. V. Ex^a tem sido também fundamental na mobilização do Senado e das mais diferentes comissões desta Casa para que possamos avançar nessa mudança e nesse aperfeiçoamento institucional.

Há pouco V. Ex^a se referia à PEC dos Precatórios sugerida pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal. É preciso, Sr. Presidente, fazer alguma coisa para mudarmos a regra de precatórios no Brasil. Senador Raupp, esta Casa tem razão. Ontem, a Câmara dos Deputados votou a PEC nº 12 com uma alteração. A PEC vai voltar para tramitar no Senado Federal. Senador Valdir Raupp, Srs. Senadores e Sr^as Senadoras, não tenho nenhuma dúvida de que, quanto mais tempo demorar essa regulamentação dos precatórios no Brasil, mais tempo vamos ter de conviver com esse calote. Se São Paulo, o Estado mais poderoso da Federação, mantiver o ritmo de pagamento dos precatórios, esse pagamento vai durar exatamente 140 anos. É um calote generalizado.

Precisamos fazer alguma coisa para criar um fundo para esses precatórios e fazer leilões para os maiores precatórios. Esses leilões são facultativos, poderão ser facultativos, deverão ser facultativos. Quem tem um precatório é natural que decida se quer receber logo, colocar aquele título no leilão e pagar um deságio, consequentemente.

Mas é fundamentalmente importante – o Senador Valdir Raupp tem razão – vincular recursos de Municípios para pagamento desses precatórios. Senão nós não vamos sair dessa situação, não vamos atravessar esse calote. O que esta Casa e a outra Casa do Congresso Nacional puderem fazer para mudar essa situação terá que ser feito.

Temos, hoje, lamentavelmente, poucos escritórios especializados em venda de precatórios; são verdadeiros agiotas de precatórios. No meu Estado, Senador Valdir Raupp – e V. Ex^a conhece esse problema com profundidade – há 2, 3 ou 4 escritórios que chegam

a ter 2, 3 bilhões de reais de precatórios tomados de servidores públicos. Acho até que seria o caso de mais adiante, quando voltarmos a discutir essa matéria aqui, fazermos até uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que possamos ir a fundo na investigação dessa imoralidade. O Brasil não pode continuar dessa forma. Alguns servidores públicos, Senador Mozarildo – e já volto ao meu discurso, Senador Mão Santa – muitos deles são procurados nos hospitais. Aqueles que têm créditos a receber, créditos judiciais transitados em julgado, são procurados nos hospitais, onde estão tratando alguma enfermidade circunstancial, para vender seus precatórios, seus créditos transitados em julgado. Então é comum no meu Estado servidor público que tem 500 mil reais receber, no desespero, 50 mil reais. Quer dizer, 7% 8% 9%, 10%, 12% do valor de face.

Quer dizer, uma imoralidade dessa não pode continuar. Este Senado já demonstrou para o País que essa questão é urgente, essa regulamentação é urgente e inadiável. Se for necessário, acho que devemos investigar essa excrescência e esses excessos. No que depender do PMDB, vamos estar à disposição para que investigar profundamente isso, porque essas coisas que estão acontecendo com esses escritórios especializados, sinceramente, não podem continuar a acontecer neste Brasil que pretendemos novo.

Voltando, Sr. Presidente.

Não por outro motivo os índices de aprovação ao Presidente são positivos há muito tempo. A sensibilidade e prioridade social conduziram o Presidente Lula ao respeito que ele hoje desfruta no Brasil e no mundo.

É a essa indiscutível sensibilidade que faço um apelo: vamos agregar todos neste momento.

É esse o apelo que faço nesta hora, Senador Mão Santa, ao Presidente Lula: vamos agregar todos nesse momento; vamos permitir que todos os brasileiros compartilhem da prosperidade que se aproxima.

Refiro-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aos aposentados e pensionistas. Derrubamos muitos mitos nessa crise: o mito, Senador Mão Santa, da irrelevância do salário mínimo para a economia; o mito do Estado mínimo; o mito de que o bolsa-família era meramente assistencialista, ineficaz; e vários outros dogmas foram também pulverizados. Agora que a economia, vigorosa e sustentável, acena com melhores dias, agora que o emprego está em expansão, vamos ponderar, pensar bem antes de cairmos no comodismo fácil da fria contabilidade dos frios números.

Faço o apelo não ao Chefe de Estado que vem conquistando o respeito mundial. Endereço o meu apelo neste momento, em nome do Senado Federal, em nome da nossa Bancada, da Bancada do PMDB,

ao retirante que enfrentou dificuldades, ao homem que encontrou solidariedade e apoio com os quais ele superou as adversidades.

Dirijo o apelo, Senador Mão Santa, ao nortenho de origem humilde, ao sindicalista destemido, ao condutor das caravanas da cidadania.

Vamos inovar, nós precisamos ousar, como foi feito com o Bolsa Família, como foi feito com o salário mínimo, como foi com a reposição do papel do Estado na economia. Em todos os momentos que se falou do aumento real do salário mínimo, V. Ex^a sabe muito bem, ouvia-se aqui as profecias do cataclismo, de economia quebrando, de crescimento do mercado informal. E nada disso, Sr. Presidente, os resultados estão aí, nada disso que previam, graças a Deus aconteceu.

O mesmo se falou do Bolsa Família e o apocalipse também não se instalou. Ao contrário; segundo o estudo dos economistas Naercio Aquino Menezes e Henrique Landim Júnior, o Bolsa Família foi responsável por um incremento de 43 bilhões de reais no Produto Interno Bruto. Os dois concluíram também que o mesmo Bolsa Família proporcionou uma arrecadação extra de 12,6 bilhões de reais aos cofres públicos. Ou seja, o total da arrecadação extra é 70% a mais que o total de benefícios pagos.

Agora temos que avançar e criar mecanismos para formalizar o emprego e aumentar a base contributiva. Dessa forma, a Previdência Social, com a economia crescendo e empregos sendo formalizados Senador Mão Santa – e para isso nós já fizemos o nosso dever de casa aqui no Congresso Nacional – terá condições de honrar reajustes dignos para os aposentados.

Existem vários projetos que convergem para a formalização da mão de obra. A inclusão previdenciária está a merecer uma dedicação maior desta Casa – e já passou por esta Casa – como também de Estados e de Municípios, já que perto de 48% dos trabalhadores permanecem, apesar dos avanços que consagramos nesta área, na semi-clandestinidade, sem direitos e garantias trabalhistas e, principalmente, sem cobertura previdenciária, Senador Mão Santa.

Valho-me aqui também das veneráveis palavras do Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, Warley Martins Gonzáles. Diz o Presidente Warley: "Chegou a vez dos caras-enrugadas. Nós apoiamos o Governo, confiamos no Presidente Lula e temos certeza, convicção, de que ele encontrará meios para dar o máximo de reajuste aos aposentados e pensionistas sem comprometer todo o esforço que foi feito para termos o cenário promissor que hoje temos".

Falo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque venho de um Estado sabidamente dependen-

te de repasses federais. Em Alagoas a principal fonte de renda da maioria dos Municípios é a Previdência Social. Os benefícios do meu Estado abrangem perto de 400 mil segurados e supera as transferências do Fundo de Participação dos Estados em mais de R\$50 milhões.

Para se ter uma ideia, Senador Mão Santa, Alagoas possui perto de quatrocentas mil famílias inscritas no Bolsa Família e outras 370 ou 380 dependendo dos benefícios da Previdência Social. Todos nós conhecemos a complexidade do sistema, o impacto de cada centavo nas contas públicas, mas conhecemos também a vontade de acertar e a sensibilidade do Presidente Lula com o tema. Tenho certeza de que ele, o cidadão Lula, o metalúrgico Lula, o trabalhador Lula irá aonde os técnicos não cogitaram ir. O reajuste dos aposentados no mesmo patamar dos trabalhadores da ativa é uma necessidade lógica e o Presidente Lula, tenho absoluta convicção, sabe disso.

Do contrário, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os ganhos decorrentes do crescimento econômico, dessa forma, serão distribuídos de maneira correta, justa entre todos os trabalhadores. Se nós seguirmos o caminho contrário, nós permitiremos que os aposentados sejam tratados de uma forma injusta neste momento de crescimento, de consolidação da nossa economia. E os aposentados, Sr. Presidente, não podem ser o peso desigual dessa balança. Se estamos experimentando bons momentos na produção, no crescimento, o mais correto e justo é que essa riqueza nacional seja distribuída de forma equânime.

Eram estas as considerações que por hoje tínhamos que fazer.

Acho importante, fundamental... Esta Casa já fez o seu dever, nós já votamos o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados também já votou, e é fundamental que nós tenhamos aí uma negociação, que possamos evoluir para fazermos um acordo para garantir, com esse acordo, com tudo isso, com esse esforço, com essa dedicação, que os aposentados possam ser incluídos neste momento incomparável que vive a economia brasileira.

Aproveito também a oportunidade, no momento em que encerro, para comunicar ao País, para comunicar às entidades que representam os militares em todo o Brasil, em todos os Estados da Federação, os policiais civis, os policiais militares, os bombeiros militares, os investigadores também, que nós pedimos ao Senador Demóstenes Torres, que foi o Relator dessa importante proposta de emenda à Constituição, que inclua também os investigadores – eles já estão incluídos –, mas que sejam incluídos também os peritos criminais, para que

possamos, com tudo isso, com esse esforço, atender a toda a atividade-fim, a atividade policial.

Na próxima terça-feira, graças à dedicação do Senador Mão Santa, de todos os Senadores, dos Líderes desta Casa, nós vamos ter, aqui, no Senado Federal, a votação dessa importante matéria, se Deus quiser, em primeiro e em segundo turno.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, por tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, brilhante na sua vida política como representante de Alagoas, que foi um extraordinário Ministro da Justiça deste País. Eu dou o testemunho. Governei o Piauí e inúmeros são os benefícios que lá existem. Os presídios modernos que nós temos todos foram graças à inteligência e ao amor que ele tem ao Nordeste.

S. Ex^a reviveu Rui Barbosa. Eu quero dizer que, no governo de Luiz Inácio, o melhor foi aquilo que Rui Barbosa disse: "A primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Ele veio antes. Ele faz a riqueza".

Todos nós não acreditávamos... O salário, quando aqui começamos – é por isto que eu digo que este é um dos melhores Senados da história da República do Brasil – era de US\$75.00. Nós o aumentamos, o Presidente o absolveu e hoje ele é mais que US\$250.00.

E a generosidade do Bolsa Família está aí. Mas o Governo precisa nos ouvir. Ele precisa chamar os Prefeitos e os Governadores e incluir mais recursos. Prefeito é que sabe. Eu fui Prefeitinho. É preciso encaminhar essa gente para o trabalho para obedecer ao que diz Deus: "comerás o pão com o suor do teu rosto". E ali na tribuna de honra está um líder evangélico da Assembléia de Deus, é o Diácono Jonas Vieira, conselheiro do Partido Social Cristão no Estado do Piauí. É da Assembléia de Deus, Primeiro Secretário da Direção Regional e candidato a Deputado nas próximas eleições.

Agora vamos chamar o Senador Valdir Raupp, que está inscrito aqui como Líder da Maioria.

Senador Mozarildo, eu gostaria que V. Ex^a presidissem, porque eu sou o próximo e vou defender o salário do médico, como tão bem foi defendido o salário dos policiais pelo Renan Calheiros, com a sua PEC nº 41, que vai se juntar à de nº 300, o que, com certeza, vai ser um novo nascer para a segurança neste País.

V. Ex^a pode usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Senador Mozarildo, que sobe à Mesa para assumir a Presidência, Sr^as e Srs. Senadores, eu queria também fazer um apelo, para que, além dos militares, civis, bombeiros e peritos, sejam incluídos também os

agentes penitenciários. Eles têm enviado muitos *e-mails* para mim pedindo que não sejam esquecidos – os agentes penitenciários. Acho justo porque trabalham em uma área muito perigosa, de alta periculosidade, e merecem também ter o mesmo tratamento nessa PEC nº 41. Eu falava com o Senador Renan, quando S. Exª desceu da tribuna, e ele disse que será possível fazer isso na regulamentação. Após aprovada no Senado e na Câmara, é possível incluir também os peritos e os agentes penitenciários.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falo do Código Florestal Brasileiro.

O Código Florestal Brasileiro em vigor carrega no sotaque anacrônico e manca, há tempos, das duas pernas. Disso a ninguém mais cabe duvidar.

Elaborado em 1965, está em processo de revisão no Congresso Nacional, a cujos parlamentares compete organizar uma pauta aberta de discussão que subsidie os trabalhos de nova normatização.

Na verdade, Sr. Presidente, isso já está acontecendo em larga escala. As discussões sobre a modificação do Código Florestal já vêm ocorrendo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Comissões, eu mesmo tenho um projeto, vários outros Parlamentares têm projetos nesse sentido. A Confederação Nacional da Agricultura, o Ministério da Agricultura, as frentes parlamentares do Senado e da Câmara vêm discutindo, nos últimos dias, amplamente, essa situação do Código Florestal.

Pelo menos quatro grupos sociais distintos demonstram interesse em participar dos embates, na expectativa de que suas reivindicações sejam absorvidas. São eles ruralistas, ambientalistas, empresários e camponeses.

Para introduzir o assunto, vale adiantar que as discussões entre o Parlamento e o Governo não dão sinais de avanços significativos. Como exemplo, bem recentemente, contrariando os interesses do Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, o Presidente Lula decidiu, mais uma vez, prorrogar a entrada em vigor do decreto que obriga os produtores rurais a formalizar um compromisso de manter reservas legais em suas propriedades.

Com o adiamento, os ruralistas terão mais tempo para mexer no Código Florestal. Na avaliação deles, tal decreto, com base na atual legislação ambiental, deslocaria milhões de proprietários para a ilegalidade.

Como era de se esperar, ambientalistas e ruralistas travam uma batalha renhida.

Sem dúvida, nas discussões sobre as mudanças no Código Florestal, os produtores deverão vencer a queda de braço contra os ambientalistas, convencendo o Presidente Lula, até por prudência, a prorrogar o

prazo de definição da reserva legal de 11 de dezembro deste ano para 11 de junho de 2011.

Como se sabe, caso entre em vigor tal decreto, à luz da atual legislação ambiental, despejaria na ilegalidade cerca de três milhões de pequenos e médios proprietários que décadas atrás desmataram ilegalmente suas áreas para avançar com as lavouras.

Eu conheço, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, milhares e milhares de produtores rurais, no meu Estado e em toda a Amazônia. A legislação anterior era 50%. Depois, o Governo muda de 50% para 80% da reserva legal, e aí passa todo mundo para a ilegalidade. Quer dizer, é uma injustiça o que está sendo feito com os produtores da Amazônia e, por que não dizer, de todo o Brasil.

Esse prazo, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que o Presidente Lula deverá ampliar – pelo menos, é o apelo que eu faço e da maioria dos produtores – será de um ano e meio a mais para mudar o Código Florestal. Quando o decreto entrar em vigor, o proprietário autuado pela fiscalização sem a totalidade da reserva legal terá prazo de 120 dias para formalizar uma proposta de recuperação da área. Feito isso – o que já o livra da multa –, terá até 2031 para recuperar a área de floresta.

Apesar do desgaste político internacional, verdade seja dita, o Brasil atravessa também na área ambiental uma fase de notícias alvissareiras. Não por coincidência, o Governo anunciou, há bem pouco, a menor taxa anual de desmatamento na Floresta Amazônica desde 1998, quando praticamente começou a migração para aqueles Estados e quando a medição começou a ser feita.

Segundo aferição do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, entre agosto de 2008 e julho de 2009, foram desmatados 7.008 quilômetros quadrados, uma redução de 45% ante o período anterior, quando a taxa foi de 12.911 quilômetros quadrados. Tal extensão equivale, em área, a 4,6 vezes o território da cidade de São Paulo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já há uma consciência mais forte, mais apurada na Amazônia quanto ao desmatamento. Ninguém quer derrubar mais. Ninguém quer queimar mais, desde que haja compensações.

Outro assunto a merecer atenção nos debates que antecedem as mudanças no Código Florestal em vigor é o que alude ao conceito de agricultura familiar. Por conta da sinalização do Governo de excluir o conceito da agricultura familiar das negociações da legislação ambiental, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, principal órgão sindical de

trabalhadores rurais do País, ameaça denunciar esse descaso à Organização das Nações Unidas.

Na visão dos pequenos agricultores, tal retrocesso às vésperas da Conferência Mundial da FAO, órgão da ONU que se ocupa da alimentação do mundo, representaria um descaso inaceitável do Governo com a luta em prol da agricultura familiar como protagonista no desenvolvimento rural sustentável. De fato, as discussões sobre mudanças no Código Florestal ficarão restritas ao tamanho da propriedade, sem contemplar o conceito da agricultura familiar, que vai além da extensão do imóvel.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, ao mesmo tempo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário se apressa em esclarecer que se trata de equívoco interpretativo considerar o programa federal Terra Legal como uma das causas do aumento do desmatamento na Amazônia. A hipótese havia sido levantada por algumas ONGs que atuam na nossa região, na leitura das quais o crescimento de 167% na área derrubada da floresta em agosto deste ano, em comparação com o mesmo mês do ano passado, se deve à instalação de tal programa.

Em realidade, pela primeira vez, mais da metade da destruição da mata se concentrou em áreas da União.

Não custa nada recordar, contudo, que o Terra Legal foi criado a partir da Medida Provisória nº 458 e começou a ser implantado em 19 de junho. Seu objetivo consiste em aumentar o conhecimento estatal sobre a ocupação da Amazônia, concedendo títulos de posse a quem está sobre áreas da União.

Aliás, Sr. Presidente, essa foi uma boa medida provisória para regularizar as terras na Amazônia, para tratar dessa injustiça jurídica que se instalou na Amazônia brasileira.

Em outras palavras, trata-se, em princípio, de uma estratégia de combate ao desmatamento na Amazônia. No entanto, o programa poderia estar conduzindo pessoas a desmatarem terras públicas para tentarem tomar posse dessas áreas e conseguirem se enquadrar no programa de maneira fraudulenta.

Verdade ou mentira, o que se sabe até o momento é que o Governo dispõe de um banco de imagens por satélite do sistema de proteção da Amazônia que possibilita à direção do Terra Legal identificar os desmatamentos antigos e recentes ocorridos em áreas passíveis de titulação, o que facilita ao programa a condição de não regularizar posses que não atendam aos quesitos previstos. Logo, não há como documentar áreas que tenham sido desmatadas agora, recentemente, para alcançar esse benefício.

Para finalizar, gostaria de reiterar que, enquanto não houver um patamar mínimo de consenso entre

ruralistas, ambientalistas, camponeses e empresários associados ao mercado das florestas e ao agronegócio, a nova roupagem do Código Florestal Brasileiro ainda vai permanecer como um ideal a se alcançar.

Em suma, a protelação de decisões reflete o grau de incerteza e de divisão política no setor. A proximidade das eleições não tende a atenuar o problema, mas pode servir de cenário fértil para uma produtiva discussão.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu queria falar mais uma vez sobre projetos que tramitam no Senado e na Câmara. Eu mesmo tenho o Projeto nº 342, que trata do desmatamento zero, com as suas compensações. Eu sou favorável porque entendo e tenho percebido, conversando com os produtores do meu Estado e dos outros Estados da Amazônia, que ninguém mais quer derrubar, ninguém mais quer desmatar, principalmente aqueles que têm documentos das terras. Talvez em alguns que não tenham documento ainda prevaleça esse instituto da ilegalidade para fazer desmatamento ilegal. Mas aqueles que têm documento, aqueles que estão documentando as suas terras não querem mais queimar, não querem mais derrubar.

Então, desmatamento zero pegaria bem hoje no Brasil e fora do Brasil. O Governo do Brasil poderia chegar em Copenhague de cabeça erguida, porque teria uma lei de desmatamento zero ou pelo menos uma moratória de dez anos, com as suas compensações. Vamos continuar com os planos de manejo, extraíndo a madeira sustentadamente. Vamos liberar as áreas consolidadas, já antropizadas, para a produção, para o sustento das famílias que moram na Amazônia, em todo o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, fazendo, mais uma vez, esse apelo ao Governo brasileiro para que a gente possa modificar o Código Florestal Brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Moarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Valdir Raupp, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, mas V. Ex^a sabe que temos algumas pequenas discordâncias no que tange ao desmatamento na Amazônia.

Eu acho que ninguém quer desmatar por desmatar. Mas tenho até aqui um e-mail de um morador lá do Município de Santo Antônio do Içá, na fronteira do Peru com a Colômbia, em que ele relata a realidade daqueles chamados “ribeirinhos” ou homens do interior

da Amazônia, como eles vivem. Não estamos falando aqui de bandidos, de madeireiros ilegais, não. Estamos falando aqui dos 25 milhões de habitantes que estão na Amazônia e que podem se prejudicar muito. Eu vou ter a oportunidade de comentar esse *e-mail*.

Mas tenho muito prazer de conceder a palavra ao Líder do PSC, Senador Mão Santa, candidato já reeleito ao Senado pelo Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta reunião de quinta-feira, 26 de novembro, Parlamentares na Casa, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quis Deus estar presidindo Mozarildo Cavalcanti, médico mesmo e orgulhoso do exercício da medicina; fez da ciência médica a mais humana das ciências e se tornou um benfeitor da humanidade, reconhecido pelo povo de seu Estado, que aqui representa com grandeza.

Ontem, com muito amor e orgulhoso do Senado, presidi sessões sucessivas para que se avançasse num salário de dignidade para os militares e policiais do nosso Brasil. É uma vergonha aquilo. Não vai acabar a violência sem darmos aos policiais civis e militares um salário de dignidade. Esse regime nasceu com um grito de igualdade: não é justo os policiais do Distrito Federal... e os outros do resto do Brasil serem inferiorizados. A segurança tem de ser dada à Pátria toda.

Norberto Bobbio, um sábio, era Senador honorário na Itália – lá existe isto, eles escolhem não por votos, mas por méritos intelectuais e serviços prestados. E Norberto Bobbio, o maior teórico – seus livros aí estão – sobre a democracia, disse que o mínimo que temos de exigir de um governo, vamos dizer, é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. E realmente o nosso Governo não vai bem quanto à segurança. Que respondam as brasileiras e os brasileiros. Vivemos numa sociedade que é uma verdadeira barbárie. E, para acabar essa violência, temos que valorizar os nossos agentes da segurança, que são os policiais.

A mesma coisa é válida para a saúde. Zambiasi, a saúde também tem que ser o seu agente. E quero dizer que é ridículo isso. O nosso Presidente, de quando em quando, diz: "nunca antes". Não sei se ele leu Camões, porque o Camões dizia: "nunca dantes mares navegados". Mas o que quero dizer é que todos os presidentes tiveram a sua participação. Este é um país de muita história. Mas me lembro, e vamos fazer justiça, a coragem e a firmeza de homens que, até no regime de exceção, dirigiram este País, como Castelo Branco.

Eu estava no veredor da medicina, no Hospital Servidor do Estado, e quero dar o testemunho para o

Brasil. Terminei Medicina em 1966, na Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, e fui fazer o pós-graduado no Rio de Janeiro, no Hospital dos Servidores do Estado, o Ipase, na época a maior escola de Medicina para residência, para pós-graduado.

Quero dizer que me lembro dos meus colegas, Zambiasi, gaúchos. Jaime Pieta fez residência comigo. Ele foi até presidente dos médicos residentes. Ele reside hoje em Porto Alegre, é irmão daquele Pietá, que foi Prefeito de Guarulhos. Então, até gaúchos. Léo Gomes, lá de Dom Pedrito, extraordinário cirurgião. Os gaúchos iam para lá, vindos de Santa Maria, de Pelotas, fazer residência. E eu convivi muito com eles. É uma raça muito boa. Eles me arrastavam... Naquele tempo, o campeonato brasileiro, Mozarildo, era disputado só por Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas. Esse campeonato brasileiro. Eles me levavam, e eu ia torcer pelo Internacional e pelo Grêmio. Quero dar o testemunho de que nunca vi uma decepção naqueles times. Eu ia acompanhando os gaúchos: o Léo Gomes, de Dom Pedrito; o Jaime Pieta, médico hoje em Porto Alegre. E eu acabava torcendo, influenciado por eles, pelos gaúchos. Os outros times eram de Minas, São Paulo e do Rio.

Então, eu estava lá. Viu, Mozarildo? Enfermeiras, pessoal dedicado, que trabalha muito. Enfermeira me lembra muita dedicação. Mas eu vi as enfermeiras exultantes, as discípulas de Anna Nery, Florence Nightingale felizes, radiantes, dedicadas. Sabe o que foi? O Presidente Castelo Branco... Atentai bem, ó, Luiz Inácio, do Presidente Castelo Branco ninguém pode falar não; eles deram a sua contribuição. O Presidente Humberto Carlos Branco tinha feito um Decreto-Lei, que era mais bonito que essas vergonhosas medidas provisórias, de que se abusam. Nós não vivemos momentos melhores, isso é verdade, o resto é mentira; eu estou dando um testemunho. Exultantes. Eu até gostei. Naquele tempo, a Adalgisa ainda não tinha nascido, a gente arrumava umas namoradas enfermeiras. E elas, naquele instante – viu, Mozarildo? –, passaram a ganhar seis salários mínimos. Felicidade. Viu, Augusto Botelho? Augusto Botelho conviveu no Rio. Então, houve esse Decreto-Lei. E para as enfermeiras e enfermeiros do Brasil Castelo Branco é um Deus. Seis salários mínimos. Não havia piso. E foi bom porque elas trabalhavam mesmo, a gente tinha enfermeirinhas amigas, elas adquiriam os fuscias, a gente saia com elas e tal. Mas eu vi: seis salários mínimos. Atentai bem que vergonha nós vivemos!

Está na hora de este Congresso criar vergonha. Sei porque é isso, viu Zambiasi? Lá na sala do Sarney há o retrato dos primeiros Senadores. Excluindo-se os portugueses, só brasileiros são 42. Eu saí, Mozarildo,

vendo as caras e lendo as profissões. Sérios,抗igos, de bigode. De 42, Zambiasi, 22 eram da área da Justiça. Olhe aí, nós que sabemos etiologia, Augusto Botelho: 22. Pode ir lá. Não é origem, não é etiologia? Dez eram militares, Caxias e tal; sete da Igreja, como Padre Feijó; dois médicos; e dois da área do campo, agricultores, donos dessas fazendas aí. Então, 22. Brasileiras e brasileiros! Desde lá esse pessoal da Justiça que domina aqui só faz leis boas e justas para eles. Imorais para a Nação, injustas para Nação. Eu posso dizer: eu sou pai da Pátria.

Olhai o salário. Olha aí, Mozarildo. Confiram, ministro do tribunal, do desembargador, de um juiz, de um defensor, de um procurador. Olhai, está vendendo, ô Zambiasi, V. Ex^a que representa Lacerda aqui, a imprensa corajosa, que sempre foi orgulho do Parlamento. Compare o salário dessa gente e o dos outros profissionais.

As pobrezinhas professoras, fizemos um esforço tremendo, extraordinário aqui e garantimos um piso, R\$960,00. Que vergonha! O Zambiasi já não quer nem voltar para o Senado, envergonhado. Ô Zambiasi, R\$960,00, nós aprovamos aqui, Mozarildo.

E como é difícil nascer uma lei. As comissões, as discussões, as audiências. V. Ex^a aqui é mais velho do que eu, não na idade. Aqui V. Ex^a está há quantos anos? Dez. Mais? Doze? Onze. É difícil, não? Muito mais difícil do que um parto, com fórceps, cesariana. Nasce a lei. Ô Zambiasi, você vai falar amanhã na sua rádio gaúcha? Pois diga essa vergonha do seu País. Isso aí, eu nunca antes vi um negócio desses. O Luiz Inácio disse nunca antes. A lei saiu, R\$960,00 para as professoras. Quanto ganha um ministro da justiça aí, desse pessoal, um desembargador, um juiz, um procurador, um promotor? E a professorinha, R\$960,00. Por isso o Cristovam Buarque chorou.

Que vergonha deste País! Não nasceu a lei. Abortou. A Justiça, o mandato não tem... R\$960... Criança, não verás nenhum país como este! Isso foi o Olavo Bilac. Eu digo: criança, não verás tanta injustiça como tem neste País. E as professorinhas não têm hoje. O Governo é o Executivo, somos nós e a Justiça. Somos nós os responsáveis. E os outros? Eu estou citando os extremos.

Mas eu queria dizer aqui do meu Piauí, que caiu na desgraceira. E eu fui culpado também porque eu votei, em 1994, num Governador do PT. Eu nunca vi isso. E governei o Estado por 6 anos, 10 meses e 6 dias. "Sindicato mobiliza médicos para greve no dia 2 de dezembro".

Atentai bem, nunca antes eu vi tanta indignidade. Eu sou médico e bom. Eu tenho 43 anos de médico. Tudo, ô, Zambiasi, que V. Ex^a imagina de curso médico,

eu os tenho. Mozarildo, era o Pelé fazendo gol, o Roberto Carlos cantando e eu operando na Santa Casa do Piauí, por igual, mais ou menos da idade.

A minha aposentadoria, eu, o Pelé da cirurgia, um Roberto Carlos no campo cirúrgico, eu nem olho. Ô Zambiasi, está ouvindo? Nunca antes, Lula, este País foi tão indecente e imoral. A minha, eu tenho todos os cursos que você imagina em cirurgia. São R\$3 mil. Eu nem olho. O povo é que é bom, e Deus me botou aqui no Senado. Eu estou numa boa, mas já pensou, com R\$3 mil, se eu tivesse um derrame? Como a Adalgisinha... E o meu emprego é bom, concurso, é federal. Do jeito que o Pelé foi bom em futebol eu fui em cirurgia neste País. São R\$3 mil.

Olha, eu conheci um médico, eu vou dar um quadro, só um quadro. Hoje eu estava recebendo ali o Presidente do Plenário chinês, lá é assembléia consultora chinesa. Aí ele é do Confúcio, não é? Confúcio, que é a religião dele, diz, um quadro vale por dez mil palavras. Zambiasi, Deus está lhe permitindo você ver um quadro.

Lá, na minha cidade havia um médico, Diretor da Santa Casa, Cândido Almeida Athayde, ele que fez o parto de João Paulo dos Reis Velloso. O maior Ministro do Planejamento, do Piauí, lá da minha cidade, Parnaíba, onde nasceu Evandro Lins e Silva.

Ele, Diretor da Santa Casa.

O povo é bom. Sei que... Ensinou a operar também. Fui Governador do Estado e chamei o Dr. Cândido e coloquei a medalha dele no peito. Gran Cruz Renascença, Mozarildo, e botei para ele agradecer. Um mês depois ele morre, com 94 anos. Mozarildo, na véspera, o Dr. Cândido Almeida Athayde, 94 anos, tinha operado, feito uma cesariana na Santa Casa.

Lá deve haver algumas Santas Casas, em Porto Alegre. Em uma cidade de 160 mil, 150 mil... Em outras cidades há Santa Casa. Pois eu trabalhei ali.

Olha, com 94 anos, o Dr. Cândido estava trabalhando na véspera da sua morte. Fui saber, era amigo, era Governador, procurei saber. Todo médico tem dignidade, tem vergonha. Então, trabalha até o último dia porque a aposentadoria é uma vergonha. Estou dando um quadro. Com 94 anos, Diretor da Santa Casa. Avaliem. Ele tinha feito uma cesárea na véspera. Tinha operado.

Todo médico, Augusto Botelho, tem de trabalhar porque ele tem vergonha. É a única profissão – não é negócio de Direito, não – que tem um Código de Ética, o juramento de Hipócrates... Então, somos melhores.

E na política também. Ninguém foi melhor do que Juscelino Kubitscheck. Podiam ser 22 naquele Senado antigo, mas garanto que os dois médicos que estavam lá eram os melhores deles. Nós. Tanto é que

aqui, de quatro Senadores, há três. Porque nós temos essa formação ética. Você entendeu? Mas vamos ver aqui a greve.

Mas, atentai bem, V. Ex^a é muito responsável! V. Ex^a aqui substitui, mas deve voltar. Eu sei que o povo quer fazê-lo prefeito de Porto Alegre, e isso é bom danado, porque tem obra. Mas V. Ex^a aqui representa a coragem de Lacerda, o jornalismo que precisa, a imprensa livre.

Olha aqui:

Nesta quarta-feira, dia 25 de novembro, a diretoria do Sindicato dos Médicos do Piauí – SIMEPI – visitará as unidades de saúde para mobilizar os médicos, visando à paralisação a ser realizada no próximo dia 2 de dezembro [o Piauí é Brasil! O resto não é melhor, não!] O objetivo é sensibilizar os gestores e alertar a população quanto ao descaso para com a categoria, afirma o Presidente da entidade Leonardo Eulálio.

Cabra macho! Aliás, todos os líderes lá são bons. Temos o da Associação Piauiense de Medicina, do CRM... E agora fui a uma festa da Academia de Medicina.

Zambiasi, o Piauí é uma referência, uma excelência em medicina. Você tem que criar isso, Mozarildo. Fizeram a Academia Médica, que visa à ética, à pesquisa. Ela tem 35 anos, foi a quinta do Brasil. A matriz é lá... Pietro Nordelino...

Eu fui lá quando o Pinotti recebeu. Então, é uma elite médica que visa à ética e à pesquisa.

E eu vi lá algumas pessoas: Dr. Lívio Parente, ele é um religioso, evangélico; e Dr. Luiz Ayrton, defendendo a Academia de Medicina e dizendo que nós não somos para isso. Nós temos que apoiar, ouviu? A Academia de Medicina é uma elite. A primeira foi no Rio de Janeiro. Você já foi lá, Mozarildo? Hein, Augusto Botelho? Pois vá lá. É perto ali do Santos Dumont. É a primeira, a mais velha. Só para os notáveis. E Pietro Novellino é o Presidente. O Pinotti, que era médico, Deputado, tomou posse lá. São só os luminares. O Sarney era Presidente e pediu que eu o acompanhasse, no começo do nosso mandato, não é?

Então, Augusto Botelho, eu, lá, comemorando os 35, vi, Lívio Parente e Luiz Ayrton dizendo que não é para isso, mas que não podiam ser contra. Uma classe que tem academia; não é associação piauiense, não é CRM, não é sindicato. Esse manifesto é do sindicato. Mas a academia médica, que não era para isso, mas já acabou.

Atentai bem!

Com o tema “Vergonha” a campanha salarial, desencadeada pelo Simepi pretende paralisar o atendimento em todas as unidades de saúde, seja da Prefeitura ou do Estado, incluindo os serviços de urgência, que funcionarão com apenas 1/3 da sua capacidade.

Para você ver a responsabilidade. Eles estão preocupados e, por isso, vão dar – ouviu, Zambiasi? – um terço do serviço de urgência.

A categoria exige aumento salarial escalonado de 30% a partir de janeiro, o que elevaria o valor do piso salarial do médico, da Prefeitura da capital, que atualmente corresponde a R\$1.294,43 [da Prefeitura]. Aqueles que possuem vínculo com a Secretaria Estadual de Saúde recebem piso de R\$1.010,00.

Esse é o PT. Nunca antes eu vi tanta falta de vergonha!

É tudo mentira este Governo. O País nunca teve isso. Nunca houve isso, Sr. Presidente. Greve de médicos?! Eu nunca vi. Um Governadorzinho mentiroso que mente, mente, que toda hora recebe bilhões, e não paga aos médicos!

Ô Augusto Botelho! Imagine um médico do maior hospital lá, o Getúlio Vargas, que dá plantão – R\$1.010 –, parte de noite, curetagem, aborto, é isso. Essa que é a verdade. Por isso que queriam fechar o Senado, porque só nós podemos dizer isto: o Governo comprou tudo, corrompeu tudo, até a UNE. Não existe mais nada.

Qual é o jornal que tem coragem de dizer? É R\$1.010. Tudo comprado. Não diz. Só o Senado pode. Só nós podemos.

Cícero dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Eu digo: “O Senado e o povo do Brasil está decepcionado com essa vergonha!” Isso eles governam com o tripé: mentira, corrupção e incompetência. É este Governo aí. Nunca antes eu vi esse tripé. Esse tripé quer quebrar os três Poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo, que somos os pais da Pátria. Um mil e dez reais é com que ele se aposenta. Aí ele morre, o médico, e deixa para a viuvinha isto aqui: R\$1.010,00. É isso! O Dr. Cândido trabalhou até 94 anos porque tinha dignidade, e os médicos estão trabalhando.

Com base em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, a Fenam (Federação Nacional dos Médicos) propõe que o piso salarial da categoria seja fixado em R\$8.200,00 para 20 horas semanais.

Ô Augusto Botelho, você é deste, do Partido dos Trabalhadores, olha aí, olha aí, diga para o Luiz Inácio que nunca antes vi uma sem-vergonhice tão grande

como há no Governo dele; só de mentira aqui. Diga homem.

Existe um estudo da Fundação Getulio Vargas. Eu também tenho curso de gestão pública pela Fundação Getúlio Vargas. A minha maior obra foi o ensino universitário, a Uespi, e levei para lá a Fundação Getúlio Vargas. O primeiro curso que ela deu foi de gestão pública, e eu, Governador, o fiz. Tenho curso de gestão pública pela Fundação, pois é, esta a que pedimos para socorrer o Senado. Fizeram uma reforma administrativa, disse que o piso do médico devia ser R\$8.200,00. Então, pedimos que ela nos socorresse administrativamente, para 20 horas semanais.

Sabemos que esse valor está longe da realidade do Piauí, mas vamos continuar lutando pela valorização do profissional", pontuou o tesoureiro do sindicato, Fábio Furtado.

A paralisação de 2 de dezembro é apenas uma advertência. A categoria médica ameaça deixar as unidades sem atendimento nesse final de ano caso o Governo do Estado não abra um canal de negociação.

Isso aqui é uma vergonha, e é a verdade. Eu sou do Partido Social Cristão. E Ele dizia, o meu Líder: "Em verdade, em verdade, eu vos digo". Então, essa é a verdade. No mais, é mentira. Este é o Governo da mentira. Eles estão inspirados no Hitler. Hitler tinha um chefe de comunicação, Goebbels, que dizia "uma mentira repetida se torna verdade". Essa mentira de que está todo mundo bem. Todo mundo bem? Os médicos estão lascados. Se os médicos estão desse jeito, como estão as professorinhas? Como estão as enfermeiras? Como estão quem trabalha e quem tem vergonha? Tudo é mentira.

E nós estamos aqui. Ô Augusto Botelho, se lembra do seu pai? Homem de vergonha – todo mundo diz. Foi médico. Mas no tempo dele não havia isso não. Quem fala aqui sou eu. Estou mais próximo do seu pai do que você, pela idade. As remunerações eram mais justas e dignas. Eduquei minha família com dignidade. Os médicos eram mais bem olhados. Nunca houve isso. Nunca antes uma vergonha dessas.

O médico do Piauí, em que o Governo é do PT e o Presidente é do PT, ganha, está aqui, R\$1.010,00. Imagine se esse médico adoece, imagine a viuvinha ficando com isso. Então, é mentira. Este Governo... Eu sei que, quando dos jogos olímpicos aqui, se houver campeonato da mentira, estará lá o Partido dos Trabalhadores com a medalha de ouro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradecendo o brilhante pronunciamento do Senador Mão Santa, a Presidência transfere as maté-

rias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes as matérias não apreendidas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1

PROJETO LEI DA CÂMARA N° 219, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 2009 (nº 5.665/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

Dependendo da leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Dependendo da leitura do Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Dependendo de Parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio

Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que institui o piso salarial para os servidores policiais.

Parecer sob nº 2.006, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antônio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 110, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

12

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

13

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003 (nº 7.087/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos

Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Parecer favorável, sob nº 2.007, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS.*

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 97, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001 (nº 2.958/2000, na Casa de origem, do Deputado Nelson Pro-

ença), que institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV.

Pareceres sob nºs 1.623, de 2003; 2.081, 2.082 e 2.083, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, 1º Pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azedo, favorável ao projeto; 2º Pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2003): Relator: Senador Augusto Botelho, pela audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; 3º Pronunciamento: Relator: Senador Augusto Botelho, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Parecer nº 2.081, de 2009), Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma, favorável ao projeto.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores*.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1,

de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (no 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado)*.

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras*.

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora *ad hoc*: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos)*.

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

22 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 71, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2006 (nº 1.355/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (confere legitimidade ativa perante os Juizados Especiais Cíveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM).

Parecer favorável, sob nº 1.879, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

23 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 72, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.

Parecer favorável, sob nº 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

24 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicosocioeducativa”).

Parecer favorável, sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

25 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

26 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.

Parecer favorável, sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

27 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos

Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 127, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.

Pareceres sob nºs 1.660 e 1.661, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável; e

– de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles, pela rejeição.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que altera os arts. 12 e 21 da Lei nº

8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Neuto de Conto.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-Cl (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 138, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008 (nº 706/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.882 e 1.883, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Marina Silva, favorável; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Cícero Lucena, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 2008 (n° 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 7º da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob n°s 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shhessarenko, favorável, nos termos das Emendas n°s 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 150, de 2008 (n° 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob n°s 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento n° 635, de 2009).

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 151, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 151, de 2008 (n° 1.000/2007, na Casa de origem, do Deputado Uldurico Pinho), que acrescenta § 6º ao art. 7º da Lei n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades benfeicentes de assistência social no ensino superior; e altera

a Lei n° 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (permite ao estudante beneficiário do Prouni solicitar transferência para outra instituição participante do Programa).

Parecer sob n° 1.875, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CE, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 152, de 2008 (n° 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei n° 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob n° 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 154, de 2008 (n° 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que altera a Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Parecer sob n° 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, de redação, que apresenta.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 156, de 2008 (n° 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarécio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob n° 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

- de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento n° 636, de 2009).

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

53

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

54

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta.

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

55

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

56

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

57

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 430, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008 (nº 387/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.

Parecer favorável, sob nº 2.056, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romero Jucá, com voto vencido, em separado, do Senador Tasso Jereissati, e voto em separado do Senador Mozarildo Cavalcanti.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta

dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 293, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Futebol, que regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelece normas orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores.

Pareceres sob nºs 2.017 e 2.018, de 2009 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 105, de 2002), das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Ikhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ/CE.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Re-

lator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senadora Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para

tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 220, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 15, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 508 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para reduzir o prazo para a interposição de recursos.

Parecer favorável, sob nº 1.838, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado de Oliveira, com abstenção do Senador Francisco Dornelles.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de

2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator *ad hoc*: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 201, DE 2009

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.

Parecer sob nº 1.880, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à

prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

72

REQUERIMENTO N° 356, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 356, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores voto de condenação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a "RIO + 20", em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.

Parecer favorável, sob nº 2.071, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

73
REQUERIMENTO N° 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).*

74
REQUERIMENTO N° 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo.)*

75
REQUERIMENTO N° 1.112, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).*

76
REQUERIMENTO N° 1.210, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.210, de 2009, do Senador João Pedro, solicitando voto de censura à Polícia Aduaneira do Aeroporto de Roma, na Itália, em relação à abordagem realizada por policiais quando da visita da Senadora Patrícia Saboya àquela cidade.

Parecer favorável, sob nº 2.097, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

77
REQUERIMENTO N° 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

78
REQUERIMENTO N° 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

79
REQUERIMENTO N° 1.276, DE 2009
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.*

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

80
REQUERIMENTO N° 1.278, DE 2009
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela

Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

Parecer favorável, sob nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

81

REQUERIMENTO N° 1.279, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).*

Parecer favorável, sob nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

82

REQUERIMENTO N° 1.295, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.295, de 2009, do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso à Polícia Federal pela operação Roubo S/A – Saque Noturno, realizada em diversos municípios do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.098, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

83

REQUERIMENTO N° 1.365, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).*

84

REQUERIMENTO N° 1.371, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).*

85

REQUERIMENTO N° 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expediço Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

86

REQUERIMENTO N° 1.450, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2009, do Senador Antonio Carlos Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007, e 368, de 2008, por versarem sobre matéria correlata (dispõem sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita de radiodifusão).*

87

REQUERIMENTO N° 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do*

Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

99

REQUERIMENTO N° 1.473, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.473, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliões de Notas).

90

REQUERIMENTO N° 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regulamentar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

91

REQUERIMENTO N° 1.489, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.489, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrerestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

92

REQUERIMENTO N° 1.490, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.490, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrerestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada

e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

93

REQUERIMENTO N° 1.491, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.491, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrerestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

94

REQUERIMENTO N° 1.514, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.514, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor ao Governador José Serra pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos.

95

REQUERIMENTO N° 1.516, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

96

REQUERIMENTO N° 1.518, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.518, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2007, por regularem a mesma matéria (cobrança de anuidade por entidades representativas de classes).

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, como orador inscrito. Senador Augusto Botelho é do PT de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, tal como o resto do mundo, também aqui no Brasil, o câncer constitui um gravíssimo problema de saúde.

De acordo com os últimos dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde, de um total de 58 milhões de mortes ocorridas no mundo em 2005, o câncer foi responsável pela morte de 7,6 milhões, o que representou 13% do total de 58 milhões, o que representou 13% de todas as mortes. Os tipos de câncer que causaram a maior mortalidade naquele ano foram de pulmão, com 1,3 milhão; o de fígado, responsável por 662 mil óbitos; o de colón, por 655 mil óbitos; e o de mama, com 502 mil óbitos – 502 mil mulheres morreram de câncer de mama no ano de 2005. Do total de óbitos por câncer computados naquele ano, mais de 70% ocorreram em países de média ou baixa renda. E as projeções para os próximos anos não são animadoras. Segundo a União Internacional contra o Câncer (UICC), as mortes provocadas pela doença poderão atingir 12 milhões de pessoas no ano 2020.

Aqui no Brasil, os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional do Câncer, referentes ao ano de 2004, apontaram para uma participação similar desse grupo de doenças num total de óbitos registrados, chegando a 13,7% do total de óbitos do Brasil, tendo como causa o câncer. Com esse índice de mortalidade, o câncer situou-se atrás apenas das doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 27,19% das mortes, superando até mesmo as mortes por causas externas, pela violência, pelo trânsito, que aparecem em seguida com 12,4%.

Em números absolutos, Senador Mão Santa, as estatísticas do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) indicam que 156 mil pessoas pacientes brasileiros morreram de câncer no ano de 2006. Câncer de próstata, pulmão e estômago foram as principais causas de morte nas pessoas do sexo masculino, ao passo que o de mama, pulmão e intestino representaram a principal causa da mortalidade por câncer na população feminina.

Se os números da mortalidade impressionam, aqueles relativos à incidência da moléstia não ficam para trás. Previsão feita em 2005 pela União Nacional contra o Câncer indica que os 11 milhões de casos novos ocorridos no mundo em 2002 elevar-se-ão para 15 milhões em 2020, 18 anos depois.

No Brasil, as estimativas do Instituto Nacional de Câncer, no ano passado, válidas também para o corrente ano, apontam uma ocorrência de 467 mil casos novos de câncer, ou seja, quase 1 milhão de novos casos nos últimos dois anos. Existe atualmente um doente de câncer para cada 410 brasileiros. O tipo mais incidente, à exceção do melanoma, é o câncer de pele, depois são os cânceres de próstata e pulmão para os homens, e de mama e do útero para as mulheres, acompanhando o mesmo perfil de malignidade observado no resto do mundo.

Sr. Presidente, a explicação para esse crescimento na incidência do câncer em âmbito mundial está na maior exposição dos indivíduos a fatores de risco cancerígenos. A redefinição dos padrões de vida – a partir da uniformização das condições de trabalho, nutrição e consumo desencadeada pelo processo global de industrialização – tem reflexos importantes no perfil epidemiológico das populações. As alterações indicam o prolongamento da expectativa de vida e o envelhecimento populacional, levando ao aumento da incidência de doenças crônico-degenerativas, especialmente as cardiovasculares e o câncer.

Também no Brasil, a proporção das mortes por neoplasias cresceu consideravelmente ao longo das últimas décadas, acompanhando o crescimento da mortalidade relacionada às doenças do aparelho circulatório e por causas externas, ao mesmo tempo em que diminuíram as mortes por doenças infecciosas e parasitárias. Essa mudança no perfil da mortalidade retrata a transição epidemiológica e demográfica em curso no nosso País.

Com o recente envelhecimento da população, que projeta o crescimento exponencial de idosos, identificou-se um momento expressivo na prevalência de câncer, o que demanda dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) um imenso esforço para a oferta de atenção adequada aos doentes. Essa perspectiva deixa clara a necessidade de grande investimento na promoção de saúde, na busca da modificação dos padrões de exposição e aos fatores de risco para o câncer.

Senador Mozarildo, vale dizer que esse aumento de peso relativo da mortalidade por câncer no total dos óbitos deverá tornar essa doença, muito em breve, a principal causa de morte no mundo, ultrapassando os óbitos gerados por problemas do aparelho cardiovascular. Segundo a Agência Nacional de Pesquisa sobre o câncer, isso deverá ocorrer até 2010. Com efeito, essa já é a situação em alguns países europeus. E, mesmo no Brasil, com o aumento da expectativa de vida da população, isso acabará ocorrendo, na opinião do Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer, Dr. Luiz Antônio Santini, que hoje esteve presente aqui numa

Audiência da Comissão de Saúde e da Comissão de Assuntos Sociais com o Ministro da Saúde.

Sob alguns aspectos, no entanto, a realidade do câncer no Brasil apresenta-se muito diversa daquilo que se observa nos países desenvolvidos. Uma das diferenças fundamentais é que, naqueles países, embora a incidência continue aumentando, a proporção de mortes em relação aos novos casos vem sendo reduzida graças a garantia de amplo acesso aos mais modernos recursos terapêuticos. No Brasil, ao contrário, não apenas a ocorrência, mas também a letalidade, ou seja, as mortes, estão aumentando.

É interessante também observar, no caso brasileiro, que, simultaneamente ao nítido aumento da prevalência de cânceres associados ao melhor nível socioeconômico – como os de mama, próstata, cólon e reto –, verificam-se elevadas taxas de incidência de tumores geralmente associados à pobreza, como o câncer de colo de útero, pênis, estômago e cavidade oral.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo, já lhe dou o aparte, deixe eu terminar esse período.

Essa distribuição diversificada certamente resulta de exposição diferenciada a fatores ambientais relacionados ao processo de industrialização, como agentes químicos, físicos e biológicos e das condições de vida, que variam em função das desigualdades sociais.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico e um lutador pela Saúde no Brasil, aqui nesta Casa.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a aborda um tema, na área de saúde, que é muito preocupante. Os jornais, recentemente, deram essas estatísticas. As perguntas que me fizeram várias pessoas, inclusive alguns repórteres, versam sobre o porquê do aumento da incidência de determinados tipos de câncer. A questão devolve uma pergunta: está havendo o aumento da incidência ou está havendo o aumento do diagnóstico? É verdade que, apesar da precariedade do Sistema Único de Saúde no atendimento à população mais pobre, centros de excelência, como no caso do Rio de Janeiro, que tem o Inca, o Hospital do Câncer, em São Paulo, além de outros, como o Ophir Loyola, em Belém,...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – o Fcecon, lá em Manaus.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ...o Fcecon, em Manaus, realmente têm propiciado, apesar dos pesares do Sistema Único de Saúde, um trabalho muito mais acurado na questão do diagnóstico

precoce. Mas V. Ex^a colocou uma coisa importante que chama a atenção. Por exemplo, enquanto conseguimos diminuir o número de mortes por infecção, isso significa que temos mais recursos terapêuticos para essas doenças? Não conseguimos diminuir os casos de morte por câncer, por quê? Porque não temos ainda recursos terapêuticos adequados para determinados estágios do câncer. Portanto, o grande investimento que se tem de fazer é, primeiro, na pesquisa. O Brasil pesquisa pouco, o Brasil investe pouco em pesquisa. Segundo, é no diagnóstico precoce. V. Ex^a colocou que a questão da incidência é discutível; por exemplo, fatores ambientais, industriais, fatores sociais, que são importantes. Eu li recentemente sobre a incidência, por exemplo, entre as indígenas, do câncer de útero; é preocupante, e elas não têm, vamos ser claros, elas nem sequer são examinadas na sua totalidade. Se fossem examinadas na sua totalidade, esse caso ainda seria mais grave. Quer dizer, os casos que estão sendo diagnosticados já são complicações, não são casos de câncer inicial, que se diagnostica com facilidade. Então eu quero aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a, que é médico com eu, para dizer... E todo brasileiro, independentemente de ser médico ou não, se preocupa com a saúde; é importante que o Governo Lula se preocupe, neste ano que ainda falta de governo, em realmente tentar modernizar o Sistema Único de Saúde, que é um sistema bom, porém precário; quer dizer, está vencido. E o mais interessante: existe um projeto do próprio Governo, na Câmara dos Deputados, para modernizar a forma do SUS e não consegue ser aprovado, talvez, por pressões inclusive de partidos aliados do Governo. Então eu gostaria de dizer da minha preocupação, como médico, da minha indignação como Senador, de ver que não se dá a devida importância à saúde neste País; principalmente, a assistência prestada pelo SUS, vamos traduzir, às pessoas que não podem pagar médico, é muito precária neste País.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Mozarildo.

Realmente o Brasil ocupa uma vergonhosa posição em investimento em saúde em relação ao PIB. A maioria dos países da América do Sul aplica mais do que o Brasil: nós aplicamos 3,3% do PIB em saúde, os países da América Latina aplicam de quatro para cima. Os Estados Unidos e a Europa, nem se fala, estão perto de 20% do Produto Interno Bruto.

Senadora Rosalba, que também é médica e é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, me pede um aparte que eu concedo, com todo o prazer.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Obrigada, Senador Augusto Botelho, que é Presidente da Subco-

missão de Saúde e também médico. Eu queria apenas fazer uma observação sobre a vinda do Ministro, hoje, à nossa Comissão. Estamos fazendo uma série de debates, de audiências durante todo este ano, o chamado ciclo do SUS: O SUS que temos e o SUS que queremos. E o próprio Ministro, na sua explanação, fez esta observação: que o investimento do Brasil é bem menor do que o da Argentina, do Chile, de Portugal. Eu não estou falando aqui de Estados Unidos e Alemanha. Eu estou falando de países que são, digamos assim, semelhantes ao nosso em termos econômicos ou até mais pobres, como é o Equador. Enfim, o investimento do Brasil em saúde é muito menor do que em todos esses países. O SUS tem uma filosofia, realmente, pela qual nós tanto lutamos – não foi, Senador Mozarildo, Senador Mão Santa? –, como médicos, há 20, 21 anos, ou foi há 25 anos? Foi há 21 anos. Estou pensando em 25 anos porque ontem foi dia 25, Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher. Então o que aconteceu? Era para universalizar, porque naquela época, quem não tinha carteirinha do INSS, que na época era Inamps, não tinha atendimento. E era em torno de trinta milhões os atendidos, o restante, os pobres, ficavam na indigência, na caridade dos hospitais filantrópicos, das Apams, das Santas Casas. Mas com o SUS foi dado o direito à saúde a todos, só que os recursos, comparando com o que existia há quarenta anos neste País – palavras confirmadas na audiência pelo próprio Ministro, ele que também já foi do planejamento do antigo INSS, Inamps –, se fôssemos fazer o reajuste, a adequação dos recursos daquela época para hoje, para atender a trinta milhões naquela época – hoje seria para toda a população brasileira –, significaria algo em torno de cem bilhões. E o Orçamento do Ministério é em torno de cinquenta bilhões! É muito pouco o que se investe no Brasil em saúde, porque muitos entendem, eu acho que o Governo Federal tem uma noção, os seus burocratas podemos assim dizer, da parte da Fazenda e do Planejamento, que é um gasto. Não é gasto, é investimento. Quando nós investimos em saúde pública, está aí o Programa Saúde da Família comprovando que onde tem Programa Saúde da Família, a mortalidade infantil é menor. Isso é um lucro para o Brasil. Onde tem Saúde da Família existe mais escolaridade, as crianças estão mais na escola, porque têm mais saúde. Existe inclusive mais planejamento familiar. Então, tudo isso evita internações. É necessário mais investimento em vacinas. Todas as vacinas oferecidas e a que só os ricos têm acesso deveriam estar no calendário. Sei que o Ministério já fez grandes avanços, mas a necessidade é bem maior. E a Emenda nº 29, que foi aprovada por todos nós, precisa ser regulamentada. Falta o Governo entender o

que são 10% de um Orçamento Geral da União para a Saúde? Carimbar para a saúde representa retornar ao trabalhador, ao povo brasileiro, que pagou seus impostos, mais dignidade e melhores condições de vida. Isso ficou muito claro nas observações do Ministro com relação às dificuldades relacionadas a recursos. Se a Emenda nº 29 realmente for aplicada, for regulamentada e passar o Brasil a ter, além dos recursos dos Municípios, dos Estados, pelo menos, 10% de recursos da União, o senhor sabe que talvez não estivéssemos aqui neste momento falando dessa extrema dificuldade. Poderia até deixar a Saúde de melhorar em uma região, em um Estado, em um Município por falta de gestão, por falta de vontade de fazer, mas não por recursos. É inadmissível que hoje a gente ainda tenha mortalidade materna, mulheres morrendo de parto neste Brasil, por falta de um exame que detecte, que previna, por falta de uma assistência...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – O pré-natal.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Por falta de um bom pré-natal e por falta, muitas vezes, de uma maternidade. V. Exª mesmo vem lutando para levar para o seu Estado um hospital também destinado à maternidade. Hoje eu fiz um apelo ao Ministro – vamos fazer uma visita ao Ministro porque ele foi muito simpático – sobre esta questão da mortalidade materna, de termos também no interior do meu Estado, porque só existe na capital, um hospital-maternidade em condições de atender partos de alto risco e complicações advindas do parto. Estou falando de parto. O parto é o começo da vida, é o mais simples! Em medicina, às vezes, dizemos que uma das coisas que logo se aprende a fazer é um parto. Durante muitos anos, muitas pessoas, só pela intuição, foram grandes parteiras. Então, é preciso ter esse controle e esse apoio. E isso falta aos brasileiros, principalmente nas regiões mais carentes. Senador, eu queria agradecer pelo aparte. V. Exª está com muita paciência e me concedeu um aparte bastante elástico. V. Exª sabe muito bem o quanto precisamos que o SUS faça as suas reformas necessárias, porque o modelo de 20 anos não é mais o adequado para hoje. Não se admitem mais as tabelas da forma como estão: para alta e média complexidade, para consultas, o pagamento é irrisório. Isso denigre todos e, de certa forma, desestimula todos os trabalhadores. Outra coisa que nós temos de fazer respeitar, temos de fazer valer e temos de valorizar é o empenho de todos. Não estou falando só de médicos – porque sou médica –, eu falo de todos, porque o médico precisa da enfermeira, a enfermeira da auxiliar, enfim, é uma cadeia de profissionais importantes para melhorar a Saúde e que precisam ser valorizados, ser reconheci-

dos. E tudo passa pelos reajustes que o SUS precisa fazer. Muito obrigada, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senadora Rosalba.

Eu gostaria de reafirmar que eu acredito no SUS. A senhora falou em comitê de mortalidade materna. Eu sou fundador do Comitê de Controle da Mortalidade Materna em Roraima. E só porque há muita gente olhando, muita mulher... Quando a gente investigava uma causa de morte materna, geralmente víamos que algumas nem tinham aquele cartão de gestante, ou, então, tinham ido uma ou duas vezes ao médico. Por isso é importante fazer o pré-natal. É muito importante.

O SUS, também, com a implantação do Programa Saúde da Família, teve uma grande vantagem. Nós vimos, hoje, na palestra do Ministro, que, em cinco anos, em virtude do Programa Saúde da Família, a mortalidade infantil diminuiu 4,3%, ou seja, 35 mil crianças deixaram de morrer no Brasil por causa da ação dos grupos de saúde da família. Quero deixar aqui os parabéns a essas pessoas pelo trabalho que estão executando. Esse é um trabalho que exige dedicação e acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador, permita-me interrompê-lo. Faço isso porque às 18h30min, regimentalmente, devemos encerrar a sessão. Vou prorrogá-la por mais uma hora para que, quem quiser, possa fazer uso da palavra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Só queria fazer um novo aparte para dizer que eu fico pasmo – não fiquei para ouvir a palestra do Ministro, porque não queria me irritar – quando vejo algum Ministro reclamar que há pouco investimento e constatar que investimos menos do que a Argentina, que o Chile, menos do que não sei quem. Parece que ele não faz parte do Governo. O que ele faz para mudar? Ele está querendo lutar por uma nova CPMF. Como disse a Senadora Rosalba, regulamentar a Emenda nº 29, que é tão mais simples, o Governo não regulamenta. Quem não faz isso é o Governo, não é a Câmara, não. O Governo é que não quer regulamentar. Então, é preciso que sejamos claros: se a Saúde vai mal, se não está melhor, se o SUS não está bem, nós perdemos sete anos deste Governo. Não foi feito nada para melhorar! Então, o Ministro chega aqui e diz: "Constatou isso. Constatou aquilo". Ele, como sanitarista, é muito bom para lidar com estatística e mostra números positivos em alguma coisa. No fim das coisas, o que importa é o que vemos quando vamos a um posto de saúde, a um hospital. Às vezes nem precisa ir; basta olhar a televisão para ver como é que está. É uma vergonha o sistema de saúde, principalmente o atendimento médico, neste País.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senadora...

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Como eu disse ao encerrar a audiência, esse é um assunto cuja discussão nós precisamos continuar. Precisamos continuar esse ciclo de debates, porque hoje, apesar da vinda do Ministro, ficaram muitas interrogações que não foram esclarecidas até pela falta de tempo. Ele, na realidade, chegou na hora certa, saiu às 12 horas e 30 minutos, mas muitas perguntas nós não pudemos fazer. Sentimos isso. O Senador Mozarildo tem toda a razão. Há programas que, na realidade, merecem os nossos aplausos, como o Programa Saúde da Família, a que o Governo atual deu continuidade, porque foi um programa que se iniciou no Governo passado. Quanto à expansão das unidades de pronto atendimento, são 500 para este ano, mas temos – olhe o número! – 5.664 Municípios. Então, há uma carência muito grande, e precisa que o Governo desperte, porque, para acelerar este País é preciso saúde.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Certo.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Sem saúde, não vamos acelerar. Eu também queria, mais uma vez, Senador Augusto Botelho, parabenizá-lo por ter levantado aqui, no plenário, essa questão, que já foi discutida na audiência pública. Muito ainda vamos ter que bater nessa tecla. Saúde não tem partido. Saúde está acima de qualquer questão. Sei que a sociedade cobra. Nós, que estamos caminhando, como faço freqüentemente, pois todo fim de semana, estou em contato com a população do meu Estado, sabemos que sempre o povo coloca como seu maior problema, sua maior angústia, a questão de saúde. Hoje a expectativa de vida é bem mais alta. Então, tem de haver um tratamento especial, uma assistência especial para os idosos. Hoje, há outras demandas; por exemplo, cresceu muito o número de casos de câncer. Então, é preciso que o tratamento chegue a todos os recantos e não somente às capitais. É preciso que chegue ao interior do Estado. Então, são muitos problemas que realmente precisam ser resolvidos. Eles vão continuar sendo, com certeza, nossas bandeiras de luta, para que possamos conseguir mais recursos, mais investimentos e melhor qualidade para a saúde da população.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senadora Rosalba.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu também gostaria de cumprimentar tanto V. Exª, Senador Augusto Botelho, quanto a Senadora Rosalba Ciarlini e todos que hoje participaram da audiência com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Ao

expor os dados sobre os 21 anos do Sistema Único de Saúde, ele mostrou o quanto o Brasil avançou significativamente, embora ainda tenhamos tantas imperfeições e carências, para diminuir a mortalidade infantil, aumentar a expectativa de média de vida do brasileiro e combater com maior eficiência a dengue, a malária e tantas doenças. Mostrou, inclusive, como se avançou no combate à gripe H1N1 e as providências que foram tomadas. Acho que o Brasil dá um exemplo no avanço da universalização do direito de assistência à saúde pública. É interessante observar que, num país como os Estados Unidos da América, o centro das atenções hoje está, sobretudo, no debate promovido pela iniciativa do Presidente Barack Obama de procurar estender a todos os norte-americanos o direito de atendimento universal de assistência à saúde. Acho que a experiência brasileira é muito positiva ainda que tenhamos um longo caminho a percorrer. A audiência de hoje foi muito produtiva. V. Ex^a merece os nossos cumprimentos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Uma das coisas que a gente deve citar, que é bom a gente lembrar sempre, é que em 2003, se fazia em torno de 3,5 mil transplantes no Brasil. No ano passado, nós fizemos mais de 18 mil transplantes. São avanços. As pessoas podem reclamar do SUS, mas ele avançou bem, tem melhorado a qualidade de atenção. Quanto às vacinas, mais de 120 milhões de doses de vacinas foram aplicadas no ano passado.

Então, são avanços realmente significativos. Existem falhas, existem defeitos? Sim, existem. Existe também uma deficiência no financiamento. Por isso, nós temos que lutar para regulamentar a Emenda nº 29, para melhorar a qualidade do atendimento e ter mais recurso para o SUS.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a incidência do câncer cresce no Brasil, como em todo o mundo, num ritmo que acompanha o envelhecimento populacional, decorrente do aumento da expectativa de vida e da queda da taxa de natalidade. É um resultado direto das grandes transformações globais das últimas décadas, que alteraram a situação de saúde dos povos pela urbanização acelerada, novos modos de vida, novos padrões de consumo. Segundo a OMS, se não forem incrementadas as medidas preventivas e terapêuticas, 84 milhões de pessoas poderão morrer de câncer nos próximos dez anos.

É uma realidade que exige respostas firmes das autoridades responsáveis pela saúde pública, mormente quando se leva em conta que, pelo menos, um terço

dos casos novos de câncer, que ocorrem anualmente no mundo, poderiam ser prevenidos e alguns dos tipos mais comuns, como os de mama, o de cólon – estou falando de cólon, de intestino – e o do colo do útero são curáveis, Senador Suplicy, se descobertos a tempo.

Nessa questão da prevenção, aliás, a OMS afirma que 30% das mortes por tumores malignos poderiam ser evitadas com medidas simples, como a adoção de uma dieta pouco calórica e a prática diária de atividades físicas. No Brasil, a incidência de tumores de esôfago, por exemplo, pode despencar 60% se a população seguir um modo de vida mais saudável. As projeções, porém, indicam que o número de brasileiros obesos vai aumentar 20% até 2015, o que aponta para o sentido oposto da prevenção.

O Fundo Mundial de Pesquisa sobre o Câncer divulgou, em fevereiro último, um relatório intitulado *Alimentos, Nutrição, Atividade Física e a Prevenção do Câncer: uma Perspectiva Global*. De acordo com o documento, o conjunto formado por dieta equilibrada, moderação do consumo de álcool, manutenção do peso corporal e não-sedentarismo preveniria um terço dos tipos mais comuns de câncer em países desenvolvidos.

O relatório do Fundo Mundial de Pesquisa Sobre o Câncer estima que, juntos, os tumores de boca, faringe e laringe sofreriam redução de 63% na incidência, caso os brasileiros adotassem hábitos saudáveis. Grande seria também o impacto de redução nos tumores de mama (28%), cólon (37%), endométrio (52%), bexiga (10%), pâncreas (34%) e rins (13%).

Do ponto de vista nutricional, os principais fatores que aumentam as possibilidades do aparecimento da doença são o baixo consumo de fibras e altos níveis de gorduras no organismo. A dieta preventiva contra o câncer é feita à base de frutas, verduras, legumes e grãos, com baixa quantidade de gorduras e calorias. A dieta também é ideal para quem sofre de hipertensão, colesterol elevado e diabetes.

Nenhuma medida preventiva é mais relevante, todavia, do que a abstenção do tabaco. No Brasil, ainda morrem, por ano, 200 mil pessoas devido ao tabagismo. O câncer de pulmão continua sendo o tipo de câncer que mais mata os homens no Brasil e é a segunda causa de morte por câncer entre mulheres.

No mundo, o tipo mais comum de câncer é o de pulmão. Nos países ou nas regiões em que há longa história de consumo de tabaco, cerca de 90% dos casos de câncer de pulmão em homens são relacionados a esse consumo. Comparados com os não-fumantes, os tabagistas, as pessoas que usam cigarro, tabaco, têm

cerca de 20 a 30 vezes mais risco de desenvolver o câncer de pulmão. Em geral, as taxas de incidência em um determinado país refletem seu índice de consumo de cigarros. E vários outros tipos de câncer estão também relacionados ao uso do tabaco, como o câncer do estômago, de cólon e de reto, sem mencionar os inúmeros outros agravos à saúde acarretados pelo tabagismo.

Estou encerrando, Sr. Presidente!

Os dados nacionais mostram que o consumo de tabaco se concentra em populações de baixa renda e baixa escolaridade. O fato de o cigarro brasileiro ser o sexto mais barato do mundo e a facilidade de acesso ao produto, provavelmente facilitam a experimentação e a iniciação de crianças e adolescentes. O amplo mercado ilegal de cigarros, abastecido pelo contrabando e as falsificações, que hoje respondem por 35% do consumo nacional, insere no País cigarros que ainda são mais baratos que os legais, ampliando o acesso e potencializando a iniciação de jovens no vício.

Sr. Presidente, continuarei falando desse tema numa próxima oportunidade.

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. 439/2009/CAE/SF

Brasília, 25 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor

José Sarney

Presidente do Senado Federal

Assunto: Manifestação sobre o PLS nº 202, de 2005.

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ofício nº 2.723/2009, que comunica a leitura do Requerimento nº 1.521, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, esclareço que esta Presidência, de acordo com o artigo 255, parágrafo único, do RISF, se manifesta no sentido de que o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, seja incluído em Ordem do Dia do Plenário, tendo em vista o término do prazo na Comissão de Assuntos Econômicos.

Encaminho, para tanto, a referida Matéria à Secretaria-Geral da Mesa para que sejam tomadas as providências necessárias.

Respeitosamente, – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PSC – PI) – O Ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2009** (nº 4.686/2001, na Casa de origem, do Deputado Luiz Bittencourt), que torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e dá outras providências; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 190, de 2009** (nº 2.896/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência física.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2009** (nº 867/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santana do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Araguaia, Estado do Pará.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 532, DE 2009

Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Insira-se no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o seguinte § 3º:

“Art. 67.

§ 3º Na definição do número de vagas para professores da rede pública de ensino, os órgãos correspondentes deverão prever uma disponibilidade de profissionais de no mínimo 5% a mais do que o exigido, como forma de assegurar que não haverá escassez de professores para substituir aqueles em programa de formação ou licença por causas previstas em lei. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma grande dificuldade enfrentada pelos sistemas públicos de ensino é a substituição imediata dos professores concursados nos diversos casos de afastamentos, concessões e licenças previstos em lei.

Em especial, quando se trata de períodos de poucos dias, os dirigentes das escolas públicas da educação básica não conseguem professores para substituir o titular, o que acarreta grave prejuízo aos alunos.

Este projeto de lei estabelece que os concursos públicos para magistério nos sistemas de ensino prevejam um banco de reserva por disciplina, a exemplo do que é feito em diversas áreas do setor público.

Na falta da dimensão precisa da demanda de professores substitutos, acreditamos que 5% das vagas por disciplina seja um número mínimo razoável.

Ademais, chamamos atenção ao fato de que a determinação legal começará a valer a partir dos concursos feitos após esta proposição converter-se em lei, permitindo que os sistemas de ensino preparem-se convenientemente para a criação desse banco de reserva de professores.

Dessa forma, contamos com o apoio dos senadores e senadoras desta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 533, DE 2009

Acrescenta parágrafo ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar que a notificação de gravidez interrompe o decurso do prazo de aviso prévio já concedido ou indenizado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte §7º:

“Art. 457.

§ 7º A notificação a que se refere o §1º do art. 392 interrompe o prazo de aviso-prévio em curso ou indenizado, só se concretizando a

dispensa da empregada gestante após o término da respectiva licença-maternidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Súmula 371 do Tribunal Superior do Trabalho estabelece in fine que “no caso de concessão de auxílio-doença” no curso do aviso-prévio.... só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.”

Por sua vez, a “Orientação Jurisprudencial”, nº 82, do mesmo Tribunal, adverte que “a data de saída”, a ser anotada na Carteira de Trabalho, deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado.

Reunindo-se tal jurisprudência com o disposto no inciso II, alínea “b” do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que preceitua ser “vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa”... “da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto”, conclui-se que, se até o fim do prazo do aviso-prévio está mantida a plenitude da relação empregatícia, pode a empregada gestante requerer a licença maternidade a que tem direito, concretizando-se a sua dispensa somente após o término do benefício previdenciário.

A conclusão de tal premissa, no entanto, decorre da exegese dos textos legais e da interpretação extensiva da jurisprudência, daí a razão pela qual propomos o presente Projeto de Lei que, corporificando-a em preceito legal, torna indubioso esse direito da mulher trabalhadora.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 79, DE 2009

Altera o art. 107, I, b, do Regimento Interno do Senado Federal, para modificar o dia da semana e o horário em que se realizam as reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O Senado Federal Resolve:

Art. 1º A alínea **b** do inciso I do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 107.
I –
.....
b) Comissão de Serviços de Infraestrutura: às quintas-feiras, oito horas e trinta minutos.
.....”(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição objetiva alterar o dia da semana e o horário em que são realizadas as reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Pelo Regimento Interno, as reuniões ordinárias da Comissão devem ser realizadas semanalmente às terças-feiras, às 14h00, o que, via de regra, tende a fazer com que as sessões tenham que ser encerradas antes do previsto para não coincidir com a Ordem do Dia do Plenário, que tem seu início às 16h00.

Nossa proposta é que as reuniões passem a ser realizadas às 8h30 das quintas-feiras, prática esta que, inclusive, tem sido adotada e consolidada pela Comissão mediante convocação extraordinária, com bastante sucesso.

Certos de que a medida contribuirá para o bom e regular andamento dos trabalhos e atividades da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitamos o apoio integral de nossos pares.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2009. – Senador **Fernando Collor**.

49ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se dia 26 de novembro de 2009, quinta-feira, às **8 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.**

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
ACIR GURGACZ	PDT	RO	CI	
ADELMIR SANTANA	DEM	DF	CAE, CI	<i>J. Faria</i>
ALMEIDA LIMA	PMDB	SE	CAE, CI	<i>W. L.</i>
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	CAE	
ALVARO DIAS	PSDB	PR	CAE, CI	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	DEM	BA	CI, CAE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PSB	SE	CI, CAE	<i>J. C.</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	CAE, CI	<i>J. C.</i>
AUGUSTO BOTELHO	PT	RR		
CÉSAR BORGES	PR	BA	CAE	
CÍCERO LUCENA	PSDB	PB	CAE, CI	
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF		
DELcíDIO AMARAL	PT	MS	CAE, CI	
DEMÓSTENES TORRES	DEM	GO	CI, CAE	
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	CAE	
EDUARDO SUPLICY	PT	SP	CI, CAE	<i>E. Suplicy</i>
EFRAIM MORAIS	DEM	PB	CI, CAE	<i>E. Moraes</i>
ELISEU RESENDE	DEM	MG	CAE, CI	<i>E. Resende</i>
EPITÁCIO CAFETEIRA	PTB	MA		

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
FÁTIMA CLEIDE	PT	RO	CI	
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	CI, CAE	<i>Fernando</i>
FLÁVIO ARNS	PT	PR		<i>Flávio</i>
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	CAE, CI	<i>Flexa</i>
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	CAE, CI	
GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB	RN	CAE	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	PMDB	AC		
GERSON CAMATA	PMDB	ES	CAE	
GILBERTO GOELLNER	DEM	MT	CAE, CI	
GILVAM BORGES	PMDB	AP	CAE, CI	
GIM ARGELLO	PTB	DF	CAE, CI	
HERÁCLITO FORTES	DEM	PI	CAE, CI	
IDELI SALVATTI	PT	SC	CI, CAE	
INÁCIO ARRUDA	PC DO B	CE	CAE, CI	<i>Inácio</i>
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE		
JEFFERSON PRAIA	PDT	AM		
JOÃO DURVAL	PDT	BA	CI	
JOÃO PEDRO	PT	AM	CAE, CI	
JOÃO RIBEIRO	PR	TO	CAE, CI	

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
JOÃO TENÓRIO	PSDB	AL	CI, CAE	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	CAE	
JOSÉ AGRIPIINO	DEM	RN	CAE	
JOSÉ NERY	PSOL	PA		
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP		
KÁTIA ABREU	DEM	TO	CAE, CI	
LOBÃO FILHO	PMDB	MA	CI, CAE	<i>SD</i>
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO		
MAGNO MALTA	PR	ES		
MÃO SANTA	PMDB	PI	CI	<i>Almeida</i>
MARCELO CRIVELLA	PRB	RJ	CAE	
MARCO MACIEL	DEM	PE		
MARCONI PERILLO	PSDB	GO	CI	
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	SE		
MARINA SILVA	PV	AC	CI	
MÁRIO COUTO	PSDB	PA	CI	
MARISA SERRANO	PSDB	MS		
MAURO FECURY	PMDB	MA		
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	RR		

Nome	Partido	UF	CI, CAE	
NEUTO DE CONTO	PMDB	SC	CI, CAE	
OSMAR DIAS	PDT	PR		
OSVALDO SOBRINHO	PTB	MT	CAE, CI	
PAPALÉO PAES	PSDB	AP		
PATRÍCIA SABOYA	PDT	CE		
PAULO DUQUE	PMDB	RJ	CI, CAE	<i>Paulo Duque</i>
PAULO PAIM	PT	RS	CI	
PEDRO SIMON	PMDB	RS	CI, CAE	
RAIMUNDO COLOMBO	DEM	SC	CAE	
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	CAE	
RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	CAE	<i>Renato Casagrande</i>
ROBERTO CAVALCANTI	PRB	PB	CAE	<i>Roberto Cavalcanti</i>
ROMERO JUCÁ	PMDB	RR	CAE	
ROMEU TUMA	PTB	SP		
ROSALBA CIARLINI	DEM	RN	CI, CAE	
SADI CASSOL	PT	TO		
SÉRGIO GUERRA	PSDB	PE	CI, CAE	
SÉRGIO ZAMBIASI	PTB	RS	CAE	<i>Sérgio Zambiashi</i>
SERYS SLHESSARENKO	PT	MT	CI	<i>Serys Slhessarenko</i>

FASSO JEREISSATI	PSDB	CE	CAE	
ITÁO VIANA	PT	AC	CAE	
ALDIR RAUPP	PMDB	RO	CAE, CI	<i>Aldir Raupp</i>
ALTER PEREIRA	PMDB	MS	CI	<i>Alter Pereira</i>
WELLINGTON SALGADO	PMDB	MG	CAE, CI	

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 79, de 2009**,

que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 146/09 – GSGMJ

Brasília, 26 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
 Senador José Sarney
 Presidente do Senado Federal
 Brasília – DF

Senhor Presidente,
 Comunico a Vossa Excelência que, embora tenha
 registrado a minha presença na Sessão Deliberativa de

ontem, dia 25 do corrente mês, por motivo de saúde não
 me foi possível estar presente no momento da votação
 nominal realizada, conforme cópia anexa de Conces-
 são de Licença para Tratamento de Saúde a Senador,
 já entregue junto à Secretaria Geral da Mesa.

Atenciosamente, – **Geraldo Mesquita Júnior**,
 Senador PMDB/AC

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR

IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) Senador(a)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR

PARTIDO

PMDB

ESTADO

AC

PRONTO-ÚS

OBSERVAÇÕES

MÉDICO

CRM/CRIGEM

 HOMOLOGADO NÃO HOMOLOGADO

TIPO

AFASTAMENTO

SITUAÇÃO

TRATAMENTO DE SAÚDE
 REPOUSO À GESTANTE *

A PARTIR DE 25/11/2009
 Nº DE DIAS 03 (TRÊS)

CONCESSÃO INICIAL
 PRORROGAÇÃO

ASSINATURAS/ CARIMBOS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

* CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 70, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art. 4º, § 4º, REIVIGORADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999

DECISÃO DA MESA

APROVADO REJEITADO

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Brasília, 26 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo informo que estive presente hoje no Senado Federal presidindo, entre as 8h30 e 12h30, a reunião extraordinária conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de As-

suntos Econômicos – conforme cópia do livro de presença anexa –, que realizaram audiência pública para debater a crise energética diante do blecaute ocorrido no País no último dia 10 de novembro.

Por uma contingência externa e de natureza urgente, tive que me ausentar da Casa já no período da tarde sem, no entanto, ter registrado a devida presença no painel eletrônico do Plenário.

Assim, para efeito de registro e demais fins quanto às atividades legislativas solicito seja consignada minha presença no dia de hoje.

Na oportunidade, renovo meus votos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Fernando Collor**.

49ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se dia 26 de novembro de 2009, quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
ACIR GURGACZ	PDT	RO	CI	
ADELMIR SANTANA	DEM	DF	CAE, CI	<i>J. S. (Assinatura)</i>
ALMEIDA LIMA	PMDB	SE	CAE, CI	<i>J. S. (Assinatura)</i>
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	CAE	
ALVARO DIAS	PSDB	PR	CAE, CI	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	DEM	BA	CI, CAE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PSB	SE	CI, CAE	<i>J. C. V. (Assinatura)</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	CAE, CI	<i>J. V. (Assinatura)</i>
AUGUSTO BOTELHO	PT	RR		
CÉSAR BORGES	PR	BA	CAE	
CÍCERO LUCENA	PSDB	PB	CAE, CI	
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF		
DELcíDIO AMARAL	PT	MS	CAE, CI	
DEMÓSTENES TORRES	DEM	GO	CI, CAE	
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	CAE	
EDUARDO SUPLICY	PT	SP	CI, CAE	<i>E. Suplicy (Assinatura)</i>
EFRAIM MORAIS	DEM	PB	CI, CAE	<i>E. Moraes (Assinatura)</i>
ELISEU RESENDE	DEM	MG	CAE, CI	<i>E. Resende (Assinatura)</i>
EPITÁCIO CAFETEIRA	PTB	MA		

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
FÁTIMA CLEIDE	PT	RO	CI	
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	CI, CAE	<i>Flávio</i>
FLÁVIO ARNS	PT	PR		
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	CAE, CI	<i>Flexa</i>
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	CAE, CI	
GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB	RN	CAE	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	PMDB	AC		
GERSON CAMATA	PMDB	ES	CAE	
GILBERTO GOELLNER	DEM	MT	CAE, CI	
GILVAM BORGES	PMDB	AP	CAE, CI	
GIM ARGELLO	PTB	DF	CAE, CI	
HERÁCLITO FORTES	DEM	PI	CAE, CI	
IDELEI SALVATTI	PT	SC	CI, CAE	
INÁCIO ARRUDA	PC DO B	CE	CAE, CI	<i>Inácio</i>
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE		
JEFFERSON PRAIA	PDT	AM		
JOÃO DURVAL	PDT	BA	CI	
JOÃO PEDRO	PT	AM	CAE, CI	
JOÃO RIBEIRO	PR	TO	CAE, CI	

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
JOÃO TENÓRIO	PSDB	AL	CI, CAE	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	CAE	
JOSÉ AGRIPIINO	DEM	RN	CAE	
JOSÉ NERY	PSOL	PA		
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP		
KÁTIA ABREU	DEM	TO	CAE, CI	
LOBÃO FILHO	PMDB	MA	CI, CAE	\$
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO		
MAGNO MALTA	PR	ES		
MÃO SANTA	PMDB	PI	CI	<i>idem</i>
MARCELO CRIVELLA	PRB	RJ	CAE	
MARCO MACIEL	DEM	PE		
MARCONI PERILLO	PSDB	GO	CI	
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	SE		
MARINA SILVA	PV	AC	CI	
MÁRIO COUTO	PSDB	PA	CI	
MARISA SERRANO	PSDB	MS		
MAURO FECURY	PMDB	MA		
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	RR		

NEUTO DE CONTO	PMDB	SC	CI, CAE	
OSMAR DIAS	PDT	PR		
OSVALDO SOBRINHO	PTB	MT	CAE, CI	
PAPALÉO PAES	PSDB	AP		
PATRÍCIA SABOYA	PDT	CE		
PAULO DUQUE	PMDB	RJ	CI, CAE	<i>Paulo Duque</i>
PAULO PAIM	PT	RS	CI	
PEDRO SIMON	PMDB	RS	CI, CAE	
RAIMUNDO COLOMBO	DEM	SC	CAE	
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	CAE	
RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	CAE	
ROBERTO CAVALCANTI	PRB	PB	CAE	<i>Roberto Cavalcanti</i>
ROMERO JUCÁ	PMDB	RR	CAE	
ROMEU TUMA	PTB	SP		
ROSALBA CIARLINI	DEM	RN	CI, CAE	
SADI CASSOL	PT	TO		
SÉRGIO GUERRA	PSDB	PE	CI, CAE	
SÉRGIO ZAMBIASI	PTB	RS	CAE	
SERYS SHLESSARENKO	PT	MT	CI	<i>Serys Shlessarenko</i>
TASSO JEREISSATI	PSDB	CE	CAE	
TIÃO VIANA	PT	AC	CAE	
VALDIR RAUPP	PMDB	RO	CAE, CI	<i>Valdir Raupp</i>
VALTER PEREIRA	PMDB	MS	CI	
WELLINGTON SALGADO	PMDB	MG	CAE, CI	

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Requerimento nº 1.573, de 2009**, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 1.565, de 2009, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no dia 2 de dezembro, quando permanecerá em Montevidéu para proferir palestra no seminário “União Européia – MERCOSUL, em acordo estratégico?”

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

É o seguinte, o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO N° 1.573, DE 2009

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 1565, de 2009, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da casa no dia 2 de dezembro de 2009, quando permanecerei em Montevidéu para proferir palestra no seminário “União Européia – Mercosul, um acordo estratégico?”, conforme anexo.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 29 de novembro a 2 de dezembro do corrente ano.

Senado Federal – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 491/2009 – GSRT

Brasília, DF, 26 de outubro de 2009

À Sua Excelência

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor presidente:

Na qualidade de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, dirijo-me à presença de Vossa Excelência para informar que, em virtude de trabalho político no interior de São Paulo, do qual estarei viajando o final de semana para três localidades diferentes, infelizmente estarei impossibilitado de participar das Sessões do Parlamento do Mercosul que serão realizadas nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro do corrente ano, em Montevidéu, no Uruguai.

Assim, solicito que seja cancelado o Requerimento de Licença para ausentar-me dos Trabalhos da Casa, no período de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2009.

Respeitosamente – Senador **Romeu Tuma**.

Ofício SF/GSJN nº 575/2009

Brasília, DF, 26 de novembro de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor

José Sarney

Presidente do Senado Federal

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa., que devido a uma agenda extraordinária no Estado do Pará, estarei impossibilitado de participar da Sessão do Parlamento do Mercosul que irá acontecer em Montevideo, Uruguai, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro 2009.

Comunico, ainda, que não foi retirada as diárias referentes aos dias no exterior, nem utilizada as passagens aéreas pertinentes, solicitando que seja comunicado aos órgãos competentes o cancelamento das mesmas.

Pela atenção dispensada, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente – Senador **José Nery**, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Sr. Presidente, comunico, para todos os efeitos, e com referência ao **Requerimento nº 1.563/2009**, que não poderei participar da viagem à cidade de Guangdong – República Popular da China, no período de 29 de novembro a 07 de dezembro do corrente.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2009.

Senador Sérgio Guerra.

É a seguinte a comunicação:

COMUNICAÇÃO /2009

Senhor Presidente:

Comunico, para todos os efeitos, e com referência ao Requerimento nº 1.563/2009, que não poderei participar da viagem à cidade de Guangdong – República Popular da China, no período de 29 de novembro a 7 de dezembro do corrente.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2009. – Senador **Sérgio Guerra**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O expediente lido irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 7/2009 – GLDPP

Brasília-DF, 25 de novembro de 2009

Exmº. Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos, informo a Vossa Exceléncia que sou o único representante do Partido Progressista nesta Casa, tendo em vista satisfazer a exigência contida no Of. nº 2.728/2009 SF.

Cordialmente, – Senador **Francisco Dornelles**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência designa o Senador Francisco Dornelles para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nos termos do expediente encaminhado pela liderança do Partido Progressista.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E agora, como Líder, chamamos à tribuna o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador) – Agradeço-lhe, Senador Mão Santa. Quero saudar também o Senador Zambiasi, o Senador Suplicy e agradecer especialmente ao Senador Sérgio Zambiasi pela preferência no uso da palavra.

Quero tratar de dois temas. Primeiramente, um projeto que aprovamos ontem na Comissão e só falta a votação em plenário. Quero pedir aos Senadores deste Casa que aprovem já na semana que vem um projeto de combate às organizações criminosas.

A ONU realizou uma convenção em Palermo, na Itália, para orientar todas as nações, todos os países filiados à ONU, para constituir uma política coordenada de combate às organizações criminosas. Muitas delas são organizações internacionalizadas, globalizadas, permanentes e cada vez mais sofisticadas. Nós temos visto no Brasil algumas facções criminosas que controlaram os presídios, dos presídios começam a controlar o tráfico, o sequestro, os homicídios, a chantagem fora dos presídios, com uma estrutura permanente, ampla. Inclusive, em alguns momentos, com ataques organizados à sociedade, como tivemos em São Paulo, ocasião em que foram assassinados policiais, agentes penitenciários, queimando ônibus e criando um clima de pânico.

O Brasil precisa reagir, e reagir com competência. O Congresso tem de participar desse esforço. Para isso precisamos, primeiro, de uma nova legislação. O que

prevê o projeto que nós aprovamos? Primeiramente, um aumento na pena, um agravamento na pena, de 3 a 10 anos, para todos aqueles criminosos que se envolverem com essas facções. Então, um chefe do crime organizado, como Fernandinho Beira-Mar, que pegou 15 anos de cadeia no seu último julgamento, se esse projeto estivesse aprovado, teria dez anos a mais de agravado na pena. Portanto, iria para 25 anos de cadeia. E o Brasil precisa de rigor, de firmeza no combate a essas organizações criminosas.

Esse projeto é da Senadora Serys Shhessarenko, na origem, e eu trabalhei seis meses para construir um amplo entendimento, que envolve a Polícia Federal; as Polícias Civis; o Ministério Público; o Supremo Tribunal Federal, na pessoa de seu Presidente, Ministro Gilmar Mendes; o Procurador Geral da República; a Receita Federal; o Banco Central; o Enccla, que é o Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, enfim, o Ministério da Justiça... Eu queria saudar em especial o Pedro Abramovay, que participou muito desse esforço. Então, é um projeto que agrava as penalidades e dá instrumentos à Polícia e ao Ministério Público.

A infiltração policial está prevista com regras de proteção ao policial; a delação premiada está prevista e é muito importante para que membros da organização que colaborem com o Ministério Público e a Polícia possam ter sua pena amenizada; está prevista a proteção do Estado para a testemunha que depuser contra suas facções, assim como para seus familiares. São avanços além das ações controladas... Quer dizer, quando a Polícia quiser perseguir um carregamento de drogas para fazer uma grande apreensão, ela pode fazer o monitoramento antes de deflagrar as prisões dos envolvidos como parte de uma estratégia da inteligência policial.

Então, todo esse conjunto de avanços, nós conseguimos dar um salto extraordinário num tema que tem sempre dificultado a aprovação de leis, que é a relação entre a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Ministério Público no que se refere às investigações. Há 14 ações de inconstitucionalidade no Supremo tratando dessa matéria.

E nós conseguimos um entendimento. Quero aqui agradecer às lideranças das Polícias Civil e Federal, às lideranças do Ministério Público, porque chegamos a um entendimento em que o Ministério Público participará da fase de investigação, respeitando o inquérito e a figura do delegado, que é quem preside os inquéritos, e, depois, na denúncia, coordenará os trabalhos, mas poderá solicitar informações adicionais e ajudar no desbaratamento dessas quadrilhas, dessas organizações criminosas.

Eu queria destacar esse projeto e ainda tratar de mais uma iniciativa que apresentamos ontem a esta Casa. E peço à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Educação que tratem com atenção a iniciativa que trouxemos ao Senado brasileiro.

Na última visita que fiz à Europa, em especial a Portugal, fui ver alguns avanços daquele país amigo. Meu foco inicial era estudar banda larga e inclusão digital. Fiquei muito bem impressionado com o que vi em Portugal. Hoje, nós temos escolas com 100 megabytes de banda larga. Portanto, muita velocidade, muita agilidade, fibra ótica. Um milhão de casas já têm 100 megabytes. Eles vão colocar em todas as casas portuguesas uma rede de fibra ótica. É verdade que é um país pequeno, mas é um avanço fantástico. As escolas estão totalmente conectadas. Os alunos do ensino fundamental estão recebendo um **laptop** popular, um computador portátil, que se chama Magalhães, mais rústico, mais bruto, mas todos os alunos recebem hoje esse computador e podem aprender a entrar na *internet*, podem aprender a navegar na *internet*, sendo monitorados, sendo orientados pela escola. Os alunos do ensino médio também compram um computador portátil, um **laptop**, com preço fixo, subsidiado, e as empresas concorrem na qualidade dos serviços que oferecem. Os alunos têm uma lousa conectada à *internet*, quer dizer, o professor escreve no quadro negro e imediatamente vai para o computador do aluno, eles têm bancos de dados, têm bibliografia, aprendem a usar essa ferramenta moderna.

Então, Portugal está dando um grande passo em termos de inclusão digital e preparando a sociedade do conhecimento, preparando a sociedade do futuro, construindo a escola do futuro.

Fiquei muito bem impressionado com a parceria entre a empresa Portugal Telefónica e o Estado português na construção desse caminho de inclusão digital, de banda larga, de informatização das escolas portuguesas.

Paralelamente, eu vi um outro projeto que inspirou essa iniciativa que apresentei ontem ao Senado brasileiro. É um projeto do governo português que se chama Novas Oportunidades, projeto que me pareceu absolutamente espetacular.

O projeto é um estímulo para que os trabalhadores portugueses com mais de 18 anos, que estão, portanto, em alguma atividade profissional, voltem a estudar, para que aqueles que não terminaram o ensino fundamental o concluam, para que os que não fizeram o ensino médio o façam, para que os que estão no ensino superior o concluam ou então aprimorarem a sua formação profissional.

Bom, programas como esse há em toda a parte do mundo. Qual é a novidade que esse programa traz? É que toda a experiência profissional que o trabalhador viveu passa a ser incorporada no seu retorno aos bancos escolares.

O Ministério da Educação, em Portugal, faz um acompanhamento da vida profissional, um levantamento de todo o currículo, entrevistas, avaliações por escrito e, com isso, dá um certificado de que aquela experiência profissional vai ser reconhecida na retomada dos estudos.

Vamos dar um exemplo concreto. Um trabalhador ferramenteiro, que fez curso de ferramentaria, que tem, portanto, noções de matemática, de desenho, que conhece materiais, se ele tiver o ensino fundamental, talvez não tenha uma boa leitura e redação, mas tem noções muito precisas de matemática, de cálculo e de materiais. Na área de ciência, na área de matemática, ele vai entrar no terceiro ou quarto ano e vai ter que fazer o primeiro ano, por exemplo, para se graduar no ensino fundamental. Então, como o trabalhador vê sua vida profissional valorizada, reconhecida pelo Ministério da Educação, ele é motivado a voltar a estudar.

O mais interessante é que, quando ele se forma, ele ganha um computador portátil, um *laptop*. Vi o vídeo da formatura e é uma coisa emocionante, porque são trabalhadores adultos que voltam a estudar, que se formam e encerram um ciclo. Os depoimentos são emocionados. Muitos deles choram na formatura pelo orgulho de ter um diploma e poder olhar para seus filhos e orientar a educação dos filhos com dignidade, com autoridade paterna, o que não sentiam até então.

O que é mais surpreendente é que 25% dos trabalhadores portugueses voltaram a estudar. Um em quatro trabalhadores portugueses voltou ao banco escolar motivado por esse programa, pelo reconhecimento de sua vida profissional, pela chance que ele tem de percorrer mais rapidamente o currículo da escolarização e pelo que isso vai representar em termos de melhoria do seu perfil profissional, de sua inserção na sociedade.

Então, os indicadores escolares em Portugal vão melhorar, estão melhorando rapidamente, assim como a qualidade dos profissionais, a motivação para o trabalho, a dignidade da pessoa, a cidadania que se constrói com essa atitude, revitalizando as escolas, mas reconhecendo a vida, o trabalho, a experiência profissional como fator fundamental que a sociedade precisa reconhecer.

Eu também denominei esse programa aqui no Senado também de “Novas Oportunidades”, assim como vi em Portugal, e fiquei particularmente motivado quando, depois de mais de 30 anos de convivência

com o Presidente Lula, temos no País um Presidente que veio dos cursos do Senai, que veio de um curso de torneiro mecânico e que, portanto, tem tudo a ver com essa experiência.

Tenho certeza de que o Presidente vai se dedicar a viabilizar um programa como esse para que reconheçamos a vida profissional dos nossos trabalhadores, que os certifiquemos, permitindo que eles se diplomem nos cursos do MEC, valorizando a sua trajetória profissional, voltando a estudar, aprimorando-se, motivando-se e contribuindo ainda mais para o Brasil.

Portanto, são dois projetos bastante importantes: com um, estamos combatendo o crime organizado; com o outro, estamos estimulando a escolarização, o estudo e a profissionalização, dando novas oportunidades ao trabalhador brasileiro.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI)

– Essas foram as palavras do Líder do Partido dos Trabalhadores, Aloizio Mercadante, que, com a sua competência, professor de Economia, enriquece o Congresso Nacional.

Convidamos para usar da palavra, representando o PTB e o Estado do Rio Grande do Sul, o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, enquanto o Senador Sérgio Zambiasi chega à tribuna.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, queria externar uma preocupação de todos nós Senadores com o nosso Presidente José Sarney. Às vezes, até posso divergir dele, mas quero dizer que desejo o pronto restabelecimento pelo mal-estar que teve aqui durante o dia, no seu trabalho. Felizmente, há notícias de que já está melhor, descansando em casa, recuperado. Portanto, apenas aqui desejo expressar a plena recuperação do Presidente José Sarney.

E gostaria, Sr. Presidente, com a licença do Senador Zambiasi, de expressar que um grupo de estudantes universitários estiveram na Presidência da Funai. Estão solicitando a possibilidade de um diálogo com o Presidente Márcio Meira a respeito da determinação judicial para que as obras fossem interrompidas ali na área de reserva indígena do Bananal e santuário dos pajés, pois a Terracap, a mando do Governador José Arruda, tem passado com tratores, devastando, assim, o cerrado e, principalmente, tentando intimidar os índios Tapuya e Funil-ô, que ali estão desde 1957. Querem também saber do destino do cacique Koru-

bo, que está desaparecido há sete meses, sem que se tenham tido notícias.

O chefe de gabinete Lopes disse a mim que o Presidente da Funai, Dr. Márcio Meira, até o dia de amanhã, deverá responder ao pedido de audiência desses estudantes. O Sr. Lopes receberá Rodrigo e outros representantes dos estudantes às 14h de amanhã.

Muito obrigado, Senador Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos ouvir agora o Senador Sérgio Zambiasi.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

Sérgio Zambiasi, gaúcho do PTB, representa também a classe que sempre foi muito presente, muito valorosa no Congresso, a classe de radialista, de jornalista; enfim, um homem de comunicação.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa, Senador Suplicy.

Minha intenção, ao subir nesta tribuna, inicialmente, seria para falar de um projeto extremamente importante que ontem a Comissão de Educação do Senado aprovou – tive o privilégio de relatar – que é o projeto do Fies, Fundo de Financiamento Estudantil.

Antes, porém, eu queria registrar minha concordância com o pronunciamento feito esta tarde pelo Senador Mão Santa com relação à questão das aposentadorias não apenas dos médicos lá do seu Piauí, dos médicos do Brasil, mas de todos os trabalhadores do Brasil, Senador Mão Santa.

Esta Casa, o Senado, aprovou dois projetos que recuperam as perdas salariais dos aposentados. Eles estão lá na Câmara, e o PTB fechou questão em relação a este assunto. E os avanços que ocorreram até agora na Câmara em relação a esses projetos nós devemos a um companheiro petebista: o Deputado por São Paulo Arnaldo Faria de Sá. Ressalto que o Deputado conseguiu, por suas ações, por sua corajosa ação parlamentar na Câmara, dar um passo importante no sentido da aprovação dos projetos que recuperam as perdas salariais de todos os aposentados, todos os trabalhadores e trabalhadoras que trabalham a vida inteira, que contribuem muitas vezes pelo patamar máximo permitido a quem exerce sua atividade na vida privada, nas fábricas, no comércio, na indústria. Eles podem contribuir com o máximo de dez salários mínimos e, ao final de 30, 35, 40 anos de contribuição, eles já iniciam o seu tempo de aposentadoria perdendo um salário mínimo, de cara. Pagam sobre dez e já começam recebendo sobre nove, em função do fatídico fator previdenciário, que, espero, a Câmara possa acabar muito em breve. É uma forma de oferecermos aos trabalhadores do Brasil um gesto de respeito e

solidariedade à sua história e à sua vida de trabalho, na construção deste Brasil, que hoje nós estamos vivendo, e de um País ainda melhor amanhã.

Então, o PTB, como eu disse, o meu Partido fechou questão, aprovou, ajudou a aprovar com sua Bancada aqui no Senado, que está trabalhando intensamente para que, na Câmara, a questão dos aposentados seja definitivamente resolvida. Estamos aguardando que os demais partidos, a exemplo do PTB, fechem questão também e conduzam este assunto para um final melhor, um resgate da cidadania, da inclusão social e da qualidade de vida dos aposentados brasileiros.

Também registro a preocupação de todos os gaúchos e gaúchas em relação aos desastres climáticos que vêm ocorrendo no meu Estado nas últimas semanas – não é nem nos últimos dias, nas últimas semanas. E, diferentemente do que ocorreu lá em Santa Catarina, no ano passado, um ano atrás, que foi uma região que foi terrivelmente afetada – ainda hoje lembramos cenas que emocionam todos nós –, no Rio Grande do Sul esses desastres estão ocorrendo em praticamente todo o Estado.

No dia de hoje, 66 Municípios entraram em estado de emergência.

Temos mais de cinco mil desabrigados e quase vinte mil desalojados em função da subida das águas e de outros eventos climáticos gravíssimos.

A fronteira com o Uruguai, o Banhado do Taim, que é uma reserva ecológica admirada no mundo inteiro, hoje foi atacada por ventos que superaram 110 km/h, Senador Mão Santa. Semana passada, ventos de mais de 130 km/h atingiram o litoral gaúcho, especialmente as cidades de Tramandaí, Imbé, Xangri-Lá. Em Tramandaí, a Prefeitura, a igreja, o fórum, escolas, nove mil casas foram atingidas. Em Xangri-Lá, duas escolas foram praticamente arrasadas pelo vendaval. Imaginem ventos de mais de 130 km/h que assolaram a região.

Esta manhã, mais uma vez, ventos superiores a 110 km/h afetaram a zona sul do Estado, lá no Taim, na fronteira com o Uruguai, além da região da cidade de Rio Grande, a praia do Cassino. Realmente, algo que impacta, impressiona, preocupa.

Seguramente, temas como este serão discutidos em Copenhague, agora em dezembro, nessa questão climática. O Brasil leva propostas arrojadas para que assumamos nossos compromissos em relação ao aquecimento global e, em consequência, minoremos essa situação dramática provocada pelos desastres climáticos.

A notícia que nos anima é a de que, neste sábado, a Ministra Dilma, acompanhada de outros integrantes

do Governo Lula, estará no Rio Grande do Sul. Vão verificar *in loco* as perdas, a situação dramática que pelo menos 66 Municípios do Estado estão vivendo. O levantamento do Governo do Estado ressalta que hoje as perdas já somam mais de R\$3,5 bilhões, em função das chuvas, dos vendavais terríveis que têm assolado as mais diversas regiões do Rio Grande do Sul.

Eu espero que a presença da Ministra Dilma no Rio Grande do Sul, que viveu por tantos anos lá, onde atuou nos executivos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na capital do Estado, como Secretária de Governo do Rio Grande do Sul, de lá trazendo toda a sua experiência e sensibilidade para o Governo Federal, inicialmente como Ministra de Minas e Energia e agora como Chefe da Casa Civil do Governo Lula. Espero que a presença da Ministra Dilma nos leve esperança, de maneira que, semana que vem, já tenhamos uma medida provisória que possa atender emergencialmente as regiões que foram afetadas por esses desastres climáticos terríveis, chuvas torrenciais, ventos de uma força impressionante arrancando árvores, levando casas, afetando a vida de milhares e milhares de pessoas e, infelizmente, também provocando dezenas de mortes, além de ferimentos em outras centenas de pessoas.

A Ministra Dilma, seguramente, neste sábado, com outros integrantes do Governo Federal, haverá de levar uma mensagem positiva, boa, de esperança e de recuperação das perdas para aqueles que foram atingidos por esses desastres climáticos.

São milhares de desabrigados e desalojados num ambiente realmente desolador. Mas somos um povo lutador. Não é o primeiro desastre que o Rio Grande enfrenta. Já foram muitos outros, e o povo gaúcho soube superar com coragem e determinação. Mas é importante que o Governo Federal compareça e estenda suas mãos para que o Estado possa recuperar-se o mais rápido possível. Insisto que é importante que o Governo invista – já falei aqui algumas vezes – em obras preventivas.

Apenas para citar como exemplo, Senador Mão Santa, na Região Metropolitana há um Município chamado Alvorada. Em maio do ano passado, estávamos aqui com o Prefeito Brum e líderes comunitários, porque, em chuvas menores do que essas que caíram sobre o Rio Grande do Sul, nestes dias, mais de três mil famílias ficaram desabrigadas. As águas de um rio chamado Feijó, que banham o Município de Alvorada, na Região Metropolitana de Porto Alegre, invadiu um bairro chamado Vila Americana e atingiu mais de três mil residências. A partir de então, com ajuda do Governo do Estado, do Governo Federal e com recursos próprios, a Prefeitura iniciou o assoreamento e tra-

lhos de dragagem. Com isso, aquele bairro, que, em maio do ano passado, estava sob as águas, neste ano, em novembro, com chuvas muito mais fortes, está em situação bem melhor. Isso mostra claramente o que significa uma obra preventiva de desastres. Então, é importante também essa abordagem.

Mas vim à tribuna falar sobre o Fies, Senador Mão Santa, que é o Fundo de Financiamento Estudantil, cuja importância para todos os estudantes brasileiros nós conhecemos. Por essa razão, ontem vimos esse projeto aprovado na Comissão de Educação desta Casa. Tive o privilégio de receber das mãos do Senador Flávio Arns a responsabilidade da sua relatoria, e foi com muita emoção que, ontem, após um mês ou quarenta dias de trabalho, de diálogo, tivemos a votação do parecer, aprovado por unanimidade na Comissão de Educação do Senado Federal.

Presidente Mão Santa, o projeto do Fies recebeu várias sugestões de emendas. Porém, apesar do inegável mérito da maioria delas, que buscavam principalmente atender às demandas encaminhadas pelo movimento estudantil, infelizmente não pude acatá-las.

Sabemos que qualquer alteração provocaria o retorno da matéria para a Câmara dos Deputados, não havendo tempo hábil para sua aprovação e sanção, para vigorar já no próximo ano. Soma-se a isso o fato de que tal retrocesso na tramitação do projeto poderia provocar a perda dos avanços constantes do texto encaminhado pela Câmara.

E cito alguns deles:

1 – a extensão da concessão dos financiamentos aos estudantes da educação profissional técnica de nível médio – essa é uma novidade que o novo Fies está trazendo –, resguardada a prioridade, é claro, de atendimento aos estudantes de graduação;

2 – a ampliação do prazo de amortização do financiamento, que passa agora a corresponder a três vezes a duração do curso financiado, em lugar do atual prazo, que equivale a duas vezes a duração do curso, dependendo do curso;

3 – o benefício da redução da taxa de juros em favor de contratos já formalizados, com efeitos sobre os saldos devedores constituídos até a data da competente decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), o que equivale a reduzir esses juros para 3,5% ao ano;

4 – a possibilidade de abatimento mensal de 1% no valor do saldo devedor, para o professor de rede pública de educação básica e médico integrante de Programa Saúde da Família.

São avanços consideráveis que estamos celebrando para esse novo Fies, cuja apreciação e votação o Senado deve completar já nos próximos dias, agora, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Diante disso, eu não poderia deixar de dar a necessária celeridade à tramitação do projeto. Por outro lado, também, eu não poderia deixar sem uma alternativa as demandas e o passivo ainda pendentes em relação ao “antigo” Fies.

Por isso, encaminhei sugestão de projeto a ser apresentado pela Comissão de Educação, com o apoio de todos os seus membros, contendo as modificações propostas pelas emendas sugeridas ao PLC nº 184, de 2009.

Esse projeto paralelo, agora da Comissão de Educação, acrescenta outras medidas, como a retroatividade da redução dos juros aos contratos antigos. Esse é um gravíssimo problema ainda não resolvido. Estamos resolvendo o problema presente e futuro, Senador Mão Santa, em relação à questão das dívidas do Fies. Não estamos resolvendo, com o projeto, os problemas do passado, as dívidas passadas, essas que foram se acumulando em função dos altíssimos juros de 9% ao ano para um financiamento estudantil. Aproveitamos a sugestão e a encaminhamos, então, nesse projeto paralelo, que já está na Comissão de Educação. Espero que logo venha ao plenário, ainda este ano, para ser aprovada a redução integral dos juros para todo o montante da dívida acumulada pelos estudantes no financiamento estudantil.

Acrescentamos também a esse projeto paralelo, que está tramitando agora como projeto da Comissão de Educação, a possibilidade de uma renegociação mais justa, prevendo algum tipo de desconto, a exemplo do que ocorreu com o Creduc (Crédito Educativo), o primeiro projeto de financiamento estudantil; a possibilidade de utilização do saldo do FGTS do titular ou dependente para pagamento do Fies; e, ainda, a absorção pelo Fundo das mensalidades devidas por estudantes em tratamento de doenças graves e incapacitantes.

Enfim, são medidas que consideramos justas, por atenderem uma parcela da população que não tem acesso a condições igualitárias de renegociação, a exemplo do setor agrícola, que tem um importante peso na nossa economia. Porém, entendo que os estudantes também são merecedores da mesma atenção por parte do Governo.

Então, que esta possibilidade de renegociação oferecida ao setor agrícola, aos produtores rurais possa também ser estendida ao financiamento estudantil.

Sr. Presidente Mão Santa, encerro, agradecendo a colaboração do Deputado Paulo Pimenta, que foi

condutor das negociações na Câmara, e ao Senador Paulo Paim, que presidiu a reunião de ontem da Comissão e que sempre se mostrou parceiro nessa luta. Agradeço também ao Senador Pedro Simon, autor de requerimento que discutiu a questão em audiência pública e subsidiou valiosamente o nosso parecer.

E destaco aqui a atuação incansável da jovem Daniela Pellegrini, coordenadora nacional do 'Movimento Fies Justo', que, juntamente com dezenas de outros estudantes, lotou a sala da Comissão de Educação, numa demonstração de força e capacidade de mobilização, comprovando que o movimento estudantil brasileiro ainda é muito forte em suas ações.

Por fim, também quero fazer um apelo ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Garibaldi Alves Filho, para que dê andamento, o mais rapidamente possível, à apreciação desse projeto naquela Comissão para que, em seguida, nos próximos dias, antes do Natal, possa ser sancionado pelo Presidente Lula, dando efetividade aos avanços conquistados, alcançados até agora. Peço também o apoio de todos os colegas para a rápida apreciação do projeto paralelo, que agrupa todas as demais contribuições, mais avanços e mais benefícios para o estudantado brasileiro, no sentido de dar um Fies ainda mais democrático e plural a todos aqueles que querem ter acesso ao ensino superior, quando não na universidade pública, pelo menos na universidade privada por meio desse financiamento.

Quero registrar que li com muita alegria, no *blog* da jornalista Carolina Bahia, da RBS do Rio Grande do Sul, que, em conversa com o Presidente do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles, ele afirmou que, além das isenções e incentivos aos automóveis *flex*, com incentivos até o ano que vem, agora com uma linha de móveis, anunciada ontem, com isenção total de IPI até a metade do ano que vem, há a perspectiva de vir uma isenção que considero fundamental. Estamos nessa linha do financiamento estudantil, desse estímulo, e fiquei com uma grande esperança ao ler essa informação da jornalista Carolina Bahia no sentido de que poderá vir, também, um processo de isenção para o material escolar, Senador Mão Santa. Vamos considerar o que pode significar isso para milhões de estudantes em todo o Brasil. Com a redução dos custos do lápis, da borra-chá, do caderno, do livro, enfim, para que esse jovem, essa jovem, esse menino, essa menina possa ir para a escola com o material escolar mais barato e, portanto, sem sacrificar tanto o orçamento de sua família, para que eles possam alcançar o conhecimento fundamental para que, ali à frente, na vida adulta, possam conquistar melhores e mais espaços na sua vida profissional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Este foi o Senador Sérgio Zambiasi, mostrando suas preocupações com as perturbações climáticas do seu Estado, com as dificuldades dos estudantes universitários.

A 3ª Secretaria recebeu os seguintes documentos: um da Associação das Vítimas e Amigos de Vítimas da Catástrofe Causada pelo Rompimento da Barragem Algodões – Avaba. O Presidente é Corcino Medeiros dos Santos. A sede da Avaba é na Rua Antonio Damasceno, 694. Município de Cocal, Piauí.

"Excelentíssimo Senador Mão Santa,

Em nome dos associados da AVABA [Associação das Vítimas e Amigos de Vítimas da Catástrofe Causada pelo Rompimento da Barragem Algodões], venho solicitar a V. Exª apelar junto às autoridades competentes da República para que atendam as reivindicações e o clamor dos vitimados pela catástrofe causada pelo rompimento da barragem de Algodões, em 27 de maio do corrente ano, aqui discriminadas a seguir.

Reivindicações:

1 – Ressarcimento aos vitimados pelo rompimento da barragem Algodões, de forma responsável e justa (até esta data apenas alguns receberam do Governo do Estado a importância de R\$5 mil);

2 – Revisão na avaliação dos prejuízos causados, ora minimizados pelo governo [do Estado];

3 – Reconstrução das estradas atingidas

4 – Protesto contra a forma autoritária como o Governo do Estado do Piauí tem conduzido a construção das agrovilas, sem nenhuma preocupação quanto à possibilidade de sobrevivência, costumes e cultura local dos vitimados;

Obs.: Fiscalização pelo TCU e Controladoria-Geral da República na construção das casas (24.000,00 na construção de uma casa de 40m²), superfaturada diante da realidade local;

5 – Recuperação da estrutura produtiva através de projetos e irrigação e geração de renda aos atingidos pela catástrofe;

6 – Que seja esclarecido às vítimas como o Governo está gastando os R\$35 milhões repassados pelo Governo Federal, anunciados pelo Governador;

7 – Que o Governo do Estado assuma total responsabilidade pelo desastre.

Atenciosamente,
Cocal, 22 de novembro de 2009.
Corcino Medeiros dos Santos
Presidente da Avaba."

É com satisfação que recebemos um escrito do jornalista Zózimo Tavares, que vai lançar no dia 9 de dezembro, no Senado da República, o livro: *Atentai bem! Assim falou Mão Santa*.

"Zózimo Tavares, 47 anos, é jornalista e licenciado em Letras, Pós-graduado em Comunicação e Marketing pela Universidade Federal do Piauí, onde foi professor. Tem pós-graduação também em Linguística. Atua há mais de 25 anos em rádio, jornal, televisão e assessoria de comunicação.

Presidiu o sindicato dos jornalistas do Piauí. Foi correspondente do Correio Brasiliense no Piauí, editor-chefe do jornal O Dia e Secretário de Comunicação de Teresina em três administrações. Publicou livros de humor, cordel, jornalismo e literatura.

É membro da Academia Piauiense de Letras e editor chefe do jornal Diário do Povo, Teresina."

Então, Zózimo Tavares lançará mais um livro, uma capa muito bonita aqui, é uma fotografia do plenário: *Atentai bem! Assim falou Mão Santa*.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PSC – PI) – sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

Ofício nº 102/2009

Brasília, 26 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador Jose Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Ofício nº 77/2009-CMA, solicito a substituição do Senador Flexa Ribeiro pelo Senador Inácio Arruda na delegação que representará a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima COP-15, que será realizada no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, na cidade de Copenhagen, Dinamarca, em conformidade com o Requerimento nº 72, de 2009-CMA, aprovado em 15 de setembro do corrente, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Fátima Cleide e Cícero Lucena.

Senador **Renato Casagrande**, Presidente da comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que deixou de ser utilizado o número de Parecer nº 2.143, de 2009

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Senador Gerson Camata enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria "Lula descarta o fim do fator previdenciário" do jornal *O Globo*, em sua edição de 21 de novembro de 2009.

Na matéria, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva descarta qualquer possibilidade de ceder às pressões para acabar com o fator previdenciário, "fórmula usada desde 1999, para evitar aposentadorias precoces". O Presidente, assim, desconhece suas promessas de campanha e menospreza a luta de um dos mais respeitados Senadores do Partido dos Trabalhadores, o Senador Paulo Paim.

Lamentavelmente, S. Ex^a, o Presidente Lula, trata o assunto como "hipocrisia às vésperas de ano eleitoral". Hipocrisia, Sr. Presidente, é a forma como o Governo federal trata os aposentados brasileiros.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LULA DESCARTA O FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO

'É hipocrisia', reagiu o presidente sobre a pressão da oposição por mudanças no cálculo das aposentadorias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou ontem a possibilidade de ceder à pressão da oposição pelo fim do fator previdenciário, fórmula usada desde 1999 para evitar as aposentadorias precoces.

Em entrevista a duas rádios baianas, ele disse que está disposto a negociar um acordo com as centrais sindicais, mas não admite que o assunto seja tratado com "hipocrisia" às vésperas de ano eleitoral.

– O que eu não posso, em sã consciência, é aprovar alguma coisa que seja, como diria o Magri, “incumprível”, porque todo mundo sabe que a gente só pode pagar a quantidade exata de dinheiro que você recolhe, aquilo que você tem no cofre – declarou.

Lula disse que, embora não vá prometer o que o governo não pode cumprir, se dispõe a encaminhar um projeto ao Congresso quando chegar ao consenso com as centrais:

– Sou um homem de diálogo, amigo de todos eles. Não quero criar nenhum prejuízo a ninguém, mas não posso aceitar a hipocrisia do ano eleitoral. É inadmissível que as pessoas tentem tirar proveito e prometer coisas que não podem cumprir.

Isso a gente pode fazer quando não tem responsabilidade.

Quando tem responsabilidade, a gente tem que contar até dez. Eu tenho que tomar decisão antes de (contar até) dez, até porque só tenho nove dedos.

O presidente, ao comentar a campanha sucessória em 2010, disse que fez questão de convencer o PT “a parar com a brincadeira do terceiro mandato”.

– Porque se vale para mim terceiro mandato, vale para outro. Amanhã você tem o terceiro mandato; depois você gosta, você quer o quarto; depois você gosta, você quer o quinto; depois você gosta, você quer o sexto, e isso não é bom para o Brasil.

“Caetano nunca esteve do nosso lado”

Lula disse que, se a oposição estivesse em seu lugar no governo, já teria levantado a tese do terceiro mandato:

– Se a gente começa a colocar na cabeça “eu sou imprescindível, eu sou insubstituível”, começa a nascer um pequeno ditador.

Indagado se conseguirá, em 2010, transferir a sua popularidade para a pré-candidata do PT, a ministra Dilma Rousseff, Lula disse que é muito importante “todo mundo saber” que ele quer a ministra como sua candidata à sucessão:

– De vez em quando as pessoas falam: “Ah, mas a Dilma não é muito simpática”. Bom, tem adversário dela que é muito menos simpático do que ela. Então, se for por simpatia, ela já está eleita – ironizou.

O presidente procurou minimizar a polêmica com o cantor Caetano Veloso, que o chamou de analfabeto e grosseiro:

– Como cantor, ele é excepcional. Agora, como político, o Caetano nunca esteve do nosso lado. Então, não tenho o que reclamar se ele gosta ou não gosta de mim, porque ele acha (isso) ou aquilo de mim. Eu disse, noutro dia, que me vinguei do Caetano: no dia em que ele disse isso, cheguei em casa, peguei um CD do Chico Buarque, o Chico Político (“O Político”), e ouvi duas vezes, e lavei a minha alma.

O SR. GERSON CAMATA (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, todo incentivo fiscal e tributário tem um efeito multiplicador sobre a atividade econômica. Foi o que ocorreu com a redução da alíquota do IPI, o Imposto sobre Produtos Industrializados, para automóveis, eletrodomésticos, material de construção e bens de capital, mantida durante meses pelo governo. Começamos, agora, a voltar gradativamente aos índices anteriores à crise econômica.

Não há como duvidar que a medida foi acertada. O aumento no consumo compensou a queda na arrecadação. Foi uma contribuição decisiva para amenizar os efeitos de uma recessão que se alastrou pelo mundo, mas da qual conseguimos sair bem mais cedo, enquanto países desenvolvidos ainda se debatem para se livrar de suas consequências.

De acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, a perda na arrecadação mal passou de R\$500 milhões, descontado o total resultante do aumento nas vendas de carros de até 2 mil cilindradas. O impulso proporcionado ao consumo produziu uma reação em cadeia, com a preservação de 60 mil empregos e a contratação de mais operários pelas fábricas de automóveis e por seus fornecedores. Os empregados, por sua vez, com seus salários, alimentaram o ciclo do consumo. Aumentou a produção, cresceu a demanda e, com ela, os índices de emprego.

A redução do IPI fez com que as vendas de carros e utilitários leves chegassem a 1 milhão 420 mil unidades entre janeiro e julho. Antes da medida, a crise financeira tinha reduzido o crédito e causado uma queda de 49% nas vendas de carros zero-quilômetro.

Outra consequência a ser levada em conta é a renovação da frota brasileira de automóveis, uma das mais velhas do mundo, com 10 milhões de carros em circulação com idade média de 10 anos, e 4 milhões com 15 anos de idade. São veículos poluidores, que também consomem muito mais combustível que os atuais. Além disso, calcula-se que 40% deles estão em situação irregular.

Para essa situação, contribui a alta carga tributária que recai sobre os automóveis. De cada R\$10,00

que pagamos por um carro, R\$3,33 são destinados à União, sem contar as taxas extras, como IPVA, licenciamento, impostos sobre combustíveis e peças. Em nenhum outro país custa tanto adquirir e manter um veículo.

A redução temporária do IPI constitui uma boa oportunidade para o Governo federal repensar a incidência de tributos sobre veículos em geral, aí incluídos os de transporte coletivo, que não foram contemplados com o benefício da redução provisória. Por enquanto, cogita-se prolongar a redução da alíquota incidente sobre eletrodomésticos da linha branca, como fogões, geladeiras e máquinas de lavar, material de construção e bens de capital, com um meio de estimular ao máximo a economia.

Incentivos fiscais são essenciais para manter as vendas aquecidas. No caso do material de construção, o ciclo de uma obra, durante o qual demandará tijolos, cimento e outros produtos, pode se prolongar por 1, 2 ou 3 anos. Se o incentivo terminar muito antes, o custo inevitavelmente subirá, e a isenção temporária do imposto terá sido de pouca valia.

Essas razões justificam que o Governo medite sobre como uma perda pouco significativa na arrecadação pode ser mais do que compensada pelos benefícios resultantes, traduzidos em crescimento da economia, mais empregos e maior consumo. Em resumo, ela pode representar, como ficou demonstrado nos últimos meses, uma saída real e de efeitos rápidos para a crise econômica.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nada mais havendo a tratar, encerramos esta sessão de 26 de novembro de 2009, sessão deliberativa ordinária. O painel acusa a presença durante a sessão de 52 Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão iniciada às 14h e terminada agora às 19h25m, ao tempo em que anunciamos para amanhã, sexta-feira, às 9 horas da manhã, mais uma sessão não deliberativa do Senado da República do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 26 minutos.)

TRADUÇÃO DOS DOCUMENTOS A QUE SE REFERIU O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A Sua Excelência o Senhor
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente do Brasil
Secretaria de Direitos Humanos
direitoshumanos@sedh.gov.br
Luis Roberto Barroso (advogado)
lrbarroso@lrbarroso.com.br

Senhor Presidente,

A Antigone é uma ONG italiana que se dedica há trinta anos à defesa dos direitos humanos dos presos.

Desejamos oferecer nossa contribuição para que Vossa Excelência tome conhecimento dos riscos a que Cesare Battisti estará exposto se for extraditado para a Itália.

As condições de vida em nossas prisões nunca foram tão ruins como agora. A superlotação priva os detentos de qualquer dignidade, colocando a vida deles em risco.

Neste ano de 2009, mais de sessenta pessoas cometeram suicídio até agora, um número nunca antes observado. Muitas pessoas morreram em circunstâncias que precisam ser investigadas, como, por exemplo, violência e falta de assistência médica.

O regime prisional estabelecido pelo Art. 41-bis do Ato Administrativo Prisional de 1975 é tristemente conhecido por atrair diversas vezes a atenção da Corte Européia de Direitos Humanos.

Frequentemente, a prisão perpétua é cumprida até o final, embora a Constituição Italiana determine que as penas devam ter por objetivo a reintegração social. O Brasil, com profundo senso de elevada justiça, proíbe a prisão perpétua.

Acreditamos que a vida de Battisti – hoje perfeitamente integrado à sociedade e completamente distante dos crimes a ele imputados – estará gravemente ameaçada se ele for extraditado para nosso país.

Na esperança de que Vossa Excelência pondere as circunstâncias aqui enumeradas, subscrevo-me

Respeitosamente, – **Patrizio Gonnella**, Presidente da Antígone.

Brasília, 24 de novembro de 2009

Caro Deputado Piero Fraco Fassino:

Lemos hoje suas declarações sobre o destino de Cesare Battisti na **Folha de S.Paulo**. Da mesma forma que V. Ex^a menciona em sua biografia, **Per Passione**, nós também, ambos de origem italiana, compartilhamos a paixão por encontrar a verdade, para então sobre ela construir a justiça. No momento em que V. Ex^a faz uma declaração tão veemente sobre o que ocorreu com Cesare Battisti, gostaríamos que levasse em consideração os seguintes aspectos:

Cesare Battisti nega ter tomado parte direta ou indiretamente em qualquer dos quatro homicídios; a con-

denação dele foi baseada unicamente em depoimentos de pessoas que foram beneficiadas por denunciá-lo; não existe uma pessoa adulta, em plenas condições de saúde, que tenha visto Cesare Battisti matar nenhum dos quatro homens; Cesare Battisti não estava presente nos julgamentos em que foi condenado na Corte Italiana e na Corte Europeia; seus defensores usaram proibições falsas e demonstraram conivência com a palavra das pessoas que foram beneficiadas por denunciá-lo como assassino; Cesare Battisti está pronto a explicar aos familiares das pessoas assassinadas que ele não tomou parte nesses quatro crimes; Cesare Battisti está pronto a conversar abertamente com Pietro Mutti e as demais pessoas que o denunciaram, reafirmando que teve uma discussão muito forte com eles quando se posicionou contra qualquer crime de sangue.

Para que V. Ex^a obtenha um melhor conhecimento dos fatos, apresentamos cópias de dois documentos: a) treze perguntas de Fred Vargas ao Ministro Cesar Peluso; e b) "Os Cenários Invisíveis do Caso Cesare Battisti", de Carlos Alberto Lungarzo.

Depois de examinar esses argumentos, V. Ex^a saberá por que tantas pessoas no Brasil acreditam que a única decisão justa que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode tomar é a de permitir que Cesare Battisti viva no Brasil como um cidadão normal.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Professor **Carlos Alberto Lungarzo**

P.S. Se V. Ex^a não puder ler em português, queira por gentileza entrar em contato conosco e providenciaremos a tradução.

PARECER Nº 87, DE 2009-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 90, de 2009-CN, que "altera o caput do art. 3º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO

1 RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Presidente da República, no uso da prerrogativa que lhe confere os arts. 61 e 165, III, e 84, XXIII, da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 173, de 2009-CN (nº 840/2009, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 90, de 2009-CN, que altera o caput do art. 3º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 (LDO/2010) e dá outras providências.

Nos termos da Exposição de Motivos - EM nº 267/2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Projeto em análise tem por objetivo ajustar o montante estabelecido no caput do art. 3º da LDO/2010, relativo ao valor do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC autorizado para abatimento da meta de resultado primário, alterando-o de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 29,8 bilhões, de modo a incorporar o valor do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, incluído no PAC posteriormente à aprovação da LDO/2010.

Ao presente Projeto de Lei foram apresentadas duas emendas. A Emenda nº 1 visa estabelecer que a lei orçamentária de 2010 contemple com doações próprias e suficientes o Programa de Cultura do Trabalhador – Vale-Cultura, conforme estabelecido no PL 5.798-D/2009-CD.

A Emenda nº 2 tem por finalidade acrescentar o § 10 ao art. 36 da LDO/2010, visando excluir da regra que veda a transferência de recursos públicos a entidade privada, cujo integrante do quadro dirigente, bem como cônjuge ou companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja agente político de Poder ou do Ministério Público Federal ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental (art. 36, §3º):

a) a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB,

c) o Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS,

d) o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e

e) a Confederação Nacional da Saúde - CNS, ou

c) qualquer outro que venha a sucedê-los na representação das referidas entidades junto ao Ministério da Saúde.

1.2 ANÁLISE

O caput do art. 3º da LDO/2010 estabelece que, *in verbis*:

“Art. 3º O superávit a que se refere o art. 2º desta Lei será reduzido em até R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), para o atendimento de despesas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2010 com identificador de Resultado Primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

Em termos de alteração formal, o PL em análise visa tão-só modificar o montante expresso no caput do dispositivo, de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 29,8 bilhões. Em termos materiais, ou seja, de efeitos práticos, o PL tem por finalidade propiciar abater também da meta de superávit primário os valores correspondentes ao PMCMV, no total de R\$ 7,3 bilhões, incluído no PAC após a aprovação da LDO/2010.

Conforme o quadro abaixo, propõe o Governo que a meta do resultado primário possa ser reduzida em até 0,90% do PIB, em vez dos atuais 0,68% do PIB. Assim, a economia do Governo central para pagar juros da dívida, que originalmente foi definida em 2,15% do PIB, poderá ser reduzida para 1,25%, desde que a redução seja destinada para despesas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, aí incluídas as relacionadas ao PMCMV.

Superávit Primário (2009-2010) - % PIB

Dificuldade	2008		2009		2010	
	Orçamento	Efetivo	Orçamento	Reprogramação	Orçamento	Reprogramação
Setor Público	3,80	4,06	3,80	2,50	3,30	3,30
Governo Federal	2,85	2,95	2,85	1,60	2,35	2,35
Governo Central	2,20	2,48	2,15	1,40	2,15	2,15
Empresas Estatais	0,65	0,49	0,70	0,20	0,20	0,20
Parcela Dedutível - PPUPAC	0,27	-	0,49	0,51	0,88	0,80
Meta Governo Central sem PPUPAC	1,33	-	1,55	0,89	1,47	1,25

Fonc: Banco Central do Brasil; Informações complementares no PL 4828/08 (PLDA 2010)

O projeto merece prosperar.

Ocorre que as ações que compõem o PMCMV são direcionadas fundamentalmente para a formação de linhas subsidiadas de financiamento habitacional, conforme o quadro abaixo. Envolve também a transferência de recursos em favor de fundo garantidor desses créditos e a equalização de taxas de juros relativas a financiamentos de obras de infra-estrutura em projetos de habitação popular, tudo no âmbito do Ministério das Cidades (R\$ 6.625,0 milhões) e dos Encargos Financeiros da União (R\$ 660,6 milhões).

AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PLDA 2010

AÇÃO	RE (milhões)
TRANSFERÊNCIA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR	4.875
SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PROJ. DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS URBANAS (LEI N° 11.977/09)	1.200
SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PROJ. DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS RURAIS (LEI N° 11.977/2009)	250
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS	100
SUBVENÇÃO ECONÔMICA - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CIDADES < 50.000 HAB. (LEI N° 11.977/09)	400
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E ENC. FINANC. - INFRAESTR. EM PROJ. DE HAB. POP. (LEI N° 11.977/09)	20
INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DO FUNDO GARANTIDOR DA HABITAÇÃO POPULAR - FGHPB	641
TOTAL	7.386

Fonc: PLDA 2010.

O caráter das dotações atribuídas ao Programa cumpre, assim, as determinações contidas em sua norma instituidora, pautadas no objetivo de viabilizar o acesso à moradia própria para famílias com renda de até dez salários mínimos, mediante a oferta de crédito subvenzionado em condições que permitam reduzir o déficit habitacional existente no país.

Cumpre lembrar que a Exposição de Motivos que acompanhou a Medida Provisória nº 459, de 2009, Instituidora do Programa, convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, associou o PMCMV ao conjunto de medidas governamentais de combate à crise econômica global, por constituir mecanismos de redução dos riscos nas operações de financiamento habitacional e viabilizar a retomada dos investimentos no setor de construção civil, um dos mais importantes para a geração de emprego.

Demais disso, o PL em apreço encontra-se respaldado pela Constituição Federal, porquanto de iniciativa do Senhor Presidente da República com a finalidade de cumprir, em especial, as disposições do art. 166, caput e § 1º, e art. 167, V. De igual modo, não fere as normas legais, nem regimentais.

Quanto às emendas, não merecem elas igual sorte.

A emenda nº 1 é meritória. No entanto, trata da alocação de recursos para finalidade cuja criação ainda depende da aprovação de lei. Além disso, o objeto pretendido não consta do plano plurianual vigente.

A LDO é o instrumento constitucional voltado para estabelecer diretrizes para a elaboração do orçamento, fixando inclusive quais são as prioridades para o exercício. De acordo com a Constituição, não está no escopo desta lei estabelecer previamente o conjunto da programação, ou mesmo uma ação específica, menos ainda quando o objeto de gasto sequer existe.

A lei orçamentária, por seu turno, é o normativo pelo qual o programa de trabalho de cada exercício, representado pelo conjunto de programas e ações de cada órgão, é estabelecido. A elaboração do projeto respectivo no Poder Executivo e a sua tramitação no Poder Legislativo são as fases próprias para a inclusão/alteração de despesas. Assim, o atendimento da pretensão da emenda em análise somente será possível por meio de emenda ao projeto de orçamento de 2010 que ora tramita no Congresso Nacional, ou por meio da abertura de crédito adicional durante a vigência daquele orçamento. Antes disso, porém, deve ser incluída no PPA.

Ainda que essa emenda pudesse ser aprovada no âmbito da LDO, a norma expressa no § 4º do art. 166 da Constituição impossibilitaria seu acolhimento, porque versa matéria não abrigada pelo plano plurianual.

Relativamente à Emenda nº 2, o que nela se postula é o relaxamento das regras sobre entidades privadas com dirigentes integrantes também do poder público, para favorecer-lhes a transferência de recursos.

A idéia de alocar mais verbas na área da saúde, e extensivamente em toda a seguridade social, é indiscutivelmente boa, pois, é sabido, a sociedade sofre com a falta de estrutura dos postos de saúde e hospitais públicos, com a precária assistência social, sobretudo aos mais necessitados, e com a injusta previdência social. No entanto, a fórmula ofertada na emenda não é meritória, porque atinge negra muito cara ao Congresso Nacional, que tem a ver com a moralidade e imparcialidade na distribuição dos recursos públicos.

A vedação prevista na LDO/2010 (art. 36, §3º) à transferência de recursos a entidades privadas cujos dirigentes sejam concomitantemente membros de poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer unidade da federação, ou respectivos cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau, é regra universal, pois atinge todas as entidades privadas, e evita o favorecimento político, ao inibir a participação de agentes públicos na direção delas. As únicas ressalvas, previstas nos §§ 5º e 9º do art. 36, dizem respeito à nomeação do dirigente por força de dispositivo legal. Neste caso, estão ressalvadas as organizações sociais (Lei 9.637/98) e as entidades do chamado sistema "S" (SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST, etc.), criadas por leis esparsas, a partir da década de 1940.

Aprovar tal emenda feriria, então, o bom senso, mais ainda agora em exame em processo simplificado, sem espaço para maiores debates.

Ademais, os órgãos colegiados previstos na emenda (confederações e conselhos) são entidades representativas de classe, pelo que não fazem atendimento direto à população, condição essencial para receber as verbas, nem atenderiam outras disposições da Seção III do Capítulo III da LDO/2010. A aprovação da emenda estabeleceria um conflito normativo interno na LDO, porque possibilitaria a transferência de recursos aos colegiados ora referidos, os quais não preenchem os requisitos estabelecidos nessa mesma Lei para tanto.

Enfim, pensamos que a situação da saúde, e de toda a seguridade social, pode ser melhorada com a aprovação de outras medidas, mais abrangentes e equânimes, tais como o PLS nº 121/2007, já aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados sob o nº PLP 306/2008, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29/2000, que dispõe sobre o financiamento da saúde.

Além desses argumentos, por si sós suficientes para recomendar a inadmissão de ambas as emendas, pode-se discutir o afronta destas às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, e da Constituição Federal, no que se refere à iniciativa privativa do Presidente da República em matéria orçamentária.

Preliminarmente, estabelece o art. 7º, caput e incisos I e II da LC 95 que, *in verbis*:

“Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

...”

É cristalino que o PL em análise trata específica e unicamente de ampliar o montante do PAC que poderá ser abatido da meta de superávit primário, de acordo com seu único parágrafo normativo. O segundo e último parágrafo trata da cláusula de vigência da lei vindoura. Nada mais se cogita. Não trata o projeto de revisão de toda a LDO/2010 ou mesmo de diversos temas. Assim sendo, como as emendas apresentadas não cuidam do objeto proposto ou sequer se vinculam a ele por afinidade, pertinência ou conexão, não podem ser admitidas, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, porque contrariam o citado art. 7º da LC 95.

Por sua vez, a Constituição estabelece que a iniciativa da lei de diretrizes orçamentárias é do Poder Executivo, cabendo exclusivamente ao Presidente da República o envio do projeto ao Congresso Nacional (art. 84, XXIII, c/c art. 165, II). Ora, se a iniciativa de determinada lei cabe ao Poder Executivo, não poderá o Poder Legislativo, sob pena de flagrante ofensa ao comando constitucional, aproveitar-se da tramitação de projeto de alteração de ponto específico, para propor modificação outra que nada tem que ver com a proposição original. Acatar tais emendas seria admitir reabertura de prazo para rediscussão de toda matéria objeto da LDO/2010, coisa que entendemos o PL analisado não tem o condão de permitir, até porque o prazo constitucional para a ampla discussão legislativa já se findou.

No presente caso, a proposta do Executivo incide apenas sobre o art. 3º da LDO/2009, com a finalidade de alterar o montante do PAC dedutível da meta de superávit primário. As emendas, por seu turno, visam dispositivos que tratam de assunto sem qualquer correlação com o teor daquele proposto no PL, não podendo vingar, sob pena de se macular o poder de iniciativa estabelecido na Carta Magna.

Analogicamente, nos casos de projetos de créditos adicionais, a Resolução nº 1, de 2006-CN, somente admite emendas que se restrinjam às unidades orçamentárias já beneficiadas no projeto (art. 109), com a finalidade de preservar a iniciativa da matéria e evitar a desfiguração do orçamento por meio de projetos avulsos. Nos casos específicos de créditos abertos por medida provisória

(art. 111), a emenda parlamentar somente poderá versar sobre o texto, supressão ou redução da dotação, preservando a matéria tratada na MP.

Não é outro o entendimento da nossa Suprema Corte. Sobre emenda parlamentar em matéria de iniciativa privativa, assentou o Pleno do STF em acórdão, aprovado por unanimidade, *in verbis* (excerto):

O poder de emendar projetos de lei – que se reveste de natureza eminentemente constitucional – qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 – RTJ 37/113 – RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. Celso de Mello), desde que – respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República – as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166, §§ 3º e 4º da Carta Política.*

(ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-9-94, DJ de 23-4-04) (grifamos)

Em outra oportunidade, nas diversas em que apreciou, por intermédio do seu Pleno e por unanimidade, a questão do emendamento parlamentar em matéria de iniciativa privativa, o STF mais uma vez prolatou acórdão nessa direção, *in verbis* (excerto):

“As normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo Chefe do Poder Executivo no exercício constitucional de sua iniciativa privativa. Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o parlamento veicular matérias diferentes da tratada no projeto de lei, de modo a desfigurá-la, e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 166, implicarem aumento de despesa pública (CF, art. 63, I).”

(ADI 3.114/SP; Rel. Min. Carlos Ayres Britto, julgamento em 24-8-2005, DJ de 7-4-06) (grifamos)

Portanto, a emenda nº 1 deve ser apresentada ao projeto de lei orçamentária para 2010, não podendo ser admitida ao presente projeto, seja porque a LDO não trata da alocação específica de recursos, seja porque fere a iniciativa privativa em relação a essa Lei. A emenda nº 2, por sua vez, também não pode ser admitida, seja porque fulmina norma moralizadora estabelecida pelo Parlamento (o que retira o seu mérito), seja porque geraria conflito interno de norma na própria LDO (em relação às entidades colegiadas), seja porque não trata do objeto proposto no PL original, seja porque fere a iniciativa privativa em relação à LDO.

2 VOTO

Diante do exposto, e tendo em vista o mérito do Projeto de Lei em exame, votamos pela sua aprovação, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela inadmissibilidade das emendas apresentadas.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2009.


Senador AUGUSTO BOTELHO
Relator

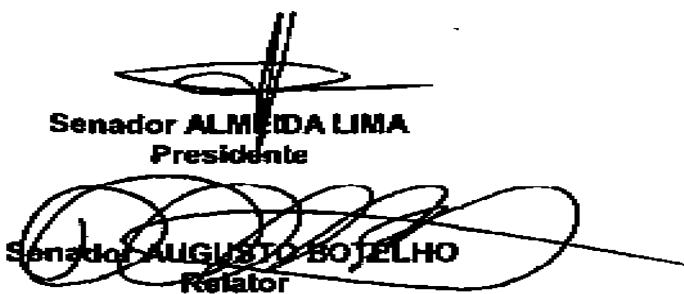
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

C O N C L U S Ã O

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Vigésima Primeira Reunião Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2009, APROVOU, contra os votos dos Deputados Cláudio Cajado, Humberto Souto, Jerônimo Reis e Nárcio Rodrigues, o Relatório do Senador AUGUSTO BOTELHO, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 901/2009-CN. Ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas, DECLARADAS INADMITIDAS.

Compareceram os Senhores Senadores Almeida Lima, Presidente, Augusto Botelho, Efraim Morais, Francisco Domelos, João Ribeiro, João Vicente Claudino, José Nery e Roberto Cavalcanti; e os Senhores Deputados João Dado, Terceiro Vice-Presidente, Antônio Andrade, Carlos Melles, Cláudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Eduardo Valverde, Francisco Rodrigues, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jílmar Tatto, João Carlos Bacellar, Laurez Moreira, Magela, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Osmar Júnior, Pedro Eugênio, Ricardo Barros, Rodrigo de Castro, Valtenir Pereira, Vital do Rêgo Filho, Walter Ioshi, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 25 de novembro de 2009.


Senador ALMEIDA LIMA
Presidente
Senador AUGUSTO BOTELHO
Relator

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N° 569, DE 2009, COMPOSTA DE ONZE MEMBROS TITULARES E SETE SUPLENTES, DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS, IRREGULARIDADES ENVOLVENDO A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS) E A AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP).

ATA DA 12ª REUNIÃO DE 2009

Ata Circunstaciada da 12ª Reunião de 2009, realizada em 10 de novembro de 2009, às quatorze horas e vinte minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos (as) Senadores (as): **Ideli Salvatti (PT), João Pedro (PT), Romero Jucá (PMDB), Jefferson Praia (PDT), Ignácio Arruda (PC do B), Paulo Duque (PMDB) e Gim Argello (PTB).** Estiveram presentes ainda os Senadores Fátima Cleide (PT), Aloizio Mercadante (PT), Serys Sthesarenko (PT), Sadi Cassol (PT), Augusto Botelho (PT) e Eduardo Suplicy (PT), não membros da Comissão. Na oportunidade foi realizada a oitiva do Senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento 569/09, para apurar irregularidades envolvendo a Empresa do Petróleo Brasileiro, a PETROBRAS.

Iniciando nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 11ª Reunião, e a submeto à votação. Nós não temos... Nós não temos *quorum* para a votação. A Ata está em aberto e vamos ver se a gente vota até o final.

A presente reunião tem por finalidade a oitiva do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, que é Presidente da PETROBRAS. Eu convido a Secretaria da CPI para trazer o Presidente da PETROBRAS e compor a nossa Mesa, dos nossos trabalhos.

Eu quero registrar a presença, nesta reunião, do Senador José Eduardo Dutra, que está aqui conosco.

A reunião tem como objetivo nós ouvirmos o Presidente da PETROBRAS, Sr. José Sérgio Gabrielli. Nós vamos passar a palavra à V. Sa. V. Sa. tem 20 minutos e pode ter mais tempo, se for necessário. Senador Inácio Arruda. V. Exa. tem a palavra.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Boa-tarde, S. Exa., o Senador João Pedro, Senador Romero Jucá, Srs. e Sras. Senadoras aqui presentes.

A PETROBRAS, desde o início dessa CPI, como não poderia deixar ser diferente, ela se demonstrou sua intensa disposição e vontade de esclarecer todos os pontos levantados no Requerimento da Constituição dessa CPI. Eu, pessoalmente, estive no Senado, conversando com os líderes do Senado, antes da Constituição da CPI, dizendo que nós estávamos dispostos a esclarecer todos os itens, da mesma maneira que nós estávamos esclarecendo todos os assuntos nos órgãos que estavam avaliando esses assuntos, nós estaríamos ainda mais dispostos a vir dar todos os esclarecimentos nessa CPI. Então, o que eu vou tentar apresentar, neste momento, Srs. e Sras. Senadoras, é uma visão geral sobre esses itens, porque esses itens já foram discutidos no detalhe, no depoimento dos técnicos e profissionais da companhia que estão responsáveis pelos detalhes desses diversos itens. O que eu pretendo fazer, portanto, é dar uma visão mais generalizada sobre esses diversos temas, tentando sintetizar aquilo que nós consideramos as principais conclusões que nós temos sobre cada um dos assuntos.

Além disso, eu gostaria de solicitar autorização para apresentar alguns processos internos nossos, que são processos... São processos que indicam como nós funcionamos, como internamente a PETROBRAS funciona e como seus processos internos acabam levando a que a companhia não tenha decisões unilaterais ou individuais, de tal maneira que todas as grandes decisões da companhia são decisões amadurecidas no processo decisório que envolve, em alguns casos, centenas de pessoas nesse processo decisório. Como nós estamos permanentemente tentando melhorar esses processos, eu gostaria, também, de avançar um pouco em como nós poderíamos, nesse processo de melhoria contínua desses procedimentos, incorporar e avançar na melhoria desses processos.

Então, eu vou começar pelos diversos itens do Requerimento dessa CPI. O primeiro item que eu queria discutir são as denúncias de uso de artifícios contábeis para a redução do recolhimento de impostos e contribuições. O que aconteceu nesse momento? Quer dizer, com base numa Legislação de 1998, uma Legislação, portanto, encaminhada ao Congresso Nacional, originalmente, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo, naquela época, percebeu que grande variação cambial, da taxa de câmbio, e essa grande variação cambial inesperada e muito intensa era uma variação cambial que provocaria, em termos de avaliação dos ativos das empresas no exterior, um artificialismo nos ganhos de capital, quando esses ativos em moeda estrangeira se transformassem em moeda nacional. Para evitar tributação artificial sobre ganhos artificiais, o Governo, através da Medida Pro-

visória 2158/01, que é a última versão dessa Medida Provisória, permite que a empresa, para enfrentar crises de volatilidade da taxa de câmbio, essa empresa escolha se a forma de pagar o imposto – porque ela não tem direito de dizer a quantidade do imposto que vai pagar, porque o imposto a ser pago, em última instância, será sempre o imposto devido pela competência, mas a forma de pagar pode ser pela competência ou por caixa. De maneira que não há, no fim do dia, de fato, diferença no imposto a ser pago. Há apenas uma diferença da forma de pagar o imposto. E esta forma de pagar o imposto, foi atribuído à empresa o direito de fazer essa escolha.

Portanto, os procedimentos adotados com a grande variação da taxa de câmbio, que ocorreu no terceiro trimestre de 2008, foram procedimentos claramente definidos pela Legislação de 1998, portanto, por uma Legislação que começou a ser elaborada dez anos antes e foi, portanto, uma Legislação absolutamente legítima, uma Legislação absolutamente correta e, portanto, sem nenhuma manobra contábil, porque, do ponto de vista contábil, não houve alteração nenhuma dos registros do imposto que é devido pelo regime de competência.

Essa prática foi adotada por várias empresas, e, portanto, o ajuste que ocorre decorreu de créditos existentes e, portanto, de pagamentos a maior já realizados, e, portanto, não também significou nenhuma redução de pagamentos no período em questão, porque os pagamentos foram feitos em outros tipos de impostos federais, naquele momento. Então, do nosso ponto de vista, não houve fraude contábil, não houve nenhuma sonegação, nenhuma manobra para deixar de pagar impostos.

A segunda denúncia refere-se à questão dos patrocínios. Em primeiro lugar, eu queria fazer uma diferenciação clara...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:

Não, eu tenho. Eu prefiro um beijinho da senadora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E você viu que ela fez o cabelo, veio toda arrumadinha, elegante... É toda uma homenagem ao nosso Presidente, sexagenário agora.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Só a Senadora Ideli tem essa prerrogativa.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Não, tem a Senadora Serys aqui, também.

[risos]

O segundo tema que eu queria abordar é o tema da denúncia de irregularidades nos usos de verbas de patrocínio. Aqui, eu queria começar lembrando o que é patrocínio, que é diferente de um convênio, que

é diferente de um contrato. O patrocínio é uma ação feita, e isto está regulado por instruções normativas da SECOM, cujo objetivo principal é a visibilidade da empresa. Então, o patrocínio é feito com o objetivo de se obter uma maior visibilidade da marca da empresa e um melhor relacionamento da empresa com os públicos desse relacionamento. Um patrocínio não é um convênio, e a principal diferença do convênio é que no convênio você é corresponsável e cointeressado na atividade em si. Um patrocínio não é uma contratação de serviços onde você tem um serviço que... De alguém que presta esse serviço para você. Um patrocínio é uma escolha unilateral que você escolhe em termos do resultado que você vai obter com a visibilidade de sua marca. Nesse sentido, o patrocínio tem que ser avaliado pelo impacto que ele tem no seu objetivo inicial, que é visibilidade da marca. Qualquer outro tipo de ilação, em relação a usos dos recursos do patrocínio, em relação à prestação de contas, contábil e financeira do patrocínio, isso vai depender do tipo do patrocínio. Se o patrocínio é um patrocínio incentivado, por exemplo, em última instância, o incentivo é parte do orçamento público e o incentivo é renúncia fiscal, e, portanto, quem apropria-se e quem analisa os dados do ponto de vista de prestação contábil e de prestação da realização do serviço do ponto de vista financeiro é a autoridade do Governo. A PETROBRAS vai ser responsável do ponto de vista dela de se a sua marca ter a visibilidade esperada ou não. A análise documental, a análise dos diversos procedimentos adotados não compete à PETROBRAS, e a PETROBRAS não tem competência legal de fazer esse tipo de análise. E mais ainda, em alguns casos, não deveria mesmo ter essa competência, porque, em alguns casos, são patrocínios multi... Atividades multipatrocinadas, e, portanto, com combinação de fontes distintas para a realização de um determinado evento, ou determinada atividade ou determinado projeto.

Além do mais, os nossos patrocínios têm vários processos seletivos. 40% dos nossos patrocínios são através, diretamente, de seleção pública, dos patrocínios culturais. Nos patrocínios sociais, nós temos avaliadores externos que envolvem seiscentas e tantas pessoas, externas na companhia e no processo de seleção dos projetos. Então, portanto, nós temos um processo regulamentado, formalizado, estruturado de como realizam-se esses patrocínios. Nesse sentido, nós acreditamos que todas as questões referentes a potenciais problemas localizados nos diversos patrocínios, devem ser analisados à luz do processo que nós temos de escolha do patrocínio, acompanhamento do patrocínio, verificação do patrocínio, do ponto de vista, do objetivo que esse patrocínio tinha, que era,

essencialmente, a exposição da marca e a exposição e a melhoria do relacionamento da companhia com os diversos públicos que nós nos interessamos. Portanto, nesse sentido, não acreditamos que nenhuma das acusações são, de fato, consequências de má... De uma má gestão na análise da prestação de contas porque não é competência nossa a avaliação das prestações de contas.

O terceiro item dessa CPI refere-se aos indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Aqui, eu gostaria de chamar atenção dos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, de alguns fenômenos históricos e alguns fenômenos importantes que estão acontecendo, senador. A última refinaria construída no Brasil foi construída em 1980. De 1980 a 2008, nós não construímos nenhuma refinaria nova no Brasil. Esse não é um fenômeno só do Brasil. A última refinaria nova americana foi construída em 1976. Houve, durante esse período longo, de 20, 30 anos, um processo de investimentos e aumento da capacidade de melhoria do processamento das refinarias existentes, no Brasil e fora do Brasil. Mas isso fez com que refinarias como construção nova começassem de novo a ser elaborados projetos muito recentemente. Por outro lado, essas refinarias que estão sendo reconstruídas e redefinidas em termos brasileiros e em termos internacionais, essas construções e esses projetos de refinaria ocorrem no momento de aquecimento da economia mundial, porque essas decisões não são decisões de curto parazo. Portanto, o desaquecimento que ocorreu a partir da segunda metade do ano passado, de 2008, quando a crise internacional se abateu, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, o efeito que isso tem sobre projetos e investimentos demora, não é efeito imediato, e sobre os custos de investimento, também demora. Com isso, eu quero dizer que há um processo de aprendizado da montagem de novas refinarias no mundo, e esse processo de aprendizagens das novas refinarias no mundo faz com que, ao longo da elaboração do projeto, o amadurecimento sobre o projeto avance, em termos de incorporação de novas unidades e em termos de avaliação mais precisa dos custos desses projetos em função de licitações em andamento e de informações que são extraídas do mercado.

Isso significa, portanto, que, do ponto de vista global do orçamento de uma refinaria, da mesma maneira que, em diversos projetos complexos e grandes, a decisão e a definição desse orçamento global depende do momento em que esse orçamento está no processo decisório. Eu vou, mais tarde, detalhar para os senhores as diversas etapas de todos os processos decisórios nossos para mostrar como esse processo decisório

depende muito fortemente de uma melhor precisão no projeto e um melhor conhecimento e avaliação da situação real de mercado e, portanto, de uma aproximação sucessiva do valor final dessa refinaria.

No entanto, há uma discussão levantada por uma etapa de um dos contratos dessa refinaria. Esse contrato é um contrato de 450 milhões de reais, e nesse contrato, que é o contrato de terraplanagem, há discussão de seis itens, nesse momento, de divergências de interpretação entre a PETROBRAS e o Tribunal de Contas da União. Nesses itens, há uma divergência de como mensurar esses itens em termos de seu valor unitário ou em termos de seu valor global. Essa diferença, em termos de valor unitário e valor global, pode levar a entender que alguns desses itens, o TCU consideraria que haveria sobrepreço em alguns desses itens. Do ponto de vista técnico, o TCU considera o sobrepreço como a diferença entre o preço que está no contrato e o preço que o TCU acha que é adequado para aquele item. Então, esse tipo de sobrepreço se evidenciará num superfaturamento se o pagamento final, de fato, for maior do que foi contratado inicialmente.

Dois fenômenos ocorrem aí. Primeiro, nos contratos da PETROBRAS, os contratos feitos com preço global, quando um item extrapola a previsão inicial do seu preço, não se paga por esse item de acordo com o quantitativo daquele item. Vai-se chegar o limite previsto no orçamento, e caso esse limite se extrapole, haverá uma negociação específica sobre aquele item, de tal maneira a se minimizar e manter o equilíbrio do conjunto do contrato.

Do ponto de vista, portanto, da companhia, nós avançamos no conhecimento melhor do mercado para refinar e ajustar os nossos projetos ao custo de mercado e de outro, no caso específico da terraplanagem, nós temos algumas diferenças de qual é, de fato, o custo de cada um dos itens que o TCU está levantando.

Do ponto de vista do TCU, também, há um avanço da compreensão e do entendimento dessas questões, porque, depois de longos anos com poucas obras, o país intensificou as suas obras, o TCU está cada vez mais ativo e operante no controle dos desembolsos e dos contratos e está, evidentemente, também, aproximando os seus métodos e suas estimativas às condições de mercado. Esse processo de convergência, por exemplo, indica que de milhares, literalmente 1300 processos e indicações de... [soa a campainha] indicações de indícios de irregularidades no TCU, apenas 5% subsistem até a decisão final do Plenário; 95% desses problemas inicialmente levantados são entendidos no processo interno do TCU até a sua decisão de Plenário, onde somente 5% desses casos permanecem com indícios, ainda sujeitos a recursos para reavaliação.

Portanto, isso mostra que há uma certa convergência ao longo do processo de análise desses indícios de aquecimento... Indícios de irregularidades, ao longo do processo, porque os auditores, muito corretamente, muito preocupados com defesa do patrimônio público, vão tentar apontar qualquer... Que eles imaginam ser qualquer irregularidade e, na medida que se tem o contraditório, na medida que vai se esclarecendo, ao longo do processo interno do TCU, o resultado final, apenas 5% dos casos iniciais, são considerados ainda com indício de irregularidades. Portanto, do nosso ponto de vista, há uma discussão técnica ainda em andamento entre nós e o TCU e acreditamos que temos mais convergências do que divergências com esse tipo de situação.

No que se refere ao quarto item, que são os indícios de fraudes das licitações, das reformas de águas profundas, a operação chamada "Águas Profundas", eu queria, em primeiro lugar, manifestar a nossa imediata disposição de colaboração com a Polícia Federal e o Ministério Público no primeiro momento que nós fomos informados do problema. Nós participamos intensamente do início das operações de investigação, mantivemos, inclusive, sigilo interno sobre essa operação para não atrapalhar as investigações, em comum acordo com o Ministério Público e a Polícia Federal; tivemos intensa colaboração de nossa auditoria e nossa segurança empresarial com as autoridades que estavam fazendo as investigações. Uma vez identificado e tornado público a ação dessa operação, nós intensificamos nossas sindicâncias, punimos várias pessoas e tomamos todas as providências para recuperar e para impedir que aquela em funcionamento, uma determinada quadrilha que atuou sobre os nossos processos, não pudesse continuar. Então, houve, nesse caso, uma identificação clara de uma quadrilha que atuava, e essa quadrilha foi punida adequadamente com colaboração intensa entre a PETROBRAS, a Polícia Federal e o Ministério Público. E isso foi efetivado. Evidentemente, times alguns aprendizados e, com o nosso processo, de melhoria contínua de nosso processo, nós incorporamos algumas experiências para que novas quadrilhas, pelo menos – que ninguém poderia impedir que as quadrilhas existam –, mas que elas, pelo menos, não possam usar os mesmos artifícios que usaram neste caso. Portanto, nós tivemos toda a colaboração com o Ministério Público e com a Polícia Federal, a CGU e o TCU estão informados das ações e dos diversos procedimentos e, portanto, consideramos que a nossa colaboração com as autoridades e a enérgica ação que tivemos, ela é um passo importante na melhoria dos nossos processos de controle.

O quinto item é as chamadas supostas irregularidades nos contratos de construção de plataformas. Aqui, o que nós consideramos, que é uma questão importante, é uma questão muito relevante para a indústria. Uma grande parte de nossos contratos são feitos com licitações internacionais. Com licitações internacionais em moeda internacional pagas em real. Algumas dessas licitações internacionais, nós exigimos que o desembolso desse processo, em parte, seja feito no Brasil. Consequentemente, parte desses contratos são pagos ao fornecedor da PETROBRAS, em dólar. Ele recebe em dólar, nós pagamos em real equivalente a dólar, e ele, com esse real, paga a parte brasileira desses empreendimentos. Na medida em que há uma grande variação do câmbio, esses contratos podem ficar com um certo desequilíbrio em determinado momento. O valor desses contratos em dólar é o mesmo, mas a capacidade desses contratos em dólar pagar o desembolso em real, às vezes, fica difícil. Isso pode criar uma situação de desequilíbrio econômico-financeiro que, se for previsível, deve ser antecipado – previsível no sentido de uma faixa de variação –, previsível, deve ser antecipado com o mecanismo de proteção que a empresa deve ter. Mas, se for um processo de mudança grande e imprevisível, isso pode levar a um desequilíbrio econômico-financeiro que nós temos que tratar como tal, fazendo, portanto, o reequilíbrio econômico-financeiro desse contrato. Essa discussão é uma discussão que está em andamento também com o TCU. O TCU tem avançado, e nossas divergências com o TCU têm-se reduzido. Nós temos várias etapas de discussão com o TCU. Num primeiro momento, o TCU achava que haveria uma vedação contratual para essa discussão de reequilíbrio. Nós convencemos o TCU que existe uma previsão legal do Código Civil de que desequilíbrio econômico-financeiro sobrepuja-se, portanto, ao contrato, e é necessário rediscutir o contrato. A segunda discussão com o TCU foi sobre a capacidade de previsibilidade dessa variação cambial. Nós mostramos que essa variação cambial, no momento que ocorreu, ela era relativamente imprevisível. Nenhum dos agentes e nenhum dos indicadores utilizados normalmente poderia antecipar a variação cambial que nós tivemos no período de 2004. A enorme variação cambial, portanto, provocou um desequilíbrio que precisava ser resolvido, e, agora, nós estamos discutindo com o TCU a questão da evitabilidade, se essa... Esse impacto sobre o contrato poderia ser evitado ou não, e é uma discussão técnica que vai continuar, e acreditamos que vamos chegar a um bom termo com o Tribunal de Contas.

Então, esses são os temas da CPI. Como é que a PETROBRAS decide suas questões? Porque a PE-

TROBRAS é uma empresa que, hoje, tem 240 mil contratos. Duzentos e quarenta mil contratos é um volume de contrato gigantesco. Se esses contratos fossem feitos voluntariamente por cada um dos gerentes ou diretores da PETROBRAS, a PETROBRAS seria não o que é, seria um caos. Às vezes, um caos é excelente, mas, em geral, o caos é muito complicado, e principalmente na área empresarial, e principalmente numa área de uma empresa como a PETROBRAS, tem que ter estrutura, tem que ter regulamentação, tem que ter procedimentos, tem que ter decisões coletivas, porque, senão, não consegue-se obter resultados. Então, como é que nós nos organizamos? Primeiro, a companhia tem uma estrutura decisória importante. Existe um Conselho de Administração que se reúne todo mês, e esse Conselho de Administração funciona definindo estrategicamente e orientando as grandes questões. É claro que o Conselho de Administração não entra em discussões de contratos, nem é função dele dizer isso, mas ele aprova os planos gerais, ele aprova as grandes políticas, ele aprova as grandes estruturas e ele aprova os grandes objetivos da companhia. Tem uma Diretoria Executiva, essa Diretoria Executiva se reúne toda semana, nós temos, durante o ano, a decisão entre 1500 e 1600 pontos de assuntos discutidos em 52 semanas. Portanto, nós trabalhamos aí com 40, 50 assuntos por semana de decisões pela Diretoria da PETROBRAS, que é uma Diretoria colegiada, onde todos são corresponsáveis pelas decisões. Os grandes projetos acima de 25 milhões de dólares, os grandes contratos acima de 25 milhões de dólares são todos eles aprovados coletivamente pela Diretoria. Não há decisão individual em relação a esses contratos. Essa Diretoria trabalha, portanto, com sua responsabilidade decisória, trabalha toda semana, nós nos encontramos todas as semanas, toda semana, toda quinta-feira nós nos reunimos das nove da manhã, em geral, até às 10, 11, 12, uma hora da manhã, portanto, 10, 12 horas de reunião para discutir os diversos temas da companhia. E para orientar e para estruturar as decisões e aprofundar as decisões da companhia, nós temos comitês de gestão. Então, nós temos comitês de gestão sobre refinarias, sobre logística, comitê de abastecimento, temos exploração e produção, gás e energia, Recursos Humanos, segurança e meio ambiente, análise e organização em gestão, tecnologia de informação, que é o nosso elemento chave, onde circula o sangue da companhia, os controles internos, avaliação de risco, tecnologia, responsabilidade social e ambiental, *marketing* e marca. São comitês coletivos, gerentes de primeira linha que se reúnem periodicamente para discutir esses assuntos aprofundadamente e integrar a carteira de projetos com as estratégias e objetivos.

Para isso, nós temos uma série de regras escritas. Não são regras orais nem cultura generalizada. São regras escritas. Evidentemente que a primeira das regras escritas que nós temos é o estatuto social da companhia. Então, nós temos o estatuto que regulamenta todo o funcionamento da companhia em termos das responsabilidades... Regulamenta todas as diversas estruturas da companhia.

Para fazer além da estrutura das caixinhas que nós temos, nós temos diretrizes e governança, que definem os princípios e funcionamentos e como é que esses órgãos se relacionam com as decisões de negócio. Nós temos esses conselhos também que fazem consultas a acionistas da companhia. Temos códigos de boas práticas, que definem as políticas corporativas referentes a alguns temas transversais à companhia, divulgação e controle de informações, negociações com as ações da companhia, indicação para cargos subsidiários, conduta dos administradores, relacionamento com investidores. Todos esses elementos são definidos em regras escritas, onde todos são comprometidos a cumprir. Temos os diferentes regimentos internos, temos um Código de Ética que define as responsabilidades individuais dos indivíduos em relação aos valores da empresa e os valores fora da empresa. E temos um Código de Conduta concorrencial que define as nossas relações comerciais. Mas o mais importante, que eu queria chamar atenção dos senhores, são as decisões de projetos de investimento. A PETROBRAS tem, hoje, em andamento, mais de cinco mil projetos de investimento. Mais de 500 projetos de investimentos com mais de 25 milhões de dólares cada um deles. Como é que a gente gerencia esse conjunto de projetos? Tem projetos que são uma bela ideia de um engenheiro, ou de um Gerente, ou de um operário, ou de uma pessoa numa determinada área. Tem projetos que já estão com projeto detalhado, identificação e especificação de equipamentos, custos, valores, etc. definidos. Tem projetos com várias maturidades. O que eu queria chamar atenção é que todos esses grandes projetos, eles passam por, pelo menos, três etapas com quatro portões do processo decisório. O próximo, por favor.

A primeira etapa é uma iniciação de planejamento do projeto, a segunda etapa é a execução do projeto e a terceira etapa é o encerramento do projeto. Eu queria chamar atenção, porque nós temos aí Encerramento do Projeto. Na verdade, é aquilo que os Senadores gostariam muito, e que gostam muito, que é a inauguração do projeto. Quer dizer, o encerramento que nós estamos chamando aí é quando ele começa. Geralmente, os nossos políticos querem que o encerramento seja o

mais perto possível do início do projeto. Então, porque é quando ele entra, de fato, em atividade.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:

Não, ele já está pronto para começar, para operar, não é para ser feito. Então, a refinaria do Ceará, por exemplo, ela está na fase... Ferro 1, portão 1. Ele vai começar a operar quando encerrar o projeto, quando estiver pronto para operar, que é lá, adiante. Evidente que o Senador Inácio quer que a gente reduza esse tempo, e é muito justo que queira isso. Essa é a pressão que a gente recebe. Mas todos eles passarão por essas etapas. Então, a primeira etapa o que é? É a identificação da oportunidade. É quando você tem uma ideia: "Eu quero fazer um projeto tal, desse tipo tal". Não tem muito mais que uma ideia, você senta com algumas pessoas, define em linhas gerais o que vai fazer nesse projeto. Então, ele é submetido à análise, aí, e é submetido à análise coletiva nesse momento. Não há uma decisão individual de que eu tive uma brilhante ideia e, agora, vou fazer o projeto. Não é assim. Tem aquele portão 1, que diz que esse projeto pode ser detalhado. Nem todo projeto que está na fase 1 passa para a fase 2. Porque, às vezes, ele não tem coerência com a estratégia; às vezes ele é tecnologicamente muito difícil de ser desenvolvido; às vezes o uso de matéria-prima não é o mais adequado; às vezes o mercado está demasiadamente aquecido naquele momento; não vale a pena você tentar comparar aquele produto... Então, você tem uma necessidade de fazer aquela siglazinha que nós estamos chamando ali de EVTE. EVTE é Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica. O Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica que faz você passar no portão 1. Então, isso exige investimento de pessoal, de técnica, de alguma investigação, mas não tem ainda nenhum contrato, não tem nenhuma licitação feita, não tem nenhum conhecimento do mercado.

A partir do projeto conceitual, que é quando ele entra nessa fase, nós vamos ao portão 2, e, no portão 2, nós estamos com o projeto já mais definido, onde nós temos a especificação geral dos equipamentos, nós temos uma avaliação geral do mercado, nós temos uma avaliação geral de qual é, de fato, o benefício que esse projeto pode trazer, de tal maneira que nós podemos chegar e caminhar para a fase 3 do projeto.

Na fase 3 do projeto, nós vamos fazer com o projeto básico. Com o projeto básico, nós podemos fazer as contratações, nós podemos abrir as licitações, nós podemos fazer os contratos, porque os fornecedores terão as especificações detalhadas, terão condições de saber o que propor. Nós saberemos, de fato, qual é o encadeamento e a sistemática que será adotada em cada um desses projetos. E você, portanto... É aí nessa fase que você vai a contrato. Você só entra a

contrato, portanto, você só, realmente, tem uma relação com o mercado, nesta fase. Até esta fase, é um projeto que está na parancheta, antigamente, está nos computadores, está internamente na companhia. Somente quando ele entra na fase de projeto básico e vai à contratação, ele é o que resulta em contrato, de fato, com os fornecedores.

Uma vez feito o contrato, tem a fase de execução. E aí é a construção dos navios, é a construção das torres de destilação, é a construção dos gasodutos, plataformas, etc. Aí é a fase construtiva, que é essa fase 4, que uma vez pronto, entra em execução, ou seja, entra na vida normal da companhia e vai ser operado aí durante sua vida útil. Então, esse conjunto de decisões envolve centenas de técnicos. Centenas de técnicos estão envolvidos aí. Não há projeto decidido por pessoa individual. E nenhum projeto desse tem a mesma pessoa e a mesma equipe o tempo todo. Portanto, os projetos de investimento da companhia passam por um processo de avaliação coletiva, de responsabilização coletiva técnica, e a única maneira de você garantir, de fato, que os projetos sejam adequados e respondam às necessidades da companhia de produzir e fazer o que ela faz, que é essencialmente produzir combustíveis para a energia e para a mobilidade brasileira. Próximo, por favor.

Além disso, nós temos... Feita essa questão, nós temos a... O processo de contratação. Eu queria detalhar um pouco o processo de contratação porque nós temos alguns milhares de comissões de licitação em funcionamento. Nós estamos tendo... Cada Comissão de licitação envolve alguns técnicos da companhia. Essas comissões de licitação são coletivas. Elas são responsáveis pelas suas decisões. Tem limites de competência para cada um. Então, nós identificamos, naquele projeto, quando nós aprovamos o projeto básico, nós aprovamos o projeto básico. Mas, às vezes, isso significa algumas centenas de contratos. Uma refinaria tem centenas de contratos. O projeto básico não é um contrato. O projeto básico é um projeto que tem centenas de contratações. Então, definida a contratação, nós, que precisamos contratar, então, precisamos contratar plataformas, precisamos contratar terraplanagem, precisamos contratar torres de destilação, precisamos contratar barcos de apoio, precisamos contratar metalurgia especial para recuperar tanques inadequados. Então, tem vários projetos que nós vamos decidir. Precisamos contratar. Então, nós vamos estimar quem é competente para fazer aquilo, os limites de competência, quem vai decidir a contratação, vamos enquadrar isso de acordo com o limite de competência, vamos solicitar autorização porque, para iniciar a contratação, alguém tem que autorizar.

Não é a vontade do técnico que vai... Eu vou sair aqui para contratar A, B ou C. Não é assim. A autoridade responsável pelo limite de competência é quem dá a autorização. Então, os projetos acima de 25 milhões de dólares são os diretores em conjunto que dão autorização para a contratação, iniciar o processo de contratação. Então, o processo de contratação faz uma Comissão de Licitação, diversos órgãos da empresa estão representados nessa Comissão de Licitação e inicia-se o processo licitatório. Nós fazemos, no processo licitatório, uma... Grande parte do nosso processo licitatório são convites autorizados pelo Decreto 2745. Essa questão é uma questão polêmica, é uma questão que sempre dá dificuldade, mas isso nós estamos inteiramente autorizados pelo Decreto 2745. Vamos iniciar, também, internamente, e aí vamos criar internamente um grupo separado da Comissão de Licitação, que vai fazer sua própria avaliação do custo daquela licitação. Próximo.

Feito isso, nós recebemos as propostas. A Comissão analisa, classifica, desclassifica empresas, dá o prazo de recurso, vamos fazer uma negociação, se for o caso, não vamos fazer negociação, se não for o caso, emitimos um relatório de recomendação e submetemos de novo esse processo à autoridade competente, que é quem autorizou a contratação inicial. Aí a autoridade competente delibera. Vocês notem... Eu estou chamando atenção para isso para tirar a ideia de que na PETROBRAS as decisões são de algum gênio que senta e discute, decide o que fazer. Não é. É uma decisão coletiva, essencialmente coletiva, que envolve um conjunto de profissionais e de áreas, áreas diferentes, e que são corresponsável por isso. Próximo.

Além disso, nós temos vários componentes dessa decisão que são normatizados, são escritos. Nós temos uma sistemática corporativa de entrada e saída de projetos que são escritos, aquela análise de viabilidade técnica e econômica tem um manual de análise empresarial específico para fazer aquela análise, nós temos um boletim de análise empresarial, nós temos uma sistemática para a aquisição de empresas e fusão de empresas, nós temos uma sistemática definida para a escolha de projetos de tecnologia. Nós definimos uma tecnologia nova de acompanhamento e de análise de investimentos sociais, que, inclusive, é uma contribuição internacional, de referência internacional, porque é uma sistemática que nós estamos na frente da maior parte das empresas do mundo. E temos, também, hoje, crescentemente, de forma normatizada, uma sistemática de patrocínios, convênios ambientais e vamos chegar aos patrocínios sociais para isso.

Além desse sistema, nós temos auditorias. A empresa é submetida a um conjunto de processo de au-

ditoria permanente. Nós temos uma auditoria interna, temos um Conselho... No Conselho de Administração tem um Comitê de Auditoria que funciona só, exclusivamente, voltado para trabalhar com as questões de Auditoria interna. Nós temos uma Auditoria externa, contratada, que é a KPMG. Nós temos várias auditorias internas de vários setores e somos submetidos à fiscalização da CVM, da bolsa de valores americana e de vários analistas de mercado que, frequentemente, elaboram relatórios sobre a companhia. Além, evidentemente, do escrutínio, do TCU e da CGU. Próximo, por favor.

Para dar um exemplo, nos últimos dez anos, a auditoria interna da PETROBRAS fez 2486 inspeções de auditoria. Cerca de 250 auditorias por ano. A CGU fez 85 auditorias na PETROBRAS, nesse período, e o TCU, 413 auditorias, nesse ano. Se os senhores notarem, nos últimos... Nesse período, nesses dez anos. Nos últimos anos, o TCU e a CGU aumentaram intensamente as suas auditorias na companhia, o que reflete o interesse que esses órgãos estão tendo pelo crescimento da PETROBRAS, o que é uma coisa saudável, de presença maior desses órgãos nas auditorias da companhia.

Para viabilizar esse conjunto de processos, nós temos aumentado o pessoal dentro da companhia dedicado à auditoria interna. Próximo.

Enquanto que o efetivo de pessoal da PETROBRAS, e aí a PETROBRAS é apenas a controladora, a PETROBRAS *holding*, cresceu nesses dez anos, de 72%, a auditoria cresceu 173%. Então, nós crescemos na auditoria mais de duas vezes mais gente do que no crescimento total da companhia. Com isso, nós estamos demonstrando, também, a nossa preocupação de dar à nossa auditoria mais capacidade de auditar e de acompanhar. Por quê? Para nós, a auditoria não é um órgão de punição. Não é um órgão de punição. Ele é um órgão de aperfeiçoamento dos processos. Ele é um órgão de identificação de falhas e de melhoria dessa gestão e do controle. E uma empresa com a complexidade da PETROBRAS, precisa melhorar continuamente os seus processos e, portanto, fortalecer sua auditoria interna, é muito importante para que se identifiquem eventuais desvios e eventuais inconformidades.

Por fim, eu queria mencionar um problema que é recorrente nas nossas relações com a Auditoria Externa do TCU e da CGU, principalmente com o TCU, que é a questão referente sobre qual regime legal nós estamos submetidos para fazer nossas licitações. Eu diria que mais de dois terços, talvez três quartos, dos problemas que nós temos com o TCU, dependem desse tema. E esse tema é muito importante porque, quando o Governo aprovou a Lei 9478 e a Lei 9478,

de 1997, é a lei que acabou o monopólio estatal do petróleo e criou o regime de concessões, a chamada Lei de Petróleo. Esta lei exigia que a PETROBRAS tivesse uma atuação competitiva. Essa lei exigia que a PETROBRAS tivesse uma atuação de forma igual às outras empresas do setor. Desta maneira, esta lei, no seu artigo 67, disse que o Presidente da República iria determinar qual seria as regras, quais seriam as regras para a PETROBRAS fazer suas licitações, através de um decreto. O Presidente Fernando Henrique Cardoso fez esse decreto. Esse decreto é o Decreto 2745, e esse decreto, baseado na lei, no artigo 67, da Lei 9478, diz como é que a PETROBRAS deve se comportar nas suas licitações. E esse decreto, mais ainda, esse decreto, ele obriga a PETROBRAS a seguir esse decreto sob pena de estar descumprindo a lei, porque a lei remete a um decreto, e o decreto diz que tem essas regras. O TCU acha que o artigo é inconstitucional, portanto, o decreto é inconstitucional, e que nós devemos seguir a 8666, que é a Lei Geral de Licitações. O problema, portanto, não é que nós escolhemos o decreto para cumprir; o problema é que a lei nos impõe o decreto para cumprir. E, além do mais, a AGU, que é a Advocacia Geral da União, tem um parecer claro, dizendo que nós temos que cumprir o decreto, e esse parecer da AGU está assinado pelo Presidente da República e, portanto, é obrigatório que nós cumpramos esse decreto. Então, os senhores vejam a situação que nós estamos. Nós temos a AGU com autorização do Presidente da República nos obrigando a cumprir o 2745, e temos o TCU dizendo que nós não temos cumprido o 2745. É uma situação muito difícil para nós. E aí nós cumprimos o 2745, o TCU diz que nós temos que cumprir 8666. Quando a coisa chega ao limite, nós recorremos a quem tem que resolver essas questões que é o STF. E aí várias ações no STF, todas elas, até agora, que nós solicitamos o STF a se posicionar, o STF, o Supremo Tribunal Federal, se posicionou liminarmente, é claro, em nenhuma delas no mérito, dizendo que nós temos que cumprir o 2745, e não a 8666. Então, consequentemente, nós estamos precisando resolver esse problema, porque esse é um problema que dá origem a três quartos dos problemas que nós temos com o TCU, que exige que nós cumparamos o 8666 e nós temos que cumprir o 2745. Então, essa é a origem de grande parte dos problemas e, portanto, nós--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Gabrielli, você tem ideia de quando foi a primeira liminar, nessa questão?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: A primeira liminar?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

A primeira liminar... Foram 11 liminares concedidas: a primeira foi em 22 de março de 2006, Ministro Gilmar Mendes; a segunda foi em 21 de junho de 2006, Ministro Celso de Mello; a terceira, em 15 de fevereiro de 2007, Ministro Ricardo Lewandowski; a quarta, Ministra Ellen Grace, em 6 de julho de 2007; o quinto, o Ministro Eros Grau, em 3 de março de 2008; o Ministro Eros Grau em 21 de maio de 2008; depois, a sétima, Ministra Cármem Lúcia, em 1º de dezembro de 2008; depois, novamente, o Ministro Gilmar Mendes, em 19 de janeiro de 2009; depois, o Ministro Carlos Britto, em 27/01/09; e, depois, o Ministro Eros Grau, em 23 de setembro de 2009. Portanto, boa parte do Supremo já se manifestou, todos na mesma direção, sustentando a posição da PETROBRAS. Depois, quero voltar isso na menção breve do voto que eu acho que qualifica muito a discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Mas há uma jurisprudência... Acho que eles estão com a tática de “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, mas está difícil, porque são muitas liminares sucessivas de muitos Ministros, todos na mesma direção, dando legalidade e legitimidade à ações da PETROBRAS, nessa matéria. Mas acho que é um tema que a CPI poderá ajudar a aprimorar.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:

Eu vou terminar em menos de um minuto. Eu queria, apenas, por final, dizer que nós estamos inteiramente, como não poderíamos deixar de estar, e anunciamos isso desde o primeiro momento, à disposição da CPI para dar todos os esclarecimentos devidos e, como é público e notório, 1 milhão 922 mil pessoas já acessaram nosso *blog*. Nós somos um dos poucos veículos, hoje, que transmite ao vivo essa CPI, e estamos transmitindo ao vivo essa CPI nesse exato momento, porque nos interessa a máxima transparência e a máxima colaboração nossa com essa CPI. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso é o que se chama de democratização da mídia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu queria... Nós temos... Nós temos dois senadores inscritos. Vou conceder pela ordem à V. Exa., na condição de--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu queria discutir o assunto, pediria a palavra como líder, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):

Então, Senador Jefferson Praia e Senador Inácio Arruda. Deixa eu fazer... Ver se eu consulto--

SENADOR JEFFERSON PARAIA (PDT-AM): Sei breve, Sr. Presidente. Quero agradecer a exposição do Dr. Sérgio Gabrielli. Gostaria de, inicialmente, dizer algumas palavras. Acredito que esta CPI, ela nos deu oportunidade de aprofundarmos o nosso conhecimento dentro desse contexto de como funciona o mundo do petróleo, pelo menos do olhar em que a PETROBRAS faz o seu... O seu trabalho. Eu, inicialmente, quando falaram em CPI da PETROBRAS, eu não me senti muita vontade de vê-la acontecendo, até porque acreditava, e acredito, que as investigações quanto a possíveis irregularidades ainda estão acontecendo. E ainda estão... Ainda estão em andamento. Mas, Senador João Pedro, V. Exa. que preside esta comissão, e eu também, nós estamos percebendo que, ao longo desse tempo, nós conseguimos verificar muitos pontos importantes, que são fundamentais para que nós possamos ter um contexto melhor do mundo do petróleo, dentro aí do espaço, vamos colocar assim, do nosso país. E eu... Antes de fazer aqui duas observações que eu gostaria de ouvir o Dr. Gabrielli, agora, nós temos que ver um ponto importantíssimo. Não vai adiantar nós termos discutido tanta coisa aqui e, mais à frente, no ano que vem, 2011, estarmos ainda no debate sobre o que vale, é a lei... O Decreto, não é, 2745 ou é a Lei 8666? Continuarmos nesse impasse em 2011. Não adiantou nada esse trabalho ser feito. Portanto, eu acredito que nós temos que avançar no sentido de resolvemos essas questões. O problema é esse. Agora, gostaria de saber de V. Exa. como resolver isso. Qual é a ideia? A PETROBRAS tem uma visão sobre esse ponto? Um outro contexto, também, que envolve as leis do petróleo no Brasil, qual é a percepção da PETROBRAS dentro daquilo que nós podemos aprimorar? É claro que eu estou falando dentro do contexto que envolve esta CPI, então, dentro das observações que foram feitas, das licitações, das contratações, de tudo que provocou aqueles indícios de irregularidades, o que, na visão de V. Exa., precisa ser aprimorado. Isso é importante, Senador João Pedro, nós irmos nesses pontos. Por quê? Antes de encerrarmos essa CPI, nós vamos, é claro, ter um documento, e precisamos ter um acompanhamento pós-CPI, porque, senão, esse trabalho ficou todo jogado em alguma gaveta de algum lugar sem dar grandes resultados. E eu acredito que nós estamos tendo aqui uma oportunidade muito grande de discutirmos os assuntos, percebemos os pontos de divergência, por exemplo, quando a PETROBRAS atua de acordo com um decreto que estabelece as regras para o aproveitamento, para a produção do petróleo, e vem o Tribunal de Contas e diz: "Não, vocês tem que agir de acordo com a Lei 8666". Muito obri-

gado. Eram essas as palavras que eu gostaria nesse momento de dizer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, V. Exa.... Deixa eu passar, em seguida, a palavra para o Senador Mercadante, V. Exa. comenta já as duas observações.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Primeiro, agradeço, Presidente, é a primeira vez que venho a esta CPI, não poderia deixar de estar presente hoje. Primeiro, para dizer, publicamente, que sinto a competência dessa gestão que deu um salto extraordinário na empresa e que vai deixar para a história do Brasil uma contribuição inestimável. Primeiro, eu só queria confirmar alguns dados para ter a segurança do que eu estou afirmado. O faturamento da PETROBRAS, hoje, é da ordem de 250 bilhões de reais? Queria que V. Exa.... É isso? 250 bilhões de reais/ano. Esse faturamento é aproximadamente 600% acima do que nós tínhamos em 2002?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:

O número, não tenho certeza se é 600, mas é algumas vezes acima do que tínhamos em 2002. Muitas vezes acima de 2002. Não tenho certeza se é 600 ou 500.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

A empresa paga, hoje, da ordem de 100 bilhões de reais/ano de impostos?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:
90 bilhões de reais.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Nós temos um programa de investimento de 174 bilhões de dólares para os próximos cinco anos?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:
174,4 bilhões de dólares para os próximos cinco anos, para, esse ano, deveremos estar investindo um pouco acima de 31 bilhões de dólares.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

31 bilhões de dólares de investimento neste ano, de 2009. E a empresa tem uma carteira de empréstimo da ordem de 32 bilhões de dólares.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:

Esse ano, nós captamos 32 bilhões de dólares já. A última captação foi uma captação de 4 bilhões de dólares, onde a oferta de recursos era de 12 bilhões de dólares para recursos de 10 anos e 30 anos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

E nós temos aí, o setor de gás e petróleo representa aproximadamente 12% do PIB brasileiro?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:

É, essa estimativa varia entre 10 e 12%, dependendo da fonte.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Olhando o tamanho desses dados, uma empresa que, hoje, é a oitava empresa do mundo, eu me preocu-

pava muito, no final do ano passado, quando surgiu a iniciativa de uma CPI sobre a PETROBRAS. A minha preocupação se centrava especialmente porque o mundo atravessava uma grave crise econômica. Os governos orientavam suas ações para defender suas empresas a ponto de a gente pegar na maior economia do mundo, o Governo americano desembolsa mais de 50 bilhões de dólares para o salvamento de uma empresa como a GM, uma empresa privada, trilhões de dólares para salvar instituições financeiras e, no Brasil, não só... Não foi necessário fazer isso, não houve aporte de dinheiro público para salvar qualquer banco ou qualquer empresa privada, mas, no entanto, nós colocávamos na pauta uma política de ataque à PETROBRAS, especialmente numa opção tributária que era uma questão técnica, que está, reconhecidamente, milhares de empresas utilizaram, exatamente porque a opção de regime de caixa ou competência era uma Medida Provisória de 2001 para amortecer um cenário de desvalorização cambial, que era exatamente o que estava acontecendo. Portanto, não poderia ser tratado como objeto de uma CPI, uma matéria que é de uma única empresa, quando milhares de empresas optaram por instrumento que a lei facultava, e, também, me preocupava muito dado a necessidade desse debate do marco regulatório do pré-sal, dos desafios do pré-sal, o que nós teríamos pela frente. Inclusive, alguns questionamentos do tipo "a PETROBRAS está usando bancos públicos para se financiar no final do ano passado". Uma crise de liquidez monumental, o sistema financeiro internacional paralisado, e, evidentemente, os bancos públicos foram instrumento muito importante, e o Brasil saiu antes da crise. O BNDES, hoje, é maior que o Banco Mundial, e o Banco do Brasil empresta, hoje, no país mais do que todo o crédito que esse país tinha em 2003. O Banco do Brasil empresta... A carteira de crédito do Banco do Brasil, hoje, em 2009, é maior que todo o volume de crédito do Brasil em 2003. Então, os bancos públicos tiveram papel ativo de ajudar na solução da crise.

No entanto, eu acho que essa CPMI trabalhou com muita responsabilidade. Acho que o Senado e os senadores que participaram dela foram muito responsáveis. Incluo nisso a oposição. Acho que a oposição atuou de uma forma responsável. O fato de não estarem, hoje, aqui e recorrerem ao Ministério Público é próprio da oposição em CPIs. Em geral se faz no final. Eles anteciparam. Mas, de qualquer forma, eu acho que contribui para um ambiente de serenidade, de tratamento, de responsabilidade com a empresa, e nós estamos numa eleição que se avizinha, não vai ser fácil para a oposição discutir a PETROBRAS do ponto de vista eleitoral, porque é evidente que ela deu um

salto extraordinário, mudou a história do Brasil, mudou decididamente com as descobertas do pré-sal.

E quero concluir, Presidente, dizendo que eu vejo alguns temas que essa CPI poderia contribuir para aprimorar o processo institucional da PETROBRAS e dos temas que nós estamos discutindo. Primeiro, apesar dos rigorosos mecanismos de controle interno da PETROBRAS, acho que nós poderíamos fazer um pente-fino para ver o que é que pode ser sugerido, porque, com esse volume de contrato, 240 mil contratos, pelo que eu entendi, um volume, um faturamento de 250 bilhões de reais, quer dizer, evidente que vai ter sempre problema. Então, nós precisamos aprimorar, em cima da experiência e da visibilidade que essa CPI traz, quais são os procedimentos de auditagem de controle interno para aprimorar a empresa.

A segunda sugestão que eu queria tratar, apesar da justificativa do Presidente Gabrielli que patrocínio está orientado fundamentalmente para a imagem da empresa, nós temos que ter algumas medidas de cautela na aplicação desses recursos para que esse objetivo seja mantido, mas que o destino final dos recursos seja assegurado. Como é que nós poderíamos tratar um pouco melhor, com mais rigor essa questão dos patrocínios, que eu acho que é uma área que merece aprimoramentos institucionais e medidas.

Finalmente, eu quero tratar desse tema que, para mim, é um tema central, que é o tema das licitações, a discussão jurídica e os procedimentos da PETROBRAS. Eu quero, se me permitir, Presidente, muito brevemente, ler dois parágrafos do parecer do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, sobre essa matéria. Ele diz o seguinte, isto no Mandado de Segurança 2588, a Medida Cautelar, em 22 de março de 2006, que é o que vai orientar muitos outros votos posteriores. Ele diz o seguinte: "Na hipótese prevista no art. 177, § 1, que relativizou o monopólio do petróleo, remete a lei a disciplina dessa forma especial de contratação". A Lei 9478/97, portanto, disciplina a matéria. E se é o art. 67, deixa explícito, entre aspas: "Os contratos", na lei, "os contratos celebrados pela PETROBRAS para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório simplificado a ser definido em Decreto do Presidente da República". Então, a lei do petróleo, que foi objeto, uma mudança constitucional, estabeleceu que a Legislação licitatória seria simplificada e feita por Decreto presidencial. Bom, "a matéria", ele continua, "a matéria está regulada no Decreto 2745, de 1998, o qual aprova o regulamento licitatório simplificado da PETROBRAS". Então, ele diz, era para fazer por Decreto, foi feito por Decreto, está legitimado o processo licitatório. "Assim", ele termina, "a submissão legal da PETROBRAS é um regime di-

ferenciado de licitação. Parece estar justificado pelo fato de que, com a qurbra do monopólio do petróleo, trazido pela Emenda 95, Emenda Constitucional, a Emenda 9/95, a empresa passou a exercer atividade econômica de exploração de petróleo em regime de livre competição, com as empresas privadas concessionárias da atividade, as quais", frise-se, "não estão submetidas às regras rígidas de licitação e contratação da Lei 8666/93. Lembrando, sobre esse sentido, que a livre concorrência pressupõe a igualdade de condições entre aos concorrentes". Ou seja, se você abriu o mercado, se ela tem concorrência com grandes empresas de mercado, ela tem que ter agilidade para poder concorrer no mercado, que é o principal setor da economia mundial há um século, e vai continuar sendo nos próximos anos. E ele termina: "Assim, a declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Contas da União, no art. 67, da Lei 9478/97, e do Decreto Presidencial 2745/98, obrigando a PETROBRAS, consequentemente, a cumprir as exigências da Lei 8666/93, parece estar em confronto com as normas constitucionais, mormente as que traduzem o princípio da legalidade, as que delimitam a competência do TCU, artigo 71, assim como aquelas que conformam o regime de exploração da atividade econômica do petróleo, art. 177". Portanto, é claro, transparente, o posicionamento do Supremo, dando poderes à PETROBRAS para utilizar esse Decreto presidencial amparado numa lei, foi objeto de uma reforma constitucional, pelo princípio da isonomia na concorrência.

Agora, eu conversei sobre esse assunto com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar. Acho que há disposição do Tribunal de Contas da União de construir um caminho que, realmente, elimine definitivamente esse obstáculo recorrente, um ruído institucional que não interessa à PETROBRAS nem ao Brasil. Então, eu vejo que essa CPI, o Ministro Romero Jucá com sua competência, sua vivência, o Presidente João Pedro, com o trabalho, eu diria, competente, que está conduzindo essa CPI, porque as denúncias que estão aqui apresentadas, que algumas foram aprofundadas pela CPI, todas serão investigadas pelo Ministério Público, como sempre é feito, pela Polícia Federal, Tribunal de Contas, CGU. A CPI ajuda a avançar, mas o fundamental é a prevenção, é o aprimoramento, é o salto de qualidade. Eu acho que esse é um debate importante. Evidentemente, espero que a oposição participe dessa discussão de aprimoramento institucional do país e contribua decididamente. Por isso, acho muito procedente a pergunta do Senador Jefferson, e gostaria de ouvir com mais profundidade a visão que o Presidente Gabrielli tem de como nós poderemos avançar nesta matéria e superarmos aquilo

que tem legalidade, tem amparo do Supremo, são 10 decisões do Supremo na mesma direção. É claríssimo o parecer do Presidente do Supremo Ministro Gilmar Mendes, e eu acho, no entanto, que nós precisamos de um aprimoramento institucional. O Presidente do TCU tem sugestões a oferecer. Acho que deveríam, inclusive, procurar o relator ou o Presidente, poderíamos procurá-lo para dialogar um pouco nesse sentido, antes da conclusão dos trabalhos da CPI que, seguramente, terá que enfrentar essa matéria. Agradeço a atenção e com a certeza que foi muito importante. Só espero poder discutir os temas mais importantes da PETROBRAS, que eu acho que é uma outra agenda. É a agenda do pré-sal, do marco regulatório, desse cronograma de investimentos, distribuição de importações, modernização do país, as refinarias, o ritmo das obras... Quer dizer, esse é o Brasil que nós precisamos cuidar com muito carinho. Mas essa pauta vai ajudar que isso aconteça no futuro com mais agilidade, mais eficiência e mais segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Mercadante. Antes de passar para o Presidente da PETROBRAS, eu proponho a dispensa da leitura da Ata da 11ª reunião. Submeto à votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passo, em seguida, a palavra ao Presidente José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: O Exmo. Senador Jefferson Praia levanta dois pontos muito importantes. Como é que nós visualizamos a solução do conflito 2745 e 8666? Eu vejo três caminhos, três caminhos com consequências diferentes em cada um desses caminhos. Um caminho é não fazer nada e esperar que o STF decida, no mérito, as questões que estão em andamento. São 11 ações no Supremo Tribunal Federal, que estão todas as 11 liminarmente definidas favoravelmente à continuidade da aplicação da 2745, mas não tem uma decisão, ainda, no mérito. Portanto, não tem como evitar que isso continue acontecendo. Esse é um caminho que é um caminho do confronto, digamos assim, numa solução legal pelo STF.

Um outro caminho é o caminho que o Senador Mercadante mencionou, que é o Congresso Nacional dirimir essa dúvida aprovando, portanto, uma lei que regule estes termos do 2745 e evite, portanto, o argumento que o TCU tem de que não pode ser por decreto,

teria que ser por lei. Então, é outro caminho, é o Congresso Nacional aprovar esse tipo de situação.

E o outro é o TCU, internamente, mudar sua percepção e adotar um procedimento que reconsidera a posição que o TCU tem de considerar que o que vale é a 8666, e não o 2745. Então, são três caminhos que eu vejo. Porque nós não podemos alterar, não temos competência de alterar nada. Nós somos objetos da situação, não somos sujeitos dessa situação.

O Senador Jefferson Praia também menciona que tipo de aprimoramento nós poderíamos ter no processo Legislativo, no processo regulatório que pudesse melhorar os controles? Eu acho que algumas mudanças, particularmente na questão de especificação mais clara da responsabilidade das prestações de contas dos patrocínios, com recursos públicos, poderíamos avançar, e eu acho que aí precisa tornar-se mais claro as responsabilizações, os processos, como é que se faz a prestação de contas. Eu não acho que o responsável pela prestação de contas deve ser o patrocinador, porque, na verdade, o recurso não é dele, o recurso é da União. Portanto, tem que avançar, do ponto de vista da União, os mecanismos de controle e acompanhamento desses projetos de patrocínio. Esse é um caminho. Acho que, na área de licitações, se resolver esse conflito 2745 e 8666, nós estamos avançando muito. Internamente, na PETROBRAS, eu acho que nós podemos melhorar os nossos processos de auditoria internas, nós podemos qualificar melhor nossas equipes de licitação, nós podemos aprofundar mais ainda a separação de funções de tal maneira que não permita que quem autoriza seja quem executa, e que tenha sempre uma diferença para permitir que a gente tenha capacidade de diferenciar os interesses entre os diversos órgãos, que a gente intensifique mais ainda a nossa capacidade de rastreabilidade das decisões, que a responsabilização da geração de informações, além de atender os requisitos da legislação americana, que nós atendemos inteiramente, possamos avançar, também, em formulação de processos internos que visem a isso. Portanto, tem também um conjunto de coisas que não são... São infralegislativos, mas que são possíveis e que nós façamos internamente na companhia. Eu acho que é possível isso. E quanto aos comentários do Senador Aloizio, eu queria lembrar ao senador que, na época da crise, as empresas brasileiras, em particular a PETROBRAS, não somente... Não tivemos necessidade de ter apoio para sobreviver dos recursos públicos, como nós avançamos no investimento. Em janeiro desse ano, nós aumentamos nossos investimentos, quando o mundo inteiro estava se recuando. Quando nós anunciamos um aumento de 35% no nosso investimento, foi uma surpresa in-

ternacional. E, naquele momento, criou-se um choque, porque a PETROBRAS, que era uma grande empresa, que, hoje, é a segunda maior empresa de petróleo, é a segunda maior, nós só perdemos para a Exxon, das empresas de petróleo que tem ações em bolsa. Nós somos maiores do que a Shell, somos maiores do que a BP, somos maiores do que a Total, somos maiores do que a Eni, somos maiores do que todas as outras. Só perdemos para a Exxon.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Qual era a posição da PETROBRAS em 2002, nesse ranking das petrolíferas?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:

Em 2002, nós tínhamos um valor de mercado de 14 bilhões de dólares. Hoje, a PETROBRAS vale 208 bilhões de dólares.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Está explicado muita coisa do que aconteceu hoje aqui.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem gente na fila para comparar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr.

Presidente, meu caro relator, Presidente Gabrielli. Eu tenho, assim, uma ideia de que fracassou a tentativa de transformar as denúncias que foram feitas em relação à PETROBRAS em um palco de aproveitamento político. Digamos assim, contra o Governo. Isso fracassou. Mas, viabilizou um outro lado, que eu acho que é o lado da tranquilidade, da segurança dos funcionários da PETROBRAS que estiveram aqui, em várias oitivas, em vários depoimentos, e mesmo das empresas prestadoras de serviços que vieram aqui, também, e apresentaram informações técnicas que ficaram incontestáveis pela oposição, que participou até aí, quando os argumentos se ausentaram. Não tinha mais como contestar. E a única alternativa foi, praticamente, a retirada da oposição, que acho que prestou esse grande serviço ao final, pela sua teimosia, cumprindo seu papel de oposição, permitiu que a PETROBRAS desse esclarecimento do seu funcionamento. Talvez, poucos brasileiros saibam de como funciona internamente a PETROBRAS, para viabilizar projetos, investimentos... E mesmo na área dos patrocínios, porque, hoje, para entrar nos patrocínios da PETROBRAS, mesmo nos patrocínios, você tem editais, tem uma série... Na verdade, tem uma disputa enorme pelos recursos, o que obrigou a PETROBRAS a aprimorar os mecanismos, garantindo os editais para patrocínios. Talvez nem... Normalmente, as empresas do setor privado, praticamente, não utilizam esse mecanismo de fazer um edital, estabelecer uma concorrência. Praticamente, nós assistimos as empresas decidirem a quem deve patrocinar e ponto final. [interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO

(PT-AM): Isso é a força do Congresso. Do PCdoB.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O

Congresso, o PC do B está repercutindo muito aí. Então, acho que nós tivemos essa oportunidade, Gabrielli. Acho que facilitou. E a CPI foi se tornando tranquila, porque ela mostrou essa competência. Não, vamos ouvir a todos, trazemos aqui as pessoas, pedimos as informações... Uma ação muito grande da PETROBRAS no sentido de permitir e de tratar com os órgãos de fiscalização externos. Acho que isso é muito positivo. As tratativas do TCU com a PETROBRAS, intensamente, claro, a PETROBRAS tem determinação legal. Lei e decreto. O Supremo, até agora, em sete Ministros, não tem dúvida sobre esse tema. Se fosse votar, e levando em conta as decisões nas liminares, então, não teria dúvida de que a PETROBRAS é obrigada a trabalhar nos termos do decreto que remete à lei. Então, você não pode descumprir o decreto. Acho que a AGU já tomou essa deliberação muito ajustadamente. E o TCU poderá fazê-lo a partir da deliberação dessa CPI. Acho que nós podemos concluir a CPI com grande êxito, resolvendo esse obstáculo, porque, a toda hora, se remete a ele, que acho que cria um desgaste para a PETROBRAS e cria um desgaste para o TCU, porque cada argumentação, às vezes, do TCU é interpretada fora das instâncias do TCU como se fosse uma irregularidade absurda que a PETROBRAS estivesse cometendo, quando, na verdade, ela está cumprindo uma outra determinação legal, que é a lei e o decreto. Mas, ao fazer uma interpretação diferente, o TCU apresenta aquela interpretação como irregularidade. Isso vira uma denúncia que termina em CPI ou pedido de CPI, etc. Acho que nós devemos... E o Senador Romero Jucá tem condições absolutas de oferecer uma proposta que resolva esse problema, essa pendência que restou para a PETROBRAS em relação ao TCU. Ela está obrigada por um lado e é questionada por outro. Acho que isso foi muito significativo.

Por último, acho que nós temos que... Talvez, uma das questões centrais que se examinava era essa situação favorável que o País passou a viver. E isso não... Que, às vezes, as pessoas pensam que o Lula tem sorte, é um povo de sorte... Não, é porque tem que tomar decisões diferentes no Brasil. E foi muito difícil para os setores mais conservadores da política brasileira, que governaram durante muitos e muitos anos, que sempre consideraram que o Brasil tinha que viver uma situação quase que de subalternidade em relação às grandes economias mundiais, que só lá tinha competência, e mostrou-se o contrário. É que a PETROBRAS mostrou competência tecnológica, científica, e isso permitiu ela dar muitos saltos, visíveis no mundo

inteiro, inclusive de gestão e ação. É uma empresa com grande capacidade. E essa sua capacidade, ao invés de serem relegadas nesta nova oportunidade que o Brasil teve com o Governo, mais no campo popular e democrático, ela foi absorvida como sendo uma empresa com grandes condições de ajudar o desenvolvimento do Brasil. Esse que é um problema de, digamos assim, de separação da água e do vinho, ou do óleo com a água. Então, nós fizemos essa separação muito importante. A PETROBRAS passou a ser uma empresa significativa para o Brasil e capaz de ajudar um processo de desenvolvimento que levou a isso, que se chama na economia, de política anticíclica. Então, um dos mais importantes instrumentos de política anticíclica é a PETROBRAS, porque é a maior investidora do Programa de Aceleração do Crescimento. É aqui que estava o problema. Uma espécie de questionamento permanente da PETROBRAS, não pelas denúncias de irregularidades apresentadas pelo Tribunal de Contas da União, mas pelo papel importantíssimo que ela joga no desenvolvimento do Brasil. É aqui que estava um questionamento grande. Se tivessem privatizado a PETROBRAS, não podia jogar esse papel. Só que, lamentavelmente, não deu tempo. E, não dando tempo, a PETROBRAS joga um outro grande papel no Brasil, digamos assim, quase que igual ao papel do seu nascedouro. Ela vai jogando esse papel, e com o pré-sal, então, o potencial de jogar um papel ainda maior. A PETROBRAS está se discutindo, agora, mudanças climáticas, controle de emissões de carbono, energia limpa, e a PETROBRAS, que atua como produto que é considerado, então, um dos grandes poluidores da humanidade, que são os hidrocarbonetos em geral, especialmente o petróleo, a PETROBRAS é responsável pela viabilização, talvez, do maior programa, digamos assim, de biocombustíveis do mundo, que é, exatamente, ter viabilizado 25% de etanol na gasolina. Qual é o país do mundo que tem essa quantidade de álcool na sua gasolina? Qual é o país do mundo que tem a tecnologia capaz de permitir que seus automóveis abasteçam 100% com álcool? Quer dizer, isso só se viabilizou porque você tinha uma empresa capaz de sustentar um programa desse porte. Acho que isso tem muito significado. E atua, hoje, diretamente com o programa de biocombustíveis e biodiesel no Brasil. Acho que são muito significativos. Nossa Estado tem a felicidade de ter uma usina da PETROBRAS lá, no Estado do Ceará, que é muito importante para o Brasil e para a nossa região, e para o setor primário de produção de oleaginosas no nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, que com muita competência conduziu até aqui os trabalhos da nossa CPI, eu considero que foi uma oportunidade a CPI. Não cumpriu

os objetivos da oposição. Eu lamento, que não tinha como sustentar as posições da oposição. Mas, cumpriu um outro grande papel, que foi dar conhecimento ao povo brasileiro. Eu espero que os jornais da imprensa brasileira, todos muito abertos, democráticos e com decisões de pautas, também, sempre nesse sentido, possam refletir esse sentimento da Comissão Parlamentar de Inquérito da PETROBRAS, de que ela permitiu que a gente conhecesse mais a PETROBRAS, esse potencial de investimentos. Eu não sei qual foi a alteração, mas me parece que, em investimentos, o crescimento foi gigantesco da PETROBRAS. Deve beirar a diferença entre... Tem gente que não gosta de fazer essa comparação, negócio de 2002, que não sei por que. Mas essa comparação com 2002, parece que o crescimento foi ainda maior que 600% na área de investimentos. Não sei, mas o Presidente Gabrielli poderia, pelo menos, informar a gente aí desse dado aí, que eu acho que tem algum significado. O papel significativo que joga essa companhia para o Brasil, e pode jogar ainda mais.

Eu acho, Sr. Presidente, que eram essas questões que queria levantar para ressaltar o papel da companhia. Nós tivemos mesmo, Gabrielli, esse receio no início, de que a gente poderia atrapalhar os investimentos, poderia complicar a vida da PETROBRAS, mas acho que se agiu com tanta capacidade, com tanta competência, também na política, que o resultado foi positivo para o Brasil. Essa investigação terminou e resultou positiva para o nosso País. Acho que o resultado final é benfazejo para a nação brasileira. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Inácio. Com a palavra o Presidente José Gabrielli--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Se fosse possível, eu gostaria... Porque eu tenho algumas observações a fazer, então, se possível, eu ser incluída, porque aí economizariamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa., para mim, é a primeira. Mas tem que pedir... Para o Senador Gim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ah, tem o Senador Gim. Podemos inverter?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Podemos inverter sim, líder. Por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço. Eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ninguém resiste aos cachos de V. Exa..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço, em primeiro lugar, ao Presidente, e queria di-

zer ao Presidente da nossa PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli, que nós já tivemos sessões desta CPI com uma presença mais diversificada. E, também, até com uma presença, eu diria, até da própria imprensa, mais ostensiva. Hoje, nós não... Está uma paz aqui. Me chegou aqui um bilhete que a oposição deu entrevisita coletiva, dizendo que está protocolando 18 representações no Ministério Público. Ou seja, as questões que foram aqui--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pensei que era no STF, porque ia ser mais uma liminar a favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministério Público. E, pelo que nos chegou aqui, eles estão colocando que esta será uma CPI paralela, essas 18 representações no Ministério Público.

Eu queria aqui observar que, talvez, a iniciativa de criar a CPI, que, como o Senador Inácio Arruda disse, preocupou a todos nós, porque, no momento quando ela foi instalada, nós estávamos ainda tentando encontrar a melhor saída para a crise, a superação, não tínhamos a dimensão exata da consequência, e todos nós tínhamos a clareza e a convicção de que a PETROBRAS era a nossa mola propulsora, era a nossa grande empresa de alavancagem do desenvolvimento, do enfrentamento da crise, era algo precioso que nós não tínhamos absolutamente o direito de colocar sob qualquer situação constrangedora, num momento tão delicado. E a CPI se desenvolveu, estamos aí, saímos da crise... E fica interessante de que não estejam aqui, estejam dando entrevista coletiva no mesmo horário, discursando no Plenário e apresentando representações no Ministério Público. Porque na exposição... Não sei se ficou bem claro, mas assim, eu queria destacar, porque a PETROBRAS tem uma auditoria interna que cresceu de forma significativa o número de auditores, 173% de 2000 até 2009. A PETROBRAS tem uma auditoria externa, uma das quatro principais empresas de auditoria do mundo, a KPMG. Por ter ações na Bolsa, está sujeita à Comissão de Valores Mobiliários, aqui, no Brasil, e o equivalente nos Estados Unidos. Por ter ações na bolsa, está monitorada pela Bolsas de Valores de São Paulo, de Nova York, de Madri, da Argentina. Tem o Tribunal de Contas da União, tem a Controladoria-Geral da União, tem uma CPI em andamento, e ainda precisa de uma paralela?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Polícia Federal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E tem Polícia Federal, "Águas Profundas" e tal. Então, Presidente, eu fico assim, perguntando se os reais motivos de terem feito a proposição e a instalação da CPI e de, agora, estarem se retirando, não tem uma situação

política, eleitoral muito clara. Talvez tentassem, na época, criar o constrangimento, não podendo, porque tudo aqui foi explicitado, foi colocado, então, se retiram. Mas, tem algo que eu não sei como é que está esta situação do debate, do papel da PETROBRAS e do significado desta descoberta que a PETROBRAS fez, do pré-sal, o que é que isso vai significar para o novo Brasil e a nova possibilidade que o povo brasileiro tem, como já teve quando criou a PETROBRAS e, agora, neste novo momento que a empresa vive. Eu não sei o que está acontecendo nos outros Estados. Eu quero apenas relatar o que está acontecendo no meu, em Santa Catarina. Nós temos já definido, definido um investimento de mais de 1 bilhão de dólares no município de Biguaçu para a construção de plataformas. E a semana agora que passou, tem outro grupo empresarial que está estudando com grande possibilidade de instalar outro investimento de construção de plataformas em Ibituba, num montante de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Então, só com estes dois empreendimentos, Santa Catarina tem um potencial de gerar mais de 12 mil empregos diretos e dois investimentos que, somados, vão beirar os 2 bilhões e 200 milhões de dólares. Isto sem contar que a indústria de Santa Catarina tem um grande potencial de fornecimento para toda esta alavancagem. Então, eu fico até pensando de que a retirada também fica difícil num momento como este, político, para candidaturas que, com grande possibilidade, talvez venham do Estado de São Paulo, tenham aí... Aonde a descoberta do pré-sal... E nós estamos muito reivindicando que seja retomado lá, a unidade de produção de Santa Catarina, de Itajaí, porque a de Santos está bombando, Presidente. Todas as reportagens são de uma mudança de toda a configuração do Estado de São Paulo. Então, acho que está muito difícil, entende, permanecer... Como é que eu vou me explicar lá em casa, que eu quero criar dificuldades para a PETROBRAS? No momento aonde todos nós, o Brasil como um todo, o povo brasileiro como um todo, todos os Estados estão com uma perspectiva de ouro, preciosa, que nós não temos o direito nem de perturbar nem de criar qualquer dificuldade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso é porque ninguém mexeu no pré-sal do Ceará ainda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ainda não mexeu no pré-sal do Ceará, não é, Inácio? Mas nós queremos uma divisão de *royalties*. O Senador Paulo Duque já veio aqui para tentar... Mas nós queremos uma divisão um pouco mais adequada dos *royalties*. Eu estou tendo até a ousadia, Presidente, de não só querer uma divisão melhor, mas umas linhas melhores. Porque aquelas linhas lá, que pega o Estado do Rio e faz assim, o Estado do Paraná faz assim, e

Santa Catarina fica fora... A gente está até com uma proposta, também, de não só mexer na divisão melhor, mais equânime dos *royalties*, mas também das próprias linhas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos aproveitar os 40 anos da geologia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto. Para gente poder--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para gente fazer todas as linhas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, era isso, Presidente, apenas queria tecer estes comentários e dizer que a PETROBRAS orgulha o povo brasileiro. Orgulha o Brasil, orgulha o nosso país, e ela é, e não tenho a menor dúvida, esta perspectiva de dias melhores para o povo brasileiro. Então, nós temos a obrigação de fiscalizar, sim, temos a obrigação de aproveitar o resultado da CPI para dirimir estas dúvidas, entende, da Legislação que está em vigor, que eu não tenho a menor dúvida que é o decreto, para a gente poder evitar tanta controvérsia no Tribunal de Contas da União, aprimorar os mecanismos, apesar de tantos, mas aprimorar os mecanismos. Porque, com todos eles, teve uma situação da Polícia Federal que descobriu quadrilhas atuando. Até porque bandido não se aproxima de lugar onde não tem dinheiro, se aproxima onde tem. E na PETROBRAS tem muito dinheiro, não é Presidente? Então, obviamente, temos que ter toda uma preocupação. Mas acho que o comportamento da oposição, no dia de hoje, tenha... Eu não tenho a menor dúvida, tem as explicações claras da implicação que tem, no momento como este, de a gente fazer qualquer tipo de questionamento, quer dizer, explicar nos seus Estados, não é algo simples nem fácil. Eu brinquei aqui, outro dia, com o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior de que, na época que estavam tentando transformar em Petrobrax, que tinha plataforma afundando, que tinha perspectiva de privatizar, talvez era mais fácil ser oposição. Hoje, com a PETROBRAS neste desenvolvimento, neste trabalho e no potencial, fica, realmente, mais difícil. Então, era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senadora Ideli. Vamos ouvir o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente João Pedro, Senador Romero Jucá, nosso Presidente Gabrielli. Para dizer que fiquei muito feliz, Presidente José Sérgio Gabrielli, com a sua explanação, fiquei muito feliz mesmo, porque a gente tem... Eu, da mesma forma que os outros que me antecederam, lutamos muito para não existir essa CPI. Quando foi instalada essa CPI, era motivo de preocupação de todos nós porque vinha essas

denúncias de “Águas Profundas”, vinha problemas do Tribunal de Contas... E vinha uma série de outras complicações. Nós temos a construção da refinaria Abreu de Lima, problema de patrocínio... E todos nós ficamos muito preocupados. Eu fiquei muito preocupado. Por quê? Porque, desde criança, eu aprendi que o nosso orgulho, o orgulho nacional de empresas é a PETROBRAS. A PETROBRAS que deu provas sobre a sua gestão, uma empresa que valia 14 bilhões de dólares, há poucos anos atrás, sete anos atrás, menos de sete anos, hoje, vale 208 bilhões de dólares. Quer dizer, uma empresa auditada no Brasil, no exterior, no mundo inteiro, todo mundo fazendo investimento, todo mundo comparando ações, o mundo todo querendo aplicar na PETROBRAS. Foi dito, agora, essa última semana, em Londres, por vários jornais, esses jornais econômicos, o mundo todo quer investir, hoje, no Brasil. É o primeiro país que está saindo da crise, aonde todos os outros investidores, de todo o mundo, vêm investir aqui. Qual a empresa carro-chefe disso? A PETROBRAS. Nós devemos muito a vocês da PETROBRAS, à sua Diretoria, uma vez por semana... O senhor disse aqui que uma vez por semana se reúne de manhã e vai até de madrugada, normalmente, até de madrugada para discutir os investimentos dessa empresa. Eu acho que esse é o modelo que todas as outras empresas do Brasil deveriam seguir, porque é modelo que vem dando certo. Uma empresa que tem 240 mil contratos, aonde são todos eles muito bem geridos, tendo em vista que eu tive aqui nas oitivas, aonde o Ministério Público Federal, aonde os delegados da Polícia Federal disseram o que o senhor disse. Disseram que todas as vezes que precisam da PETROBRAS ajudar nas investigações, a primeira que abre as portas que diz que está tudo à disposição é a PETROBRAS. Então, isso nos dá tranquilidade acima de todas as denúncias que viriam de uma forma muito violenta pela forma como foi colocada. Mas que, agora, sob a luz do sol, se transformaram em água. Por quê? Porque a PETROBRAS mostrou que, realmente, é uma empresa lucrativa, uma empresa que paga 90 bilhões – muito bem administrada, porque paga 90 bilhões por ano de impostos, somente de impostos. Imagina a quantidade de hospitais, de escolas, de tudo que se vive em função dos impostos pagos pela maior empresa do país. Uma empresa que, em andamento, tem mais de 500 projetos. Uma empresa que eu quero dizer à V. Exa. que é motivo de orgulho para todos nós.

O que eu queria lhe dizer mais, e aí já é para o Presidente João Pedro e para o nosso Senador Romero Jucá, é que o fechamento desse nosso relatório, Senador Jucá, que faça a sugestão, um caderno de obrigações ou de sugestões para o Tribunal de Contas,

no mesmo molde quando o Tribunal de Contas da União já fez com os ‘Ss’ do Brasil. Esse Sistema S Brasileiro não é regido por essas leis, pela 8666. Por quê? Porque você não pode tirar competitividade da PETROBRAS. Não sei se é com Decreto. Se não for Decreto, vamos transformar em leis. Mas isso é um negócio que vamos ter que enfrentar agora nessa sugestão do relatório final dessa CPI. Por quê? Para gente dar o formato ideal que a PETROBRAS possa continuar trabalhando, fazendo esse bom trabalho que o senhor, Presidente, e toda sua Diretoria vêm fazendo. Porque o senhor sempre afirmou, um colegiado que está lá lutando e todo mundo lutando para fazer uma grande empresa e estão construindo, não sei se é a maior do hemisfério sul, mas deve ser das maiores, uma empresa desse tamanho, que é a segunda maior do mundo, segunda maior petroleira do mundo a nível de ações da bolsa. Quer dizer, ganhamos de todos esses gigantes que a gente é costumado a ver como gigantes, hoje, o gigante no mundo é a empresa administrada por brasileiros, empresa brasileira. Mas temos que enfrentar esse problema do Tribunal de Contas, Romero Jucá. Eu acho que é a sugestão desse relatório de colocar qual o melhor formato, o que tem que ser feito, não podemos tirar a competitividade e nem podemos ficar toda hora tendo que responder ao Supremo Tribunal. Claro que ganhamos, como colocou bem o Senador Aloizio Mercadante, mas dá um formato definitivo para dar tranquilidade para o senhor continuar sua gestão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Gim. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLYC (PT-SP): Sr. Presidente, Senador João Pedro, Senador Relator Romero Jucá, prezado José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS. Quero saudar o nosso colega no Senado, ex-líder da minha bancada aqui, e que o precedeu na Presidência da PETROBRAS, José Eduardo Dutra, e gostaria, Presidente Gabrielli, de cumprimentá-lo pela sua disposição, bem como de todos os diretores da PETROBRAS que aqui estiveram de colocar-se inteiramente à disposição do Senado, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e trazer com toda transparência possível as informações das mais completas sobre a administração desta extraordinária empresa. E apenas gostaria de, aqui, expressar a minha convicção de que estes resultados tão promissores das atividades da PETROBRAS podem deslumbrar para todos nós, hoje, 192 milhões de brasileiros – em breve, seremos 200 milhões – que os esforços da PETROBRAS significarão um salto de qualidade de vida e de maior realização de justiça, de um maior grau de

solidariedade para todos nós brasileiros. Meus cumprimentos, portanto, à PETROBRAS e ao senhor como Presidente José Gabrielli... José Sérgio Gabrielli, da PETROBRAS. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Relatores... Sr. Presidente da PETROBRAS. Eu não sou um dos mais assíduos integrantes desta comissão. O Presidente sabe disso, e o Presidente da CPI também sabe disso. E avisei antes pelas minhas implicações com as outras comissões que pertenço. Não é que essa não seja importante, essa é importantíssima. Mas, como é muito difícil falar com o Presidente da PETROBRAS, muito difícil, aproveitar o momento que ele está aqui e para, pelo menos, ter essa oportunidade de fazer algumas indagações. Porque a história do Brasil toda se desenrola no Rio de Janeiro. Essa que é a verdade. Sempre foi assim. E há até um diálogo muito interessante entre o Senador Afonso Arinos e o antigo Deputado Leonel Brizola, na constituinte, sobre isso, em que o Brizola, ele contestou essa afirmativa dele que a história do Brasil se escreveu no Rio de Janeiro, mas a verdade é essa. E, embora tenha se descoberto, inicialmente, na Bahia, o petróleo, na verdade, o petróleo afluui mesmo foi no Rio; essa é que é a verdade. E, há pouco tempo, há poucos anos, o Governador Paulo Maluf, em São Paulo, teve a ideia de criar uma empresa estadual petrolífera, "Paulipetro", eu não me lembro bem o nome, ele teve uma intuição que, em São Paulo, haveria também de ser descoberto o óleo. Não sei como está lá, mas Santos pertence a São Paulo. E sabemos todos que foi... Que há uma descoberta grande lá em Santos, do petróleo. De maneira que, divagando hoje, estou sabendo que, para a tristeza nossa, alguns senadores já não estão mais aqui. Não é verdade? Tristeza nossa. Mas, aproveitando a presença, aqui, do nosso Presidente, o senhor é o 34º, ou quinto ou sexto Presidente da PETROBRAS? Minha pergunta inicial. Porque o primeiro foi Juraci Magalhães.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Estou perguntando aqui. Talvez o antigo Presidente saiba.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu sei que o primeiro foi Juraci Magalhães. Agora...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Eu sou o primeiro nascido na Bahia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nascido na Bahia? Acho que não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA: O Juraci era... O Juraci era cearense.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Cearense, mas fez toda a política dele e a vida dele na Bahia. Mas de qualquer forma, foi pelo menos uns 30 Presidentes da PETROBRAS. O Dutra foi, o Senador aqui, e V. Exa. o sucedeu, não é isso? E teve a sorte de, exatamente nessa gestão, a PETROBRAS--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Trigésimo terceiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quantos?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Trigésimo terceiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Trinta e três, trigésimo terceiro. Está certo. Acho que é isso mesmo. Tinha essa ideia. A PETROBRAS, hoje tem um significado muito especial. Não só para os cariocas... Foi criado lá, foi criado no Palácio do Catete, foi criada numa campanha popular, foi criado pelo clube militar, também, naquela época. Com gente que já se foi: Arthur Bernardes, Barbosa, Leitão de Carvalho. Os universitários da época, inclusive eu próprio. Foi perto de 54. Nove meses depois, Getúlio suicidou-se. Então, é uma empresa que, mesmo aqueles que são contra, politicamente, ela, amam-a (sic), respeitam-na, mesmo aqueles que, eventualmente, possam ser contra ela. V. Exa. por acaso já leu o relatório Link? De Walter Link? É um ato secreto. Deixou de ser a partir de quando V. Exa. leu e eu pedi aqui e a PETROBRAS remeteu para cá o relatório Link, que é um documento totalmente desconhecido. Falava-se nele, mas ninguém o conhecia certo. Esse relatório foi importantíssimo para o Brasil, para a PETROBRAS, porque deu o início e acertou muito ao desmistificar a ideia de que o Amazonas era um mar subterrâneo de petróleo. Não é verdade. E apontando o caminho marítimo, é verdade, que foi lá que, no momento, 50 anos depois, nós estámos com esse sucesso excepcional.

Estou falando isso porque, já que os nossos colegas ilustres não estão mais, se não me engano, eu sou o último aqui a usar dessa tribuna, e sem querer cansá-los ou fatigá-los, mas sendo do Rio de Janeiro, V. Exa., Sr. Presidente, Sr. Presidente da PETROBRAS, Sr. Relator, não imaginam o orgulho que tem o povo carioca e, sobretudo, o povo campista, do que aconteceu lá nesses últimos 10 anos. Nesses últimos 10 anos, em que se agigantou, realmente, no Rio de Janeiro. Da mesma maneira como nós, cariocas, quando anunciamos, há coisa de 20 anos, que havia sido descoberto o poço de Olinda, o poço de petróleo magnífico no Amazonas, depois, lamentavelmente, se verificou que não era bem assim, que a história era outra. Não sei se V. Exa. conhece essa história, de Nova Olinda.

Eu lamento não ter podido estar aqui, e, agora, que eu cheguei no aeroporto, desde o início, para assistir a sua palestra aqui, mas será transmitida e retransmitida e será escrita aqui nos anais da nossa Casa. Quero dizer que foi muito bom V. Exa. ter vindo aqui. Não é nenhum bicho papão, a CPI, está muito bem conduzida pelo nosso amazonense, bem conduzida pelo Senador João Pedro. Está sendo levada com seriedade pelo nosso Relator, muita seriedade. E é só preciso ter coragem para, no momento certo, fazer o que tem que ser feito. Só isso. Queremos que V. Exa. tenha muito sucesso lá. Eu acredito. V. Exa. é um professor. É geólogo também?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:

Não, sou economista.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Economista, não é geólogo. Nós estamos agora comemorando 40 anos da criação da CPRM. Recebi um convite ontem. Não sei nem onde será ao certo. Será no Rio, uma parte lá, no Rio, e outra parte aqui, em Brasília. E queria que V. Exa., talvez a última visita aqui, abrisse um pouco as informações para os senadores. Porque já tivemos pelo menos dois... Um senador que morreu, que foi o criador da PETROBRAS, praticamente. O criador em termos de administração. O primeiro Presidente foi o Senador Juraci Magalhães, tivemos aqui o Eduardo Dutra, também, Senador de Sergipe, que é grande produtor de petróleo, muitas torres, fiquei impressionado quando estive lá. Que aqui os políticos tivessem mais acesso à direção da PETROBRAS. Mais acesso não é para pedir emprego nem pedir benefício de pessoais, nada. Pedir informações apenas. Isso é importante. É importante saber como é que a empresa pensa em relação à redistribuição que se pretende fazer agora com o planejamento. Isso é muito importante. Saber por que o Deputado quer isso, quer aquilo, quer mais percentual, por que o Rio de Janeiro quer mais... Ter uma participação mais adequada, saber o pensamento da PETROBRAS. Isso é muito importante. O bom senso aí, de lá vem o bom senso, talvez, venha o interesse político, mas vem o bom senso. É a pequena colaboração que quero dar a V. Exa., que o sentido... Que o Rio de Janeiro, criador da história do Brasil, sem dúvida, teve um papel importantíssimo na produção atual da PETROBRAS possa ser... Ter o reconhecimento bem razoável e bem científico mesmo por parte da atual direção da PETROBRAS. Era isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, senador.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Excelentíssimos Srs. senadores, Senador Inácio e Senadora Ideli mencionaram a situação favorável do

país e as perspectivas que a PETROBRAS tem nesse momento como perspectivas importantes. Eu queria dar algumas informações numéricas, e não vou entrar numa discussão qualitativa porque, inclusive, seriam autoelogiosas. Eu agradeço muito os elogios, mas... A modéstia impede de fazer isso. Mas eu queria dar alguns números. A receita líquida da PETROBRAS, que era, em 99, de 26 bilhões, cresceu 366% até 2008. O lucro líquido da PETROBRAS, de 99 a 2008, cresceu 1830%. Os investimentos da PETROBRAS, de 1999 a 2008, cresceram 466%. O lucro operacional da PETROBRAS, de 99 a 2008, cresceu 608%. O preço do petróleo cresceu, nesse período, 445, porque o preço do petróleo não depende de nós, e ajuda um pouco o nosso resultado. Em termos de tributos pagos pela PETROBRAS, de 99 para 2008, nós aumentamos os tributos em 948%. E a produção da PETROBRAS, nesse período, cresceu 70%. Então, nesses últimos 10 anos, até 2008, a PETROBRAS teve um crescimento, realmente, extraordinário, e, acredito fortemente, resultado de uma decisão que fortaleceu a empresa. Eu acho que a grande mudança que ocorreu nesse período, ocorreu a partir de 2003, com o Presidente José Eduardo Dutra, nosso 32º Presidente, e continuado por mim, que foi, essencialmente, uma orientação de que a PETROBRAS tem potencial, tem possibilidade e deve ser estimulada. Objetivamente, essa foi a grande diferença entre período 98/2002 para o período 2003 em diante. A grande diferença, portanto, ao invés de ter uma empresa que estava contida no seu crescimento, foi uma empresa que foi liberada para crescer e fortalecer-se, enquanto o sistema de produção, que poderia ajudar o crescimento do setor de petróleo, e, ao mesmo tempo, ser um papel, ter um papel importante no desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, crescimento da empresa tem muito a ver com a possibilidade de a empresa vir a contribuir para criar, no Brasil, uma cadeira de fornecedores brasileiros, diversificar as atividades da PETROBRAS, entrando na petroquímica, entrando no biodiesel, entrando no etanol, ampliando a presença no gás, ampliando na geração elétrica, modificando e ampliando e redefinindo os patrocínios com a sociedade e a relação com a sociedade. Ou seja, sair de uma situação em que a empresa estava contida e intimidada por uma situação que a empresa explodiu com o seu potencial e, portanto, conseguiu superar, e muito, as questões anteriores.

O Senador Paulo Duque, eu vou pedir *data venuia* a ele para discordar dele de uma questão apenas – concordo com as outras questões, vou tentar responder – que o Rio de Janeiro... Eu, como baiano, não posso aceitar que o Rio de Janeiro seja o único lugar que se escreve a história do Brasil. Acho que

a Bahia tem um papel também importante, senador, pequenininho. Está certo, pode ser pequenininho... [Risos]. Mas tem um papel importante na história brasileira. Pequenininho, mas tem. Acho que ele faz uma pergunta sobre a posição da PETROBRAS, sobre a distribuição de *royalties*, que é o grande tema hoje que o Rio de Janeiro está envolvido. Para a PETROBRAS, senador, a PETROBRAS, ela é pagadora de *royalties*. Ela vai pagar o *royalty* de qualquer maneira, qualquer que seja a distribuição dela. Então, do ponto de vista, digamos, objetivo da empresa, é indiferente para ela se o *royalty* é distribuído de uma forma ou de outra ou de outra, porque ela pagará o *royalty* que for devido. Se o senhor perguntar a minha opinião pessoal, como indivíduo, como cidadão, e não como Presidente da PETROBRAS, eu ousaria responder que eu acho que dado o volume de recursos que virá, desse volume de recursos será muito grande com o pré-sal. Eu acho que a atual regra de distribuição, ela é muito concentradora. Poderia haver uma certa modificação dessa regra de forma que os Estados produtores recebessem mais, porque é justo que recebam mais, mas que a parcela dos outros Estados também aumentasse um pouquinho mais. Então, minha posição é a posição do cidadão. Porque para a PETROBRAS é indiferente, ela vai pagar de qualquer maneira. Seja distribuído de uma maneira ou de outra. Então, minha opinião sobre isso. Então, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, muito obrigado. Acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vamos ouvir o relator, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu queria saudar o Dr. José Sérgio Gabrielli, saudar o Senador José Eduardo Dutra, que nos visita hoje, nessa tarde, e registrar que a audiência do Dr. Gabrielli encerra um conjunto de audiências que nós traçamos no projeto que apresentamos aqui à comissão. Todos os pontos que foram levantados no Requerimento de pedido da CPI foram tocados exaustivamente. Nós ouvimos aqui funcionários e técnicos da PETROBRAS, ouvimos o Tribunal de Contas da União, ouvimos a Polícia Federal, ouvimos o Ministério Público Federal e ouvimos empresas que foram convidadas para fazer determinadas colocações sobre assuntos que era o tema dos requerimentos que foram criadores da CPI. Nós rejeitamos os requerimentos que não eram o tema da CPI, e, talvez, por isso, a oposição não esteja hoje aqui. E eu lamento essa postura da oposição. Quando fui perguntado pela imprensa se a CPI continuaria com a ausência da oposição, eu afirmei que sim, porque essa CPI é do Senado e é do povo brasileiro. Ela não tem a chancela de partidos da oposição, apesar

de, no momento da criação, a movimentação política e de mídia foi calcada em cima de determinadas colocações feitas pela oposição. Colocações essas que foram esclarecidas, que foram debatidas, que serão objeto do meu relatório. O relatório, que começa a ser estruturado agora, vai falar sobre os seis temas que foram objeto da CPI. Nós vamos fazer algumas sugestões, nós vamos fazer uma proposta de lei para adequar a Medida Provisória 2158, para que não haja mais nenhuma dúvida sobre a temporalidade, sobre a data da opção do mecanismo que, corretamente, a PETROBRAS fez uso, dentro da Legislação vigente. Nós vamos apresentar uma proposta que trata da questão do Decreto-Lei *versus* a Lei 8666, nós vamos apresentar uma Proposta de Lei que será levada a debate aqui, na Casa, exatamente para encerrar esse contencioso. E nós vamos apresentar algumas sugestões para a PETROBRAS no que diz respeito à questão do patrocínio *versus* a relação com entes públicos, haja vista a questão de festa de São João e contratações de determinadas ações com Prefeituras e empresas privadas. Então, nós vamos fazer algumas sugestões, mas que esperamos que a PETROBRAS possa levar em conta na proposição que nós vamos apresentar. Então, Sr. Presidente, eu pretendo, dentro de alguns dias, fazer uma exposição do relatório aqui, nesse Plenário, aos membros da CPI, para que a gente possa votar o relatório discutindo e acrescentando, inclusive, contribuições que possam surgir. Quero, novamente, convidar os membros da oposição a continuarem participando da CPI. Talvez a ausência da CPI, da oposição, seja porque eles seriam obrigados, no final da CPI, a elogiar o trabalho. Talvez fique ruim, com os dados que foram colocados aqui, é patente o crescimento e o trabalho sério da PETROBRAS. Se existe alguma falha, se existe algum ponto a ser consertado, é claro que nós nos debruçaremos e iremos sugerir, iremos fazer modificações, mas não podemos deixar, em nenhum momento, de registrar a contribuição, o espírito de contribuição da PETROBRAS, que esteve presente fornecendo todas as informações, do Tribunal de Contas da União, que designou técnicos especializados para acompanhar esse trabalho e do Ministério Público Federal e, também, da Polícia Federal. Então, ao encerrar essas audiências públicas, eu quero agradecer o Dr. José Sérgio Gabrielli, agradecer a todos os servidores da PETROBRAS que se portaram com dignidade, com responsabilidade, atendendo todas as demandas da CPI. Quero agradecer ao Presidente e aos membros a confiança que me foi depositada para a designação da relatoria, e pretendendo, como disse, encerrando minhas palavras, dentro de, no máximo, 10 dias, apresentar esse relatório, Sr.

Presidente, para que possa ser discutido e submetido aos membros da CPI. Muito obrigado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria dar uma sugestão ao Presidente, com uma certa antecedência, dada a importância do relatório que está sendo elaborado e apresentado, avisasse os membros--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ele será entregue com antecedência, a minuta do relatório aos membros, e nós vamos debater aqui, na reunião, para fechar o documento na reunião.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso é bom. E também dizer a V. Exa. que eu, como Presidente da Comissão de Ética e disciplina, pelo menos oito Deputados se retiraram da comissão depois, sem eu saber, até hoje, por quê. De maneira que não fique zangado por isso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não estou zangado, estou com saudade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero agradecer a participação de todos, de todas, e avisar aos membros da CPI que, dentro de 10 dias, duas semanas, nós vamos marcar a reunião. É claro que vai ser numa terça-feira, para manter a tradição, já que desde 14h00, desde julho, que nós estamos trabalhando às 14h00 das terças-feiras. Então, eu quero agradecer ao convidado, Presidente da PETROBRAS, o Dr. Sérgio Gabrielli, de ter se colocado à disposição desta CPI. Quero lembrar, mais uma vez, o Senador Jucá abordou esse aspecto, que esta CPI, ela não é do Governo nem da oposição. Esta é uma CPI do Senado. Do Senado. E nós temos a responsabilidade de encerrá-la. E, de forma pública, apresentar as contribuições do trabalho que tem sido realizado desde julho, desde o dia 14 de julho, quando foi aprovado pelo Plenário do Senado a instalação desta CPI. Eu quero que os senadores aguardem, o Senador Paulo Duque, Senador Inácio, a convocação da próxima reunião e, evidentemente, que, com antecedência, a proposta do relatório, do parecer, do voto do relator será entregue a todos os Senadores, para o público em geral, para que haja contribuições. Então, quero agradecer.

Não havendo mais nada nesta reunião, quero encerrar esta reunião e vamos aguardar a próxima para votar o parecer do Senador Jucá. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h31. – Senador **João Pedro**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 200, DE

AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTES, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE “PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO.

ATA DA 58ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 58ª Reunião, realizada em 14 de outubro de 2009, às quinze horas e trinta minutos, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa. Na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos: nº 372/09, requer seja convidada a prestar esclarecimentos a esta CPI, a Dra. Renata Rosa de Oliveira, Juíza da 1ª Vara de Família e Sucessões de Catanduva/SP; nº 373/09, requer seja convidada a prestar esclarecimentos a esta CPI, a Dra. Noemi Corrêa, Promotora de Justiça com atribuição na 1ª Vara de Família e Sucessões de Catanduva/SP; nº 374/09, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Carlos Magno Couto Jacinto; nº 375/09, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Fabrício Calo; nº 376/09, requer sejam convidadas a prestar depoimento nesta CPI a Sra. Luiza Lima da Silva e sua filha Keila Gregório da Silva; nº 377/09, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Prof. César Augusto Silva Barbosa; e nº 378/09, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o ex-Deputado Estadual Francisco Wallace Cavalcante de Souza.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: – **Magno Malta** (PR-ES) – Presidente – **Sérgio Zambiasi** (PTB-RS) – **Romeu Tuma** (PTB-SP) – **Papaléo Paes** (PSDB-AP).

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI da Pedofilia, que visa investigar esse crime bárbaro no Brasil.

Quero registrar, Senador Papaléo, com muita alegria, que vamos votar esses requerimentos em bloco. Há mais de 20 anos a... - rapaz, não sei falar inglês não - vem desenvolvendo trabalho de excelência em educação - acho que isso nem é inglês, eu que não soube ler mesmo - no Estado do Amazonas, dentro dos mais de 42 cursos mantidos, e tal. O que está por trás do ideal empreendedor são os valores implantados em nosso fundador, o saudoso professor Nilton Lins, traduzidos em princípios éticos e experiência pioneira do mercado, tal, tal, do curso de Direito. Assim, com

imensa satisfação, o curso de Direito, nesse ano de 2009, completa 15 anos de existência, e vem convidar V. Exa. para proferir palestra sobre o tema Pedofilia na Amazônia - Amazonas, não é? - Manaus. Vê a data aqui com a minha agenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):

É o nome do cara, não é? Mas o cara falou que a gente da Bahia só tem um neurônio, estou perdido. Só tem um neurônio... Disse que a gente só toca berimbau porque só tem uma corda, se tivesse mais de uma não tocava. Cara mau, não é? Universidade do seu Estado.

Eu quero registrar que vou oficiar o Senador Paim, convidando a Comissão de Direitos Humanos para participar de uma Audiência Pública conosco, para discutir questões que envolvem... Questões da sociedade, relacionadas ao abuso de criança, e algumas personalidades que estão convidadas por mim, o Vítor Belfort, o Minotauro, e estou oficiando hoje o Lyoto também. A Luciana Gimenez, o Datena, o Romário, duas Deputadas ligadas à luta, até porque sofreram abuso na infância - me esqueço o nome delas, aqui, agora - e algumas personalidades que estarão conosco nessa Audiência de Direitos Humanos, que nós queremos ouvir a mídia, queremos ouvir o mundo esportivo, queremos ouvir a OAB, queremos ouvir todo mundo, e eu estou entendendo esse convite a todos, em uma Audiência Pública grande, junto com o Direitos Humanos.

Eu quero oficiar o convite à Comissão de Direitos Humanos, para se juntar a nós, para termos essa reunião, e a partir daí nós determinarmos a data, porque eu, a partir da próxima semana, vou tirar oito dias de licença médica, e em seguida, em novembro, nós, então, começamos com essa Audiência Pública e as outras oitivas que tenho que fazer.

Antes de iniciarmos a votação, proponho a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior, Senador Papaléo. Não havendo manifestação, está aprovado. Que seja convidado a depor nessa CPI o ex-Deputado estadual de Manaus, no Amazonas, o Sr. Wallace, recentemente cassado por envolvimento com o crime organizado, para depor nessa CPI, por acusação de pedofilia.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidada para prestar depoimento nessa CPI a Sra. Luiza Lima da Silva, e sua filha, Keila Gregório da Silva. Revés de muita importância, uma senhora que, abusada na infância, procurou essa CPI, e nós vamos abrir oportunidade para ouvir a Sra. Keila Gregório da Silva, abusada pelo seu tio.

Requeiro também, nos termos regimentais, que seja convocado a prestar depoimento nessa CPI o professor César Augusto da Silva Barbosa, esse é do meu

estado, Procurador da Prefeitura de Vitória, Professor Universitário do Curso de Direito, apanhado em uma operação de rede, demandada pela Polícia de Brasília, em uma apuração de rede de crime de internet, para depor sobre abuso de criança no meu Estado do Espírito Santo, preso essa semana.

Também foi presa uma mãe - só para registrar - ela pegou o filho de quatro anos de idade e enfiou a mão inteira no ânus do garoto, até o punho. Um garoto de cinco, quatro anos de idade apenas, que está internado em estado grave, e não sei onde é que nós vamos parar.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocado nessa CPI o Sr. Fabrício Calo(F), qual que é esse aí? Abuso da filha.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocado a prestar depoimento o Sr. Carlos Magno Couto Jacinto, do mesmo caso.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocada para essa CPI a Dra. Renata de Oliveira, Juíza de Direito da 1ª Vara - quer dizer, convocada não - convidada por nós, que está com esse caso. Juíza em Catanduva.

E, também a nossa amiga. Estou convidado a Promotora de Justiça Dra. Noemi, que também é promotora desse caso, que envolve essa criança, sofrendo fruto de uma separação de pai e mãe, e que está comprovado pelos psicólogos que essa criança vem sofrendo abuso.

Eu quero comunicar, Senador Papaléo, que eu estou esperando uma manifestação do inquérito, o DJ Marlboro já está convocado, para que nós possamos, já na primeira semana de abril, marcar o depoimento... Desculpa, de novembro, marcarmos o depoimento dele.

Já estão convocados, também, os dois irmãos da Paraíba que me fizeram ameaça de morte, e na primeira semana, também, nós estamos trazendo aqui. É uma oportunidade que ele vai ter de me matar ao vivo, na CPI, os dois. Algo que dá em Chico dá em Francisco, não é? [risos] Diz o cara: "Espera eu primeiro lançar meu disco".

Dr. Caetano, acho que tem uma demanda aí que o Augusto deve lhe passar, já passou para o senhor, para que a gente possa tomar uma providência junto à advocacia, que a juíza lá do Rio está se fazendo de tonta, porque ela conhece a lei, ela conhece, para que a gente possa açãoar.

São esses requerimentos que nós podemos votar em bloco. Senador Papaléo, há mais algum requerimento? Havendo *quorum* na lista de presença, eu quero também dizer que a partir de agora, de novembro, é que nós determinaremos a data das oitivas lá do Amapá, da terra de V. Exa..

Quero cumprimentar a Assembléia Legislativa do Acre, pelo trabalho que está fazendo com a CPI local, parabenizar a CPI do Pará, e eu acabei de dizer - V. Exa. estava no telefone - que agora em novembro nós determinaremos a data de ir ao seu estado, o Estado do Amapá, atendendo um pedido do Ministério Público, e amanhã eu devo estar recebendo o promotor aqui, também, lá do seu estado, para podermos tratar de alguns casos, que nós devemos sair daqui com essas convocações feitas, de maneira que, não havendo mais nada a tratar...

Não votei, não é? Havendo, na lista, regimento, os Senadores que aprovam continuem como estão. Está aprovado. Senador Magno Malta, Senador Almeida Lima, Romeu Tuma, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi. Aprovado, e está encerrada a Sessão. – Senador **Magno Malta, Presidente.**

Sessão encerrada às 15h37.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 231, DE 2009, DESTINADA A “ACOMPANHAR AS METAS DE DESENVOLVIMENTO FIXADAS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, A SEREM ALCANÇADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO”.

ATA DA 1^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1^a Reunião, realizada em 16 de setembro de 2009, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senadores: Valter Pereira, Marisa Serrano, Augusto Botelho e Kátia Abreu. Na oportunidade foi instalada a Comissão e eleita Presidente a Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho e designada relatora a Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Temporária, criada pelo requerimento 231, de 2009, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes ao cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio, fixadas pela Organização das Nações Unidas, a serem alcançadas pelo Governo Brasileiro. Esclareço que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente ou da Presidenta, do Vice-Presidente ou da Vice-Presidenta da Comissão. Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação. Consulto aqui o Plenário se há entendimento para a eleição. Pela ordem, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, uma das metas do milênio é a igualdade entre sexos. Então, V. Exa. esperou que chegassem as duas para poder começar a reunião?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E V. Exa. ficou muito simpático entre as duas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bendito és tu entre as mulheres.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E nós estamos aqui, do lado da Relatora e da Presidente da Comissão, nós temos um consenso para... Só dependemos do seu voto, também, para poder definir.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Claro, o seu voto nos honra muito. Nos honraria muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu dispenso até cédula, eu acho que a votação simbólica... V. Exa. já deu o norte da votação. Então...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso, muito bem. Por aclamação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, uma vez que foi eleita por aclamação, por consenso, eu quero só desejar às duas comandantes dessa Comissão que desenvolva o trabalho mais diligente possível, porque, com esta Comissão, seguramente nós estaremos colocando o Senado ao lado do desenvolvimento internacional, que é o que todos nós almejamos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra a Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há a indicação do Vice-Presidente, e eu indico o Senador Augusto Botelho.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o meu voto, com muito contentamento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas ele preside a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, eu sou Presidente de Comissão. Então, eu concordo também, acho que o consenso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gosto, Sr. Presidente, de usar a palavra. Primeiro, agradecer a confiança dos colegas na relatoria dessa subcomissão tão importante de acompanhamento das metas do milênio, fixadas pela ONU, no ano de 2000, que, principalmente, entre as oito metas, a mais importante é a redução da fome a 50% até 2015. E isso tem nos preocupados sobremaneira, para entender e colaborar com o Governo Brasileiro e todas as instituições comprometidas com essa causa, para que nós possamos agilizar e ajudar, de forma efetiva, para que essas metas possam ser cumpridas. Nós temos, felizmente, todas as condições, no Brasil, de ajudar, colab-

borar no cumprimento delas, haja vista que, para o fim da fome de um bilhão de pessoas no mundo, são necessários o plantio em, mais ou menos, 80 milhões de hectares de produção, e nós produzimos em 60 milhões de hectares apenas os grãos. E nós temos disponíveis, no Brasil, sem precisar desmatar uma árvore, nós temos esses 80 milhões de hectares, se forem necessários e se nós formos convocados para plantar alimento suficiente para reduzir a fome, não à metade, mas a 100%. O grande problema é fazer com que esses alimentos cheguem às mãos de um bilhão de pessoas que, de verdade, passam fome, ou, do contrário, isso traria um desequilíbrio no mercado de preços, que arrasaria os produtores do mundo, mas, se nós tivéssemos as políticas públicas fazendo com que a renda chegasse à mão dessas pessoas famintas, que, inclusive, muitas estão no Brasil, na Ásia, na África subsaariana, na Índia, nós, com certeza, estaríamos à disposição para colaborar do ponto de vista tecnológico, de produtividade, de espaço físico e com todo o nosso *know-how* brasileiro nessa empreitada.

Então, além dessa observação importante, outras metas também compõem as metas do milênio. São oito metas: educação, a saúde da mulher, meio ambiente, o fim da fome, que à metade até 2000, trabalho infantil, a redução do trabalho infantil, que é importantíssimo. Então, o que nós queremos é que o Governo Brasileiro encare essa subcomissão como nós estamos encarando, com a maior boa vontade, com o espírito público de contribuir. Nós queremos é contribuir com o Governo Brasileiro, para que nós possamos fazer bonito até 2015, no cumprimento dessas metas. Fazer a nossa parte, com responsabilidade, porque, no Brasil, um bilhão de pessoas, nós temos uma parte que são brasileiros, segundo a ONU. Vinte e dois milhões de pessoas estão incluídas nessa lista da ONU, de um bilhão.

Então, eu quero, mais uma vez, agradecer a confiança e dizer da nossa disposição, da Senadora Marisa Serrano, do Senador Augusto Botelho, de V. Exa. também, do Senador Presidente Fernando Collor de Melo, que faz parte dessa Comissão, que nós seremos diligentes, trabalharemos de forma muito organizada, efetiva, para dar um bom resultado para o Senado Federal e principalmente para a sociedade brasileira. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sr. Presidente, eu só queria informar, confirmar tudo aquilo que a Senadora Kátia Abreu disse e agradecer também a oportunidade de presidir uma Comissão, que é extremamente importante por tudo que a Senadora Kátia disse, mas mais um pouco: é porque essa Comissão vai dar um norte, um rumo para o país nessa área, e essa é uma casa do povo, e as nossas audi-

ências públicas, os debates, faz com que o povo participe mais ativamente do processo, e é através disso, então, que nós vamos ter a certeza de que nós vamos oferecer para o país um acompanhamento *pari passu* daquilo que o país está investindo nessas áreas que são fundamentais para a humanidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a manifestação da Senadora Marisa e da Senadora Kátia Abreu, fazemos das palavras de ambas as nossas próprias e acreditamos que essa Comissão vai dar uma excelente contribuição, no momento em que o Senado tem atolado em uma infinidade de discussões estéreis e discussões que em nada constroem a imagem do Parlamento; ao contrário, que só denigre. Essa Comissão, após a sua instalação, vai mostrar a grande preocupação que tem esta Casa em fazer o acompanhamento dessas metas, que são fundamentais para erradicar as grandes iniquidades que contaminam o planeta. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Era só para reafirmar que, realmente, combater a mortalidade materna, combater a mortalidade infantil e combater arduamente HIV/AIDS e malária, que malária é uma das doenças que têm importância na minha região, na Amazônia, na nossa região da Amazônia e no meu estado. Esse ano, nós conseguimos uma redução expressiva da malária e pretendemos continuar lutando para que a gente melhore as condições de saúde da população.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Então, sucesso aos componentes dessa Comissão do Milênio. Não havendo mais nenhum assunto a tratar e depois de proclamado o resultado, que foi uma eleição por aclamação, declaro empossados na Presidência a Senadora Kátia Abreu e na Vice-Presidência o Senador Augusto Botelho. Não havendo mais assunto a tratar, declaro encerrada a próxima reunião...

Aliás, V. Exa. é a Presidente; a Kátia é a vice.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, a Kátia é Relatora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ela apoiou o Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso. Senadora Marisa, Presidente; Senadora Kátia Abreu, Relatora, e vice, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Feita a retificação, está encerrada a reunião. – Senador **Valter Pereira**, Presidente Eventual.

Sessão encerrada às 16h24.

**14ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 29 de outubro de 2009.**

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e nove, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney. Assinaram, também, a lista de comparecimento os seguintes Senadores: Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Serys Shessarenko, Segunda Vice-Presidente, Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; João Vicente Claudino, Segundo-Secretário, Mão Santa, Terceiro-Secretário; César Borges, Primeiro Suplente de Secretário e Gerson Camata, Quarto Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, agradece a presença de todos e apresenta a pauta proposta, (que é parte integrante desta Ata).

PAUTA

1 - ABERTURA

2 - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, COM RELATÓRIOS FAVORÁVEIS:

2.1 - Relator – Senador MARCONI PERILLO:

- **Requerimento nº 1.142, de 2009 (do Senador Sérgio Zambiasi - ao Ministro das Comunicações).**

Assunto: informações que permitam aferir a legalidade e a razoabilidade dos valores cobrados pelas prestadoras de Serviço Móvel de seus usuários quando estes se encontram em deslocamento, fora da área de prestação de serviço de sua operadora, utilizando o recurso conhecido como "roaming".

- **Requerimento nº 1.196, de 2009 (do Senador Jefferson Praia - ao Ministro das Comunicações).**

Assunto: informações sobre os motivos do atraso da chegada do sistema de conexão da internet a vários municípios amazonenses.

Observação: o relatório é favorável, com nova redação, conforme quadro a seguir, tendo em vista "verificar-se que a iniciativa em tela dirige-se também ao Governo do Estado do Amazonas, no que fere aos ditames constitucionais e o disposto no § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001".

QUADRO COMPARATIVO REQUERIMENTO N° 1.196, DE 2009 / EMENDA N° 1-CDIR

RQS 1.196/2009	Emenda nº 1-CDir
<p>"Requeiro, nos termos dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Ministério das Comunicações e ao Governo do Estado do Amazonas pedido de informações sobre os motivos do atraso da chegada do sistema de conexão de internet a vários municípios amazonenses."</p>	<p>"Requeiro, nos termos dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações pedido de informações sobre os motivos do atraso da chegada do sistema de conexão de internet a vários municípios amazonenses, no âmbito do Projeto "Amazônia Digital"."</p>

- **Requerimento nº 1.250, de 2009 (do Senador Jefferson Praia - ao Ministro da Justiça).**

Assunto: informações acerca do encerramento das atividades das Bases Candiru, Anzol e Garateis, localizados em rios da Amazônia:

Observação: o relatório é favorável, com nova redação, conforme quadro a seguir, tendo em vista que *“requerimentos de informação não poderão conter pedido de providência, consulta, questão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija”*.

QUADRO COMPARATIVO REQUERIMENTO N° 1.250, DE 2009 / EMENDA N° 1-CDIR

RQS 1.250/2009	Emenda nº 1-CDir
<p>“Requeiro, nos termos dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Justiça pedido de informações atualizadas e detalhadas acerca da decisão do encerramento das atividades da Base Candiru, no Rio Amazonas, unidade flutuante de fiscalização conjunta Polícia Federal das Receitas Federal e Estadual e do IBAMA, bem como, anteriormente, das Bases Anzol, no Rio Solimões, e Garateis, no rio Içá.”</p>	<p>“Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, ao Ministro de Estado da Justiça, informações atualizadas e detalhadas acerca das carências físicas e estruturais que levaram ao fechamento da Base Candiru, no rio Amazonas – unidade flutuante de fiscalização conjunta da Polícia Federal, das Receitas Federal, Estadual e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) –, bem como das Bases Anzol, no rio Solimões, e Garattéia, no rio Içá.”</p>

- **Requerimento nº 1.262, de 2009 (do Senador Mozarildo Cavalcanti – à Ministra da Casa Civil da Presidência da República).**

Assunto: informações sobre os convênios e atos assinados pelo Presidente da República com o

Governo do Estado de Roraima e prefeituras municipais, por ocasião da visita presidencial ao Estado de Roraima no dia 14 de setembro de 2009.

2.2 - Relator – Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO:

- **Requerimento nº 1.146, de 2009** (do Senador Gilberto Goellner – ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Assunto: Solicita envio, em formato de planilha, de informações sobre processos de registros de agroquímicos que tramitam naquele Ministério, cujos pleitos foram protocolados naquele Órgão de janeiro de 2006 até a presente data, inclusive daqueles cuja análise não tenha sido ainda finalizada, informando quanto a estes o motivo de sua não conclusão.

- **Requerimento nº 1.206, de 2009** (da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – ao Ministro da Saúde).

Assunto: Solicita informações sobre quais países ~~proibiram os agroquímicos~~ Abamectina, Acerato, Carbofurano, Cihexatina, Endossulfam, Forato, Fosmete, Glifosato, Lactofem, Metamidofos, Paraquate, Parationa Metilica, Tiram e Triclorfom, bem como sobre os estudos que embasaram a reavaliação desses produtos pela ANVISA.

2.3 - Relator – Senador MÃO SANTA:

- **Requerimento nº 1.143, de 2009** (do Senador Gilberto Goellner – ao Ministro da Saúde).

Assunto: informações sobre o número de analistas, especialistas e técnicos lotados no quadro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na Gerência-Geral de

Toxicologia - GGTOX, responsáveis pela análise dos processos de registro de agrotóxicos.

- **Requerimento nº 1.144, de 2009** (do Senador Gilberto Goellner – ao Ministro da Saúde).

Assunto: Solicita envio de informações, em formato de planilha, sobre processos de registros de agroquímicos que tramitam na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), cujos pleitos foram protocolados naquele Órgão de janeiro de 2006 até a presente data, inclusive daqueles cuja análise não tenha sido ainda finalizada, informando quanto a estes o motivo de sua não conclusão.

- **Requerimento nº 1.255, de 2009** (de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais – ao Ministro da Saúde).

Assunto: informações sobre auditoria operacional do Tribunal de Contas da União, realizada com o objetivo de avaliar as ações assistencialistas e de saúde aos povos indígenas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

2.4 - Relator: Senador CÉSAR BORGES

- **Requerimento nº 785, de 2009** (do Senador Mozarildo Cavalcanti – ao Ministro da Justiça).

Assunto: informações sobre a suposta turnê à Europa do indígena Davi Kopenawa, financiada por organismos estrangeiros (ONG britânica Survival International)

- **Requerimento nº 894, de 2009** (do Senador Alvaro Dias – ao Ministro de Minas e Energia).

Assunto: envio de informações sobre a estrutura institucional da área de comunicação da Petrobras entre 2003 e 2009; sobre o número e a relação das gerências de comunicação existentes, assim como seus titulares, o orçamento anual de cada uma dessas gerências, a relação de empresas que receberam recursos dessas gerências e a forma pela qual tais recursos foram repassados.

- **Requerimento nº 1.089, de 2009** (do Senador Raimundo Colombo – ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Assunto: participação financeira do Brasil nos projetos e obras de reconstrução do Porto de Mariel, em Cuba.

- **Requerimento nº 1.154, de 2009** (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Assunto: impacto do contingenciamento de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), entre os exercícios de 2003 e 2009.

- **Requerimento nº 1.201, de 2009** (da Senadora Kátia Abreu – ao Presidente do Banco Central).

Assunto: informações sobre o repasse de recursos externos a entidades como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, o Centro de Formação e Pesquisas Contestado - CEPATEC e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo - ITAC.

- **Requerimento nº 1.212, de 2009** (da Comissão de Assuntos Sociais – ao Ministro da Saúde).

Assunto: Informações sobre efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do SUS.

- **Requerimento nº 1.231, de 2009 (do Senador Marconi Perillo – ao Ministro de Minas e Energia).**

Assunto: Informações sobre estudos técnicos que apontam a existência de reservas de petróleo e hidrocarbonetos na chamada "Camada do Pré-Sal", especialmente quando às sondagens realizadas e as principais dificuldades a serem enfrentadas nas perfurações, considerando o atual estágio de desenvolvimento técnico, bem assim quanto às semelhanças ou diferenças entre a exploração em águas profundas e na camada do Pré-Sal.

3 – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, COM RELATÓRIOS PELA REJEIÇÃO:

3.1 - Relator – Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO:

- **Requerimento nº 1.145, de 2009 (do Senador Gilberto Goellner – ao Ministro do Meio Ambiente).**

Assunto: Solicita envio de informações, em formato de planilha, sobre processos de registros de agroquímicos que tramitam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, cujos pleitos foram protocolados naquele Órgão de janeiro de 2006 até a presente data, inclusive daqueles cuja análise não tenha sido ainda finalizada, informando quanto a estes o motivo de sua não conclusão.

Conclusão do Parecer: "...solicitação de igual feor já foi encaminhada ao Ministro do Meio Ambiente pelo Ofício SF nº 734, de 25.05.2009, decorrente da aprovação do Requerimento nº 375, de 2009, também do Senador Gilberto Goellner" e aguarda resposta.

4 – OUTROS ASSUNTOS:

4.1 – ESCRITÓRIOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÕES RELATIVAS AO ART. 1º DO ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 16, DE 2009

Ofício / Data	Senador(a)	Endereço
288/2009-GSASAN, de 25.09.2009.	Adelmir Santana	SCLN 703 – Bloco D, Entrada 27, Sala 101 – Asa Norte – Brasília – DF CEP: 70730-514
01633/2009, de 29.09.2009.	Eduardo Suplicy	Rua Manduri, nº 428, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, CEP: 29.055-290.
GSFA/0832/2009, de 15.09.2009.	Flávio Arns	Avenida Presidente Kennedy, nº 604, Bairro Rebouças, Curitiba - PR, CEP: 80.220-200, Tel.: (41) 3334-6161, Fax.: (41) 3334-5522.
GSMM nº 080/2009, de 02.10.2009.	Marco Maciel	Rua Marquês de Amorim, nº 548, Ilha do Leite, Recife - PE.
373/2009 – GSMC, de 05.10.2009	Marcelo Crivella	Rua da Candelária, nº 9 – Grupo 811 – Centro – Prédio da Associação Comercial do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – CEP: 20.091-020 Telefone: (21) 2263-0010 E-Mail: crivella.escritorio.rj@gmail.com
IA - 208/2009, de 07.10.2009	Inácio Arruda	Av. Universidade, nº 3.199, Bairro Benfica, Fortaleza – CE CEP: 60.020-181 – Telefones: (85) 3281-0841 e (85) 3281-6807

087/09-GSGFIL, de 29.09.2009	Garibaldi Alves Filho	Av. Salgado Filho, nº 2.190 – Empresarial Portugal Center – salas 123/125 – Lagoa Nova – Natal – RN – CEP: 59.056-000 Telefone: (84) 3206-1015 FAX (84) 3206-1954
802/2009 – GSFCLE, de 04.09.2009	Fátima Cleide	Av. Calama, nº 895, Bairro Olaria – Porto Velho – RO – CEP: 76.801-309 Telefone: (69) 3229-7518
S/nº, de 26.08.2009	Osmar Dias	Rua da Glória, nº 72, sala 506 – Centro Cívico – Curitiba – PR CEP: 80.030-060
GSMCOU nº 390/09, de 04.09.2009	Mario Couto	Rua dos Parquis nº 2.999 – Edificio Village Center – Sala 505 – Bairro Cremação – Belém – PA CEP: 66.040-320
161/2009, de 14.09.2009	Papaléo Paes	Av. Leopoldo Machado, nº 2.183, New Shopping, sala 30 – Bairro Central – Macapá – AP – CEP: 68.900-067 Telefone: (96) 3225-6381
SF/GSJN 480/2009, de 16.09.2009	José Nery	Belém: Av. Nazaré, nº 532, salas 402/404 – Bairro de Nazaré – CEP: 66.035-170 – Telefone: (91) 3252-0682 Abaetetuba: Av. 15 de agosto, nº 456 – Centro – CEP: 68.440-000 Castanhal: Av. Barão do Rio Branco, nº 1.519 – Casa A – CEP: 68.745-000
32/2009-GSMALV, de 22.09.2009	Maria do Carmo Alves	Rua Cedro, nº 348 – Bairro São José – Aracaju – SE
285/2009 – GSFD, de 11.09.2009	Francisco Dornelles	Av. Beira-Mar, nº 262 – 6º andar – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20.021-060 Telefone: (21) 2240-4415 FAX: (21) 2220-2089
166/2009, de 10.09.2009	João Durval	Rua Everton Visco, nº 324 – Ed. Holding Empresarial – Sala 505 – Bairro Caminho das Ávores – Salvador – BA Telefone: (71) 3341-5120 FAX: (71) 3341-5120
25/2009 – GSECAF, de 03.09.2009	Epitácio Cafeteira	Av. Colares Moreira, nº 444 – sala 239 – Edifício Monumental Renascença II – São Luís – MA - CEP: 60.075-441 Telefone: (98) 3235-8791 FAX (98) 3235-8791

GSAM nº 236/2009, de 29.09.2009	Aloizio Mercadante	Rua Paulistânia, nº 297 – São Paulo – SP – CEP: 05.440-001 Telefone: (11) 3814-2103 / 2717 FAX: (11) 3814-2103
1.244/2009- GSKAAB, de 09.09.2009	Kátia Abreu	ACSU-SE Conjunto 01 – Lote 06 – Avenida NS-B, Bloco 01 – Quadra 102 Sul – Palmas – TO – CEP: 77.020-004
216/2009 – GSPP, de 16.09.2009	Paulo Paim	Av. Guilherme Schell, nº 6.922 – Centro – Canoas – RS – CEP: 92.310-001 Telefone: (51) 3472-5979 FAX: (51) 3472-5979
GSSS nº 667/2009, de 10.09.2009	Serys Slhessarenko	Rua Manoel Ferreira de Mendonça, nº 223, Bairro Bandeirantes – Cuiabá – MT – CEP: 78.070-160
OGSJP 216/2009, de 03.09.2009	Jefferson Praia	Av. Constantino Nery, nº 2.789 – Ed. Empire Center – 3º andar- sala 301 – Chapada – Manaus – AM
114/09 – GSGMJ, de 13.10.2009	Geraldo Mesquita Júnior	Rio Branco - AC - Rua Copacabana, nº 148, sala 101 – Vila Igonet CEP: 69.914-380 Telefone: (68) 43244-1260 FAX: (68) 3244-1994 Sena Madureira-AC - Rua Benjamim Constant, nº 485, salas 01 e 02 – Centro – CEP: 69.940-000
52/2009-GSPSIM, de 15.09.2009	Pedro Simon	Rua Protásio Alves, nº 2.657 – sala 401 – Bairro Petrópolis – Porto Alegre – RS CEP: 90.410-002
SDA 178/2009, de 07.10.2009	Delcídio Amaral	Rua Antonio Maria Coelho, nº 3.520 – Jardim dos Estados – Campo Grande – MS CEP: 79.020-210 Telefone: (67) 3322-3400 FAX: (67) 3322-3422
GSMS 00334/2009, de 15.09.2009	Marina Silva	Rua Veterano Manoel Avelino, nº 386 – Jardim Nazle – Rio Branco – AC CEP: 69.907-140 Telefone e FAX: (68) 3226-7493
229/2009, de 05.10.2009	Renato Casagrande	Rua João da Cruz, nº 195 – sala 301 – Ed. Sevilha – Praia do Canto – Vitória – ES CEP: 29.055-620

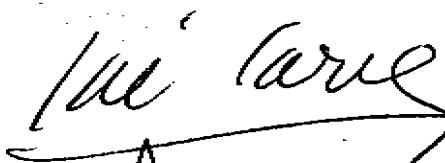
176/09-GSJT, de 21.10.2009	João Tenório	Centro Empresarial Ivone Mendes, Rua Professor Arrouxelas, nº 480, sala 204 – Ponta Verde – Maceió – AL Telefones: (82) 3313-8300 e 3313-8301
GSFR nº 558/2009, de 20.10.2009	Flexa Ribeiro	Av. Almirante Barroso (entre Av. Ceará e Antônio Baena) – Alameda Moreira da Costa, nº 03 – Bairro São Brás – Belém – PA – CEP: 66.093-710
440/2009-GSRT, de 14.10.2009	Romeu Tuma	Rua Caravelas, nº. 537 – Vila Mariana – São Paulo – SP Telefone: (11) 5539-1717

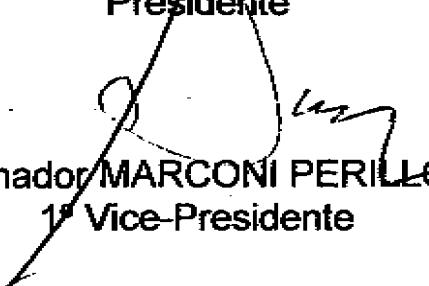
4.2 - Ofício nº 42/2009, da Corregedoria do Senado, encaminhando relatório referente aos processos 016187/09-1 e -16188/09-8, da Polícia do Senado.

Iniciada a apreciação da pauta pelo item nº 2 (**Requerimentos de Informações com relatórios favoráveis**), o Sr. Presidente concede a palavra aos Senadores Marconi Perillo, João Vicente Claudino, Mão Santa e César Borges, que relatam, respectivamente, os Requerimentos constantes dos itens 2.1 (**Requerimentos nºs. 1.142, 1.196, 1.250 e 1.262, de 2009**), 2.2 (**Requerimentos nºs 1.146 e 1.206, de 2009**), 2.3 (**Requerimentos nºs 1.143, 1.144 e 1.255, de 2009**), e 2.4 (**Requerimentos nºs. 785, 894, 1.089, 1.154, 1.201, 1.212 e 1.231, de 2009**) da pauta que, submetidos a votos são aprovados nos termos dos pareceres. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador João Vicente Claudino para relatar o **Requerimento nº 1.145, de 2009**, constante do item nº 3.1 da pauta. O parecer contrário é aprovado pela Mesa. Os Requerimentos são encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. O Sr. Presidente dá conhecimento

aos presentes das comunicações relativas ao art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, que "autoriza os Senadores a manter Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares". Os Ofícios constando o endereço completo das localizações dos escritórios parlamentares são encaminhados à Diretoria-Geral para as devidas providências. O Sr. Presidente submete à apreciação dos demais membros o Ofício nº 42/2009, da Corregedoria do Senado (item 4.2 da pauta) que, após discussão, é encaminhado à Diretoria-Geral, para a as devidas providências. A seguir, passa-se a tratar de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. E, para constar, eu, Claudia Lyra Nascimento (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no Diário do Senado Federal.

Senado Federal, em 29 de outubro de 2009.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente


Senador MARCONI PERILLO
Vice-Presidente

(continuação das assinaturas de membros da Mesa apostas à Ata da 14ª Reunião da Mesa, realizada em 29.10.2009)

Senadora SERY\$ SLHESSARENKO
2º Vice-Presidente

Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário

Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
2º Secretário

Almeida
Senador MÃO SANTA
3º Secretário

Cesar Borges
Senador CESAR BORGES
1º Suplente de Secretário

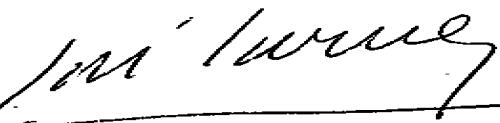
Senador GERSON CAMATA
4º Suplente de Secretário

ATO DO PRESIDENTE
Nº 471 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **LUIZ ARTUR TORIBIO**, matrícula nº. **196074**, de Assistente Parlamentar, AP-01, da Segunda-Secretaria, para o de Assistente Parlamentar, AP-01, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.


JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 472 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA NILDA DOS SANTOS ANANIAS**, matrícula nº. **200090**, de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-08, da Presidência, para o de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, do Órgão Central de Coordenação e Execução, mantendo a sua lotação atual.

Senado Federal, 20 de novembro de 2009.


JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 473 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **DANIEL VICTOR DE ARAUJO SIMOES**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Advogado do Senado Federal, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 23 de 2002 c/c Ato do Presidente do Senado Federal nº 427 de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



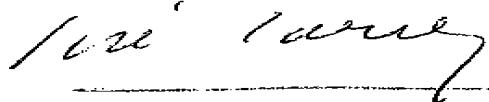
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 474 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **FERNANDO CESAR DE SOUZA CUNHA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Advogado do Senado Federal, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 23 de 2002 c/c Ato do Presidente do Senado Federal nº 427 de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



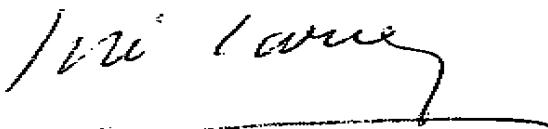
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 475 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **DANIL PLACIDO CAMILO JUNIOR**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Advogado do Senado Federal, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 23 de 2002 c/c Ato do Presidente do Senado Federal nº 427 de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



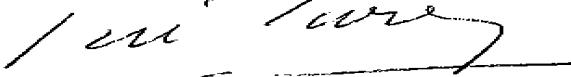
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 476 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **VIRGINIA GYENES**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 530 de 1993, publicado no Diário do Congresso de 06 de novembro de 1993.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.

**Senador JOSÉ SARNEY**

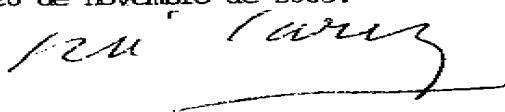
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 477 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **DANIELLA GUIRELLI S. DE OLIVEIRA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 315 de 1993, publicado no Diário do Congresso de 14 de maio de 1993.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.

**Senador JOSÉ SARNEY**

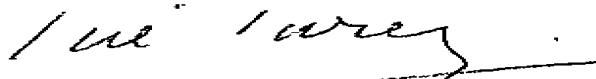
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 478 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **CARLA BEATRIZ CAVALCANTI AZEVEDO**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 99, de 1992, publicado no Diário do Congresso de 28 de março de 1992.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



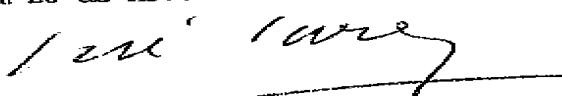
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 479 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **LUCIANA FERRARI SILVA GOMEZ**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 290, de 1992, publicado no Diário do Congresso Nacional de 17 de julho de 1992.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



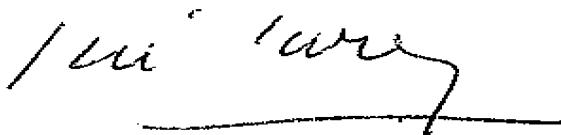
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 480 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **HELOISA LOPES MIRANDA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 368 de 1992, publicado no Diário do Congresso Nacional de 25 de setembro de 1992.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 481 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MARCOS HOFF HOMEM**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 649, de 1991, publicado no Diário do Congresso de 21 de agosto de 1991.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador **JOSÉ SARNEY**

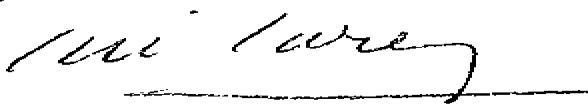
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 482 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MATEUS GONTIJO DE SANT'ANNA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 192, de 1992, publicado no Diário do Congresso Nacional de 12 de maio de 1992.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador **JOSÉ SARNEY**

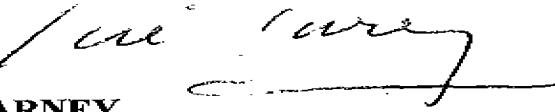
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 483 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **JOAO RAMIRO DE BRAGA E CASTRO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 469 de 1992, publicado no Diário do Congresso de 12 de dezembro de 1992.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador **JOSÉ SARNEY**

Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 484 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **FELIPE GUIMARAES CORTES**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 175 de 1993, publicado no Diário do Congresso de 11 de março de 1993.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador **JOSÉ SARNEY**

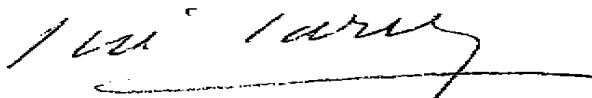
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 485 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **JOÃO VICENTE DA CUNHA PESSOA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 250 de 1993, publicado no Diário do Congresso de 06 de abril de 1993.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 486 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **IRLENE BINDA DE ARAUJO DA CUNHA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Diretor-Geral do Senado Federal nº 1234 de 1997, publicado no Diário do Congresso de 02 de maio de 1997.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY

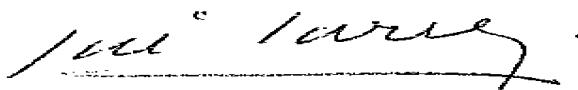
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 487 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **PILLAR ALEXANDRE PEDREIRA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Diretor-Geral do Senado Federal nº 1087 de 1996, publicado no Diário do Congresso de 11 de setembro de 1996.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.

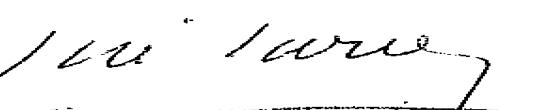


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
ATO DO PRESIDENTE
Nº 488 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **VIVIAN RIBEIRO NAVARRO CORREA**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Diretor-Geral do Senado Federal nº 778 de 1995, publicado no Diário do Congresso de 25 de outubro de 1995.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



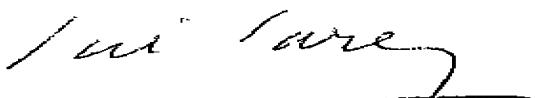
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 489 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **WANG YING TS**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado nº 436 de 1993, publicado no Diário do Congresso de 28 de agosto de 1993.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.

**Senador JOSÉ SARNEY**

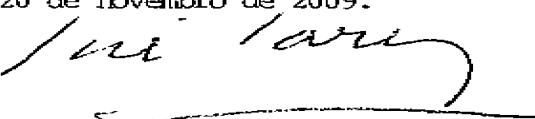
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 490 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **BRUNO NERY BORGES**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado nº 134 de 1994, publicado no Diário do Congresso de 18 de março de 1994.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.

**Senador JOSÉ SARNEY**

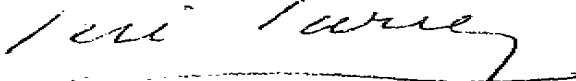
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 491 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **KALINKA BARROSO**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado nº 475 de 1994, publicado no Diário do Congresso de 30 dezembro de 1994.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 492 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MAURICY LOPES MANSUR**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Presidente do Senado Federal nº 67, de 1995, publicado no Diário do Congresso Nacional de 17 de fevereiro de 1995.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



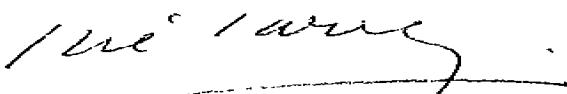
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 493 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **BRUNO SILVA FIORILLO**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Diretor-Geral nº 532 de 1996, publicado no Diário do Congresso de 07 de maio de 1996.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 494 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **FABIO KAISER RAUBER**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista de Informática Legislativa, Área de Apoio Técnico ao Processo de Informática Legislativa, Especialidade Análise de Suporte de Sistemas, Nível III, padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 495 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **HUDSON DE MARTIM**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista de Informática Legislativa, Área de Apoio Técnico ao Processo de Informática Legislativa, Especialidade Análise de Sistemas, Nível III, padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 496 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **RODRIGO GALHA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade Contabilidade, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente de aposentadoria, conforme Ato do Diretor-Geral do Senado Federal nº 708 de 1996, publicado no Diário do Congresso de 30 de maio de 1996.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



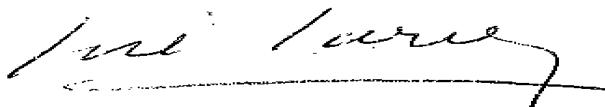
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 497 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MARCIA YAMAGUTI CHERUBINI**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Analista de Relações Públicas, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



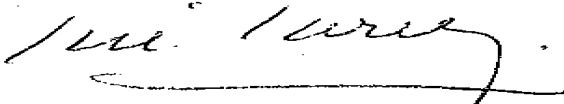
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 498 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **TATIANA PERNA BOIA MENEZES**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Analista de Relações Públicas, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



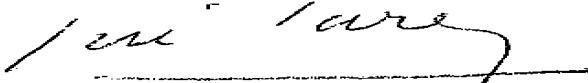
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 499 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **PEDRO BARREIRA SILVA DA ROCHA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Pesquisa e Opinião, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09 de 2008 c/c Ato do Presidente do Senado nº 427 de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 500 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **THIAGO CORTEZ COSTA**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Pesquisa e Opinião, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09 de 2008 c/c Ato do Presidente do Senado Federal nº 427 de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



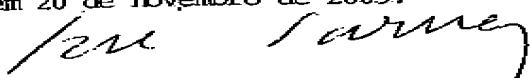
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 501 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **VALTER ROSA DA SILVA JUNIOR**, aprovado no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Pesquisa e Opinião, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09 de 2008 c/c Ato do Presidente do Senado Federal nº 427 de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



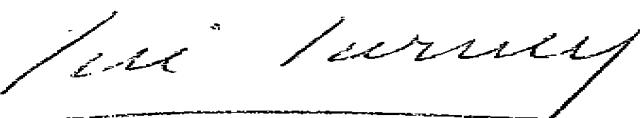
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 502 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **ELGA MARA TEIXEIRA LOPES**, aprovada no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Pesquisa e Opinião, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09 de 2008 c/c Ato do Presidente do Senado Federal nº 427 de 2009.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE N° 503 , de 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições, **RESOLVE** designar a servidora **VERÔNICA DE CARVALHO MAIA BARAVIERA** para secretariar os trabalhos da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil, instituída pelo Ato do Presidente nº 379, de 2009.

Senado Federal, 25 de novembro de 2009

Senador JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL, N° 23, DE 2009**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória 469, de 5 de outubro de 2009, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de R\$ 2.168.172.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 26 de novembro de 2009

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
26/11/2009
quinta-feira

- 11:00 Exelentíssimo Senhor Jia Qinglin, Presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês
Salão Nobre**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)

PDT/PSOL (9)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Moarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3303-3514**Fax:** 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

- Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
- Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
- Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **, Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ^(1,4,5,6)
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)

PDT

Jefferson Praia (AM)

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
2. Eleito em 14.07.2009.
3. Designado em 14.07.2009.
4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio**Telefone(s):** 33033511**Fax:** 33031176**E-mail:** antlossio@senado.gov.br

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

7) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.581, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.581, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,3,4)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
3. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
1.	
2.	
3.	
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) ^(4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,5,7,8)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: wilw@senado.gov.br

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)**

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)**Maioria (PMDB, PP)**

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)**PTB**

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO (3)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maoria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

VAGO (1,2,4)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 24.11.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (35)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)
Delcídio Amaral (PT) (29)	2. Renato Casagrande (PSB) (31)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tião Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (28)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (30,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (33)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (65,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,60)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (55,58)	2. Gilvam Borges (PMDB) (63,66)
Gerson Camata (PMDB) (53,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,59)
Valdir Raupp (PMDB) (62)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,59,80,85,86)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,68,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,64,70)
Pedro Simon (PMDB) (56,61)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,59)
Renan Calheiros (PMDB) (57,77)	7. Almeida Lima (PMDB) (57,78)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,51)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,50)	5. Kátia Abreu (DEM) (42)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (13,47,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,44)
Cícero Lucena (PSDB) (22)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,24,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (22,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (22)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (27,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT

Osmar Dias (20)	1. Jefferson Praia (10,21)
Notas:	
1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).	
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).	
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).	
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).	
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)	
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).	
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).	
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).	
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).	
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).	
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.	
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)	
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).	
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).	
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).	
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).	
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).	
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).	
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).	
22. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).	
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.	
24. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.	
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.	
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.	
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.	
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.	
29. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.	
30. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.	
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.	

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
51. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senador Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,81)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (31)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (33,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (32,35)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,60,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,59,63)	7. José Nery (PSOL) (36,64,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
VAGO (52,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (54,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (43,70,73)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,82,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,11)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (39,40)
João Pedro (PT) (32,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,30,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,69)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,65,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,64,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (51,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,68)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (49)	1. Efraim Morais (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (52)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (41,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,45)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (43)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,71,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,75,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (44)	1. Gim Argello (46)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Sliessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
- *. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽⁹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. VAGO (35,95)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,50,66)	4. José Nery (PSOL) (34)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (32,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) (32,71)
VAGO (37,85,86,87,98)	7. Marina Silva (PV) (32,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,53,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (62,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (61)	3. Pedro Simon (PMDB) (62)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (59)	4. Neuto De Conto (PMDB) (54)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,56,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (57)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,40)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (52)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (41)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (25,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (22)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,46)	1. João Vicente Claudino (46)
Romeu Tuma (46)	2. Mozarildo Cavalcanti (46)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (39,47,48,49)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (33)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,30,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,15)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6,7,8)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,7,8)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(1,5,6)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
- Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
- Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,60,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (23)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,26,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,20,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (34)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55,63,66)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Rosalba Ciarlini (DEM) (30)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (31,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (25)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,27)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

- Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
26. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(15,17,18)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (PSDB) ^(1,2) 2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
 2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
- *. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
- **. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (43)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,71,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,74)	2. Marina Silva (PV) (47,83,84)
João Ribeiro (PR) (41,67)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (38)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,66,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,44,49,70)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (35)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (37)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Patrícia Saboya (31,59,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,32,60)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
38. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
44. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA N° 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,29,60)	2. Paulo Paim (PT) (18,29,55)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. VAGO (24,71,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,70,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,59)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,58,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	2. Efraim Morais (DEM) (33)
Heráclito Fortes (DEM) (38)	3. Adelmir Santana (DEM) (35)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (34,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Shlessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Arguello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Slhessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,41,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (34)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
VAGO (23,63,67)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,44,47,59,68,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,41)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (42,48)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
- Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
- Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
- Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20,43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (20,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (20,47)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (36)
Lobão Filho (PMDB) (35)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,39)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,34,42,48)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53,56,58)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (24)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (17,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,45)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (28)	1. Fernando Collor (28)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7)	1. VAGO (6)
VAGO (12)	2. VAGO (9)
VAGO (8)	3. VAGO (11)
VAGO (10)	4. VAGO (10)
VAGO (10)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009

Notas:

- O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 1^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
- O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 2^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3ª Designação Geral: 03.04.2007
4ª Designação Geral: 12.02.2009

Presidente: Senador Marco Maciel ²
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia ²

PMDB
Senador Wellington Salgado de Oliveira (MG) ¹
DEM
Senador Marco Maciel (PE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ³
PR
Senador Magno Malta (ES) ^{5, 6, 9}
PDT
Senadora Patrícia Saboya (CE) ^{4, 7, 8}
PSB
Senador Renato Casagrande (ES)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
Senador Francisco Dornelles (RJ) ¹⁰
PSOL
Senador José Nery (PA)

(Atualizada em 26.11.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Anexo II, Térreo - Senado Federal
Telefones: 3303-4561 e 3303-5259
scop@senado.gov.br

¹ Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

² Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

³ Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

⁴ Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

⁵ Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of. GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25.09.2009, conforme Of. GSEJUN nº 225/2009.

⁶ Em 05.11.2009, o Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato.

⁷ Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.

8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.

9 Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.

10 Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) ²
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

³ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Anibal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



Edição de hoje: 256 páginas

OS: 2009/18817